PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP: 35.420-003 - ESTADO DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 14/2025

AUTORIZAÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRAS

ÓRGÃO	Prefeitura Municipal de Mariana
SECRETARIA REQUISITANTE	Secretaria Municipal de Administração
SETOR	Secretaria Municipal de Administração

1-DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Contratação de assessoria e consultoria técnica especializada visando a recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP), em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

2-JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação alinha-se às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública, em especial no que tange à eficiência arrecadatória, à racionalização de despesas tributárias e à ampliação da capacidade de investimento público, com vistas à melhoria dos serviços prestados à população.

A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle fiscal, otimização da despesa pública e recuperação de créditos tributários que possam ter sido indevidamente recolhidos ou deixados de ser aproveitados pela Administração Pública Municipal.

A assessoria especializada tem por finalidade promover a verificação detalhada da regularidade das obrigações tributárias acessórias e principais, com potencial de gerar economia, recuperar valores e corrigir distorções, contribuindo diretamente para o equilíbrio das contas públicas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n° 101/2000), os entes públicos estão submetidos a rigorosas normas de controle e transparência na gestão fiscal. A inobservância desses preceitos pode acarretar sanções institucionais e pessoais ao gestor, previstas, inclusive, na Lei n° 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

A Administração Municipal em todo o Brasil enfrenta desafios típicos de gestão fiscal, como o desequilíbrio entre receitas e despesas correntes, o que compromete a capacidade de investimento e a efetivação de políticas públicas essenciais.

Entretanto, observa-se que fontes alternativas de receita – frequentemente classificadas como receitas de segunda linha – têm potencial de reforçar o orçamento público, desde que adequadamente exploradas com apoio técnico especializado.

Ocorre, contudo, que a busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva de mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

A complexidade envolvida na análise e recuperação de créditos tributários exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

A criação de uma estrutura interna para essa finalidade demandaria altos custos de capacitação, tempo para implementação e risco de ineficiência, diante do caráter pontual e técnico da demanda.

Desta feita, resta devidamente evidenciada a vantagem para a Administração Municipal advinda da prestação de serviços especializados, prestados por uma Empresa privada com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal.

O modelo proposto de contratação baseia-se no pagamento condicionado ao êxito, ou seja, a empresa contratada será remunerada apenas com base nos benefícios efetivamente obtidos pela Administração, seja pela entrada de recursos no erário, seja pela redução de desembolsos indevidos. o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Se por um lado, em razão da previsão contratual, não haverá remuneração prévia da Contratada, mas tão somente com base no efetivo benefício obtido pela Administração, por outro lado, a Administração é beneficiada em diversas frentes, como o conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, além da clara e evidente aferição de nova fonte de receita para o erário, fonte esta que não seria alcançada pela municipalidade sem a assessoria técnica especializada.

Esse modelo assegura a proporcionalidade entre o custo da contratação e os resultados financeiros obtidos, além de eliminar riscos financeiros para o Município.

Adicionalmente, proporciona transferência de conhecimento, melhoria nos processos internos e incremento na arrecadação tributária, sem a necessidade de expandir a estrutura administrativa municipal.

A realização de um trabalho estruturado, com escopo amplo e devidamente planejado, amplia significativamente as chances de êxito na obtenção de resultados financeiros concretos, sem impor sobrecarga à Administração com diligências pontuais, o que contribui para a redução de custos operacionais e a maximização da eficiência. Nesse contexto, revela-se fundamental a contratação de assessoria técnica especializada, considerando que a demanda em questão diz respeito a um passivo acumulado que excede a capacidade operacional e técnica da estrutura administrativa existente.

A criação de uma estrutura interna específica para atender a essa demanda pontual implicaria gastos adicionais ao erário, além de exigir tempo considerável para capacitação, implantação de rotinas, ajustes processuais e correção de falhas, o que tornaria a operação não apenas mais onerosa, mas também altamente arriscada, diante da ausência de servidores com formação, experiência e qualificação técnica suficientes para a complexidade do serviço envolvido.

Ademais, as atividades a serem desempenhadas exigem a disponibilidade de equipe especializada, com domínio de procedimentos específicos de assessoria, planejamento tributário e fiscal, além do uso de ferramentas tecnológicas adequadas, como softwares próprios para análise, controle e recuperação de créditos.

o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Neste cenário, a contratação direta por inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, mostra-se juridicamente adequada, tendo em vista que:

- Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual;
- O objeto é singular, pela complexidade, especificidade e necessidade de abordagem individualizada;
- A empresa a ser contratada deverá possuir notória especialização, conforme definido no §3º do mesmo artigo, com comprovada expertise técnica e reputação consolidada.

O procedimento está respaldado, ainda, pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, que admite exceções à obrigatoriedade de licitação, desde que previstas em lei. A inexigibilidade, embora constitua exceção, exige observância de procedimento administrativo formal, com justificativa técnica e demonstração da vantajosidade da contratação, como ora se apresenta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP: 35.420-003 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Cumpre destacar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 17, a razoabilidade do valor contratado poderá ser aferida com base em propostas anteriores firmadas pela contratada com outros entes públicos ou privados, o que será considerado no processo.

Dessa forma, torna-se estratégica, necessária e vantajosa a contratação dos serviços técnicos especializados, como meio eficiente de atender à demanda represada com segurança, agilidade e respaldo técnico adequado, sem comprometer a estrutura funcional do Município.

3- GRAU DE PRIORIDADE DA CONTRATAÇÃO

( ) Baixa ( ) Média (X) Alta

A contratação que se pleiteia está ligada às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública, em especial no que tange à eficiência arrecadatória, à racionalização de despesas tributárias e à ampliação da capacidade de investimento público, com vistas à melhoria dos serviços prestados à população.

Ademais, a cada mês ocorre a decadência dos direitos referentes a períodos anteriores a 5 anos, nos termos do Decreto 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

4- CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

( ) Material de Consumo
( ) Material Permanente
(X) Serviços- Pessoa Jurídica
( ) Serviço- Pessoa Física
( ) Obras e/ou Serviços de Engenharia
( ) Outro (qual?)_____

5- DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

A quantidade a ser contratada refere-se a um único serviço que deverá envolver a identificação, junto à Prefeitura, dos valores passíveis de recuperação, considerando os últimos 60 meses, com a seleção dos documentos relacionados à prestação do serviço (dispostos no Item 3), agrupamento e apuração das informações com posterior elaboração e acompanhamento do pedido de compensação ou restituição (conforme Item 3)

Os quantitativos apresentados são fundamentais para garantir a abrangência e a eficácia do trabalho a ser realizado, permitindo o aumento na eficiência da restituição ou compensação a ser realizada.

6- PREVISÃO DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS OU FORNECIMENTO DOS MATERIAIS OU EQUIPAMENTOS

O início dos serviços se dará após a assinatura do contrato.

7- FORMA DE ENTREGA DO OBJETO

A entrega deverá ocorrer até o término do prazo contratual, considerando todos os requisitos dispostos no ETP.

Material ou equipamento
( ) Consumo ou ( ) Permanente
( ) Parcela única ( ) Semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Outro (qual?)

Prestação de serviço
(X) Não Continuado ou ( ) Continuado
(X) Parcela única ao final do Contrato, em caso de êxito ( ) semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Outro (qual?) _____

Regime de execução (Obras ou serviço de engenharia)
( ) Empreitada por preço unitário ( ) Empreitada por preço global ( ) Empreitada Integral ( ) Fornecimento e prestação de serviço associado ( ) Contratação por tarefa ( ) Contratação Integrada ( ) Contratação semi-intergrada

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP: 35.420-003 - ESTADO DE MINAS GERAIS

8- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

23.001.04.122.1.2421.3.3.90.39 Ficha: 559 Fonte:1.500

(X) Recurso Próprio ( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Recurso Vinculado Estadual (X) Outros (quais?) Créditos efetivamente recuperados e com ingresso nos cofres públicos.

9- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO RESPONSÁVEL PELO DFD DA AREA REQUISITANTE

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana, 04 de setembro 2025.

Karine Ferreira Magalhães
Responsável pela Formalização da Demanda

Telefone de contato: 3557-9056
E-mail: administracao@mariana.mg.gov.br

10 -RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 02

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar no 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e coma própria Lei de Responsabilidade Fiscal.

Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Mariana, 04 de setembro de 2025.

Arlinda Gonçalves Coelho
Ordenador de Despesa
Secretária Municipal de Administração

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº14/2025

CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SECRETARIA DEMANDANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MARIANA

Objeto:
Contratação de assessoria e consultoria técnica especializada visando a recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP) , em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação alinha-se às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública, em especial no que tange à eficiência arrecadatória, à racionalização de despesas tributárias e à ampliação da capacidade de investimento público, com vistas à melhoria dos serviços prestados à população.

A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle fiscal, otimização da despesa pública e recuperação de créditos tributários que possam ter sido indevidamente recolhidos ou deixados de ser aproveitados pela Administração Pública Municipal.

A assessoria especializada tem por finalidade promover a verificação detalhada da regularidade das obrigações tributárias acessórias e principais, com potencial de gerar economia, recuperar valores e corrigir distorções, contribuindo diretamente para o equilíbrio das contas públicas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), os entes públicos estão submetidos a rigorosas normas de controle e transparência na gestão fiscal. A inobservância desses preceitos pode acarretar sanções institucionais e pessoais ao gestor, previstas, inclusive, na Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

A Administração Municipal em todo o Brasil enfrenta desafios típicos de gestão fiscal, como o desequilíbrio entre receitas e despesas correntes, o que compromete a capacidade de investimento e a efetivação de políticas públicas essenciais.

Entretanto, observa-se que fontes alternativas de receita – frequentemente classificadas como receitas de segunda linha – têm potencial de reforçar o orçamento público, desde que adequadamente exploradas com apoio técnico especializado.

Ocorre, contudo, que a busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva de mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

A complexidade envolvida na análise e recuperação de créditos tributários exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

A criação de uma estrutura interna para essa finalidade demandaria altos custos de capacitação, tempo para implementação e risco de ineficiência, diante do caráter pontual e técnico da demanda.

Desta feita, resta devidamente evidenciada a vantagem para a Administração Municipal advinda da prestação de serviços especializados, prestados por uma Empresa privada com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal.

O modelo proposto de contratação baseia-se no pagamento condicionado ao êxito, ou seja, a empresa contratada será remunerada apenas com base nos benefícios efetivamente obtidos pela Administração, seja pela entrada de recursos no erário, seja pela redução de desembolsos indevidos. o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com

pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Se por um lado, em razão da previsão contratual, não haverá remuneração prévia da Contratada, mas tão somente com base no efetivo benefício obtido pela Administração, por outro lado, a Administração é beneficiada em diversas frentes, como o conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, além da clara e evidente aferição de nova fonte de receita para o erário, fonte esta que não seria alcançada pela municipalidade sem a assessoria técnica especializada.

Esse modelo assegura a proporcionalidade entre o custo da contratação e os resultados financeiros obtidos, além de eliminar riscos financeiros para o Município.

Adicionalmente, proporciona transferência de conhecimento, melhoria nos processos internos e incremento na arrecadação tributária, sem a necessidade de expandir a estrutura administrativa municipal.

A realização de um trabalho estruturado, com escopo amplo e devidamente planejado, amplia significativamente as chances de êxito na obtenção de resultados financeiros concretos, sem impor sobrecarga à Administração com diligências pontuais, o que contribui para a redução de custos operacionais e a maximização da eficiência. Nesse contexto, revela-se fundamental a contratação de assessoria técnica especializada, considerando que a demanda em questão diz respeito a um passivo acumulado que excede a capacidade operacional e técnica da estrutura administrativa existente.

A criação de uma estrutura interna específica para atender a essa demanda pontual implicaria gastos adicionais ao erário, além de exigir tempo considerável para capacitação, implantação de rotinas, ajustes processuais e correção de falhas, o que tornaria a operação não apenas mais onerosa, mas também altamente arriscada, diante da ausência de servidores com formação, experiência e qualificação técnica suficientes para a complexidade do serviço envolvido.

Ademais, as atividades a serem desempenhadas exigem a disponibilidade de equipe especializada, com domínio de procedimentos específicos de assessoria, planejamento tributário e fiscal, além do uso de ferramentas tecnológicas adequadas, como softwares próprios para análise, controle e recuperação de créditos.

o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Neste cenário, a contratação direta por inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, mostra-se juridicamente adequada, tendo em vista que:

- Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual;
- O objeto é singular, pela complexidade, especificidade e necessidade de abordagem individualizada;
- A empresa a ser contratada deverá possuir notória especialização, conforme definido no §3º do mesmo artigo, com comprovada expertise técnica e reputação consolidada.

O procedimento está respaldado, ainda, pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, que admite exceções à obrigatoriedade de licitação, desde que previstas em lei. A inexigibilidade, embora constitua exceção, exige observância de procedimento administrativo formal, com justificativa técnica e demonstração da vantajosidade da contratação, como ora se apresenta.

Cumpre destacar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 17, a razoabilidade do valor contratado poderá ser aferida com base em propostas anteriores firmadas pela contratada com outros entes públicos ou privados, o que será considerado no processo.

Dessa forma, torna-se estratégica, necessária e vantajosa a contratação dos serviços técnicos especializados, como meio eficiente de atender à demanda represada com segurança, agilidade e respaldo técnico adequado, sem comprometer a estrutura funcional do Município.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES? SE NÃO ESTIVER, APRESENTAR JUSTIFICATIVA.

Não, uma vez que ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de serviços de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria visando a recuperação de créditos e incremento da receita municipal envolve um amplo trabalho de análise e recuperação dos créditos, motivo pelo qual será dividido em etapas.

Os serviços envolvem a análise e posterior das s retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP) , em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

Fluxograma das Etapas do Serviço:

1. **Acesso e coleta de dados**
   - → Levantamento de documentos fiscais e contábeis
   - → Requisição de arquivos eletrônicos e dados estruturados

2. **Análise técnica**
   - → Revisão da folha de pagamento
   - → Identificação de inconsistências e recolhimentos indevidos

3. **Geração de relatórios e pareceres técnicos**
   - → Consolidação das informações apuradas
   - → Quantificação dos créditos tributários passíveis de recuperação

4. **Elaboração e protocolização dos processos administrativos**
   - → Preparação da documentação necessária
   - → Instauração e acompanhamento processual

5. **Recuperação e compensação dos créditos**
   - → Monitoramento de deferimentos
   - → Lançamento contábil das receitas recuperadas
   - → Encaminhamento de relatórios finais à Administração

6. **Encerramento contratual com prestação de contas**
   - → Apresentação de resultados consolidados
   - → Proposição de boas práticas para continuidade interna

Considerando todas as etapas, estima-se que para a conclusão integral do serviço, será demandado um prazo total de até 12 meses.

Ademais, são requisitos da Contratação:

a) A empresa contratada deverá primar pelo perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigará, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente.

b) Definir a metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e necessidades do Poder Executivo Municipal;

c) Após recebida a Ordem de Serviços, a empresa deverá iniciar a prestação dos serviços imediatamente;

d) Nos termos do art. 110 I, da Lei 14.133/21, a contratação será pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogáveis por igual período, até o limite de 10 (dez) anos.

Em relação à habilitação, será exigido:

I) Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, sua última alteração e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores. fls. 143/155

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício. não há

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. X N.A

II) Habilitação Fiscal e Trabalhista:

a) Cartão CNPJ. 133/134

b) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante. 137/139

c) Certidão que prove a regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho. 135

e) Declaração, sob as penas da Lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação; 158/159

f) Declaração, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7°, da Constituição Federal; 158/159

g) Para a assinatura do contrato, nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT c/c Art. 92, XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/21, o Licitante vencedor deverá apresentar, sob as penas da Lei, declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas. 158/159

III) Habilitação Técnica: fls. 1620/1625

a) Atestado de capacidade técnico-operacional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da administração direta ou indireta da união, do distrito federal, dos estados ou dos municípios, em nome da licitante, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados. Será admitido que o atestado técnico-operacional seja em nome de outra empresa, desde que apresentada a comprovação de que a nova empresa seja fruto de cisão ou incorporação e que tenha ocorrido a transferência do acervo técnico.

b) Atestado de capacidade técnico-profissional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração direta ou indireta da União, do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios, em nome de integrante do seu quadro permanente, como empregado ou sócio da sociedade, ou ainda com vínculo contratual de prestação de serviços com a empresa, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados e/ou o comprovante de inscrição no Conselho de Classe.

c) O proponente que se valer do acervo técnico de profissional de seu quadro permanente deverá comprovar o vínculo empregatício ou contratual com o proponente, quando da assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Acórdão TCU 2353/2024 - 2ª Câmara.

- Esta comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de um dos documentos relacionados abaixo:

1) Ficha de Registro de Empregados - RE, com indicação da empresa contratante; ou

2) Folha do livro de registro de empregados, com indicação da empresa contratante; ou

3) Ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado de Capacidade Técnica; ou

4) Contrato de prestação de serviços, com prazo superior ao período de experiência previsto na legislação; ou

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

d) Termo de compromisso da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item anterior, será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto.

- Deverá o termo supra ser assinado, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável(is) técnico(s), indicado(s).

e) A Proponente deverá comprovar que a equipe que prestará os serviços terá, pelo menos, 01 advogado e 01 contador, sem limite, contudo, em relação aos demais membros da equipe.

IV) Habilitação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da proposta comercial, de acordo com a Lei 14.133/2021; em caso de empresa em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021. 139

A presente contratação deverá obedecer às normas vigentes

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

A quantidade a ser contratada refere-se a um único serviço que deverá envolver a identificação, junto à Prefeitura, dos valores passíveis de recuperação, considerando os últimos 60 meses, com a seleção dos documentos relacionados à prestação do serviço (dispostos no Item 3), agrupamento e apuração das informações com posterior elaboração e acompanhamento do pedido de compensação ou restituição (conforme Item 3)

Os quantitativos apresentados são fundamentais para garantir a abrangência e a eficácia do trabalho a ser realizado, permitindo o aumento na eficiência da restituição ou compensação a ser realizada.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a natureza do objeto a ser contratado, que envolve a prestação de serviços técnicos especializados, com ênfase em na identificação de créditos tributários passíveis de recuperação e a efetiva recuperação destes, verifica-se tratar-se de atividade predominantemente intelectual, cujo desempenho exige conhecimento técnico aprofundado, experiência comprovada e domínio metodológico específico, não sendo possível sua execução por meio de soluções padronizadas ou generalistas.

Contratação de assessoria e consultoria técnica especializada visando a recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP) , em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

Adicionalmente, trata-se de objeto de natureza singular, uma vez que as particularidades envolvidas — como a análise minuciosa de bases de dados internas, cruzamento de informações contábeis e fiscais, adequação a decisões judiciais de repercussão geral, além da formulação de estratégias de recuperação de receitas — tornam o serviço incomum ao cotidiano administrativo, distinguindo-se de outras contratações similares por sua complexidade, especificidade e grau de customização necessário à realidade do Município.

Nesse contexto, a legislação aplicável, especialmente o art. 74, inciso III da Lei nº 14.133/2021, admite a contratação por inexigibilidade de licitação quando se tratar da contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, condição esta que se verifica plenamente configurada no caso em questão.

A notória especialização pressupõe a comprovação de que o contratado detém conhecimento e experiência reconhecidos no mercado, decorrentes de atuação prévia exitosa, publicações, ou capacitação específica, o que se mostra imprescindível para assegurar precisão técnica, confiabilidade jurídica e efetividade financeira na execução dos serviços propostos.

Após análise criteriosa do mercado e das alternativas de contratação disponíveis, verificou-se que a modalidade de inexigibilidade de licitação mostra-se a mais adequada e segura juridicamente, tendo em vista que:

O serviço exige expertise única e atuação personalizada;

- Há risco elevado de prejuízo à Administração caso o serviço seja prestado por profissional ou empresa sem experiência específica;

- A economicidade e o retorno financeiro da contratação estão diretamente ligados à qualidade técnica do executor;

- O objeto contratual não é passível de competição, uma vez que não existem, no mercado, múltiplos prestadores que atendam, simultaneamente, às exigências de capacidade técnica, metodológica e especialização.

Este Estudo Técnico Preliminar destaca que, após uma análise cuidadosa, não foram identificadas alternativas viáveis além da adoção da inexigibilidade de licitação. Isto porque este é o instrumento jurídico mais compatível com a natureza do serviço a ser prestado, observando os princípios da eficiência, legalidade, interesse público e responsabilidade fiscal. Portanto, está planejada a realização de um procedimento de inexigibilidade de licitação, com posterior elaboração de um contrato de eficiência, nos termos dos art. 74, III e art. 110, ambos da Lei 14.133/21.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Instrução Normativa 65/2021, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Art. 62, define a necessidade de realização de pesquisa de preços nos estudos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos licitatórios.

Conforme já exposto, o serviço a ser contratado envolve alta expertise técnica, atrelada às demandas próprias de cada ente público, assim, as peculiaridades inerentes ao objeto contratado inviabilizam a realização de uma pesquisa de mercado ampla e eficaz baseada em metodologias padronizadas, como amostragens genéricas ou parâmetros de preços de referência. Isso se deve ao fato de que o contingente de prestadores de serviços com capacidade técnica comprovada para executar as atividades demandadas é significativamente reduzido e de natureza altamente restritiva, limitando sobremaneira o universo de comparação.

Além disso, a natureza personalizada e especializada do serviço — que exige adaptação integral aos sistemas internos já em uso pelo Município, incluindo plataformas de contabilidade pública, gestão de contratos administrativos e controle de fluxo orçamentário — afasta qualquer possibilidade de homogeneização entre propostas. Essa

necessidade de customização gera variabilidade técnica e operacional que compromete a comparabilidade objetiva dos orçamentos apresentados, tornando ineficaz a aplicação de mecanismos tradicionais de pesquisa de preços.

Dessa forma, a ausência de parâmetros uniformes e a exigência de soluções sob medida implicam a inadequação de métodos convencionais de levantamento de valores de mercado, demandando, por consequência, abordagem específica e fundamentada para garantir a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

Após a realização de pesquisa detalhada no Portal de Compras Públicas, não foi possível identificar contratos vigentes que possuam objeto idêntico ao ora pretendido pela via administrativa. Tal ausência de registros demonstra a singularidade e a especificidade do objeto, o que reforça a dificuldade de obtenção de parâmetros comparativos diretos para a formação do preço.

Não obstante, com o intuito de estabelecer uma base de referência e garantir maior segurança na estimativa de custos, foram identificadas contratações com escopo semelhante, ainda que não integralmente coincidente, as quais foram consideradas como indicativo aproximado de preço médio praticado no mercado para serviços da mesma natureza. Ressalte-se que tais valores devem ser interpretados apenas como referência auxiliar, em razão das diferenças técnicas, metodológicas e de complexidade entre os serviços correlatos e o objeto específico pretendido:

Município	Nº Contrato	Objeto	Valor Remuneração
Jequitinhonha/MG	Contrato nº 081/2025	Recuperação IR - Via Judicial	20% sobre o êxito (Pagos pelo Município)
Bom Conselho/PE	Contrato nº 109/2025	Recuperação IR - Via Judicial	20% sobre o êxito (Pagos pelo Município)
Cocalzinho de Goiás/GO	Contrato nº 129/2025	Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários	R$ 0,20 (vinte centavos) a cada R$ 1,00 (um real) recuperados.
Minas Novas/MG	Contrato nº 079/2025	Recuperação IR - Via Judicial	20% sobre o êxito (Pagos pelo Município)
Machado/MG	Contrato nº 099/2025	Recuperação de valores devidos a título de FPM	R$ 0,20 (vinte centavos) a cada R$ 1,00 (um real) recuperados.
Santana do Deserto/MG	Contrato nº 189/2025	Recuperação de Valores pagos à Cemig	25% sobre o êxito (Pagos pelo Município)
Santana do	Contrato nº 182/2025	Recuperação de Créditos	20% sobre o êxito (Pagos pelo

Deserto/MG		Tributários e Não Tributários (Contribuições Previdenciárias)	Município)
Januária/MG	Contrato nº 401/2025	Recuperação de valores devidos a título de FPM	R$ 0,20 (vinte centavos) a cada R$ 1,00 (um real) recuperados.
Ipirá/BA	Contrato 32/2025-INEX	Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários (Contribuições	R$ 0,20 (vinte centavos) a cada R$ 1,00 (um real) recuperados.
Santa Luzia/BA	Contrato 29/2025-1	Recuperação de valores devidos a título de FUNDEF	R$ 0,20 (vinte centavos) a cada R$ 1,00 (um real) recuperados.

Com fundamento na análise dos 10 (dez) contratos de natureza similar que serviram como parâmetro comparativo, constata-se que a média praticada pelo mercado para a remuneração de serviços voltados à recuperação de valores — seja no âmbito administrativo, seja na esfera judicial — situa-se em aproximadamente 20% (vinte por cento) sobre o montante efetivamente recuperado. Em termos financeiros, essa média corresponde ao equivalente a R$ 0,20 (vinte centavos) para cada R$ 1,00 (um real) restituído ou compensado.

A presente contratação que se almeja realizar, demonstram condições mais vantajosas à Administração, ao fixarem o percentual de remuneração em R$ 0,18 (dezoito centavos) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado ou compensado. Tal valor, inferior à média observada, evidencia não apenas a adequação econômica da proposta, mas também o atendimento aos princípios norteadores da gestão pública, notadamente os da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

Ademais, a adoção de critério de pagamento condicionado exclusivamente ao êxito da recuperação garante à Administração Municipal um modelo de contratação de risco mitigado, com remuneração atrelada à efetiva geração de resultados financeiros.

De forma estimativa, com base nos valores das contribuições realizadas pelo Município de Mariana, o valor estimado a ser recuperado/compensado pelo Município é de R$ 11.830.729,00 (onze milhões, oitocentos e trinta mil, setecentos e vinte e nove reais).

A remuneração justa do contratado, em razão da qualificação e experiência exigidos para a execução do serviço será de até 18% do valor efetivamente recuperado/compensado

pelo Município, o que representa uma estimativa do valor da contratação de R$ 2.129.531,00 (Dois milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e um reais).

Referido montante, porquanto calculado de forma proporcional ao êxito, poderá sofrer acréscimos ou decréscimos, sempre proporcionais ao efetivo valor recuperado aos cofres do Município.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A solução proposta consiste na contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária, com foco na recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP) , em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

O escopo da solução inclui a realização de diagnóstico detalhado a partir do exame minucioso de dados fiscais, financeiros e contábeis disponibilizados pelo Município, envolvendo, entre outros elementos, arquivos da folha de pagamento, guias de recolhimento, declarações acessórias, notas fiscais eletrônicas e demais documentos relacionados à arrecadação tributária e ao cumprimento de obrigações principais e acessórias junto aos órgãos arrecadadores.

Com base nessa análise, a empresa contratada deverá elaborar relatórios técnicos e pareceres analíticos, que demonstrem de forma clara e fundamentada as inconsistências apuradas, a base legal para a restituição ou compensação de valores pagos indevidamente, bem como a identificação de eventuais passivos ocultos que possam comprometer a regularidade fiscal do Município.

Além disso, caberá à contratada a elaboração de toda a documentação necessária para a constituição e instauração dos processos administrativos ou judiciais cabíveis, com vistas à restituição ou compensação dos valores apurados como créditos tributários de titularidade do Município. Esta etapa incluirá, também, o acompanhamento técnico e jurídico dos trâmites processuais, até a efetiva recuperação ou compensação dos valores pleiteados, nos termos da legislação vigente.

A contratação visa, ainda, suprir a ausência de corpo técnico interno especializado e de ferramentas específicas de análise tributária, evitando a necessidade de estruturação orgânica própria para uma demanda pontual e tecnicamente complexa, reduzindo custos

operacionais e mitigando riscos de improdutividade ou equívocos técnicos que poderiam comprometer o êxito da recuperação de créditos.

Por fim, destacamos que não haverá oneração orçamentária inicial, pois o pagamento está condicionado ao êxito.

Portanto, a solução como um todo representa uma resposta estratégica da Administração Pública Municipal para aprimorar seus mecanismos de controle, eficiência fiscal e incremento de receita, mediante a contratação de empresa com reconhecida especialização na matéria, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com o produto da assessoria e consultoria, pretende-se modernizar o trabalho de arrecadação e controle fiscal do Município, aumentando a receita própria e assegurando que todos os créditos devidos sejam efetivamente recolhidos aos cofres públicos municipais.

Indicadores de Resultado Esperados:

- Valor total de créditos tributários identificados (R$)
- Valor efetivamente recuperado ou compensado (R$)
- Relatórios técnicos e pareceres elaborados no prazo estabelecido

Forma de Mensuração dos Benefícios:

A mensuração dos benefícios decorrentes da contratação será realizada por meio de indicadores quantitativos e qualitativos, a serem apurados e monitorados em ciclos periódicos, tais como:

- Comparativo entre os valores efetivamente restituídos ou compensados e os valores originalmente pagos indevidamente.
- Relatórios mensais de desempenho técnico, com apresentação de metas atingidas e pendências em aberto.
- Auditoria de controle interno e externo sobre os procedimentos realizados, garantindo a conformidade legal e fiscal.
- Economia estimada a partir da correção de rotinas administrativas e fiscais com potencial reflexo nos exercícios seguintes.
- Avaliação qualitativa da melhoria nos procedimentos internos e transferência de conhecimento para os servidores municipais.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, nem quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta
demanda.
(X) Não.
( ) Sim.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

(X) Não.
( ) Sim, apesar da existência de impactos ambientais, a empresa deverá se atentar à implementação de práticas sustentáveis, reduzindo o impacto ambiental por meio de escolhas responsáveis de materiais e processos produtivos.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim

Mariana, 04 de setembro de 2025

Karine Ferreira Magalhães
Responsável pela elaboração do Estudo Técnico Preliminar

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP: 35.420-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

PREFEITURA DE
MARIANA
CONSTRUINDO UMA NOVA HISTÓRIA!

TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP) , EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

O presente termo de referência visa a fixação de condições técnicas gerais/específica mínimas a serem obedecidas na contratação de assessoria e consultoria técnica especializada visando a recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP) , em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação alinha-se às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública, em especial no que tange à eficiência arrecadatória, à racionalização de despesas tributárias e à ampliação da capacidade de investimento público, com vistas à melhoria dos serviços prestados à população.

A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle fiscal, otimização da despesa pública e recuperação de créditos tributários que possam ter sido indevidamente recolhidos ou deixados de ser aproveitados pela Administração Pública Municipal.

A assessoria especializada tem por finalidade promover a verificação detalhada da regularidade das obrigações tributárias acessórias e principais, com potencial de gerar economia, recuperar valores e corrigir distorções, contribuindo diretamente para o equilíbrio das contas públicas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), os entes públicos estão submetidos a rigorosas normas de controle e transparência na gestão fiscal. A inobservância desses preceitos pode acarretar sanções institucionais e pessoais ao gestor, previstas, inclusive, na Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

A Administração Municipal em todo o Brasil enfrenta desafios típicos de gestão fiscal, como o desequilíbrio entre receitas e despesas correntes, o que compromete a capacidade de investimento e a efetivação de políticas públicas essenciais.

Entretanto, observa-se que fontes alternativas de receita – frequentemente classificadas como receitas de segunda linha – têm potencial de reforçar o orçamento público, desde que adequadamente exploradas com apoio técnico especializado.

Ocorre, contudo, que a busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva de mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

A complexidade envolvida na análise e recuperação de créditos tributários exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

A criação de uma estrutura interna para essa finalidade demandaria altos custos de capacitação, tempo para implementação e risco de ineficiência, diante do caráter pontual e técnico da demanda.

Desta feita, resta devidamente evidenciada a vantagem para a Administração Municipal advinda da prestação de serviços especializados, prestados por uma Empresa privada com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal.

O modelo proposto de contratação baseia-se no pagamento condicionado ao êxito, ou seja, a empresa contratada será remunerada apenas com base nos benefícios efetivamente obtidos pela Administração, seja pela entrada de recursos no erário, seja pela redução de desembolsos indevidos. o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Se por um lado, em razão da previsão contratual, não haverá remuneração prévia da Contratada, mas tão somente com base no efetivo benefício obtido pela Administração, por outro lado, a Administração é beneficiada em diversas frentes, como o conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, além da clara e evidente aferição de nova fonte de receita para o erário, fonte esta que não seria alcançada pela municipalidade sem a assessoria técnica especializada.

Esse modelo assegura a proporcionalidade entre o custo da contratação e os resultados financeiros obtidos, além de eliminar riscos financeiros para o Município.

Adicionalmente, proporciona transferência de conhecimento, melhoria nos processos internos e incremento na arrecadação tributária, sem a necessidade de expandir a estrutura administrativa municipal.

A realização de um trabalho estruturado, com escopo amplo e devidamente planejado, amplia significativamente as chances de êxito na obtenção de resultados financeiros concretos, sem impor sobrecarga à Administração com diligências pontuais, o que contribui para a redução de custos operacionais e a maximização da eficiência. Nesse contexto, revela-se fundamental a contratação de assessoria técnica especializada, considerando que a demanda em questão diz respeito a um passivo acumulado que excede a capacidade operacional e técnica da estrutura administrativa existente.

A criação de uma estrutura interna específica para atender a essa demanda pontual implicaria gastos adicionais ao erário, além de exigir tempo considerável para capacitação, implantação de rotinas, ajustes processuais e correção de falhas, o que tornaria a operação não apenas mais onerosa, mas também altamente arriscada, diante da ausência de servidores com formação, experiência e qualificação técnica suficientes para a complexidade do serviço envolvido.

Ademais, as atividades a serem desempenhadas exigem a disponibilidade de equipe especializada, com domínio de procedimentos específicos de assessoria, planejamento tributário e fiscal, além do uso de ferramentas tecnológicas adequadas, como softwares próprios para análise, controle e recuperação de créditos.

o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Neste cenário, a contratação direta por inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, mostra-se juridicamente adequada, tendo em vista que:

- Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual;
- O objeto é singular, pela complexidade, especificidade e necessidade de abordagem individualizada;
- A empresa a ser contratada deverá possuir notória especialização, conforme definido no §3º do mesmo artigo, com comprovada expertise técnica e reputação consolidada.

O procedimento está respaldado, ainda, pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, que admite exceções à obrigatoriedade de licitação, desde que previstas em lei. A inexigibilidade, embora constitua exceção, exige observância de procedimento administrativo formal, com justificativa técnica e demonstração da vantajosidade da contratação, como ora se apresenta.

Cumpre destacar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 17, a razoabilidade do valor contratado poderá ser aferida com base em propostas anteriores firmadas pela contratada com outros entes públicos ou privados, o que será considerado no processo.

Dessa forma, torna-se estratégica, necessária e vantajosa a contratação dos serviços técnicos especializados, como meio eficiente de atender à demanda represada com segurança, agilidade e respaldo técnico adequado, sem comprometer a estrutura funcional do Município.

DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

Considerando a natureza técnica dos serviços a serem contratados, bem como a expertise a ser implementada na contratação, aliada à necessidade de padronização de métodos de coleta de dados, análise e acompanhamento dos processos administrativos, a contratação não pode ser parcelada.

Ao concentrar essas atribuições sob um único contrato, garante-se maior eficiência na gestão dos recursos, no cumprimento dos cronogramas e na fiscalização das atividades, assegurando que o serviço atinja, efetivamente, seu objetivo, com eficiência e eficácia.

Além disso, a unificação da contratação para um único prestador facilita a coordenação de equipes, o planejamento integrado dos suprimentos e a adoção de soluções sinérgicas, reduzindo a possibilidade de incompatibilidades que poderiam ocorrer em contratações fracionadas.

DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Não será permitida a participação de consórcios.

DA SUBCONTRATAÇÃO PARCIAL DO OBJETO

Considerando a natureza da contratação, é vedada a subcontratação do objeto.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO/OBJETO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria tributária, com foco na recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas

e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP) , em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

O escopo da solução inclui a realização de diagnóstico detalhado a partir do exame minucioso de dados fiscais, financeiros e contábeis disponibilizados pelo Município, envolvendo, entre outros elementos, arquivos da folha de pagamento, guias de recolhimento, declarações acessórias, notas fiscais eletrônicas e demais documentos relacionados à arrecadação tributária e ao cumprimento de obrigações principais e acessórias junto aos órgãos arrecadadores.

Com base nessa análise, a empresa contratada deverá elaborar relatórios técnicos e pareceres analíticos, que demonstrem de forma clara e fundamentada as inconsistências apuradas, a base legal para a restituição ou compensação de valores pagos indevidamente, bem como a identificação de eventuais passivos ocultos que possam comprometer a regularidade fiscal do Município.

Além disso, caberá à contratada a elaboração de toda a documentação necessária para a constituição e instauração dos processos administrativos ou judiciais cabíveis, com vistas à restituição ou compensação dos valores apurados como créditos tributários de titularidade do Município. Esta etapa incluirá, também, o acompanhamento técnico e jurídico dos trâmites processuais, até a efetiva recuperação ou compensação dos valores pleiteados, nos termos da legislação vigente.

A contratação visa, ainda, suprir a ausência de corpo técnico interno especializado e de ferramentas específicas de análise tributária, evitando a necessidade de estruturação orgânica própria para uma demanda pontual e tecnicamente complexa, reduzindo custos operacionais e mitigando riscos de improdutividade ou equívocos técnicos que poderiam comprometer o êxito da recuperação de créditos.

Por fim, destacamos que não haverá oneração orçamentária inicial, pois o pagamento está condicionado ao êxito.

Portanto, a solução como um todo representa uma resposta estratégica da Administração Pública Municipal para aprimorar seus mecanismos de controle, eficiência fiscal e incremento de receita, mediante a contratação de empresa com reconhecida especialização na matéria, conforme as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Instrução Normativa 65/2021, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no Art. 62, define a necessidade de realização de pesquisa de preços nos estudos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos licitatórios.

Conforme já exposto, o serviço a ser contratado envolve alta expertise técnica, atrelada às demandas próprias de cada ente público, assim, as peculiaridades inerentes ao objeto contratado inviabilizam a realização de uma pesquisa de mercado ampla e eficaz baseada em metodologias padronizadas, como amostragens genéricas ou parâmetros de preços de referência. Isso se deve ao fato de que o contingente de prestadores de serviços com capacidade técnica comprovada para executar as atividades demandadas é significativamente reduzido e de natureza altamente restritiva, limitando sobremaneira o universo de comparação.

Além disso, a natureza personalizada e especializada do serviço — que exige adaptação integral aos sistemas internos já em uso pelo Município, incluindo plataformas de contabilidade pública, gestão de contratos administrativos e controle de fluxo orçamentário — afasta qualquer possibilidade de homogeneização entre propostas. Essa necessidade de customização gera variabilidade técnica e operacional que compromete a comparabilidade objetiva dos orçamentos apresentados, tornando ineficaz a aplicação de mecanismos tradicionais de pesquisa de preços.

Dessa forma, a ausência de parâmetros uniformes e a exigência de soluções sob medida implicam a inadequação de métodos convencionais de levantamento de valores de mercado, demandando, por consequência, abordagem específica e fundamentada para garantir a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

Após a realização de pesquisa detalhada no Portal de Compras Públicas, não foi possível identificar contratos vigentes que possuam objeto idêntico ao ora pretendido pela via administrativa. Tal ausência de registros demonstra a singularidade e a especificidade do objeto, o que reforça a dificuldade de obtenção de parâmetros comparativos diretos para a formação do preço.

A presente contratação que se almeja realizar, demonstram condições mais vantajosas à Administração, ao fixarem o percentual de remuneração em R$ 0,18 (dezoito centavos) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente recuperado ou compensado. Tal valor, inferior à média observada, evidencia não apenas a adequação econômica da proposta, mas também o atendimento aos princípios norteadores da gestão pública, notadamente os da eficiência, economicidade e supremacia do interesse público.

Ademais, a adoção de critério de pagamento condicionado exclusivamente ao êxito da recuperação garante à Administração Municipal um modelo de contratação de risco mitigado, com remuneração atrelada à efetiva geração de resultados financeiros.

De forma estimativa, com base nos valores das contribuições realizadas pelo Município de Mariana, o valor estimado a ser recuperado/compensado pelo Município é de R$ 11.830.729,00 (onze milhões, oitocentos e trinta mil, setecentos e vinte e nove reais).

A remuneração justa do contratado, em razão da qualificação e experiência exigidos para a execução do serviço será de até 18% do valor efetivamente recuperado/compensado pelo Município, o que representa uma estimativa do valor da contratação de R$ 2.129.531,00 (Dois milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e um reais).

Referido montante, porquanto calculado de forma proporcional ao êxito, poderá sofrer acréscimos ou decréscimos, sempre proporcionais ao efetivo valor recuperado aos cofres do Município.

DAS CONDIÇÕES E PRAZOS O PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de vigência do contrato e de execução dos serviços será de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado até o limite de 10 (dez) anos, nos termos do art. 110, I, da Lei 14.133/21.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços envolvem a assessoria e consultoria técnica especializada visando a recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP) , em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

Fluxograma das Etapas do Serviço:

1. **Acesso e coleta de dados**
   → Levantamento de documentos fiscais e contábeis
   → Requisição de arquivos eletrônicos e dados estruturados

2. **Análise técnica**
   - → Revisão da folha de pagamento
   - → Identificação de inconsistências e recolhimentos indevidos

3. **Geração de relatórios e pareceres técnicos**
   - → Consolidação das informações apuradas
   - → Quantificação dos créditos tributários passíveis de recuperação

4. **Elaboração e protocolização dos processos administrativos e/ou judiciais**
   - → Preparação da documentação necessária
   - → Instauração e acompanhamento processual

5. **Recuperação e compensação dos créditos**
   - → Monitoramento de deferimentos
   - → Lançamento contábil das receitas recuperadas
   - → Encaminhamento de relatórios finais à Administração

6. **Encerramento contratual com prestação de contas**
   - → Apresentação de resultados consolidados
   - → Proposição de boas práticas para continuidade interna

Considerando todas as etapas, estima-se que para a conclusão integral do serviço, será demandado um prazo total de até 12 meses.

Ademais, são requisitos da Contratação:

a) A empresa contratada deverá primar pelo perfeito cumprimento dos serviços a que se obrigará, cabendo-lhe, integralmente, o ônus decorrente.
b) Definir a metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e necessidades do Poder Executivo Municipal;
c) Após recebida a Ordem de Serviços, a empresa deverá iniciar a prestação dos serviços imediatamente;
d) Nos termos do art. 110 I, da Lei 14.133/21, a contratação será pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogáveis por igual período, até o limite de 10 (dez) anos.

Em relação à habilitação, será exigido:

I) Habilitação Jurídica:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual, sua última alteração e comprovação de pertinência entre o ramo de atividade e o objeto licitado.

b) Ato constitutivo, estatuto, contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores.

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II) Habilitação Fiscal e Trabalhista:

a) Cartão CNPJ.

b) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante.

c) Certidão que prove a regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

d) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho.

e) Declaração, sob as penas da Lei, de que inexistem fatos impeditivos da sua habilitação;

f) Declaração, sob as penas da Lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º, da Constituição Federal;

g) Para a assinatura do contrato, nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT c/c Art. 92, XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/21, o Licitante vencedor deverá apresentar, sob as penas da Lei, declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

III) Habilitação Técnica:

a) Atestado de capacidade técnico-operacional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da administração direta ou indireta da união, do distrito federal, dos estados ou dos municípios, em

nome da licitante, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados. Será admitido que o atestado técnico-operacional seja em nome de outra empresa, desde que apresentada a comprovação de que a nova empresa seja fruto de cisão ou incorporação e que tenha ocorrido a transferência do acervo técnico.

b) Atestado de capacidade técnico-profissional, passado por pessoa jurídica de direito privado ou por órgão da Administração direta ou indireta da União, do Distrito Federal, dos Estados ou dos Municípios, em nome de integrante do seu quadro permanente, como empregado ou sócio da sociedade, ou ainda com vínculo contratual de prestação de serviços com a empresa, comprovando a realização de serviços da mesma natureza dos aqui licitados e/ou o comprovante de inscrição no Conselho de Classe.

c) O proponente que se valer do acervo técnico de profissional de seu quadro permanente deverá comprovar o vínculo empregatício ou contratual com o proponente, quando da assinatura do instrumento contratual, conforme disposto no Acórdão TCU 2353/2024 - 2ª Câmara.

- Esta comprovação deverá ser feita por meio da apresentação de um dos documentos relacionados abaixo:

1) Ficha de Registro de Empregados - RE, com indicação da empresa contratante; ou

2) Folha do livro de registro de empregados, com indicação da empresa contratante; ou

3) Ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, no qual conste o nome do detentor do Atestado de Capacidade Técnica; ou

4) Contrato de prestação de serviços, com prazo superior ao período de experiência previsto na legislação; ou

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

d) Termo de compromisso da empresa licitante de que o(s) responsável(is) técnico(s), detentor(es) do(s) atestado(s) referido(s) no item anterior, será(ão) o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto.

- Deverá o termo supra ser assinado, em conjunto, pelo representante legal da empresa e pelo(s) responsável(is) técnico(s), indicado(s).

e) A Proponente deverá comprovar que a equipe que prestará os serviços terá, pelo menos, 01 advogado e 01 contador, sem limite, contudo, em relação aos demais membros da equipe.

IV) Habilitação Econômico-Financeira:

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

b) Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação da proposta comercial, de acordo com a Lei 14.133/2021; em caso de empresa em recuperação judicial, certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, nos termos da Lei 14.133/2021.

A presente contratação deverá obedecer às normas vigentes

DECLARAÇÕES

Declaração de inexistência de fatos impeditivos para a habilitação da licitante, no presente certame, conforme modelo contido no edital;

Declaração de atendimento aos requisitos do edital e de que a empresa possui capacidade técnico-operacional, conforme modelo contido no edital.

Declaração, assinada pelo representante legal da empresa, que a mesma não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, conforme modelo contido no edital.

Declaração de que a empresa não possui em seu quadro de empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, para fins do disposto no inc. Vi, do art. 68, da lei n.º 14.133/2021.

Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social.

Declaração formal de disponibilidade para o item que propõe, declarando que a licitante possui todos os equipamentos, material e pessoal técnico e de apoio previstos neste edital, observando todas as exigências do projeto básico, suficiente para atender as frentes de trabalho, simultaneamente, para a execução dos serviços com excelência,

comprovando assim a capacidade operacional igual ou superior ao exigido para o item proposto, devendo estar assinada pelo representante legal da empresa.

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Início da execução do objeto: homologada a inexigibilidade de licitação e assinado(s) o(s) contrato(s), o Município de Mariana por intermédio da Secretaria Municipal de Administração emitirá a ordem de serviço para a contratada, que imediatamente iniciará a prestação de serviço.

O serviço se dará em conformidade com o previsto no cronograma físico financeiro e especificações.

No caso de impossibilidade de execução do serviço, ou atraso para início do mesmo por parte da empresa, esta deve comunicar à administração, no prazo de 24 horas o motivo pelo qual não será possível o cumprimento da ordem de serviço.

Os serviços exigem atendimento dentro dos prazos máximos fixados pela secretaria em reunião inicial, devidamente registrados em ata. Para cada uma das suas modalidades, requer-se que a contratada esteja disponível para atender todos os dias do ano, com possibilidade de executar ou concluir serviços fora do horário comercial, face à sua urgência e/ou gravidade, quer seja por prorrogação da jornada de trabalho ou revezamento de equipes, quando necessário.

Cronograma de realização dos serviços será o apresentado pela contratada, e deverá ser seguido, a fim que que o serviço seja finalizado dentro do prazo previsto.

O serviço se dará em conformidade com o previsto nos projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, que integram este instrumento.

Para execução dos serviços a contratada deverá ter como parâmetro as normas técnicas da ABNT pertinentes de acordo com os serviços a serem executados.

A contratada deverá executar os serviços conforme o cronograma físico apresentado, mas se no decorrer da execução, houver necessidade de alteração no cronograma por parte da contratada e/ou por necessidade da administração, essa alteração deverá ser autorizada pelo(as) responsável (eis) da fiscalização do contrato.

A empresa contratada se responsabilizará por todas as despesas e encargos de qualquer natureza de suas contratações, necessárias à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista e quaisquer outros que incidam sobre o objeto do contrato.

Todos os serviços deverão ter aprovação do fiscal de contrato indicado pelo município, para que possa ser medido.

A contratada deverá entregar à fiscalização do contrato (contratante) um plano de trabalho, condizente com o cronograma da proposta.

CONTROLE E ACOMPANHAMENTO

O controle e o acompanhamento do plano de trabalho são realizados mensalmente na fase de execução dos serviços.

Deverá ser obrigatório a comparação do plano de trabalho que foi elaborado na fase de planejamento com o que está a ser realmente executado em serviço, a fim de evitar o surgimento de atrasos comprometedores na execução dos serviços e que poderá resultar em multas para o contratado.

Para este controle e acompanhamento serem eficazes deve ser criado um procedimento que disponibilize aos responsáveis em obra a informação, qualitativa e quantitativa (mais importante), sobre a evolução dos serviços.

O controle e acompanhamento do plano de trabalho deve ficar definidos em três fases distintas: planejamento, monitoramento e medidas corretivas.

PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

O serviço será recebido provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a nota fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente) e a nota de empenho, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no termo de referência e na proposta.

Após a finalização dos serviços, será realizada a vistoria para a emissão do termo de recebimento provisório, que descreverá os possíveis vícios construtivos encontrados e que deverão ser corrigidos pela contratada;

O serviço poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser

reparado/corrigido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 90 (noventa) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela administração, após a verificação da correta execução do serviço e consequente aceitação mediante recibo aposto na nota fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Responsabilidade de executar os serviços nos termos das especificações contidas no termo de referência, normas técnicas pertinentes;

Cumprir rigorosamente a relação de serviços constantes dos documentos de planejamento.

Executar todos os serviços em conformidade com a legislação ambiental em vigor;

Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato e atender rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, de tudo dando ciência a fiscalização, respondendo integralmente por sua omissão;

Responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao patrimônio de terceiros, em razão da execução do contrato;

Manter, durante toda execução dos serviços, todas as condições de habilitação;

O acompanhamento tecnológico ficará a cargo da contratada, independentemente da atividade fiscalizadora do órgão.

A contratada assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza cível, criminal, trabalhista, social, previdenciária, fiscal, comercial, tributária e administrativa decorrentes da execução do objeto do presente contrato.

A inadimplência da contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras, inclusive perante o registro de imóveis.

A contratada fica obrigada a comunicar imediatamente à administração contratante qualquer alteração de sua condição no processo de recuperação judicial ou extrajudicial, se for o caso.

Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da lei federal nº lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

Cumprir fielmente às disposições do contrato, no que lhe couber.

Fornecer à contratada os elementos indispensáveis ao início do serviço no prazo estabelecido no contrato.

Adotar, sempre que necessário, providências junto a terceiros, na ocorrência de dificuldades no transcurso normal do serviço.

Efetuar, na presença da contratada, a análise e aprovação dos serviços executados, visando a medição dos serviços concluídos.

Avaliar as medições e faturas apresentadas pela contratada, atestando-as para pagamento, se for o caso, observando os procedimentos estabelecidos em legislação própria e neste tr.

Realizar avaliação de desempenho da contratada ao final do contrato, afim de corresponder à pontuação prevista na lei 14.133.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O cronograma de execução da prestação de serviços é de 01 (um) ano.

O prazo estimado para realização das medições é de 05 (cinco) dias a contar do ingresso do crédito recuperado nas contas do Município ou da aprovação da compensação.

Pagamento dos serviços executados será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias após emissão da nota fiscal ou fatura respectiva, resguardada a autorização de faturamento do departamento responsável pela medição (contratante), mediante depósito em banco e conta indicados pela contratada

A emissão da nota fiscal pela CONTRATADA será autorizada pelo Departamento Responsável pela Medição (CONTRATANTE) após entrega de todos os documentos descritos necessários para elaboração do Boletim de Medição. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA e o prazo para o pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento, considerado válido pela CONTRATANTE.

A nota fiscal deverá conter todas às especificações dos serviços, conforme planilhas disponibilizadas neste Termo de Referência, e estar devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança e pela Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de servidores designados para fiscalização, acompanhamento e recebimento de materiais, bens e serviços.

Em nenhuma hipótese a Contratada terá direito ao pagamento de serviços que executar em virtude de ordens verbais;

O setor responsável pelo recebimento dos serviços encaminhará a Nota Fiscal a Contabilidade da Prefeitura. O pagamento se fará mediante a apresentação dos documentos de regularidade junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social/ INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço/FGTS, e todos os demais documentos necessários à comprovação de regularidade legal, fiscal, previdenciária e trabalhista, sem as quais o pagamento ficará retido. Na hipótese de irregularidade, o prazo para pagamento será interrompido, reiniciando a contagem a partir da data de sua regularização

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, lei nº 14.133/2021).

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 caput da lei federal n. 14.133/2021.

O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à

autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos do art. 117, §1°, da lei federal n. 14.133/2021 e do art. 11, §2° do decreto municipal n. 12.967, de 19 de janeiro de 2023.

O fiscal do contrato deverá verificar da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no capítulo vii, da lei federal n. 14.133, de 2011.

O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2°, lei n° 14.133/2021).

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5°, lei n° 14.133/2021).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, lei n° 14.133/2021).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121, caput, lei n° 14.133/2021).

A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (art. 121, §1°, lei n° 14.133/2021).

O gestor do contrato verificará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução das obras e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, em conformidade com a lei federal n° 14.133, de 2021.

O gestor do contrato coordenará todo o processo de acompanhamento e fiscalização do serviço, com registros formais do histórico de gerenciamento do empreendimento, a exemplo de ordens de início e de serviço, do registro de ocorrências, das alterações dos projetos e das prorrogações contratuais e cumprirá todas as demais obrigações relacionadas.

A contratante indicará o gestor do contrato e competirá a ele, observado o disposto na lei federal n° 14.133, de 2021, administrar o contrato ou outro documento que

vier a substituí-lo, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos gerenciais, especialmente:

Manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual, mormente cujo objeto tenha seu preço demonstrado com base em planilhas de composição de custos contidos na proposta licitatória, mantendo cópia disponível das referidas planilhas, com registro da equação econômico-financeira do contrato;

Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida;

Prover a autoridade superior de documentos e informações necessários à celebração de termo aditivo, objetivando as alterações do contrato previstas em lei, inclusive para prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após verificação da vantajosidade da prorrogação, bem como da manifestação do fiscal do contrato sobre a qualidade dos bens entregues e/ou serviços prestados;

Avaliar e se manifestar sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a serem decididos pela autoridade competente;

Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

Adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência;

Aplicar a sanção de advertência prevista no inciso i do art. 156 da lei federal nº 14.133, de 2021, por meio do procedimento administrativo sumaríssimo previsto em regulamento;

Analisar a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, conforme rol e condições dispostos no instrumento contratual e nas normas que disciplinam a execução da despesa pública, devolvendo-os ao fiscal do contrato para regularização, quando for o caso;

Incluir e conferir as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária necessárias ao pagamento, quando cabível e na ausência de fiscal administrativo do contrato, e encaminhar ao setor responsável;

Acompanhar as notas de empenho do contrato, solicitando o cancelamento de saldo, quando for o caso, respeitando a competência do exercício;

Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada nos sistemas da administração;

Realizar, quando for o caso, e acompanhar os lançamentos dos dados referentes ao contrato no site do município, verificando saldo e informando o encerramento do instrumento contratual;

Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída.

SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei n° 14.133, de 2021, a contratada que:

Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

Der causa à inexecução total do contrato;

Deixar de entregar a documentação exigida;

Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justiçado;

Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Praticar ato lesivo previsto no art. 5° da Lei Federal n. 12.846, de 1° de agosto de 2013.

Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2023:

I-Advertência;
II- Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar;
IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal n° 13.518, de 01 de agosto de 2021.

A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei n° 14.1333/21.

Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - Tumultuar a sessão pública da licitação;
II - Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
III - Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores usado por Mariana, dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
IV - Deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
V - Deixar de cumprir o modelo de gestão do contrato;

VI - Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
VII - Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
VIII - Não manter, durante a execução do contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
IX - Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
X - Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
XI - Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;
XII - Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
XIII - Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;
XIV - Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
XV - Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
XVI - Não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
XVII - Subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023.

A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração

Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

As despesas decorrentes do contrato correrão à conta da dotação orçamentária:

23.001.04.122.1.2421.3.3.90.39 Ficha: 559 Fonte:1.500

A remuneração do contratado será de 18% do valor efetivamente recuperado/compensado pelo Município, o que representa uma estimativa do valor da contratação de R$ 2.129.531,22 (dois milhões, cento e vinte e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos).

Referido montante, porquanto calculado de forma proporcional ao êxito, poderá sofrer acréscimos ou decréscimos, sempre proporcionais ao efetivo valor recuperado aos cofres do Município.

Mariana, 04 de setembro de 2025.

Karine Ferreira Magalhães
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

ANÁLISE DE RISCO

MAPA DE RISCOS

CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

RISCO	PROBABILIDADE	IMPACTO	DANO POTENCIAL	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
Planejamento deficiente	Baixa	Alto	Prejuízo no atendimento das demandas dos serviços para SEMAD e para SEPLAF	Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme a necessidades de cada órgão	Subsecretaria Gestão Operacional
Elaboração Termo de Referência Equivocado	Baixa	Alto	Utilização por parte da contratada, de serviços de baixa qualidade.	Elaborar adequadamente o TR em conformidade às características do objeto contratado e solicitar a revisão deste pelo setor competente.	Gerente de Compras

Indisponibilidade Financeira	Baixa	Médio	Não contratação do objeto licitado	Planejamento financeiro da contratação	Gerente do Departamento de Tesouraria e Contabilidade
Contratação de empresa que não tenha capacidade de executar o contrato	Baixa	Alto	Prejuízo ao atendimento das necessidades das Secretarias requisitantes	Avaliação da Capacidade Técnica Operacional da empresa	Gerente de Compras
Atraso na contratação	Baixa	Médio	Contratação de empresa não qualificada	Fiscalizar o contrato sobre a forma de execução dos serviços e cumprimento das exigências do termo de referência. Aplicar as penalidades previstas e contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas.	Fiscal designado
Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à contratada	Baixa	Alto	Fornecedor se recusa a realizar entrega do serviço	Planejamento financeiro	Gerente do Departamento do Tesouraria e Contabilidade

Execução do objeto em desacordo com o acordado	Baixa	Alto	Prejuízo ao erário	Elaboração do termo de referência e especificações técnicas adequadas, fiscalização de contrato eficiente e fiscalização da entrega do objeto.	Subsecretaria Gestão de Operacional Fiscal Designado

Certificamos que a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE MARIANA é responsável pela elaboração do presente documento que materializa o Gerenciamento de Riscos da presente contratação.

Mariana, 04 de setembro de 2025.

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

OBJETO: Contratação de assessoria e consultoria técnica especializada visando a recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à receita federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP), em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

A presente contratação alinha-se às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública, em especial no que tange à eficiência arrecadatória, à racionalização de despesas tributárias e à ampliação da capacidade de investimento público, com vistas à melhoria dos serviços prestados à população.

A contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle fiscal, otimização da despesa pública e recuperação de créditos tributários que possam ter sido indevidamente recolhidos ou deixados de ser aproveitados pela Administração Pública Municipal.

A assessoria especializada tem por finalidade promover a verificação detalhada da regularidade das obrigações tributárias acessórias e principais, com potencial de gerar economia, recuperar valores e corrigir distorções, contribuindo diretamente para o equilíbrio das contas públicas.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), os entes públicos estão submetidos a rigorosas normas de controle e transparência na gestão fiscal. A inobservância desses preceitos pode acarretar sanções institucionais e pessoais ao gestor, previstas, inclusive, na Lei nº 10.028/2000 (Lei de Crimes Fiscais).

A Administração Municipal em todo o Brasil enfrenta desafios típicos de gestão fiscal, como o desequilíbrio entre receitas e despesas correntes, o que compromete a capacidade de investimento e a efetivação de políticas públicas essenciais.

Entretanto, observa-se que fontes alternativas de receita – frequentemente classificadas como receitas de segunda linha – têm potencial de reforçar o orçamento público, desde que adequadamente exploradas com apoio técnico especializado.

Ocorre, contudo, que a busca destes novos recursos é relegada ao segundo plano das atividades, devido ao seu elevado grau de complexidade e incerteza aliadas à necessidade expressiva de mão de obra especializada, muitas vezes indisponível nos quadros funcionais dos Municípios.

A complexidade envolvida na análise e recuperação de créditos tributários exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

A criação de uma estrutura interna para essa finalidade demandaria altos custos de capacitação, tempo para implementação e risco de ineficiência, diante do caráter pontual e técnico da demanda.

Desta feita, resta devidamente evidenciada a vantagem para a Administração Municipal advinda da prestação de serviços especializados, prestados por uma Empresa privada com conhecimento técnico e especializado na área previdenciária, tributária, pública e fiscal.

O modelo proposto de contratação baseia-se no pagamento condicionado ao êxito, ou seja, a empresa contratada será remunerada apenas com base nos benefícios efetivamente obtidos pela Administração, seja pela entrada de recursos no erário, seja pela redução de desembolsos indevidos. o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Se por um lado, em razão da previsão contratual, não haverá remuneração prévia da Contratada, mas tão somente com base no efetivo benefício obtido pela Administração, por outro lado, a Administração é beneficiada em diversas frentes, como o conhecimento adquirido nos procedimentos e processos, além da clara e evidente aferição de nova fonte de receita para o erário, fonte esta que não seria alcançada pela municipalidade sem a assessoria técnica especializada.

Esse modelo assegura a proporcionalidade entre o custo da contratação e os resultados financeiros obtidos, além de eliminar riscos financeiros para o Município.

Adicionalmente, proporciona transferência de conhecimento, melhoria nos processos internos e incremento na arrecadação tributária, sem a necessidade de expandir a estrutura administrativa municipal.

A realização de um trabalho estruturado, com escopo amplo e devidamente planejado, amplia significativamente as chances de êxito na obtenção de resultados financeiros

concretos, sem impor sobrecarga à Administração com diligências pontuais, o que contribui para a redução de custos operacionais e a maximização da eficiência. Nesse contexto, revela-se fundamental a contratação de assessoria técnica especializada, considerando que a demanda em questão diz respeito a um passivo acumulado que excede a capacidade operacional e técnica da estrutura administrativa existente.

A criação de uma estrutura interna específica para atender a essa demanda pontual implicaria gastos adicionais ao erário, além de exigir tempo considerável para capacitação, implantação de rotinas, ajustes processuais e correção de falhas, o que tornaria a operação não apenas mais onerosa, mas também altamente arriscada, diante da ausência de servidores com formação, experiência e qualificação técnica suficientes para a complexidade do serviço envolvido.

Ademais, as atividades a serem desempenhadas exigem a disponibilidade de equipe especializada, com domínio de procedimentos específicos de assessoria, planejamento tributário e fiscal, além do uso de ferramentas tecnológicas adequadas, como softwares próprios para análise, controle e recuperação de créditos.

o que reforça sua vantajosidade: o Município apenas arcará com pagamentos à contratada caso haja efetiva recuperação ou compensação de valores, o que assegura proporcionalidade, eficiência e aderência ao interesse público.

Neste cenário, a contratação direta por inexigibilidade de licitação, prevista no art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021, mostra-se juridicamente adequada, tendo em vista que:

- Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual;
- O objeto é singular, pela complexidade, especificidade e necessidade de abordagem individualizada;
- A empresa a ser contratada deverá possuir notória especialização, conforme definido no §3º do mesmo artigo, com comprovada expertise técnica e reputação consolidada.

O procedimento está respaldado, ainda, pelo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, que admite exceções à obrigatoriedade de licitação, desde que previstas em lei. A inexigibilidade, embora constitua exceção, exige observância de procedimento administrativo formal, com justificativa técnica e demonstração da vantajosidade da contratação, como ora se apresenta.

Cumpre destacar que, de acordo com a Orientação Normativa AGU nº 17, a razoabilidade do valor contratado poderá ser aferida com base em propostas anteriores firmadas pela contratada com outros entes públicos ou privados, o que será considerado no processo.

Dessa forma, torna-se estratégica, necessária e vantajosa a contratação dos serviços técnicos especializados, como meio eficiente de atender à demanda represada com segurança, agilidade e respaldo técnico adequado, sem comprometer a estrutura funcional do Município.

04.09.2025

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração

PROPOSTA

À Prefeitura Municipal de Mariana/MG
Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Juliano Duarte
À Senhora Arlinda Gonçalves Coelho
Secretária Municipal de Administração
Data: 02/09/2025

É com grande honra que nos dirigimos à Prefeitura Municipal de Mariana/MG, município de enorme relevância no cenário político, histórico e administrativo de Minas Gerais, para apresentar a atualização da Proposta nº 32.2025-1, enviada em 07/05/2025, que passa a ser consolidada na presente Proposta nº 32.2025-2.

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. sente-se privilegiada em dar continuidade a esse processo, reafirmando sua posição como empresa reconhecida pela expertise em avaliação sistêmica completa, consultoria técnica e recuperação de créditos no setor público — áreas indispensáveis para assegurar a conformidade legal, a segurança operacional e o controle eficaz dos recursos municipais.

Com uma equipe técnica altamente qualificada e vasta experiência em trabalhos especializados junto a entes públicos, temos convicção de que nossa atuação será um diferencial relevante para a gestão tributária, previdenciária e financeira do Município, entregando resultados concretos e sustentáveis.

A seguir, apresentamos os serviços propostos, o cronograma de execução e a proposta de honorários, cuidadosamente ajustados às necessidades identificadas, sempre com o compromisso de agregar valor, maximizar receitas e contribuir para a eficiência da Administração Pública de Mariana/MG.

OBJETO DA PROPOSTA

A presente proposta tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados, a serem executados pela Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda., consistindo em assessoria e consultoria voltadas à recuperação de créditos e ao incremento da receita municipal. Para tanto, a Intelectual realizará avaliação sistêmica completa sobre as notas fiscais e pagamentos efetuados pela Administração, abrangendo as retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, bem como as contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão. Todo o trabalho será formalizado e conduzido junto à Receita Federal, seja por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, seja por meio de declarações eletrônicas de compensação (PER/DCOMP), assegurando ao Município a efetiva recuperação dos créditos apurados.

Incluem-se nas atividades a serem realizadas:

- Análise detalhada das notas fiscais e dos pagamentos/recolhimentos realizados pela Administração Municipal bem como de seus forcecedores, dentro dos prazos legalmente passíveis de restituição ou revisão, contemplando retenções de IRRF e contribuições previdenciárias, inclusive créditos oriundos de revisões em parcelamentos, cotas patronais e funcionais.

- Identificação e mapeamento de procedimentos que possam representar riscos de passivos futuros, prevenindo contingências e fortalecendo a segurança jurídica do Município.

- Extração, cruzamento e validação das informações por meio dos sistemas oficiais da Receita Federal e de gestão municipal, assegurando a integridade, rastreabilidade e confiabilidade dos dados auditados.

- Verificação da situação fiscal e previdenciária do Município, abrangendo regularidade perante os órgãos de controle e identificação de pagamentos indevidos, a maior ou em duplicidade, independentemente do período, sempre que houver previsão legal para revisão.

- Análise da legislação municipal aplicável e da integração com as normas federais, de forma a garantir conformidade legal e alinhamento às melhores práticas de gestão pública.

- Capacitação técnica da equipe da Prefeitura, por meio de treinamentos específicos sobre retenções de IRRF, contribuições previdenciárias e entendimentos administrativos vigentes, assegurando a autonomia da gestão na continuidade do processo.

- Elaboração e formalização de processos de restituição ou compensação administrativa, assim como a transmissão de declarações eletrônicas (PER/DCOMP), quando cabível, visando à efetiva recuperação dos créditos apurados.

- Acompanhamento integral dos procedimentos junto à Receita Federal, seja em processos administrativos ou via PER/DCOMP, desde o protocolo até a decisão ou homologação final.

- Gestão do processo de restituição ou compensação até a efetiva utilização ou recebimento dos créditos pelo Município, assegurando a entrega de resultados concretos e mensuráveis.

METODOLOGIA

A metodologia adotada pela Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. baseia-se em uma avaliação sistêmica completa, conduzida de forma estruturada, transparente e tecnicamente fundamentada. Nosso objetivo é garantir que cada etapa do trabalho resulte em informações confiáveis, plenamente respaldadas pela legislação vigente e orientadas para a efetiva recuperação de créditos em favor do Município.

Cadastro e Procurações e Acessos

O ponto de partida consiste na formalização dos cadastros necessários e na outorga das procurações eletrônicas, assegurando à Intelectual acesso integral às plataformas da Receita Federal (e-CAC, eSocial, DCTFWeb, PER/DCOMP Web, REDARF, CNIS, entre outros). Essa etapa garante que todos os dados sejam extraídos diretamente das bases oficiais, preservando a integridade e a rastreabilidade das informações.

Coleta e Estruturação dos Dados

Com os acessos devidamente habilitados, inicia-se a coleta das informações relativas às retenções de IRRF (PJ e PF) e às contribuições previdenciárias (cotas patronais e funcionais, parcelamentos e recolhimentos a maior).

Esses dados serão sistematizados em um banco digital estruturado, preparado para permitir o cruzamento, a análise detalhada e a geração de relatórios automatizados, garantindo transparência e rastreabilidade em todas as fases.

Processamento e Avaliação Sistêmica Completa

Com as informações organizadas, será realizada a avaliação sistêmica completa de todas as retenções e recolhimentos, abrangendo:

- Verificação da conformidade dos cálculos e recolhimentos efetuados;
- Revisão da correta aplicação da legislação tributária e previdenciária;
- Identificação de valores indevidos, pagamentos em duplicidade e recolhimentos passíveis e restituição ou compensação;
- Revisão técnica de parcelamentos anteriores;

Cada procedimento será documentado em detalhe, formando um dossiê técnico robusto que servirá de base para as fases seguintes.

Relatórios Técnicos e Pareceres

A Intelectual elaborará relatórios técnicos completos, contendo:

- A análise da conformidade das rubricas e bases de cálculo;
- O estudo detalhado por competência, com valores passíveis de restituição/compensação;
- Recomendações práticas para correções e melhorias de processos internos;
- Pareceres técnicos e jurídicos de suporte, quando cabível.

Todos os relatórios serão disponibilizados em formato digital, organizados em arquivo digital estruturado, de modo a facilitar o uso pela Administração Municipal inclusive após a conclusão do contrato.

Apresentação e Conferência

Será realizada a apresentação formal dos resultados à equipe técnica da Prefeitura. Nessa oportunidade, serão expostos os valores identificados, as inconsistências encontradas e os fundamentos legais aplicados.

A equipe municipal poderá revisar os dados e realizar conferências internas, assegurando transparência, compreensão integral e participação ativa da Administração no processo.

Instauração dos Processos de Restituição/Compensação

Concluída a análise e validada pela Prefeitura, a Intelectual organizará toda a documentação necessária e instaurará os processos administrativos junto à Receita Federal, bem como formalizará as declarações eletrônicas via PER/DCOMP Web, quando cabível, para garantir a plena recuperação dos créditos.

Execução e Acompanhamento dos Valores

Após a instauração, nossa equipe acompanhará todas as etapas dos processos até a efetiva homologação, assegurando que os valores sejam:

- Restituídos diretamente ao erário municipal, ou;
- Compensados com débitos federais existentes, de forma validada nos sistemas da Receita Federal.

Esse acompanhamento será integral e contínuo, garantindo ao Município não apenas o reconhecimento do direito, mas a efetivação concreta dos créditos apurados.

CAPACIDADE TÉCNICA

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. é uma empresa de auditoria e consultoria contábil aplicada, reunindo experiência comprovada, equipe multidisciplinar e infraestrutura tecnológica capaz de atender com excelência à complexidade do objeto desta contratação.

A recuperação de créditos tributários e previdenciários não se restringe a mera conferência documental: exige contabilidade com elevada capacidade de processamento de dados, apta a analisar em larga escala todas as notas fiscais de serviços, pagamentos realizados, retenções efetuadas, parcelamentos e negociações anteriores, cruzando essas informações com os sistemas da Receita Federal (e-CAC, PER/DCOMP Web, eSocial, DCTFWeb, REDARF, dentre outros). Essa integração entre conhecimento técnico contábil e domínio operacional dos sistemas eletrônicos da RFB é o nosso diferencial.

Nossa atuação prévia junto ao próprio Município de Mariana/mg já demonstrou resultados concretos, com regularização fiscal, transmissão de obrigações acessórias, desbloqueio de repasses e condução de processos administrativos complexos perante a Receita Federal. Essa experiência local garante segurança adicional à Administração, uma vez que a Intelectual já conhece a realidade operacional, os fluxos internos e os sistemas utilizados pela Prefeitura, podendo conduzir o trabalho com maior precisão e eficiência.

É importante destacar que a auditoria integral da base fiscal e previdenciária municipal — envolvendo milhares de documentos, registros e lançamentos — ultrapassa a capacidade de execução da equipe interna, cuja atuação natural deve se concentrar na rotina administrativa e operacional. Nesse contexto, a participação de uma empresa contábil especializada é indispensável para realizar a parte mais pesada do processo: a varredura detalhada das informações, a apuração dos créditos e a formalização de processos de restituição ou compensação.

A Intelectual reúne ainda histórico em auditorias, contribuições previdenciárias (cotas patronais e funcionais), parcelamentos e pagamentos a maior, aliando rigor técnico à capacidade de entrega de resultados efetivos. Trata-se de um trabalho de alta complexidade, que exige especialização contábil, visão estratégica e profundo conhecimento da legislação e dos sistemas federais, atributos plenamente comprovados pelos atestados de capacidade técnica apresentados em anexo.

Nossa estratégia de execução foi desenhada para consolidar resultados concretos, minimizar riscos operacionais e garantir a regularização e recuperação tributária do Município de forma segura, legítima e eficiente.

A Intelectual se compromete não apenas a buscar os créditos devidos, mas a entregar soluções sólidas, auditáveis e plenamente amparadas pela legislação vigente, contribuindo para o fortalecimento da gestão fiscal e a proteção do patrimônio público.

HONORÁRIOS

Considerando a natureza especializada e a complexidade dos serviços propostos, a presente contratação adota modelo de remuneração exclusivamente após a efetiva restituição dos valores em favor do Município, alinhado às melhores práticas em contratações de consultoria tributária voltadas ao setor público.

Nesse sentido, propõe-se como contraprestação pelos serviços técnicos especializados de análise, auditoria e recuperação de créditos tributários decorrentes de retenções indevidas de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) o valor correspondente a R$ 0,18 (dezoito centavos) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente restituído ou compensado em favor do Município.

Será considerado como valor efetivamente recuperado ou compensado aquele que, após a atuação técnica da contratada, vier a ser:

- Restituído à conta bancária do Município pela Receita Federal do Brasil;
- Ou compensado com débitos tributários federais noa sistemaa da RFB (e-CAC / PER/DCOMP Web).

O pagamento será devido somente após a formal comprovação dos resultados alcançados, mediante apresentação de:

- Relatório técnico detalhado da recuperação realizada;
- Comprovantes oficiais de restituição ou compensação deferida;
- Demonstrativo financeiro da recuperação e do valor devido;
- Declaração de regularidade fiscal da contratada.

Não haverá adiantamentos ou antecipações de valores, sendo vedada qualquer forma de pagamento sem a correspondente efetivação do crédito em favor do Município.

Ressalta-se que a remuneração pactuada possui plena aderência às diretrizes do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e às orientações do Ministério Público de Contas (MPC), por já ter sido validada em contratações anteriores no próprio Estado.

Por fim, destaca-se que a remuneração acordada é abrangente, compreendendo todos os custos, tributos, encargos e despesas necessárias à execução contratual, não sendo devidos reajustes, reequilíbrios ou indenizações adicionais, salvo nas hipóteses legais expressamente previstas.

VANTAJOSIDADE

A presente contratação demonstra-se vantajosa ao Município, uma vez que a remuneração proposta pela Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. estabelece o valor de R$ 0,18 (dezoito centavos) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente restituído ou compensado, percentual inferior ao praticado em grande parte do mercado, que se mantém na ordem de 20% (vinte por cento), equivalente a R$ 0,20 por cada R$ 1,00 recuperado.

Além disso, junto à formalização contratual, nossa equipe jurídica disponibilizará, para fins de comprovação de vantajosidade e aderência ao princípio da economicidade, documentação comprobatória do preço praticado, bem como exemplos de contratos similares vigentes em outros entes públicos, que atestam a compatibilidade da proposta com as condições de mercado.

Destaca-se que tais referências não configuram identidade de objeto — tendo em vista a natureza específica dessa proposta ao município — mas reforçam a segurança jurídica, a transparência e a economicidade da presente proposta, em conformidade com os princípios previstos na Lei nº 14.133/2021 e nas orientações dos órgãos de controle externo.

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO

Conforme exposto anteriormente, o pagamento da Intelectual se dá somente ao final da execução do objeto contratual e com base na efetiva restituição ou compensação auferida pelo Município.

Ademais, o pagamento é realizado em até 30 dias contados da emissão da nota fiscal, seguindo o padrão das contratações com a Administração Pública.

PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução dos serviços contratados será, inicialmente, de 18 (doze) meses, contados a partir do início formal das atividades. Durante esse período, a Intelectual Software e Contabilidade Brasil se compromete a realizar todos os serviços contratados, com alta competência técnica e absoluta excelência.

Considerando que o processo administrativo depende de circunstâncias externas (trâmite em outro órgão), o prazo poderá ser prorrogado, conforme previsto em contrato, sem prejuízo ao valor ajustado. A prorrogação visa garantir que o trabalho seja realizado com a devida precisão e qualidade.

Mesmo em casos de prorrogação do prazo por esses motivos, o valor acordado para a prestação dos serviços será mantido, respeitando o compromisso firmado entre as partes.

A Intelectual garante a entrega de todas as etapas previstas com o máximo rigor técnico, independentemente de eventuais ajustes no cronograma.

POR TODO O EXPOSTO

A Intelectual Software e Contabilidade Brasil Ltda. reafirma seu compromisso em oferecer uma prestação de serviços altamente especializada, fundamentada na integração entre conhecimento contábil, jurídico e tecnológico. Nossa metodologia de avaliação sistêmica completa garante a análise detalhada de notas fiscais, pagamentos, retenções de IRRF e contribuições previdenciárias, assegurando o correto enquadramento legal e a máxima recuperação de créditos em favor do Município.

Todos os trabalhos serão conduzidos com transparência, rigor técnico e plena conformidade com a legislação e as orientações dos órgãos de controle, em estreita colaboração com a equipe da Administração Municipal.

Reiteramos que a Intelectual dispõe da capacidade técnica, da estrutura operacional e da experiência prévia necessária para assumir a responsabilidade pelas etapas mais complexas do processo, liberando a equipe municipal para focar em suas rotinas essenciais. Nossa atuação garantirá resultados concretos e auditáveis, traduzidos em créditos efetivamente restituídos ou

compensados em favor do erário.

Assim, a presente proposta representa não apenas a contratação de serviços especializados, mas a adoção de uma solução estratégica para incremento da receita municipal e proteção do patrimônio público, em linha com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e transparência que regem a Administração Pública.

Belo Horizonte/MG, 02 de setembro de 2025.

A presente proposta tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

Atenciosamente,

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2025.09.02 21:34:12 -03'00'

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CRC/MG 119647
Contador / Diretor

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48
CRC MG 015523

COMPROVAÇÃO DE PREÇO PRATICADO

ESTADO DE MINAS GERAIS
PREFEITURA DE MIRADOURO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 076/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO N.º 069/2005. Inexigibilidade N.º 017/2025. EMPRESA: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA. Objeto: Contratação de ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA visando Recuperação Administrativa de Créditos de IRRF Retido na Fonte – Pessoa Jurídica. Vigência do Contrato: 06/08/2025 a 06/08/2026.

Publicado por:
Alessandra Romualdo Mendes
Código Identificador:CC469998

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios Mineiros no dia 08/08/2025. Edição 4081
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
https://www.diariomunicipal.com.br/amm-mg/

MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

CONTRATO Nº 076/2025

LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, Inciso III Art. 74
Da Inexigibilidade de Licitação
Lei de Licitações e Contratos Administrativos

OBJETO: Prestação de serviços técnicos especializados para **ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA visando Recuperação Administrativa de Créditos de IRRF Retido na Fonte – Pessoa Jurídica.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRADOURO, inscrita no CNPJ (MF) n. º 17.947.623/0001-79, com sede Administrativa na Praça Santa Rita, nº 192, Centro, Miradouro-MG, CEP. 36.893-000, neste ato representado pelo prefeito Senhor Cloves da Silva Botelho, brasileiro, casado, CPF sob nº 291.348.036-53, identidade 048128714 – IFP/RJ, residente e domiciliado nesta cidade, aqui denominada CONTRATANTE e **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, com sede na **AV JOÃO PINHEIRO, 313 – BOA VIAGEM BELO HORIZONTE – MG**, inscrito no CNPJ sob n. **37.782.587/0002-29**, neste ato representada pelo sócio Samuel Henrique Gomes Candido, brasileiro, solteiro, Contador, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, portador da cédula de identificação sob o n. MG 15.348.696 e do CPF sob o n. 122.869.566-00, ajustam a prestação de serviços técnicos especializados, com inexigibilidade de licitação, fulcrado no Art. 74 inciso III, letra e da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021 que trata de Licitações e Contratos Administrativos, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O CONTRATADO, obriga-se a Prestação de serviços técnicos especializados para ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA visando Recuperação Administrativa de Créditos de IRRF Retido na Fonte – Pessoa Jurídica.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. Compete à CONTRATANTE:

2.1.1. Garantir a CONTRATADA, o acesso a todas as informações necessárias para correto cumprimento do objeto desse contrato;

2.1.2. Arcar com o pagamento integral, assim que obter proveito na demanda deste contrato.

2.2. Compete à CONTRATADA:

2.2.1. Responsabilizar-se pelo pessoal especializado, necessário a execução do contrato, exceto peritos necessários na fase administrativa ou judicial;

2.2.2. Prestar esclarecimento à CONTRATANTE, sempre que solicitado sobre situação imediata do cumprimento do objeto deste contrato;

2.2.3. Executar os serviços de que trata este contrato de forma satisfatória e célere.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO PARA O INÍCIO DOS SERVIÇOS.

3.1. O prazo para o início dos serviços é de até 05 (cinco) dias contados da data da assinatura do presente.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO.

4.1. Pelo objeto descrito na cláusula primeira do presente contrato o CONTRATANTE se compromete a pagar à CONTRATADA pela "prestação de serviços" apresentado pela empresa em pauta, o potencial identificado de recuperação tributária de IRRF PJ para o Município após estudos técnicos é estimado em R$ 945.278,29 (novecentos e quarenta e cinco mil, duzentos e setenta e oito reais e vinte e nove centavos), sendo o valor correspondente a R$ 0,18 (dezoito centavos) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente restituído ou compensado em favor do Município.

Nº Item	Cód. Descrição	Vlr. Estimado	Percentual
001	Prestação de serviços técnicos especializados para ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA visando Recuperação Administrativa de Créditos de IRRF Retido na Fonte – Pessoa Jurídica.	945.278,29	18%

4.2. Como recebimento de valores pelo Município CONTRATANTE entende-se todo e qualquer incremento da receita na conta bancária do Município CONTRATANTE.

4.3. O valor global contratado no item 4.1, estimado apenas para efeito de empenho e adequação à Lei Federal 4.320/64, pode variar para mais ou para menos, onde caso o incremento de receita aos cofres do município seja a menor que a estimada, o excedente do empenho deverá ser anulado e não pago, mas caso seja a maior, o empenho deverá ser complementado até o limite do valor correspondente ao incremento.

4.4. Ao final de cada exercício, e de comum acordo entre as partes, o valor aqui convencionado poderá ser corrigido monetariamente pelo IPCA, com o objetivo de se manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

4.5. As despesas com viagens, estadia, alimentação ou demais deslocamentos em razão dos serviços, seja em função do processo administrativo ou judicial, deverão ser custeadas pela CONTRATADA.

4.6. Ocorrendo inadimplência nos prazos de pagamentos, sujeitar-se-á o CONTRATANTE a atualização monetária dos valores pelo IPCA.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento à contratada será devido exclusivamente se houver a efetiva recuperação administrativa dos créditos de IRRF Retido na Fonte – Pessoa Jurídica, devidamente reconhecidos e creditados à Contratante.

§1º – Considera-se efetiva a recuperação dos créditos quando os valores forem regularmente homologados e disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, em favor da Contratante, por meio de restituição, compensação ou outra forma legalmente admitida.

§2º – O valor a ser pago corresponderá ao percentual de êxito estabelecido contratualmente, calculado sobre o montante efetivamente recuperado.

§3º – Não haverá qualquer pagamento antecipado, adiantamento, reembolso ou indenização por serviços prestados sem êxito comprovado na recuperação dos créditos.

§4º – O pagamento será realizado mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e relatório de êxito com a comprovação do crédito efetivamente disponibilizado à Contratante, no prazo máximo de [xx] dias, após conferência e aceite dos documentos.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO E VIGÊNCIA.

6.1. Este contrato terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando em 06/08/2025 e encerrando-se em 06/08/2026, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos.

7. CLAUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA.

7.1. As despesas relativas ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, constante do Orçamento para o exercício de 2025:

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	FONTE
3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0402.2.0015	1.751.000
3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0402.2.0015	1.500.000
3.3.90.39.00.2.02.00.04.122.0402.2.0015	1.501.000
3.3.90.39.00.2.01.00.04.122.0402.2.0008	1.500.000

7.2. Para os exercícios seguintes e no decorrer da duração do contrato, a CONTRATANTE fará constar nos respectivos orçamentos os recursos específicos e suficientes para o referido empenho.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. Este contrato será automaticamente rescindido pelo não cumprimento de qualquer de suas cláusulas, obrigando-se a parte infratora ao pagamento de uma multa contratual correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, além de indenização pelos serviços já realizados.

9. CLÁUSULA NONA – DA PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1. O Presente termo de contrato de prestação de serviços especializados poderá ser prorrogado e/ou alterado, mediante a assinatura de Termo Aditivo, na forma prevista na Lei, e no interesse do serviço público.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

10.1. Este contrato é firmado com fundamento legal de inexigibilidade de licitação conforme Art. 74, inciso III, item e), da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10.2. Os casos omissos no presente contrato serão decididos, conforme o caso, nos termos da legislação vigente aplicável à espécie, especialmente do Código Civil Brasileiro, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as resoluções normativas do Egrégio Tribunal de Contas dos Municípios, bem assim as leis municipais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO.

MUNICÍPIO DE MIRADOURO
CNPJ 17.947.623/0001-79

11.1. Para dirimir dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente instrumento, as partes mutuamente elegem o foro da Comarca de Miradouro- MG, desistindo-se de qualquer outro por mais privilegiado e especial que seja.

Estando justas e mutuamente contratadas, as partes passam a assinar o presente em 02 (duas) vias de igual teor e conteúdo, para os mesmos fins, juntamente com duas testemunhas idôneas e abaixo identificadas.

MUNICIPIO DE MIRADOURO- MG

MIRADOURO, 06 de agosto de 2025.

CLOVES DA SILVA BOTELHO

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Documento assinado digitalmente
gov.br SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
Data: 15/08/2025 12:31:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. Nome: Elisandra Paiva Malaboccardo

CPF: 00178343684

2. Nome: Alessandra R. Mendes

CPF: 018820796-41

CONTRATO Nº 84/2025 - CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS À VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS REPASSES EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL À UNIÃO A TÍTULO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE RECUPERAÇÃO E/OU COMPENSAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO MUNICÍPIO DE CEDRAL/SP

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

O MUNICÍPIO DE CEDRAL - SP, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 45.093.663/0001-36, com sede na Avenida Antônio dos Santos Galante n.º 429, Centro, neste ato representado pelo prefeito Municipal, **IRINEO BEOLCHI JUNIOR**, brasileiro, casado, portador do RG nº 9.757.788-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 077.491.148-40, residente e domiciliado na Rua João Gonçalves Leite, 156, Jardim Santa Lúcia Helena, Cedral/SP, CEP 15.896-204, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **INTELECTUAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ n.º 07.943.729/0001-40, sediada na Avenida João Pinheiro, 313, Boa Viagem, Belo Horizonte - MG, representada por **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, solteiro, contador, registrado no CRC/MG nº 119647/O-8, portador da cédula de identidade RG nº 15.348.696, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 122.869.566-00, nascido em 27/05/1994, residente e domiciliado na Praça da Liberdade, nº 153, Ed. Oscar Niemeyer, Apto. 501, Funcionários, Belo Horizonte/MG, CEP 30140-010, sócio administrador, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente contrato, originado do **Processo Administrativo nº 2778/2025**, e **nos termos do artigo 74, inciso III, alínea "a" e "c", da Lei Federal n º 14.133, de 01 de abril de 2021**, mediante cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente instrumento a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS À VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS REPASSES EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL À UNIÃO A TÍTULO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE RECUPERAÇÃO E/OU COMPENSAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO MUNICÍPIO DE CEDRAL/SP**, conforme especificações constantes no Anexo I deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - O Município pagará ao contratante o valor de R$ 0,18 a cada R$ 1,00 recuperado, que sairá da seguinte dotação orçamentária:

1 – Prefeitura Municipal de Cedral
02 – Poder Executivo
02 15 – Encargos Gerais do Município
0215 00 – Encargos Gerais do Município
04 – Administração
01 122 – Administração Geral
04 122 0002 – Suporte Administrativo
04 122 0002 2048 0000 – Manutenção da Administração Geral

CLÁUSULA TERCEIRA
DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1- O pagamento será efetuado apenas na hipótese de efetiva recuperação de valores aos Cofres Municipais.

3.2 - Honorários de sucumbência eventual arbitrados são devidos à **CONTRATADA**, não havendo qualquer ingerência da **CONTRATANTE** sobre os mesmos.

CLÁUSULA QUARTA
DA ALTERAÇÃO DE VALORES

4.1 - Não haverá alteração de valores.

CLÁUSULA QUINTA
DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

5.1 – O prazo de execução do objeto e de vigência contratual será de **12 meses**, a contar da data de assinatura do contrato, podendo haver prorrogações, considerando o tempo necessário para o término da demanda

CLÁUSULA SEXTA
DA FISCALIZAÇÃO/GESTÃO DO CONTRATO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1- A Fiscalização/gestão da execução do presente Contrato ficará a cargo de **servidor designado**, que deverá ter amplo acesso aos documentos que lhe digam respeito, mantendo o número de fiscais que julgar necessário, bem como acesso à execução dos serviços para o devido acompanhamento, devendo haver a fiscalização/gestão de forma concomitante.

6.2- A Contratante descontará do correspondente pagamento o valor de qualquer objeto considerado em desacordo

com o previsto nas Especificações Técnicas.

6.3- A fiscalização/gestão pela Contratante não exonera nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.4 - O objeto do presente contrato será recebido:

1 – provisoriamente, durante a execução; e,

2 – definitivamente, quando da autorização para pagamento, acompanhada do termo de comprove a efetiva execução.

CLÁUSULA SÉTIMA
DAS OBRIGAÇÕES

7.1 – Da Contratada:

1 – executar o objeto do contrato;

2 - Responder civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa, no cumprimento do Contrato venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados/ajudantes, à Contratante e terceiros, bem como, ao patrimônio Público;

3 - Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, acidentária, tributária, administrativa e civil, segurança e medicina do trabalho, decorrentes da execução dos serviços objeto deste, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício;

4 - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

5 - cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, se for o caso;

6 – indicar o nome do responsável para representar na execução contratual; e,

7 – se comprometer a não compartilhar informações obtidas direta ou indiretamente dentro do exercício de suas atividades com O CONTRATANTE, e obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados.

7.1.1 - A qualidade do objeto será de inteira responsabilidade da Contratada e não poderá repassar o objeto deste contrato para terceiros.

7.2 - Da Contratante:

1 - Prestar a Contratada todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto;

2 - Promover o pagamento na época oportuna conforme avençado no presente instrumento;

3 – Reter o pagamento caso não haja cumprimento da forma correta do objeto deste contrato;

4 – Fiscalizar a execução contratual; e,

5 - cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei 13.709, de 14/08/2018 e suas alterações.

CLÁUSULA OITAVA
DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

8.1 – O contrato poderá ser extinto, desde que formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

1 - não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais;

2 - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução ou por autoridade superior;

3 - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

4 - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

5 - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

6 - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

7- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

8.2 - O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

1 - supressão, por parte da Administração, que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei Federal nº 14.133/2021;

2 - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

3 - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

4 - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

5 - não liberação pela Administração do local para execução do serviço.

8.2.1 - As hipóteses de extinção a que se referem os itens 2/3/4 acima, observarão as seguintes disposições:

1 - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

2 - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do **caput** do artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA
DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 – O contratado será responsabilizado administrativamente se cometer as seguintes infrações:

1 - dar causa à inexecução parcial do contrato;

2 - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

3 - dar causa à inexecução total do contrato;

4 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

5 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

6 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou na execução do contrato;
7 - fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
8 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
9 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos;
10 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
9.2 – Caso cometa alguma infração, poderá ser aplicada ao responsável as seguintes sanções:
1 - advertência;
2 – multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato
3 - impedimento de licitar e contratar;
4 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
9.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
1 - a natureza e a gravidade da infração cometida;
2 - as peculiaridades do caso concreto;
3 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
4 - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
5 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle; e,
9.4 – O atraso injustificado para executar o objeto contratual, ensejará em multa de mora de 1% do valor contratual por dia.

9.5 - As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.
9.6- Enquanto o Contratado não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a Contratante reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA
DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1- O presente contrato reger-se-á pela **Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 3.5002022**, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO

11.1 - Elegem as partes, para dirimir questões oriundas do presente instrumento, não resolvidas administrativamente, o foro da Cidade e Comarca de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, com exceção de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.093.663/0001-36

11.2 - Estando as partes de comum acordo, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com único efeito, bem como 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas.

Prefeitura Municipal de Cedral, 22 de agosto de 2025; 95.º ano de Emancipação Político-Administrativa.

MUNICÍPIO DE CEDRAL
IRINEO BEOLCHI JUNIOR
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2025.08.25 15:20:08 -03'00'

INTELECTUAL LTDA.
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 - _____
Nome: Rosalia Matilde Bortoluzzo
Secretária - Prel. Municipal de Cedral
RG. 16.518.866 - CPF. 070.322.878 16

2 - _____
Nome/CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.093.663/0001-36

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DESTINADOS À VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS REPASSES EFETUADOS PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL À UNIÃO A TÍTULO DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF), COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DE EVENTUAIS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PASSÍVEIS DE RECUPERAÇÃO E/OU COMPENSAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM AS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO MUNICÍPIO DE CEDRAL/SP.

2 - JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO ESCOPO

A presente contratação está em consonância com o Plano de Governo e com as diretrizes traçadas pela Administração, notadamente em relação ao aprimoramento contínuo da gestão pública, com foco no aumento da eficiência e eficácia da Administração Tributária, visando a disponibilidade financeira para investimento na melhoria dos serviços públicos prestados pela Prefeitura Municipal de Cedral/SP.

Busca-se fornecer suporte técnico qualificado à Administração Pública Municipal na avaliação da viabilidade jurídica, contábil e administrativa de adoção de medidas destinadas à recuperação de créditos tributários, com ênfase nos valores referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre pagamentos realizados a pessoas físicas e jurídicas, os quais tenham sido indevidamente recolhidos à União pelo ente municipal.

A necessidade de realização desta contratação decorre da necessidade de aprimorar os mecanismos de controle fiscal e viabilizar a recuperação de créditos tributários recolhidos indevidamente.

Estes estudos encontram respaldo jurídico no entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Recurso Extraordinário nº 835.818/PI (Tema 1130 da Repercussão Geral), que firmou tese no sentido de que compete aos entes subnacionais a titularidade das receitas provenientes do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre dispêndios realizados no âmbito de suas próprias dotações orçamentárias.

Entretanto, a adequada aferição da vantajosidade e da existência de interesse público na adoção de medidas voltadas à restituição ou compensação de valores indevidamente recolhidos pressupõe a realização de estudos técnicos específicos, voltados à identificação de inconsistências tributárias, à quantificação precisa dos créditos potencialmente recuperáveis e à análise dos riscos fiscais associados.

Nesse cenário, os estudos pretendidos deverão abranger diagnóstico fiscal detalhado, levantamento documental rigoroso e auditoria especializada da folha de pagamento do Município, incluindo a análise de documentos fiscais, obrigações acessórias, contratos administrativos e registros contábeis pertinentes, além da proposição fundamentada de estratégias de regularização, seja pela via administrativa ou judicial.

A presente contratação, portanto, tem a finalidade de proporcionar à Administração Pública Municipal suporte técnico sólido, transparente e para a restituição de valores, em consonância com os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e supremacia do interesse público.

Os estudos deverão resultar em documentação técnica robusta, consistente e devidamente fundamentada, composta por relatórios analíticos, pareceres técnicos, memoriais de cálculo e demonstrativos financeiros, capazes de embasar tecnicamente à viabilidade de adoção de medidas destinadas à recuperação de créditos tributários.

Assim, em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF):

a) Apuração dos valores eventualmente recolhidos indevidamente a título de IRRF sobre pagamentos efetuados a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), nos últimos cinco exercícios fiscais, mediante levantamento contábil minucioso e análise documental técnica e individualizada;

b) Interpretação jurídica da legislação aplicável e da jurisprudência consolidada, em especial do Tema 1130 da Repercussão Geral do STF (RE 835.818/PI), que reconhece a titularidade dos entes federativos sobre a receita de IRRF incidente sobre despesas orçamentárias próprias;

c) Elaboração de relatório de auditoria tributária com demonstração objetiva da legitimidade do Município para pleitear a restituição ou compensação dos valores recolhidos indevidamente, nos termos do art. 158, I, da Constituição Federal;

d) Proposição de estratégias jurídicas e administrativas aplicáveis à recuperação dos créditos apurados, tanto pela via administrativa (compensação ou restituição) quanto pela via judicial, com a devida instrução documental e técnica;

e) Apresentação de proposta metodológica de remuneração, fundamentada em práticas usuais de mercado e proporcional aos riscos e à complexidade da atividade;

f) Indicação do valor de ressarcimento eventualmente pleiteado, acompanhado da memória de cálculo, critérios de mensuração e justificativas técnicas respectivas.

Em consonância com o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 835.818/PI, com repercussão geral reconhecida no Tema 1130 – que atribui aos entes federativos a titularidade das receitas decorrentes do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre despesas executadas com recursos próprios –, e considerando o prazo prescricional de cinco anos previsto no Decreto nº 20.910/1932, delimita-se como escopo temporal dos estudos técnicos o período correspondente aos cinco exercícios fiscais imediatamente anteriores à data da contratação.

Dessa forma, os estudos a serem apresentados deverão, obrigatoriamente, contemplar a análise documental e técnica de 60 (sessenta) competências mensais consecutivas, com vistas à identificação e quantificação de créditos tributários passíveis de restituição ou compensação pelo Município de Cedral/SP.

Como parte integrante da proposta técnica, os interessados deverão apresentar estimativa de valor referente ao eventual ressarcimento dos custos incorridos na elaboração dos estudos, em estrita observância ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 81 da Lei nº 14.133/2021, bem como aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e vantajosidade. Tal proposta deverá vir acompanhada de memória de cálculo circunstanciada, fundamentação técnica detalhada e especificação dos parâmetros utilizados, tais como tempo estimado de execução, número de horas técnicas, grau de complexidade das análises, custos operacionais e valores de mercado praticados por entidades profissionais de referência.

A aceitação dos estudos entregues estará condicionada à emissão de parecer técnico-jurídico conclusivo pela Administração Pública Municipal, o qual deverá atestar a aderência do produto ao escopo proposto, a suficiência das análises para a compreensão do objeto, a coerência das premissas adotadas e a superioridade técnica e econômica da metodologia sugerida, em comparação com eventuais alternativas existentes.

Os estudos técnicos a serem apresentados pelos interessados deverão, obrigatoriamente, contemplar, no tocante ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), os seguintes elementos analíticos e documentais:

a) Levantamento técnico-contábil abrangente, referente aos cinco últimos exercícios fiscais completos, visando à identificação dos valores retidos e recolhidos a título de IRRF sobre pagamentos efetuados pelo Município de Cedral/SP a terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), mediante análise documental detalhada, incluindo notas fiscais eletrônicas, registros contábeis, guias de recolhimento e demonstrativos de retenção;

b) Exame jurídico pormenorizado da legislação tributária pertinente, aliado à análise da jurisprudência consolidada, com destaque para o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 1130 da Repercussão Geral (Recurso Extraordinário nº 835.818/PI), que reconhece aos entes subnacionais a titularidade das receitas de IRRF incidentes sobre suas próprias despesas orçamentárias;

c) Elaboração de relatório de auditoria tributária completo, contendo exposição metodológica, fundamentos legais e demonstração objetiva da legitimidade jurídica do Município de Cedral/SP para requerer a restituição ou compensação dos valores recolhidos indevidamente, com base no art. 158, inciso I, da Constituição Federal, em conformidade com a decisão vinculante do STF;

d) Proposição de estratégias jurídicas e administrativas viáveis para recuperação dos créditos apurados, abrangendo tanto a via administrativa (requerimentos junto à Receita Federal do Brasil) quanto a via judicial (ações de repetição de indébito), com detalhamento dos procedimentos, documentos exigíveis, riscos envolvidos e requisitos legais aplicáveis a cada hipótese;

e) Apresentação de proposta metodológica de modelo de remuneração aplicável à eventual contratação, caso o estudo venha a ser aproveitado, devidamente fundamentada em parâmetros de mercado, diretrizes técnicas,

complexidade do objeto, riscos inerentes à atividade e práticas usuais do setor público, admitindo-se, quando cabível, previsão de remuneração pelos estudos, desde que tecnicamente justificada;

f) Indicação expressa do valor estimado de ressarcimento, quando pleiteado, acompanhado de memória de cálculo circunstanciada, critérios objetivos de quantificação e fundamentação técnica compatível, considerando tempo estimado de execução, carga horária técnica, grau de especialização requerida e parâmetros de referência adotados por entidades profissionais reconhecidas.

3. DEFINIÇÃO E QUANTIDADE DO OBJETO:

Item	Quant.	Med.	Detalhamento
1	1	SV	Realização de estudos técnicos especializados destinados à verificação da regularidade dos repasses efetuados pela Administração Municipal à União a título de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), com foco na identificação de eventuais créditos tributários passíveis de recuperação e/ou compensação, em conformidade com as necessidades específicas do Município de Cedral/SP.

4. PRAZO E CONDIÇÕES

4.1. Após a contratação, empresa deverá analisar todos os documentos de forma imediata e consequentemente realizar os devidos estudos e apresentar os valores a serem restituídos/recuperado em até 30 dias corridos, podendo haver prorrogação.

5. FORMA DE RESSARCIMENTO

5.1. Não haverá qualquer obrigação de contraprestação financeira imediata, por parte da Administração Pública Municipal de Cedral/SP,

5.2. O ressarcimento de valores ficará na proporção R$ 0,18 a cada R$ 1,00 recuperado.

6 - SOLICITAÇÕES DE EXIGÊNCIAS

A fim de auferir uma boa contratação, é necessária solicitação dos seguintes itens da empresa vencedora.

HABILITAÇÃO QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

1 - Apresentação de Atestados/Certidão/Declaração ou outro documento equivalente, de Capacidade Técnica Operacional, que demonstre a execução de serviços/fornecimento similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto licitado, ou documentos comprobatórios, de acordo com o §3º do

artigo 88, da Lei Federal nº 14.1233/2021, sendo que o atestado/Certidão/Declaração ou outro documento equivalente, deverá trazer informações do contrato/ano, objeto e fornecimento;

7 MODELO DE GESTÃO/FISCALIZAÇÃO

Condições de execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica: Inicio da execução imediata após a assinatura contrato, cumprindo o termo de referência.

Local/Prazo/horário
Cumprir o termo de referência e proposta encaminhada.

Rotinas a serem cumpridas
Cumprir o termo de referência e proposta encaminhada.

Gestão

O objeto deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Exceto em caso em caso superveniente poderá haver de paralisação ou suspensão do cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias em registros apropriados.

As comunicações entre as partes devem ser realizadas por escrito sempre e publicadas, bem como poderá ser mediante correio eletrônico.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

A Administração possui gestor/fiscal devidamente nomeado.

Preposto

A empresa designará preposto da empresa para tratar do objeto da licitação.

Fiscalização

A execução deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal que acompanhará a execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal anotará no histórico de gerenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução, determinando prazo para a correção.

O fiscal informará ao gestor em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.

O fiscal comunicará ao gestor, em tempo hábil, o término sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação.

Gestor

O gestor coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações elaborando relatório com vistas à verificação da necessicade de adequações para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor acompanhará os registros realizados pelo fiscal, de todas as ocorrências relacionadas à execução e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas, com menção ao seu desempenho na execução, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão processante.

DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

Os serviços serão recebidos provisoriamente após a execução pelo fiscal mediante relatório, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

A empresa fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

O recebimento definitivo ocorrerá quando da finalização dos serviços e efetivo pagamento.

FORMA DE PAGAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.093.663/0001-36

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número do contrato devendo a Administração certificar que a pessoa jurídica está regular com suas obrigações tributárias, encargos trabalhistas e sociais.

As notas fiscais/documento equivalente deverão ser encaminhados para o e-mail compras@cedral.sp.gov.br.

Será considerado atraso no pagamento, se decorrido 2 (dois) meses, contados da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos, não houve adimplemento da obrigação pela Administração, o que incidirá correção monetária sobre o valor devido utilizando-se o IPCA; juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, e multa no valor de 10% da nota fiscal.

O atraso no inadimplemento, não se aplica em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha assegurado à contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.093.663/0001-36

ANEXO LC-01 – TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CEDRAL
CONTRATADA: INTELECTUAL LTDA.
CONTRATO N.º (DE ORIGEM): 84/2025
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para realização de estudos técnicos especializados destinados à verificação da regularidade dos repasses efetuados pela administração municipal à união a título de imposto de renda retido na fonte (IRRF), com foco na identificação de eventuais créditos tributários passíveis de recuperação e/ou compensação, em conformidade com as necessidades específicas do município de Cedral/SP.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**

a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://doe.tce.sp.gov.br/), em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2024, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: Cedral, 22 de agosto de 2025.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:
Nome: Irineo Beolchi Junior
Cargo: Prefeito
CPF: 077.491.148-40

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:
Nome: Irineo Beolchi Junior
Cargo: Prefeito
CPF: 077.491.148-40
Assinatura:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRAL
Estado de São Paulo
CNPJ: 45.093.663/0001-36

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: Irineo Beolchi Junior
Cargo: Prefeito
CPF: 077.491.148-40
Assinatura:

Pela contratada:
Nome: Samuel Henrique Gomes Candido
CARGO: Sócio-administrador
CPF: 122.869.566-00
Assinatura: SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600 Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600 Dados: 2025.08.25 15:19:05 -03'00'

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Irineo Beolchi Junior
Cargo: Prefeito
CPF: 077.491.148-40
Assinatura:

GESTOR/FISCAL DO CONTRATO:
Nome: Cosme Medina Junior
Cargo: Coordenador Municipal de Projetos e Planejamento
CPF: 121.505.268-59
Assinatura:

084

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 012801/2025

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 0128/2025
INEXIGIBILIDADE Nº. 030/2025

"CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O ***MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA***, COMO CONTRATANTE E DO OUTRO **INTELECTUAL LTDA**, COMO CONTRATADA."

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo, por um lado, o ***MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA***, pessoa jurídica de direito público interno, por seu órgão PREFEITURA MUNICIPAL, com sede administrativa na Rua Azarias Varella de Azevedo/esquina com a Praça São Francisco do Assis, nº 32, Bairro Centro, nesta cidade de São Francisco do Glória, Estado de Minas Gerais, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 18.114.231/0001-91, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor, INACIO DOLIZETE RICARDO, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, **INTELECTUAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av João Pinheiro, 313 – Boa Viagem Belo Horizonte – MG, inscrito no CNPJ sob n. 07.943.729/0001-40, neste ato representada pelo sócio Samuel Henrique Gomes Candido, brasileiro, solteiro, Contador, residente e domiciliado em Belo Horizonte, MG, portador da cédula de identificação sob o n. MG 15.348.696 e do CPF sob o n. 122.869.566-00, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente instrumento particular de Contrato Administrativo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1 - Constitui objeto do presente a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica, compreendendo a realização de auditoria contábil-tributária, organização e estruturação de dados, bem como a efetivação de procedimentos voltados à recuperação e/ou compensação de créditos junto à Receita Federal do Brasil, relacionados ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), incidente sobre os pagamentos realizados pelo Município de São Francisco do Glória/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: Do Prazo da Vigência

2.1. O presente contrato terá prazo de vigência iniciado no ato da assinatura com vencimento em 12 meses.

2.2.. O prazo para o início dos serviços é de até 05 (cinco) dias contados da data da de emissão da Ordem de Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Valor Contratual

3.1 - Pelo objeto do presente instrumento, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R$ 1.136.851,20 (Um milhão, cento e trinta e seis mil, oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), sendo o valor correspondente a R$ 0,18 (dezoito centavos) para cada R$ 1,00 (um real) efetivamente restituído ou compensado em favor do Município (Ad exitum, base de cálculo em 18% do valor restituído ou compensado), conforme disposto na proposta da CONTRATADA.

3.1. O pagamento à contratada será devido exclusivamente se houver a efetiva recuperação administrativa dos créditos de IRRF Retido na Fonte – Pessoa Jurídica, devidamente reconhecidos e creditados à Contratante.

3.1.1. Considera-se efetiva a recuperação dos créditos quando os valores forem regularmente homologados e disponibilizados pela Receita Federal do Brasil, em favor da Contratante, por meio de restituição, compensação ou outra forma legalmente admitida.

3.1.2. O valor a ser pago corresponderá ao percentual de êxito estabelecido contratualmente, calculado sobre o montante efetivamente recuperado.

3.1.3. Não haverá qualquer pagamento antecipado, adiantamento, reembolso ou indenização por serviços prestados sem êxito comprovado na recuperação dos créditos.

3.1.4. O pagamento será realizado mediante apresentação da nota fiscal/fatura correspondente e relatório de êxito com a comprovação do crédito efetivamente disponibilizado à Contratante, no prazo máximo de [xx] dias, após conferência e aceite dos documentos.

CLÁUSULA QUARTA – Dos Acréscimos e Supressões

4.1. O CONTRATADO se obriga a aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias no objeto deste Contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial deste Contrato, conforme disposto na Lei Federal n.º 14.133/2021, desde que justificados.

4.2. Poderá haver reajustes de preços, em conformidade com o estabelecido no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, e na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II, do art. 124 da Lei nº 14.133/2021 ou em caso de redução de preços praticados no mercado.

4.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do Inciso II, do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o presente contrato e iniciar outro processo licitatório.

4.4. O contrato de fornecimento a ser firmado em decorrência desta licitação poderá ser rescindido a qualquer tempo, independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts. 137 e segs. da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – Do Pagamento

5.1 - O pagamento do objeto deste instrumento de contrato administrativo será efetuado em até 30 (trinta) dias mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura e com a liquidação da despesa pelo Setor Responsável da Prefeitura Municipal de São Francisco do Glória.

5.2 - Será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato nos termos estabelecidos na legislação vigente.

5.3 - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

5.4 - Em caso de irregularidade, o pagamento será suspenso até que sejam sanadas as pendências, sem ônus para o CONTRATANTE.

5.5 - Caso seja de interesse da administração, o Município poderá antecipar o adimplemento das parcelas vincendas, quando da disponibilidade de recursos financeiros suficientes para quitação das mesmas, em conformidade com as disposições legais.

CLÁUSULA SEXTA – Da Fonte de Recursos e Dotação Orçamentária

6.1 - As despesas decorrentes das aquisições correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no Orçamento Vigente, que será empenhado de acordo com a necessidade e solicitação: 02.003.04.122.0003.2.008-339039- **044** – Manutenção dos Serviços Administrativos – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – 1500.

CLÁUSULA SÉTIMA – Das Obrigações da Contratada

7.1 - Prestar os serviços rigorosamente de acordo com as especificações constantes na proposta ofertada e nos termos da cláusula primeira, obedecidos aos critérios e padrões de qualidade predeterminada; deverá ser observado o critério definido pela Prefeitura, para prestação dos serviços.

7.2 - Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho da prestação dos serviços, objeto deste contrato, ficando ainda, a Contratante, isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

7.3 - Fornecer mediante solicitação escrita, todas as informações julgadas relevantes pelo CONTRATANTE.

7.4 - Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificados neste Contrato sujeitando–se as penas e multas estabelecidas além das aplicações daquelas previstas na Lei 14.133/2021, e alterações posteriores.

7.5 - Arcar com eventuais prejuízos à Contratante e/ou a terceiros, praticados por seus empregados ou prepostos, na execução do contratado.

7.6 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante quanto aos bens recusados.

7.7 - Zelar pela boa execução do Contrato, de modo que os serviços sejam entregues com esmero e dedicação.

7.8. Fornecer à CONTRATADA, em tempo hábil, todas as informações, documentos, dados, credenciais de acesso, autorizações, permissões, outorgas e demais meios necessários ao correto, completo e tempestivo cumprimento do objeto deste contrato, responsabilizando-se pela veracidade, integridade e atualização do que disponibilizar, bem como pelos efeitos de eventual omissão ou inconsistência.

7.9. Garantir à CONTRATADA acesso aos sistemas, plataformas, bases de dados, instalações físicas e/ou remotas e às pessoas-chave da organização (internas e de terceiros), sempre que indispensável à execução dos serviços, incluindo, quando aplicável, a outorga de procurações e autorizações específicas perante órgãos e entidades públicas ou privadas.

7.10. Indicar formalmente preposto(s) com poderes de interlocução para dirimir dúvidas, validar diretrizes, aprovar entregas e encaminhar decisões necessárias, comprometendo-se a responder às solicitações da CONTRATADA dentro de prazos razoáveis, de forma a não prejudicar o cronograma de execução.

7.11. Cooperar com a CONTRATADA na realização de diligências, entrevistas, reuniões, testes, homologações e demais atos correlatos, inclusive providenciando, quando aplicável, a presença de terceiros e o envio de confirmações por escrito.

7.12. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e condições ajustados, inclusive o pagamento integral vinculado ao êxito, tão logo se verifique o proveito decorrente da demanda objeto deste contrato, entendido como a obtenção de vantagem econômica ou jurídica materializável (por exemplo: recebimento de valores; compensação/abatimento; redução de passivo; homologação de acordo; decisão administrativa ou judicial favorável; emissão/regularização de certidões; eliminação de gravames), conforme previsto na cláusula financeira específica, contra a emissão da correspondente nota fiscal e observadas as retenções legais cabíveis.

7.13. Reembolsar, quando previamente autorizadas por escrito, as despesas extraordinárias, custas, emolumentos, taxas, deslocamentos, cópias, autenticações e outras despesas necessárias e diretamente relacionadas à execução dos serviços, mediante apresentação de comprovantes idôneos.

7.14. Cumprir e fazer cumprir, no âmbito de sua responsabilidade, a legislação aplicável, incluindo normas anticorrupção e de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), garantindo base legal, finalidade e segurança para o compartilhamento de dados com a CONTRATADA, bem como notificando incidentes de segurança que possam afetar as atividades contratadas.

7.15. Abster-se de praticar atos que inviabilizem, restrinjam ou atrasem a execução dos serviços, comunicando imediatamente à CONTRATADA qualquer fato superveniente relevante que possa impactar o cumprimento do objeto contratual.

7.16. Executar os serviços objeto deste contrato com diligência, boa-fé, observância das melhores práticas técnicas e profissionais, conformidade legal e regulatória, padrões de qualidade pactuados e prazos razoáveis, empregando os meios e recursos adequados para alcançar o resultado esperado, sem garantia de resultado final quando a natureza da atividade envolver obrigação de meio.

7.17. Alocar e responsabilizar-se pelo pessoal próprio e/ou por colaboradores devidamente qualificados e habilitados necessários à execução deste contrato, assumindo integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e securitários incidentes, e promovendo, quando solicitado pela CONTRATANTE ou quando necessário, a substituição de profissionais cuja atuação seja tecnicamente inadequada ou comprometa a boa execução.

7.18. Resguardar a confidencialidade de todas as informações e dados a que tiver acesso em razão deste contrato, utilizando-os exclusivamente para a execução do objeto, adotando medidas técnicas e administrativas aptas a proteger tais informações, em conformidade com a legislação aplicável, especialmente a LGPD, e devolvendo-as ou descartando-as de modo seguro ao término da relação contratual, quando solicitado.

7.19. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sempre que solicitado acerca do andamento e da situação atual da execução contratual, comprometendo-se a manter comunicação tempestiva e a fornecer relatórios sucintos de status quando requeridos por escrito, indicando atividades realizadas, pendências, riscos e próximos passos.

7.20. Manter, às suas expensas, os instrumentos, softwares, licenças e demais meios ordinários necessários à execução dos serviços, excetuados os peritos, laudos periciais e demais profissionais/atos técnicos específicos eventualmente exigidos em fase administrativa ou judicial, cujos custos, quando indispensáveis e previamente autorizados pela CONTRATANTE, correrão por conta da CONTRATANTE ou conforme vier a ser definido na cláusula financeira.

7.21. Observar e cumprir as determinações, políticas internas e normas de segurança da informação indicadas pela CONTRATANTE quando do acesso a suas dependências físicas ou ambientes tecnológicos, responsabilizando-se pelos danos diretos que, comprovadamente, der causar em razão de ação ou omissão culposa no cumprimento deste contrato.

7.22. Não ceder, transferir ou subcontratar a execução dos serviços, no todo ou em parte, sem anuência prévia e por escrito da CONTRATANTE, permanecendo, em qualquer hipótese, integralmente responsável pelos atos dos subcontratados perante a CONTRATANTE.

7.23. Manter-se regular quanto às exigências legais e regulatórias necessárias ao exercício de suas atividades (inclusive fiscais e cadastrais), apresentando, quando solicitado, comprovantes de regularidade.

7.24. Comunicar prontamente à CONTRATANTE quaisquer fatos relevantes, riscos ou contingências que possam afetar o escopo, o prazo, o custo ou a qualidade dos serviços, propondo, quando cabível, medidas de mitigação.

7.25. Executar os serviços de forma satisfatória e célere, compatível com a complexidade das atividades e os prazos razoáveis estabelecidos entre as partes, zelando pela eficiência, economicidade e estrita observância às especificações técnicas aplicáveis.

7.26. O valor global contratado no item 4.1, estimado apenas para efeito de empenho e adequação à Lei Federal 4.320/64, pode variar para mais ou para menos, onde caso o incremento de receita aos cofres do município seja a menor que a estimada, o excedente do empenho deverá ser anulado e não pago, mas caso seja a maior, o empenho deverá ser complementado até o limite do valor correspondente ao incremento.

7.27. Ao final de cada exercício, e de comum acordo entre as partes, o valor aqui convencionado poderá ser corrigido monetariamente pelo IPCA, com o objetivo de se manter o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

7.28.As despesas com viagens, estadia, alimentação ou demais deslocamentos em razão dos serviços, seja em função do processo administrativo ou judicial, deverão ser custeadas pela CONTRATADA.

7.29. Ocorrendo inadimplência nos prazos de pagamentos, sujeitar-se-á o CONTRATANTE a atualização monetária dos valores pelo IPCA.

CLÁUSULA OITAVA - Das Obrigações da Contratante

8.1 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA mediante a apresentação das respectivas faturas, devidamente discriminadas e atestadas pelos setores próprios, através de crédito em conta corrente bancária ou diretamente ao responsável pelo licitante observando-se as disposições da Lei nº 4.320/64, nos termos da cláusula quarta.

8.2 - Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação dos serviços especificados na cláusula primeira, não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável; pela execução, reservando-se a Administração, sem que restrinja a plenitude dessa responsabilidade, o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

8.3 - Proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades para que possa desempenhar o objeto do contrato de forma satisfatória.

8.4 - Comunicar oficialmente à CONTRATADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

8.5 - Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

8.6 - Fica reservado o direito de interromper o contrato a qualquer momento, ou prorrogá-lo, de acordo com as necessidades da administração.

CLÁUSULA NONA - Da Fiscalização dos Serviços

9.1 - A prestação dos serviços será fiscalizada e supervisionada pela Secretária Municipal de Administração, Controle e Finanças, que informará as falhas que observar e as providencias tomadas para saná-las ou ainda a recusa da CONTRATADA em saná-las.

9.2 - Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior terá a empresa CONTRATADA o prazo de vinte e quatro horas, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pela PREFEITURA, para sanar os problemas detectados.

CLÁUSULA DÉCIMA - Das Penalidades

10.1 - Pela inexecução total ou parcial, ou atraso injustificado no objeto deste contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, ressalvado os casos devidamente justificados e comprovados, a critério da Administração, e ainda garantida a previa e ampla defesa, SERÃO APLICADAS as seguintes cominações, cumulativamente ou não.

10.2 - Advertência.

10.3 - Multa.

10.3.1 - Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor global, por dia decorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não entregues.

10.3.2 - Pela recusa em realizar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do(s) bem(s);

10.3.3 - Pela demora em substituir o bem rejeitado ou corrigir falhas dos próprios fornecidos, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição, 2% (dois por cento) no valor do bem, por dia ocorrido, até o limite de 10% do valor dos bens não substituído corrigidos;

10.3.4 - Pela recusa da CONTRATADA em corrigir as falhas no fornecimento, entendendo-se como recusa o fornecimento não efetivado nos 03 (três) dias que seguirem a data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do fornecimento rejeitado;

10.3.5 - Pelo não cumprimento de quaisquer condições fixado na Lei 14.133/21, com alterações, ou no instrumento convocatório e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

10.3.6 - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

10.3.7 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir ao CONTRATANTE, pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no item anterior.

10.4. - Descumprimento do prazo de fornecimento;

10.4.1 - Recusa em atender alguma solicitação para correção no fornecimento, caracterizada se o atendimento a solicitação não ocorrer no prazo estabelecido, contado da data da rejeição, devidamente notificada;

10.4.2 - Não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados neste Edital.

10.5 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficara sujeita, ainda, no que couber, as demais penalidades referidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações, inclusive durante toda a prestação dos serviços.

10.6 - As multas estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.7 - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devido a CONTRATADA as importâncias alusivas a multas ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em dívida ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Rescisão

11.1 - Constitui motivo para rescisão do presente contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que cabível a presente contratação, resguardadas as prerrogativas conferidas por esta lei, consoante o que estabelece o seu art. 124.

11.2 - Quando a rescisão ocorrer com base no art. 138, sem haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados que houver sofrido.

11.3 - As formas de rescisão contratual são as prescritas no artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 - A inexecução total ou parcial deste Contrato poderá ensejar a sua rescisão.

11.5 - O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos.

11.6 - O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

11.7 - O atraso injustificado na prestação dos serviços.

11.8 - A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Termo de Convocação e no contrato.

11.9 - A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil.

11.10 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato.

11.11 - A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

11.12 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das Condições de Habilitação e Qualificação

12.1 - A CONTRATADA fica obrigada a manter durante a vigência deste, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Da Vinculação ao Processo de Licitação

13.1 - Integram o presente instrumento, como se transcritos estivesses, os anexos, documentos estabelecidos no Processo Licitatório nº. 076/2025/Inexigibilidade nº. 018/2025 e a proposta da CONTRATADA.

PREFEITURA DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA
EXPERIÊNCIA E INOVAÇÃO PARA AVANÇAR!

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- Das Disposições Finais

14.1 - Aplicar-se-á Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores modificações, aos casos omissos do presente contrato.

14.2 - É competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, o foro da Comarca de Miradouro, Estado de Minas Gerais, com expressa renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

14.3 - E para firmeza e como prova de assim haverem entre sim ajustado e contratado, foi lavrado o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, uma das quais se destina a CONTRATADA, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes.

E, por estarem justas e acertadas as partes, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma e para os fins de direito, elegendo o foro da Comarca de Miradouro, Estado de Minas Gerais, para dirimir todas as dúvidas que surgirem do presente instrumento na presença das testemunhas.

São Francisco do Glória, 03 de setembro de 2025.

MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GLÓRIA
CONTRATANTE

INTELECTUAL LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

DHARA MARTINS PEDROSA
CPF: 099.505.626-94

RENAN PATRICK OLIVEIRA PEREIRA
CPF: 108.054.996-01

CAPACIDADE TÉCNICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS- PMP
ESTADO DE AMAZONAS – CNPJ: 04.329.736/0001-69

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARINTINS - AM, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 04.329.736/0001-69, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Rua Jonathas Pedrosa, 190 - Centro, neste ato representada pela Secretaria Municipal de Administração, e por seu titular. Senhor **EDNILSON DA SILVA ALBUQUERQUE**, inscrito no CPF sob o n° 385.013.762-72, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, sócio diretor de **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **37.782.587/0001-48**.

Escopo dos serviços prestados em janeiro de 2025:

- **Estudo e emissão de parecer técnico** sobre a retenção do Imposto de Renda municipal, destacando-se pela aplicação criteriosa das normas estabelecidas na **Instrução Normativa RFB nº 2145, de 26 de junho de 2023**, com análise dos impactos tributários e administrativos.

- **Levantamento de dados e avaliação das retenções de tributos sobre Notas Fiscais** de serviços prestados à administração pública, assegurando a conformidade das retenções efetuadas e propondo ajustes quando necessários.

- **Suporte técnico e consultoria em Processos Administrativos perante a Receita Federal do Brasil (RFB)**, incluindo ações voltadas à **regularização fiscal e compensação de tributos retidos**, contribuindo para a eficiência fiscal do Município.

Por ser a expressão da verdade, firma-se o presente atestado para os devidos fins.

Parintins/AM, 31 de janeiro de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
EDNILSON DA SILVA ALBUQUERQUE
Data: 31/01/2025 13:15:41-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

EDNILSON DA SILVA ALBUQUERQUE
Secretário Municipal de Administração- SEMAD
Decreto 015/2025 - PGMP

PREFEITURA DE MARIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.295.303/0001-44

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 18.295.303/0001-44, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Praça Juscelino Kubitschek, S/N, Centro, CEP 35.420-003, neste ato representada pela Sra. Secretária Municipal de Administração, **ARLINDA GONCALVES COELHO**, inscrita no CPF sob o n° 043.531.766-09, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, representada por seu Sócio-Diretor **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no CRC/MG sob o nº 119647/O-8, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o no 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, como técnico especialista contábil, realizou na Prefeitura Municipal de Mariana/MG, de novembro de 2024 a dezembro de 2024, os seguintes serviços:

a) Verificação sistêmica e regularização da folha de pagamento e obrigações acessórias do Município das 13 competências anteriores;

b) Transmissão de 13 Competências do eSocial e Envio de DCTFWebs;

c) Processos de REDARF perante a Receita Federal do Brasil (RFB);

d) Vinculação de Pagamentos no e-Cac;

e) Processos de PER/DCOMP;

f) Processos Administrativos perante a Receita Federal do Brasil (RFB) para regularização fiscal;

g) Avaliação e parecer do Sistema de Processamento de Folha de Pagamento;

h) Efetivo desbloqueio do FPM.

A atuação foi marcada por uma abordagem abrangente e estratégica. Sua capacidade de análise profunda, comunicação eficaz com a equipe técnica, coordenação de múltiplas áreas e execução precisa das correções necessárias e demonstrou um alto nível de competência e profissionalismo.

PREFEITURA DE MARIANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.295.303/0001-44

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Mariana/MG, 25 de abril de 2025.

Assinado eletronicamente por:
Arlinda Gonçalves Coelho
CPF: ***.531.766-**
Data: 25/04/2025 14:08:28 -03:00

TECHCERT

ARLINDA GONCALVES COELHO
Secretária Municipal de Administração

CMM
Sistemas de Informação

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **CMM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA,** inscrita no CNPJ sob o nº 10.513.873/0001-51, estabelecida na Av. Del Rey, nº 111, Bairro Caiçaras, Torre A, Conj. 706, Belo Horizonte/MG – CEP 30.775-240, responsável pelos sistemas utilizados pelo Município de Mariana/MG, atesta, a pedido da interessada, que a empresa **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, demonstrou pleno conhecimento técnico no uso e operacionalização do nosso sistema, durante a execução de serviços de regularização contratual no Município de Mariana/MG.

No período de atuação, referente às competências de **janeiro a dezembro de 2024**, a equipe da INTELECTUAL foi ágil e assertiva na identificação e correção de inconsistências oriundas da utilização anterior do sistema, conduzindo os ajustes de forma eficiente e conforme as rotinas previstas pela plataforma.

Registramos que a interação com a equipe da empresa foi tecnicamente precisa, contribuindo para a adequada regularização das informações no sistema, com comprometimento e respeito às diretrizes da solução utilizada.

Por ser verdade, firmamos o presente atestado para os devidos fins.
Belo Horizonte, 26 de março de 2025.

SERGIO LUCIO CARDOSO:97875007615

Assinado de forma digital por SERGIO LUCIO CARDOSO:97875007615
Dados: 2025.03.26 17:24:11 -03'00'

Sérgio Lúcio Cardoso
Sócio-Diretor
CMM Sistemas de Informações e Serviços Ltda

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

MAKROSYSTEM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 07.351.977/0001-00, sediada à Rua Ipanema, nº 180, Ipiranga, Divinópolis, Minas Gerais, CEP: 35.502-043 neste ato representada por (especificar responsável), vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que a empresa **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede à Rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, sala 201, Centro, Mateus Leme/MG, CEP 35670-000, prestou serviços de PROGRAMAÇÃO (DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES).

Os serviços foram executados no período de janeiro a junho de 2022, tendo como foco principal o desenvolvimento com ênfase em processamentos de folha de pagamento e e-Social. Durante o período de prestação de serviços, a empresa demonstrou alto nível de competência técnica, profissionalismo e comprometimento com os prazos e resultados esperados.

A equipe da INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA mostrou-se apta a compreender e atender às nossas necessidades específicas, entregando soluções inovadoras e eficientes que contribuíram significativamente para a otimização de nossos processos contábeis em nuvem.

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade da empresa atestada em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Divinópolis/MG 22 de agosto de 2024.

Wesley Lopes

Wesley Leandro Lopes

Gestor de Atendimento / Projetos

MAKROSYSTEM INFORMATICA LTDA

MAKROSYSTEM INFORMATICA LTDA:07351977000100

Assinado de forma digital por MAKROSYSTEM INFORMATICA LTDA:07351977000100
Dados: 2024.08.22 12:36:05 -03'00'

Prefeitura Municipal de Nova Lima

Município de Nova Lima

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de NOVA LIMA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 22.934.889/0001-17, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro, Nova Lima - MG, 34000-970, neste ato representada pelo Sr. Secretário Municipal de Fazenda, **ALISSON DIEGO BATISTA MORAES**, inscrito no CPF sob o n° 067.509.656-10, e pelo Sr. Secretário Municipal de Administração, **HENRIQUE APARECIDO PIMENTA**, inscrito no CPF sob o n° 985.804.426-72, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696 SSP/MG, como consultor técnico especialista contábil, pela **SP INOVAÇÕES INSTITUCIONAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 71.437.560/0001-56, realizou na Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG entre abril e julho de 2024 os seguintes serviços:

a) Auditoria em Pagamentos do Recolhimento de INSS por Retenção em Notas Fiscais de Serviço (NFS) dos anos 2022, 2023 e 2024;

b) Auditoria em Pagamentos Incorretos e Falta de Pagamentos de Contribuições Previdenciárias dos anos 2022, 2023 e 2024;

c) Transmissão de e-Social e Envio de DCTFWebs das competências de 10/2022 a 07/2024;

d) Processos de REDARF perante a Receita Federal do Brasil (RFB);

e) Vinculação de Pagamentos no e-Cac;

f) Processos de PER/DCOMP;

g) Processos Administrativos perante a Receita Federal do Brasil (RFB) para regularização fiscal;

h) Avaliação e parecer do Sistema de Processamento de Folha de Pagamento;

A atuação foi marcada por uma abordagem abrangente e estratégica. Sua capacidade de análise, comunicação eficaz com a equipe técnica, coordenação e execução das correções

necessárias demonstrou um alto nível de competência e profissionalismo, fundamentais para a obtenção da conformidade fiscal e da CND Federal.

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Nova Lima/MG, 08 de agosto de 2024

gov.br Documento assinado digitalmente
ALISSON DIEGO BATISTA MORAES
Data: 10/08/2024 15:07:09-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ALISSON DIEGO BATISTA MORAES

Secretário Municipal de Fazenda

HENRIQUE APARECIDO PIMENTA:98580442672 Assinado de forma digital por HENRIQUE APARECIDO PIMENTA:98580442672
Dados: 2024.08.08 19:29:16 -03'00'

HENRIQUE APARECIDO PIMENTA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.295.303/0001-44

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 18.295.303/0001-44, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Praça Juscelino Kubitschek, S/N, Centro, CEP 35.420-003, neste ato representada pela Sra. Secretária Municipal de Administração, **ARLINDA GONCALVES COELHO**, inscrita no CPF sob o n° 043.531.766-09, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, como técnico especialista contábil, realizou na Prefeitura Municipal de Mariana/MG em julho de 2024 os seguintes serviços:

a) Análise de Pendências Fiscais e Coordenação de Equipes

1. **Análise das Pendências Fiscais:**
   - Análise detalhada das pendências fiscais na RFB, focando no e-Social.
   - Identificação de irregularidades que afetavam a conformidade fiscal do município.

2. **Aprofundamento nas Questões Fiscais e Processamento da Folha:**
   - Compreensão das necessidades e desafios no processamento da folha de pagamento.
   - Visão holística das questões fiscais do município.

3. **Ciente à Equipe Técnica das Necessidades de Regularização:**
   - Comunicação das necessidades de regularização fiscal à equipe técnica.
   - Fornecimento de orientações claras sobre ações para resolver pendências previdenciárias.

4. **Coordenação da Equipe de RH:**
    - Coordenação na coleta de informações e documentações para regularização fiscal.
    - Coordenação eficiente para obtenção de dados corretos.

---

b) Transmissão de Competências do eSocial e Envio de DCTFWebs

1. **Domínio Técnico e Operacional:**
    - Transmissão de 19 competências do eSocial.
    - Envio de 17 Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais Web (DCTFWebs).
2. **Conhecimento dos Sistemas da RFB:**
    - Profundo conhecimento e habilidade no uso dos sistemas eSocial e DCTFWeb.

---

c) Auxílio na Interação com o Fornecedor do Sistema de Processamento de Folha de Pagamento

1. **Correção de Erros no Sistema:**
    - Auxílio na interação com o fornecedor do sistema de folha de pagamento.
    - Identificação e correção de erros nos cadastros e parâmetros do sistema de folha de pagamento.
2. **Clareza nas Necessidades de Adequação:**
    - Comunicação clara das necessidades de adequação do sistema.
    - Facilitação na implementação das correções pelo fornecedor.

Considerações Finais:

A atuação foi marcada por uma abordagem abrangente e estratégica. Sua capacidade de análise profunda, comunicação eficaz com a equipe técnica, coordenação de múltiplas áreas e execução precisa das correções necessárias e demonstrou um alto nível de competência e profissionalismo.

Os serviços acima listados foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Mariana/MG, 07 de agosto de 2024

Assinado eletronicamente por:
Arlinda Gonçalves Coelho
CPF: ***.531.766-**
Data: 07/08/2024 15:12:52 -03:00

TECHCERT

ARLINDA GONCALVES COELHO

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA DE IGARAPÉ
ADMINISTRAÇÃO 2017 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ

ESTADO DE MINAS GERAIS – CNPJ: 18.715.474/0001-85

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPÉ - MG, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n°. 18.715.474/0001-85, doravante denominada PREFEITURA, com sede à Avenida Governador Valadares, 325, Centro - Igarapé/MG, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Fazenda, **DAUTE HENRIQUES ALVIM**, inscrito no CPF sob o n° 066.550.206-03, residente e domiciliado neste Município, vem atestar, a pedido do interessado e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de execução, que **SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO**, brasileiro, contador com registro no **CRC/MG sob o nº 119647/O-8**, solteiro, nascido em 27/05/1994, inscrito no CPF sob o nº 122.869.566-00, portador do documento de identidade 15348696, SSP/MG, residente e domiciliado na Praça São Sebastião, 189, apartamento 301, distrito de AZURITA, município de MATEUS LEME - MINAS GERAIS, CEP 35.672-000, como responsável técnico contábil, pelo INSTITUTO TERRA DE MINAS, inscrito no CNPJ N.º: 05.770.170/0001-79 com sede à época na rua Juscelino Kubsticheck, n°1017, centro, Mateus Leme/MG, CEP.35.670-000 realizou na Prefeitura Municipal de Igarapé em fevereiro de 2019 os seguintes serviços:

a) auditoria operacional das obrigações previdenciárias para atendimento ao **Tema de Repercussão Geral n°163 do Supremo Tribunal Federal**, cuja ata n° 35, de 11/10/2018 foi publicada no DJE n° 224 do dia 19/10/2018, com elaboração de relatório técnico, correção das GFIP's, treinamento, orientação, acompanhamento e qualificação dos servidores da Prefeitura envolvidos na execução dos procedimentos administrativos à recuperação dos créditos e débitos apurados.

b) em virtude da mudança na base do INSS, também foram auditadas as obrigações previdenciárias relativas **às alíquotas do RAT/FAP**, com elaboração de relatório técnico, correção das GIP's, treinamento, orientação, acompanhamento e qualificação dos servidores da Prefeitura envolvidos na execução dos procedimentos administrativos à recuperação dos créditos e débitos apurados.

À época foram creditados administrativamente, no sistema da Receita Federal do Brasil, por meio da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social -

GFIP, no valor total de **R$2.428.260,94 (dois milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta reais e noventa e quatro centavos).**

Tendo sido processados pelo responsável técnico contábil um volume total de **23.680.718 (vinte e três milhões, seiscentos e oitenta mil e setecentos e dezoito) dados.**

E realizadas **30.026 (trinta mil e vinte e seis) correções.**

RESUMO DOS TRABALHOS EXECUTADOS	
VOLUME TOTAL DE DADOS PROCESSADOS	23.680.718
TOTAL DE CORREÇÕES FEITAS	30.026
VALOR RECUPERADO COM A SÚMULA 163	R$ 2.259.100,75
VALOR RECUPERADO DE GILRAT	R$ 169.160,19
VALOR TOTAL	R$ 2.428.260,94

Os serviços acima listados referentes à matéria do objeto foram executados com qualidade, não existindo fatos que desabonem a conduta e a responsabilidade do profissional atestado em relação à execução das atribuições assumidas, confirmando assim a capacidade técnica, física e operacional do mesmo para a execução do que foi proposto.

Por ser esta a completa expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que surta seus efeitos jurídicos.

Igarapé, 10 de abril de 2023

DAUTE HENRIQUES ALVIM:06655020603

Assinado de forma digital por DAUTE HENRIQUES ALVIM:06655020603
Dados: 2023.04.10 10:59:27 -03'00'

DAUTE HENRIQUES ALVIM

Secretário Municipal de Fazenda

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Universidade de Itaúna

O Professor *Faiçal David Freire Chequer*, Reitor da Universidade de Itaúna, no uso de suas atribuições e tendo em vista o termo de colação de grau conferido em 13 de julho de 2017 a *Samuel Henrique Cândido*, nacionalidade brasileira, nascido(a) em Mateus Leme - MG, aos 27 de maio de 1994, portador(a) da Cédula de Identidade nº MG-15.348.696, expedida pelo(a) PC/MG, outorga-lhe o presente Diploma de *Bacharel em Ciências Contábeis*, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

SELO DE AUTENTICIDADE
UNIVERSIDADE DE ITAÚNA
UMA GRANDE UNIVERSIDADE
Série: AA Nº 042512

Itaúna, 12 de janeiro de 2018.

REITOR

PRÓ-REITORIA DE ENSINO E ASSUNTOS ACADÊMICOS

COORDENADOR DO CURSO

DIPLOMADO

161

Universidade de Itaúna

Processo nº 19.307

Diploma registrado nos termos do artigo 48, § 1º, da Lei nº 9.394, de 20.12.96, sob o nº 19.307, às folhas 074 do livro 26

Itaúna 12 de janeiro de 2012.

Funcionário(a) Encarregado(a) do Registro

Visto:

Pró-Reitoria de Ensino

Universidade de Itaúna

Renovação de reconhecimento do Curso - Portaria SESU nº 309 de 02.08.11. Diploma expedido com base na Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007.

Responsável pelo Registro

Pró-Reitoria de Ensino e Assuntos Acadêmicos

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NON DISCLOSURE AGREEMENT - NDA)

Instrumento Particular de Contrato que firmam entre si, de um lado, INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, neste ato representada por seu representante legal SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF nº 122.869.566-00, endereço eletrônico samuel@intelectual.com.br, residente e domiciliado na Rua Praça São Sebastião, nº 189, Apto 301, Bairro Azurita, na Cidade de Mateus Leme/MG, doravante denominada CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA; e, de outro lado, o SR. BERNARDO SILVA DE SEIXAS, brasileiro, advogado, casado, portador do RG nº 20368917, SSP/AM e CPF nº 946.955.982-72, residente e domiciliado na R. Agnelo Bittencourt nº 05, bairro Planalto, Manaus/AM, CEP: 69045-630, doravante denominado CONTRATADO/PARTE RECEPTORA.

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si, justas e contratadas, as cláusulas e condições a seguir estipuladas, obrigando-se mutuamente, por si e seus sucessores, ao fiel e integral cumprimento deste Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados e Acordo de Confidencialidade (*Non Disclosure Agreement - NDA*).

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Parágrafo 1º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, atuando na execução de projetos e processos de alta complexidade técnica, cuja conclusão demanda a atuação de profissionais de excelência, altamente capacitados e com profundo conhecimento técnico, incorpora, a partir da assinatura deste contrato, conforme Cláusula Segunda, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA ao seu quadro fixo e corpo técnico permanente, para atuar no suporte e execução dos seus projetos internos e externos, bem como a processos de recuperação de créditos tributários junto a empresas privadas e entes públicos.

Parágrafo 2º. Para tanto, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exercerá a responsabilidade técnica pelos prestados em decorrência deste contrato, observando rigorosamente as Legislação tributária e fiscal, as normas de ética profissional e as Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA compromete-se a assegurar que a execução dos serviços técnicos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público, esteja em estrita conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo 4º. No exercício de suas funções, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA obriga-se a:

I – Assinar documentos técnicos, relatórios, pareceres ou quaisquer outros instrumentos que exijam a intervenção de profissional habilitado, desde que elaborados em conformidade com a legislação aplicável, as normas técnicas e os princípios éticos da profissão;
II – Comunicar formalmente ao CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA quaisquer irregularidades, não conformidades, impropriedades ou ilícitos identificados durante a execução de suas funções, que possam comprometer a responsabilidade técnica ou infringir normas éticas, administrativas ou legais.

Parágrafo 5º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA declara que atenderá integralmente às exigências regulamentares impostas pela OAB, especialmente no que diz respeito à manutenção de habilitação profissional regular e registros atualizados perante os órgãos competentes.

Parágrafo 6º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA compromete-se a fornecer ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA todas as informações, documentos, meios e condições necessárias para o pleno e regular exercício da responsabilidade técnica, inclusive aqueles destinados à fiscalização da conformidade regulatória e à adequada emissão de relatórios e documentos técnicos.

Parágrafo 7º. É vedado ao CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA realizar quaisquer atos que estejam em desacordo com as normas éticas ou legais aplicáveis, ficando limitada a responsabilidade do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exclusivamente às atividades técnicas efetivamente supervisionadas, orientadas ou executadas com sua ciência e anuência formal.

Parágrafo 8º. A prática, pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, de atos que contrariem as orientações técnicas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, que descumpram normas regulamentares ou que impeçam o regular exercício da responsabilidade técnica poderá ensejar a rescisão imediata deste contrato, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO

Parágrafo 1º. A partir da assinatura deste contrato e enquanto vigente, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA integrará o quadro fixo de profissionais técnicos do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, compondo formalmente sua estrutura profissional perante órgãos públicos, conselhos de classe, clientes e terceiros interessados, para todos os fins legais e regulamentares.

Parágrafo 2º. A condição de integrante do quadro técnico permanecerá válida até a rescisão ou término deste contrato, ocasião em que cessará automaticamente qualquer vínculo de representação técnica perante o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, sem necessidade de aviso ou formalização adicional além da própria rescisão contratual.

Parágrafo 3º. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA poderá indicar o nome, a qualificação profissional, o registro em conselho de classe e demais informações técnicas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA para fins de comprovação de capacidade técnica em cadastros, certidões, licitações, inexigibilidades de licitação, processos administrativos, contratações públicas ou privadas, bem como para apresentação institucional.

Parágrafo 4º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA autoriza expressamente, de forma não exclusiva e limitada ao período de vigência deste instrumento, a utilização de seu currículo, atestados de capacidade técnica, registros profissionais, certificados e comprovantes de qualificação pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, única e exclusivamente para fins relacionados a processos de habilitação técnica, licitatórios ou administrativos, ou para demonstração da estrutura técnica do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA perante órgãos públicos, privados e conselhos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Parágrafo 1º. A remuneração devida ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA pela prestação dos serviços técnicos objeto deste contrato será variável, conforme a demanda de cada projeto, e estabelecida com base no valor da hora técnica de referência.

Parágrafo 2º. O valor da hora técnica de referência é fixado inicialmente em R$ 700,00 (setecentos reais) por hora trabalhada, conforme tabela da OAB/MG, podendo ser ajustado para cada contrato ou projeto mediante pactuação entre as partes.

Parágrafo 3º. A cada 12 (doze) meses as partes revisarão de comum acordo o valor da hora técnica, mediante aplicação do índice IPCA correspondente ao período, ou outro índice que vier a substituí-lo

Parágrafo 3º. Para cada novo contrato, serviço adicional ou atividade específica, será elaborado Termo Aditivo definindo os honorários, as condições de execução e o prazo de pagamento.

Parágrafo 4º. Será observada cobrança mínima de 2 (duas) horas técnicas por atendimento ou evento de atuação, salvo pactuação diversa formalizada em aditivo.

Parágrafo 5º. Nos casos em que o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA/PARTE RECEPTORA for solicitado para atender demandas urgentes, extraordinárias ou fora do horário comercial, poderá ser aplicado acréscimo de honorários, a ser ajustado previamente entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

Parágrafo 1º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA compromete-se a:

I – Disponibilizar ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA todas as informações, documentos, dados, registros e demais elementos necessários para o pleno e correto exercício das atividades de responsabilidade técnica, de forma precisa, tempestiva e completa, garantindo a adequada execução dos serviços contratados;

II – Cumprir integralmente as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis às atividades desenvolvidas, observando rigorosamente as orientações técnicas, recomendações e pareceres emitidos pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA no âmbito deste contrato;

III – Abster-se de utilizar o nome, assinatura, registro profissional, número de inscrição ou qualquer referência pessoal ou técnica do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em atos, documentos, declarações ou operações que não tenham sido formalmente autorizados, supervisionados ou efetivamente realizados pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, ou ainda que estejam em desacordo com as disposições deste instrumento.

Parágrafo 2º. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do presente contrato, independentemente de aviso prévio, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, e da responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA perante terceiros, autoridades administrativas, fiscais e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo 1º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, na qualidade de responsável técnico, responderá exclusivamente pelas atividades técnicas a ele atribuídas no âmbito deste contrato, em estrita observância às normas profissionais, técnicas e legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA não será responsabilizado por atos, omissões, decisões administrativas, financeiras, comerciais, operacionais ou de gestão interna praticados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, seus prepostos, empregados, representantes ou terceiros, ainda que tais atos venham a repercutir no âmbito das atividades técnicas.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA igualmente não responderá por quaisquer atos praticados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que:

I – Contrariem suas orientações, recomendações ou pareceres técnicos formalmente emitidos;
II – Sejam realizados sem seu conhecimento ou fora do escopo de supervisão direta estabelecido neste contrato;
III – Estejam em desconformidade com as normas contábeis, legais ou éticas vigentes.

Parágrafo 4º. A responsabilidade do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA restringe-se exclusivamente às ações que sejam diretamente ligadas ao exercício da responsabilidade técnica para a qual foi CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, não se estendendo a outras áreas de atuação do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ou a fatos alheios à sua intervenção técnica.

Parágrafo 5º. Eventuais responsabilidades atribuídas ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA somente poderão decorrer de comprovada atuação dolosa ou culposa, diretamente relacionada aos serviços efetivamente prestados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA AUTONOMIA TÉCNICA E DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Parágrafo 1º. O presente contrato tem natureza estritamente civil, não gerando entre as partes qualquer vínculo de natureza empregatícia, societária, associativa ou de subordinação hierárquica, direta ou indireta.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exercerá suas funções com plena autonomia técnica, observando as normas contábeis e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe a tomada de decisões e a emissão de pareceres, laudos e orientações no âmbito de sua responsabilidade técnica, sem qualquer ingerência do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA nas avaliações e conclusões de ordem técnica.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA não estará sujeito a controle de jornada, hierarquia funcional, cumprimento de ordens de serviço típicas de relação de emprego, nem a quaisquer obrigações inerentes a empregados, ficando sua atuação limitada às responsabilidades técnicas descritas neste contrato e nos respectivos termos aditivos.

Parágrafo 4º. Eventuais pagamentos realizados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão da prestação dos serviços técnicos ora contratados não possuem natureza salarial, nem geram direitos trabalhistas, previdenciários ou fundiários de qualquer espécie, cabendo ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA a integral responsabilidade pelo recolhimento de tributos e encargos que incidirem sobre sua remuneração.

Parágrafo 5º. A eventual indicação do nome do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA como integrante do quadro técnico do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA junto a órgãos públicos, conselhos de classe ou terceiros não caracteriza, por si só, qualquer vínculo empregatício ou subordinação, tratando-se de mero atendimento às exigências normativas para o exercício da responsabilidade técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NDA)

Considerando que o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA fornecerá ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA informações extremamente confidenciais em relação às suas atividades e negócios;
Considerando que as informações disponibilizadas possuem caráter sigiloso e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados;

As partes, doravante denominadas conjuntamente como "PARTES", estabelecem o presente compromisso de confidencialidade, nos seguintes termos:

Parágrafo 1º. O presente compromisso de confidencialidade tem por objeto a disponibilização de informações de caráter confidencial pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, informações estas que, sob nenhuma hipótese, poderão ser compartilhadas com terceiros não expressamente autorizados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA.

Parágrafo 2º. Para os fins desta cláusula, consideram-se "informações de caráter confidencial" todas as informações fornecidas pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que não poderão ser divulgadas pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, incluindo, mas não se limitando a:
a) Processos internos, modelos e estratégias de negócios;
b) Segredos industriais, comerciais e operacionais;
c) Documentos internos como contratos, memorandos, regimentos, regulamentos, termos, ofícios e seus anexos;
d) Processos administrativos, técnicos e/ou operacionais;
e) Planos de negócios;
f) Bases cadastrais e documentos de clientes, contratantes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;
g) Pesquisas de mercado;
h) Operações financeiras ou bancárias;
i) Pareceres, estudos, análises e documentos correlatos;
j) Relatórios de auditoria, análises e conclusões;
k) Códigos-fonte, elementos de programação, imagens ou gravações de sistemas
l) Dados pessoais de leads, prospects e novos clientes, mantidos pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão do contrato;
m) Dados de contratos individuais de trabalho de colaboradores internos e externos.

Parágrafo 3º. As informações de caráter confidencial relativas a dados pessoais serão também regidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo 4º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA obriga-se a:

a) Cumprir integralmente esta cláusula;
b) Armazenar de forma segura as informações recebidas;
c) Manter total sigilo e confidencialidade das informações;
d) Não divulgar, compartilhar, publicar, copiar ou reproduzir as informações a terceiros não autorizados, nem utilizá-las para obtenção de vantagem própria;
e) Não firmar compromissos em nome do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA sem consentimento expresso;
f) Não compartilhar códigos-fonte ou informações confidenciais;
g) Adotar medidas de segurança para proteção dos dados sob sua guarda;
h) Utilizar as informações exclusivamente nos negócios envolvendo as PARTES.

Parágrafo 5º. Este compromisso de confidencialidade não se aplica às informações comprovadamente:

a) De domínio público;
b) De conhecimento notório;
c) Já conhecidas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA antes do recebimento da PARTE DIVULGADORA;
d) Cuja divulgação seja exigida por lei ou ordem judicial.

Parágrafo 6º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA somente poderá repassar informações confidenciais a seus representantes mediante autorização expressa do

CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, estendendo-se a estes todas as obrigações previstas nesta cláusula. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA responderá integralmente por eventuais violações cometidas por seus representantes.

Parágrafo 7º. Nas hipóteses de violação deste Acordo de Confidencialidade, a PARTE RECEPTORA estará sujeita ao pagamento de multa no importe de R$1.000.000,00 (Um milhão de reais).

Parágrafo 8º. A aplicação do Parágrafo 1º desta Cláusula não afasta eventual responsabilização administrativa, civil e criminal da PARTE RECEPTORA e seus representantes.

Parágrafo 9º. A PARTE RECEPTORA renuncia, expressamente, a qualquer benefício de ordem que, porventura, tenha.

Parágrafo 10º. As obrigações assumidas pela PARTE RECEPTORA permanecerão vigentes mesmo após o término deste Acordo de Confidencialidade e do contrato de prestação de serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, respondendo a PARTE RECEPTORA em casos de violações deste Acordo de Confidencialidade por si e/ou seus Representantes.

Parágrafo 11º. Durante o mesmo período previsto nos Parágrafos 3º e 4º desta Cláusula, a PARTE RECEPTORA não poderá estabelecer de concorrência com a PARTE DIVULGADORA, no tocante a serviços semelhantes ou correlatos àqueles prestados pela PARTE DIVULGADORA, nem prestar serviços a concorrentes que atuem no mesmo ramo e mercado de atuação desta.

Parágrafo 11º. A PARTE RECEPTORA reconhece e declara que NÃO POSSUI propriedade e/ou posse sobre qualquer licença, códigos fontes, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direito de patente, direito de imagem, direito de marca, sendo a PARTE DIVULGADORA A ÚNICA PROPRIETÁRIA E DETENTORA LEGÍTIMA dos direitos tratados no presente Acordo de Confidencialidade.

Parágrafo 12º. Em razão do disposto no Parágrafo 11º desta Cláusula, o presente instrumento NÃO CONCEDE, NEM TRANSMITE qualquer licença ou direito de uso de direito patenteável; direito autoral; direito sobre marca registrada ou qualquer outro meio de propriedade exclusiva.

Parágrafo 13º. Este acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga todas as PARTES.

Parágrafo 14º. A assinatura e aceite do presente Acordo de Confidencialidade NÃO CONFERE à PARTE RECEPTORA nenhum direito a pagamento ou remuneração além daquele já acordado no contrato originário de prestação de serviços.

Parágrafo 15º. Todas as INFORMAÇÕES DE CARÁTER CONFIDENCIAL trocadas entre as PARTES deverão ser devolvidas para à PARTE DIVULGADORA ou comprovadamente destruídas pela PARTE RECEPTORA, imediatamente após a extinção deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

Parágrafo 1º. O presente contrato é celebrado por prazo indeterminado, iniciando-se na data de sua assinatura.

Parágrafo 2º. Qualquer das partes poderá rescindir este contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que tal rescisão gere direito à indenização de qualquer natureza, ressalvados os valores já devidos em razão dos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento.

Parágrafo 3º. Durante o período previsto no *Parágrafo 2º retro*, as partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, salvo se houver convenção expressa em contrário.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG como o competente para dirimir quaisquer lides decorrentes deste Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

ASSINATURA DIGITAL: As partes reconhecem e concordam que a formalização deste contrato será efetivada mediante assinatura digital. Esta prática não apenas assegura a integridade, autenticidade e validade jurídica do presente instrumento, como também reflete o compromisso da PARTE DIVULGADORA com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. A adoção da assinatura digital é uma manifestação direta desse engajamento, contribuindo para a diminuição do consumo de papel e, consequentemente, a redução do impacto ambiental. Além disso, a PARTE DIVULGADORA evidencia seu constante investimento em tecnologia, buscando soluções contemporâneas que otimizem os processos e fortaleçam a relação com seus colaboradores e parceiros.

Belo Horizonte/MG, 30 de Maio de 2025.

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ 37.782.587/0001-48
CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br BERNARDO SILVA DE SEIXAS

BERNARDO SILVA DE SEIXAS
CPF nº 946.955.982-72
CONTRATADO/PARTE RECEPTORA



BERNARDO SILVA DE SEIXAS

Rua Agnelo Bittencourt, 05, Qd. 14, Conj. Belvedere
Manaus, AM 69044410
92991470854
seixas.bernardo@gmail.com / seixas.bernardo@icloud.com

Resumo profissional

Doutor em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito em São Paulo (2021). Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos - Instituição Toledo de Ensino (2014). Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2011). Pós - Graduação em Direito Processual pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas e Especialização em Jurisdição Constitucional e Efetivação de Direitos Fundamentais pela Universidade de Pisa – Itália. Atuou como Assessor de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas com experiência em confecções de minutas de despachos, decisões interlocutórias, acórdãos e procedimentos administrativos perante a Corregedoria Geral de Justiça. É professor titular da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, Civil e Processo Civil.

Histórico profissional

Abril 2015 — Atual

Universidade Federal do Amazonas — Manaus
Professor Universitário
Aulas de Prática Processual Cível, Direito Civil e Direito Processual Civil na Graduação. Aulas de Processo Civil - Tutela Provisória, Precedentes e Procedimentos Especiais na Pós-Graduação *Lato Sensu*.

Junho de 2023 - Atual

Universidade do Estado do Amazonas — Presidente Figueiredo/AM
Professor Assistente

Agosto 2018 — Dezembro de 2022

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas — Manaus
Assessor de Desembargador
Realização de Minutas de Despachos, Decisões Interlocutórias e Acórdãos para Desembargador com atuação na Segunda Câmara Cível, Câmaras Reunidas e Tribunal Pleno. Confecção de despachos, decisões interlocutórias e decisões administrativas no âmbito da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Junho 2021 — Julho 2020

Faculdade Boas Novas — Manaus
Professor de Graduação do Curso de Direito
Disciplinas: Direito Constitucional e Direito Civil.

Junho 2021	**Faculdade Santa Teresa**	Manaus
	Professor de Graduação do Curso de Direito	
Julho 2022	Disciplinas: Processo Civil, Direito do Consumidor e Direito Civil.	
Março 2015	**Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas**	Manaus
—	**Professor Universitário**	
Dezembro de 2023	Aulas de Processo Civil, Constitucional, Direito Internacional Público, Seguridade Social e Direito Empresarial na Graduação; Aulas de Processo Civil - Recursos; Direito de Empresa; Teoria Geral do Direito e Interpretação Jurídica; Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação.	
Março 2017	**Escola Superior da Magistratura do Amazonas**	Manaus
—	**Professor Visitante**	
Fevereiro 2020	Aula como Professor Visitante no curso de Pós-Graduação em Direito Processual Civil - Execução e no Curso de Formação para Carreira da Magistratura.	
Novembro 2019	**Faculdade da Amazônia Ocidental**	Rio Branco
—	**Professor Universitário**	
Dezembro 2019	Aula de Pós-Graduação em Processo de Execução e Prática Locatícia.	
Outubro 2016	**Devry - FMF**	Manaus
—	**Professor Universitário**	
Agosto 2018	Professor de Graduação em Direito nas Disciplina de TGP, Processo Civil 1 e 2.	

Formação acadêmica

2018 – 2021	**Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo** **Doutorado em Função Social do Direito Constitucional**	São Paulo
2015	**Especialização em Jurisdição Constitucional e Tutela Jurisdicional De Direito Fundamentais**	Pisa/Itália
2013 – 2014	**Instituição Toledo de Ensino** **Mestre: Direito Constitucional**	Bauru
2011-2013	**Centro Universitário de Ensino Superior do Amazona** **Pós Graduação Lato Sensu: Direito Processual**	Manaus
2007-2011	**Centro Universitário de Ensino Superior do Amazona** **Graduação: Graduação em Direito**	Manaus

Competências

- Habitualidade em desenvolver pessoas
- Bom trato com pessoas
- Disponibilidade para o trabalho.
- Pontualidade.

Livros

Autor de Artigos Acadêmicos, organizador de obras jurídicas e livro jurídico.



Bernardo Silva de Seixas

Endereço para acessar este CV:
http://lattes.cnpq.br/2236095085225087
ID Lattes: **2236095085225087**
Ultima atualização do currículo em 08/07/2025

Possui Doutorado em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito, mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos - Instituição Toledo de Ensino (2014) e graduação em Direito pelo Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (2011). Atualmente, é professor titular da Universidade Federal do Amazonas e da Universidade do Estado do Amazonas. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Bernardo Silva de Seixas

Nome em citações bibliográficas

SEIXAS, B. S.;SEIXAS, BERNARDO SILVA DE;SILVA DE SEIXAS, BERNARDO;DE SEIXAS, BERNARDO SILVA

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/2236095085225087

Orcid iD

? https://orcid.org/0000-0003-2924-620X

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2018 - 2021

Doutorado em Função Social do Direito.
Faculdade Autônoma de Direito, FADISP, Brasil.
Título: O Sistema de Decisões Vinculantes no Brasil : Elementos para uma interpretação Precedencial, Ano de obtenção: 2021.
Orientador: Rennan Faria Kruger

Thamay.

2013 - 2014

Mestrado em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos.
Instituição Toledo de Ensino, ITE, Brasil.
Título: A Proteção da Constituição contra o Silêncio do Legislador : A Atuação do STF em objeção às omissões legislativas inconstitucionais, Ano de Obtenção: 2014.
Orientador: Vidal Serrano Nunes Júnior.
Palavras-chave: Mandado de Injunção; Omissão Inconstitucional.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2015 - 2015

Especialização em Giustizia Costituzionale e Tutela Giurisdizionale.
Universitá di Pisa, UNIPI, Itália.
Título: O Fundamento de Legitimidade da Jurisdição Constitucional.
Orientador: Saulle Panizza.

2012 - 2013

Especialização em Especialização em Direito Processual.
Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, CIESA, Brasil.
Título: A Execução Fiscal e a Necessidade de Garantia do Juízo para Oferecimento dos Embargos à Execução Fiscal.

2007 - 2011

Graduação em Direito.
Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, CIESA, Brasil.
Título: Meios Alternativos de Resolução de Conflito. A Lei de Arbitragem.
Orientador: Fernando Todeschini.

Atuação Profissional

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 4

Outras informações

Professor da Disciplina SISTEMAS DE PRECEDENTES E INTEGRIDADE DO ORDENAMENTO: A SEGURANÇA JURÍDICA E A PREVISIBILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO no Programa de Pós-Graduação Strito Sensu em Direito da Universidade Federal do Amazonas alinhado à linha de pesquisa Mecanismos e Processos de Efetivação de Direitos.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 40

Outras informações

Professor da Pós-Graduação em Direito Processual Civil do Curso de Especialização em Processo Civil da Universidade Federal do Amazonas

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 40

Outras informações

Professor Prática Jurídica Real I, II, Prática Simulada Cível.

Vínculo institucional

2015 - 2015

Vínculo: Professor Substituto, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 40

Outras

Outras informações

Professor nas disciplinas de Direito Civil II (Obrigações), IV (Responsabilidade Civil) e V (Direitos Reais).

Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas, CIESA, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2022

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 24

Outras informações

Direito Processual Civil I, Direito Processual Civil II, Seguridade Social, Direito Internacional Público, Direito Internacional Privado, Direito Empresarial, Direito Constitucional, Hermenêutica Jurídica e Práticas Multidisciplinares

Vínculo institucional

2017 - 2020

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor prestador de serviço

Outras informações

Professor do Departamento de Pós-graduação, lecionando os módulos de Interpretação do Direito Constitucional, Metodologia da Pesquisa Aplicada ao TCC, Direito Processual Civil - Recursos, Teoria Geral da Empresa, Direito Processual Civil - Procedimento Comum

Atividades

02/2018 - 01/2019

Direção e administração, CIESA.

Cargo ou função

Coordenador do Curso de Direito

Coordenador do Curso de Direito.

02/2017 - 12/2018

Direção e administração, CIESA.

Cargo ou função
Coordenador Adjunto de Atividades Multidisciplinares.

Faculdade La Salle de Manaus, UNILASALLE, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2023

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 16

Outras informações

Professor das Disciplinas de Direito Processual Civil III (Execução), Direito Processual Civil IV (Recursos), Direitos Humanos, Teoria Geral e História do Direito, Teoria Geral do Processo.

Faculdade Martha Falcão, FMF/IESA, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2018

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Universitário, Carga horária: 18

Outras informações

Professor das disciplinas de Teoria Geral do Processo, Processo Civil 1 e 2, Processo Civil - Processo de Conhecimento, Prática Jurídica Simulada - Processo Civil.

Faculdade da Amazônia Ocidental, FAAO, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: Professor Visitante,

Enquadramento Funcional: Professor de Pós-Graduação

Outras informações

Professor do Curso de Pós-Graduação. Matérias Ministradas: Processo de Execução e Prática Locatícia

Faculdade Boas Novas, FBN, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 16

Outras informações

Professor das disciplinas de Direito Civil I (Parte Geral), Direito Civil II (Obrigações), Direito Constitucional I e Direito Constitucional II.

Escola da Magistratura do Amazonas, ESMAM, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2020

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Visitante, Carga horária: 4

Outras informações

Professor visitante de Processo Civil no curso Preparatório para Ingresso na Carreira da Magistratura

Vínculo institucional

2019 - 2019

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Visitante, Carga horária: 20

Outras informações

Professor visitante. Matérias

Ministradas: Metodologia da Pesquisa Científica e Processo de Execução.

Escola Superior da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, ESUDPAM, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante

Outras informações

Módulo de Fundamentos do Processo Civil no curso de Pós-graduação da DPE/AM em parceria com a UFAM.

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, TJAM, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Cargo Comissionado, Carga horária: 30

Outras informações

Exercício de função pública de assistente de Desembargador na Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Vínculo institucional

2018 - 2022

Vínculo: Cargo Comissionado, Enquadramento Funcional: Assessor de Desembargador, Carga horária: 30

Outras informações

Assessor de Desembargador.

Justiça Federal de Primeiro Grau no Amazonas, JF, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2010

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Outras informações

Atuei por três meses na secretária da sexta vara, realizando contagem de prazo para o trânsito em julgado, exercendo o exame de admissibilidade dos recursos interpostos e remetendo autos para outros setores da vara. Por sete meses exercei função de estagiário junto ao Gabinete do Juiz (a) Substituto (a) da 6ª Vara realizando minutas de despacho, decisão e sentença.

Ministério Público do Trabalho, MPT, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2012

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessor, Carga horária: 35, Regime: Dedicação exclusiva.

Vínculo institucional

2010 - 2012

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Estagiário, Carga horária: 20

Outras informações

Atuando junto à Coordenação Nacional de Trabalho Portuário e Aquaviário - CONATPA

Seixas Advogados, SEIXAS ADVOGADOS, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2015

Vínculo: Advogado, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária:

Escola Superior da Advocacia - Seccional Amazonas, ESA/AM, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante, Carga horária: 20

Outras informações

Módulo de Pós-Graduação em Direito Processual Civil e Civil - Formação, Suspensão e Extinção do Processo.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante, Carga horária: 20

Outras informações

Aula na Pós-Graduação "Lato Sensu em Direito Civil e Processo Civil, na disciplina Cumprimento de Sentença e Execução.

Centro de Estudos Jurídicos do Amazonas, CEJUR, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Visitante, Enquadramento Funcional: Docente

Outras informações

Professor das Disciplinas de Direito Processual Civil, Civil e Processo Constitucional

Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Professor Temporário, Enquadramento Funcional: Professor Temporário, Carga horária: 40

Outras informações

Professor Temporário da Escola de Direito na Universidade Estadual do Amazonas.

Escola de Gestão e Aperfeiçoamento do Servidor Público Amazonas, ESAP, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante

Outras informações

Professor de Noções de Direito Público.

Projetos de pesquisa

2023 - 2024

Complexidades amazônicas e Direito Processual: reflexões sobre a aplicação de sistemas jurídicos de precedentes na Amazônia.

Descrição: No contexto amazônico, onde o acesso à justiça ainda se encontra em processo de afirmação, as complexidades são acentuadas em função de sua característica sociodiversidade. Com isso, torna-se necessária uma reflexão em torno das balizas constitucionais da segurança jurídica e previsibilidade das decisões judiciais em perspectiva universal, para fins de alcançar os indivíduos que vivem à margem do campo de visibilidade das instituições estatais, como é o caso dos amazônidas, que não raras vezes, vivem distantes das centralidades políticas, estruturais e normativas. Deste modo, o intuito deste projeto de pesquisa é aprofundar o debate sobre a aplicação

dos sistemas de precedentes na região amazônica, contribuindo para o mapeamento de propostas que convirjam para a superação de desafios que a sociodiversidade da região suscita na efetivação jurídico-processual do Estado Democrático de Direito. Como objetivo geral, o projeto visa aprofundar o debate acadêmico sobre as nuances da aplicação de sistemas jurídicos de precedentes na Amazônia ante a sua previsibilidade no âmbito dos desafios à efetivação da segurança jurídica e da integridade do ordenamento. Para tornar este desafio possível, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos: a) Identificar situações sui generis que envolvam aspectos processuais no cenário complexo da prestação jurisdicional na Amazônia; b) Identificar o grau de desenvolvimento e capacidade interpretativa, reflexiva e de aplicação dos conhecimentos adquiridos a novas situações, a partir de uma visão dos precedentes judiciais no contexto amazônico; c) Desenvolver a pesquisa de casos concretos que expressam as complexidades sociojurídicas da região em interface com o exercício da jurisdição e d) Proporcionar a reflexão teórica e prática a partir dos pressupostos fundantes dos sistemas de decisões judiciais para contribuir no desenvolvimento de soluções propositivas ao enfrentamento das complexidades sociojurídicas na Amazônia..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Winston de Araújo Teixeira - Integrante.

2023 - Atual

Direito da Proteção dos Vulneráveis e Sistema de Justiça

Descrição: Direito da Proteção dos Vulneráveis e Sistema de Justiça.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Integrante / Maurílio Casas Maia - Coordenador.

2015 - Atual

Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Fundamentais

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Carlos Alberto de Morais Ramos Filho - Integrante / Dorinethe dos Santos Bentes - Integrante / Adriano Fernandes de Oliveira - Integrante.

2012 - Atual

DIREITOS DOS CONHECIMENTOS

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (4) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (4) / Mestrado profissional: (1) / Doutorado: (13) .

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Maurílio Casas Maia - Integrante / Carlos Alberto de Morais Ramos Filho - Integrante / Sebastião Marcelice Gomes - Integrante / Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray - Integrante / Dorinethe dos Santos Bentes - Integrante / Eliane Cristina Pinto Moreira - Integrante / Fernando Antonio de Carvalho Dantas - Integrante / Flávia Regina Porto de Azevedo - Integrante / Girolamo Domenico Treccani - Integrante / José de Ribamar Mitoso de Souza - Integrante / José Roque Nunes Marques - Integrante / Juliano Ralo Monteiro - Integrante / Marcos Mauricio Costa da Silva - Integrante / Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega - Integrante / Mônica Nazaré Picanço Dias - Integrante / Patryck de Araujo Ayala - Integrante / Valmir Cesar Pozzetti - Integrante.

Outros Projetos

2015 - Atual

Projeto ENADE 2015

Descrição: Projeto instituído para auxilio dos alunos do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas - CIESA na prova do ENADE 2015 para o curso de direito.
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.
Alunos envolvidos: Graduação: (50) / Especialização: (2) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Bernardo Silva de Seixas - Coordenador / Cleísa Bessa - Integrante / Ezelaide Viegas - Integrante / Maria Lenir Pinheiro - Integrante.

Revisor de periódico

2014 - Atual

Periódico: Revista Brasileira de Politicas Publicas

2015 - Atual

Periódico: Revista Jurídica CESUMAR. Mestrado

2014 - Atual

Periódico: Revista CEJ (Brasília)

2015 - Atual

Periódico: Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas

2019 - Atual

Periódico: REVISTA JURÍDICA DA PROCURADORIA-GERAL DO DISTRITO FEDERAL

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Processo Constitucional.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea:

Direito Civil Constitucional

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Italiano

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Pouco, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

SEIXAS, B. S.; TORQUATO, R. K. ; GOMES JUNIOR, C. J. L. . A Zona Franca de Manaus no Supremo Tribunal Federal : Dialética e Tese Firmada na ADPF 1.004. REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO, v. 1, p. 63-84, 2025.

2.

ALMEIDA, C. V. G. ; BORBA, H. G. A. ; **SEIXAS, B. S.** . A Diferença de Entendimento entre o Incidente de Assunção de Competência 2 do TST e o RE com Repercussão Geral 842.844 do STF : Conflito de Precedentes obrigatórios ou Overrruling. REVISTA DE DIREITO DO TRABALHO (SÃO PAULO), v. 238/2024, p. 1-15, 2024.

3.

SEIXAS, B. S.; ALECRIM, G. V. F. . Informalidade e Trabalho Doméstico Não Remunerado: Necessidade de Regulamentação a Partir da Teoria das Capacidades. REVISTA MAGISTER DE DIREITO DO TRABALHO, v. 123, p. 115-127, 2024.

4.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE; FERREIRA, MARTA REGINA ROCHA ; PACHECO, VALÉRIA MARIA FARIAS . Pandemia e redes sociais: um estudo acerca dos limites da liberdade de expressão e as medidas legais aplicadas no que tange ao seu abuso. CADERNO ELETRÔNICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, v. 11, p. 66-79, 2023.

5.

DO NASCIMENTO, DANIELA CAVALCANTE ; **DE SEIXAS, BERNARDO SILVA** . A (IN) APLICABILIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL AOS FATOS TÍPICOS PREVISTOS NA LEI MARIA DA PENHA. FOCO (FACULDADE NOVO MILÊNIO), v. 16, p. e3026-25, 2023.

6.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. . A Arguição de Relevância do Recurso Especial. REVISTA DE PROCESSO, v. 334, p. 185-208, 2022.

7.

THAMAY, R. F. K. ; **SEIXAS, B. S.** . A Decisão Judicial na ADO n. 26 e o MI n. 4.733 e a Supressão da Omissão Inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. Revista Direito Mackenzie, v. 15, p. 1-25, 2021.

8.

SEIXAS, B. S.; FERNANDES, L. C. . A (IM) POSSIBILIDADE DE INTERPOSIÇÃO DA PRELIMINAR DE APELAÇÃO IMPUGNANDO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA IMPUGNADA POR AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO EM VIRTUDE DE AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA TAXATIVIDADE MITIGADA. Revista Buriti: Direito, Sociedade e Sustentabilidade, v. 3, p. 47-66, 2020.

9.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção do Condomínio. INTERTEMAS (PRESIDENTE PRUDENTE. IMPRESSO), v. 25, p. 92-119, 2020.

10.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. . A Supressão da Omissão Inconstitucional por Meio da Interpretação : A ADO 26 e o MI 4.733. Caderno de Direito e Política

11.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção de Condomínio. Revista Fórum de Direito Civil, v. 24, p. 69-94, 2020.

12.

SEIXAS, B. S.; MORAIS, A. H. S. ; FERNANDES, L. C. . A Covid-19 e a Decisão Judicial Que Determinou o Lockdown na Região Metropolitana de São Luís-MA. Pensamento Jurídico, v. 14, p. 114-133, 2020.

13.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE; SANTOS, B. C. M. ; MORAIS, A. H. S. . O SISTEMA DE DECISÕES VINCULANTES E O DEVER DE FUNDAMENTAÇÃO: AS POSSÍVEIS MITIGAÇÕES AO ART. 489, § 1ª, CPC. Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva, v. 6, p. 1-19, 2020.

14.

LIMA DA SILVA MORAES, ANNE HARLLE ; **SILVA DE SEIXAS, BERNARDO** ; CARVALHO MARQUES DOS SANTOS, BRUNO . A COVID-19 E O INTERVENCIONISMO JUDICIAL: A DECRETAÇÃO DE LOCKDOWN NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO LUÍS-MA POR MEIO DE DECISÃO JUDICIAL. Revista de Teorias da Justiça, da Decisão e da Argumentação Jurídica, v. 6, p. 24-40, 2020.

15.

SEIXAS, B. S.; ALBUQUERQUE, N. S. . DIREITOS DO CONSUMIDOR E SAÚDE SUPLEMENTAR: DANOS MORAIS FACE À RECUSA DA DISPONIBILIDADE DA TERAPÊUTICA DOMICILIAR HOME CARE, SOB A PERSPECTIVA DO STJ. ACTIO: REVISTA DE ESTUDOS JURÍDICOS, v. 2, p. 119-143, 2020.

16.

SEIXAS, B. S.; LIMA, I. C. M. . O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E A OPERAÇÃO ACOLHIDA: ANÁLISE ACERCA DO ACOLHIMENTO DOS REFUGIADOS VENEZUELANOS NO ESTADO DE RORAIMA. INTER: REVISTA DE DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS DA UFRJ, v. 3, p. 1-18, 2020.

17.

SEIXAS, B. S.; MIKI, T. A. . Função Punitiva da Responsabilidade Civil. REVISTA DOS TRIBUNAIS (SÃO PAULO. IMPRESSO), v. 1005, p. 43-72, 2019.

18.

SEIXAS, B. S.; MIKI, T. A. . Direito Civil : Instituto da Responsabilidade Civil e sua Função Punitiva. Revista de Produção Acadêmico Científica do CIESA, v. 06, p. 26-53, 2019.

19.

SEIXAS, B. S.; BRISSOW, E. O. ; BRISSOW, J. M. G. . Direito Constitucional : Os Direitos e Garantias Fundamentais e a Flexibilização na política de comercialização e Controle de Armas de Fogo no Brasil. Revista de Produção Acadêmico Científica do Ciesa, v. 6, p. 07-25, 2019.

20.

SEIXAS, B. S.. A ideologia jurídica processual: a finalidade dos precedentes no ordenamento jurídico brasileiro. HTTP://DX.DOI.ORG/10.15210/RFDP.V5I1.14027, v. 5, p. 288-328, 2019.

21.

SEIXAS, B. S.; PAIVA, G. C. O. . A OBJEÇÃO COMO INSTRUMENTO DE DEFESA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO. Revista Centro Estudos Jurídicos - Conselho da Justiça Federal, v. 23, p. 35-43, 2019.

22.

SEIXAS, B. S.; LIMA, C. C. ; CARNEIRO, A. C. S. . A Vulnerabilidade do Consumidor Frente ao Contrato de Empréstimo Bancário. Revista Fórum de Direito Civil - RFDC, v. 1, p. 193-212, 2019.

23.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A RESTRIÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO AIRBNB PELA CONVENÇÃO DO CONDOMÍNIO. Revista Buriti : Direito, Sociedade e

Sustentabilidade, v. 2, p. 65-89, 2019.

24.

SEIXAS, B. S.. A IDEOLOGIA JURÍDICA PROCESSUAL : A FINALIDADE DOS PRECEDENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. Iuris Dicere, v. III, p. 50-80, 2018.

25.

SEIXAS, B. S.. O Fundamento de Legitimidade entre o Estado Democrático e a Jurisdição Constitucional. Revista de Produção Acadêmico-Científica do CIESA, v. 5, p. 1-28, 2018.

26.

SEIXAS, B. S.; BRISSOW, E. O. . Direito Administrativo Militar : Reforma Ex Officio de Oficiais Temporários por Incapacidade Física Definitiva para o Serviço Ativo das Forças Armadas. Revista de Produção Acadêmico Científica do CIESA, v. 5, p. 66-92, 2018.

27.

SEIXAS, B. S.; LIMA, J. H. S. . A RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL EM CASOS DE TRANSEXUAIS SEM CIRURGIA DE REDESIGNAÇÃO DE SEXO. Iuris Dicere - Revista de Direito das Faculdades João Paulo II, v. 3, p. 08-19, 2018.

28.

SEIXAS, B. S.; FEITOSA, A. G. . A Incidência do Dano Moral na Pessoa Jurídica. Anais do Evento: III Seminário Internacional em Sociedade e Cultura na Pan-Amazônia, v. 1, p. 1-25, 2018.

29.

SEIXAS, B. S.. A IDEOLOGIA JURÍDICA PROCESSUAL : A FINALIDADE DOS PRECEDENTES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. ANIMA: REVISTA ELETRÔNICA DO CURSO DE DIREITO DA OPET, v. 1, p. 1-38, 2018.

30.

SEIXAS, B. S.; FEITOSA, A. G. . UMA RELEITURA DOS

ASPECTOS PROCEDIMENTAIS DO MANDADO DE INJUNÇÃO À LUZ DA LEI N. 13.300/2016. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS, v. 33, p. 340-360, 2017.

31.

SEIXAS, B. S.. O FUNDAMENTO DE LEGITIMIDADE ENTRE O ESTADO DEMOCRÁTICO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Divisão Jurídica, v. 51, p. 23-49, 2017.

32.

SOUZA, ROBERTA KELLY SILVA ; **SEIXAS, BERNARDO SILVA DE** . Biografias Não Autorizadas Conflito entre a Liberdade de Expressão e a Inviolabilidade da Intimidade. Quaestio Iuris (Impresso)JCR, v. 9, p. 441-459, 2016.

33.

SEIXAS, B. S.; Braslavsky, L. L. . A Legitimidade Coletiva da Defensoria Pública Enquanto Instrumento Fortalecedor da Tutela dos Múltiplos Vulneráveis Sociais e a Superação do Critério Meramente Econômico. Actio Revista de Estudos Jurídicos, v. 11, p. 8-40, 2016.

34.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE; FEITOSA, A.G. . Uma Releitura dos Aspectos Procedimentais do Mandado de Injunção à Luz da Lei 13.300/2016. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 33, p. 1-20, 2016.

35.

SEIXAS, B. S.; FEITOSA, A.G. ; PINTO, J. C. S. . Precedentes e Jurisdição Constitucional no Novo Código de Processo Civil. Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 35, p. 233-251, 2016.

36.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre os poderes constituídos. Revista Brasileira de Politicas Publicas, v. 5, p. 606-620, 2015.

37.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O julgamento liminar de procedência em causas pepetitivas pelo juiz de 1° grau: alternativa viável para o combate à morosidade processual nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais. Revista Jurídica Cesumar: Mestrado (online), v. 15, p. 55-80, 2015.

38.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A inconstitucionalidade da garantia de juízo em sede de execução fiscal. Juris Plenum Ouro, v. 45, p. 1, 2015.

39.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Evolução Jurisprudencial dos Efeitos do Mandado de Injunção no Supremo Tribunal Federal. Revista do Curso de Direito - Faculdade da Serra Gaucha, v. 9, p. 107-119, 2015.

40.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS ITINERANTES E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Revista Argumentum, v. 16, p. 321-336, 2015.

41.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Limite da Dignidade: Necessidade de Proteção da Pessoa Humana nos Confins da Vida. Revista Thesis Juris, v. 4, p. 555-570, 2015.

42.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Novo Código de Processo Civil e a Atuação Monocrática do Relator. Revista CEJ (Brasília), v. 19, p. 51-57, 2015.

43.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A evolução jurisprudencial dos efeitos do mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal. Revista do Curso de Direito da FSG, v. 9, p. 107-119, 2015.

44.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre os poderes constituídos. Revista Brasileira de Politicas Publicas, v. 5, p. 606, 2015.

45.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O limite da dignidade: Necessidade de proteção da pessoa humana nos confins da vida. Revista Thesis Juris, v. 4, p. 554-570, 2015.

46.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O Novo Código de Processo Civil e a Atuação Monocrática do Relator. Revista CEJ (Brasília), v. 20, p. 51-57, 2015.

47.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . Os Juizados Especiais Federais Itinerantes e a democratização do acesso à Justiça e da Previdência Social. Revista Argumentum, v. 16, p. 321-336, 2015.

48.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A necessidade de garantia do juízo para oferecimento dos embargos à execução no processo executivo fiscal: argumentos em favor da sua inconstitucionalidade. Revista da SJRJ, v. 21, p. 35-50, 2014.

49.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A importância do princípio constitucional do devido processo legal para o efetivo acesso à Justiça no Brasil. Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS, v. 9, p. 01-23, 2014.

50.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre poderes constituídos. Revista Jurídica (FIC), v. 4, p. 311-334, 2014.

51.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Resolução n. 23.389/2013 do Tribunal Superior Eleitoral e a tensão entre poderes constituídos. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, v. 1, p. 113-139, 2014.

52.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Necessidade de Garantia do Juízo para Oferecimento dos Embargos à Execução no processo fiscal: argumentos em favor de sua inconstitucionalidade. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, v. 21, p. 35-50, 2014.

53.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . A função normativa da Jurisdição Constitucional e a Súmula Vinculante n. 33. Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas, v. 30, p. 27-46, 2014.

54.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . Evolução Histórica do acesso à Justiça nas Constituições Brasileiras. Direito e Democracia (ULBRA), v. 14, p. 68-85, 2013.

55.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . Arbitragem como meio de solução de controvérsias nos contratos administrativos. Linhas Jurídicas-Revista Jurídica do Curso de Direito da UNIFEV, v. 5, p. 31-47, 2013.

56.

SEIXAS, B. S.. A Decisão Injuncional. Intertemas (Presidente Prudente. Impresso), v. 18, p. 90-109, 2013.

57.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . A Súmula Vinculante n. 33 e a omissão do Poder Legislativo: A possibilidade do Supremo Tribunal Federal exercer função normativa. Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos, v. 1, p. 41-54, 2013.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

RAMOS FILHO, C. A. M. (Org.) ; **SEIXAS, B. S.** (Org.) ; SANTANA NETO, H. G. (Org.) . Constitucionalismo e Direitos Fundamentais : Estudos em homenagem ao Professor João dos Santos Pereira Braga. 1. ed. São Paulo: Dialética, 2024. v. 1. 318p .

2.

★ **SEIXAS, B. S.**. O sistema de decisões vinculantes no Brasil : elementos para uma interpretação precedencial. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023. v. 1. 256p .

3.

SEIXAS, B. S.; Dorinethe dos Santos Bentes (Org.) ; Sebastião Marcelice Gomes (Org.) . Temas Contemporâneos de Direito. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. v. 1. 405p .

4.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C. (Org.) ; OLIVEIRA, A. F. (Org.) . Reflexões Sobre Direito Processual Civil : Precedentes e Tutela Provisória. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. v. 1. 296p .

5.

SEIXAS, B. S.. Inconstitucionalidade por Omissão : A proteção da Constituição contra o silêncio do legislador. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016. v. 1. 292p .

6.

SOUZA, R. K. S. (Org.) ; **SEIXAS, B. S.** (Org.) ; SILVIO, S. A. H. (Org.) ; CORRÊA, A. L. C. (Org.) . Direitos e Garantias Fundamentais : Novas Perspectivas. 1. ed. Birigui: Boreal, 2015. v. 1.

7.

★ **SEIXAS, B. S.**; AMARAL, S. T. (Org.) . Sistema Constitucional de Garantias: Ensaios e Reflexões. 1. ed. Birigui: Boreal, 2014. v. 1. 434p .

1.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção de Condomínio. In: Juliana Mayumi Ono. (Org.). RT Prime : Uma Nova Experiência de Leitura Abril a Junho/2022. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022, v. 1, p. 59-94.

2.

SEIXAS, B. S.; LEMOS, Y. C. . A Restrição de Utilização do AIRBNB pela Convenção do Condomínio. In: Anisio Monteschio Junior; Anne Harlle Lima da Silva Moraes; Bruno Carvalho Marques dos Santos; Carlos Eduardo Ferreira Costa; Bernardo Silva de Seixas; João Carmelo Alonso; Nicholas Salles Fernandes Silva Torres; Vitor de Souza Vieira. (Org.). Estudos sobre Constitucionalismo Contemporâneo : Estudos em Homenagem ao Professor Francisco Pedro Jucá. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. 1, p. 111-141.

3.

SEIXAS, B. S.; PAIVA, G. C. O. . A Construção Jurisprudencial da Exceção da Pré-Executividade no Procedimento Executivo Fiscal pelo Superior Tribunal de Justiça. In: Carlos Alberto de Moraes Ramos Filho; Daniel Octávio Silva Marinha. (Org.). O Superior Tribunal de Justiça e a Aplicação do Direito : Estudos em Homenagem aos 30 anos do Tribunal da Cidadania. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. 1, p. 91-118.

4.

SEIXAS, B. S.; SANTOS, B. C. M. . A GENEALOGIA DA DELAÇÃO PREMIADA. In: Nuria García Pineiro; Ignacio García Vitoria. (Org.). Direito e Justiça - Ano VI - X - 1º Semestre 2020 - Estudos Contemporâneos. 1ed.Curitiba: Jurua, 2020, v. 1, p. 117-130.

5.

SEIXAS, B. S.; CAVALCANTE, A. C. . A Suscetibilidade da Pessoa Jurídica para o Dano Moral. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da UFAM. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 401-418.

6.

SEIXAS, B. S.; HOLLANDA, M. G. . A Responsabilidade Civil do Estado Por Omissão à Luz da Jurisprudência Atual. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 419-442.

7.

SEIXAS, B. S.; SILVA, B. M. P. . A Função Punitiva da Responsabilidade Civil na Fixação do Dano Moral. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 443-462.

8.

SEIXAS, B. S.; CAVALCANTE, V. F. C. . Responsabilidade Civil dos Agentes Públicos e sua Legitimidade Passiva nas Ações Indenizatórias. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 463-484.

9.

SEIXAS, B. S.; PRESTES, P. J. . O Sample Enquanto Técnica de Criação Musical aos Olhos do Direito Autoral Brasileiro. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Wilken Almeida Robert; Helena dos Santos Bentes Rolim. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. VII, p. 485-510.

10.

SEIXAS, B. S.; LIMA DA SILVA MORAES, ANNE HARLLE ; SANTOS, B. C. M. . MORTE DE DETENTO E RESPONSABILIDADE ESTATAL : OS ENTENDIMENTOS JURISPRUDENCIAIS QUE FIXAM AS CONDENAÇÕES EM DETRIMENTO DO ENTE PÚBLICO. In: CÉSAR AUGUSTO DE CASTRO FIUZA; ILTON GARCIA DA COSTA; MARIA CREUSA DE ARAÚJO BORGES. (Org.). II ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI : DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO II. 1ed.Florianopolis: CONPEDI, 2020, v. 1, p. 164-183.

11.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. ; SANTOS, B. C. M. . A

Inaplicsbilidade da Imutabilidade da Coisa Julgada às Decisões Vinculantes do Ordenamento Jurídico Brasileiro. In: Valter Moura do Carmo; Luiz Geraldo do Carmo Gomes. (Org.). Primeiro Encontro Virtual do Conpedi - Processo Civil I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2020, v. 1, p. 6-23.

12.

SILVA DE SEIXAS, BERNARDO; MORAIS, A. H. S. ; SANTOS, B. C. M. . UM BREVE PANORAMA SOBRE AS NORMAS CONSTITUCIONAIS QUE SUSTENTAM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. In: ELOY PEREIRA LEMOS JUNIOR; PAULO ROBERTO BARBOSA RAMOS; SAMANTHA RIBEIRO MEYER-PFLUG. (Org.). I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI - Teoria da Constitucional. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2020, v. 1, p. 80-95.

13.

SEIXAS, BERNARDO SILVA DE. A Ideologia Jurídica Processual com a Previsão de Um Sistema de Decisões Vinculantes. In: Henrique Garbellini Carnio; Graziele Lopes Ribeiro. (Org.). Direito como Fenômeno Ideológico. 1ed.rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, v. 1, p. 133-186.

14.

Silva, Michele Lins Aracaty e ; Wendling, Paulo Ricardo Madeira ; **SEIXAS, BERNARDO SILVA DE** . CRIMES FINANCEIROS E SEUS IMPACTOS SOBRE A ECONOMIA: UMA ANÁLISE DA COLABORAÇÃO PREMIADA COM O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. In: Lucca Simeoni Pavan. (Org.). As Teorias Econômicas e a Economia Aplicada 2. 1ed.Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, v. , p. 72-93.

15.

SEIXAS, B. S.; SANTOS, B. C. M. . OS INSTRUMENTOS DE CRIAÇÃO DE PRECEDENTES NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. In: David Vallespín Pérez. (Org.). Direito e Justiça - Ano V - IX - 2º Semestre 2019 - Estudos Contemporâneos. 1ed.Curitiba: Jurua, 2019, v. 1, p. 247-266.

16.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K. . O Entendimento Jurisprudencial do Agravo de Instrumento. In: Luiz Geraldo do Carmo Gomes; Valter Moura do Carmo. (Org.). Processo Civil. 1ed.Florianopolis: CONPEDI, 2019, v. 1, p. 177-196.

17.

SEIXAS, B. S.. O RECURSO EXTRAORDINARIO COMO INSTRUMENTO DE UNIFICACAO DOS MODELOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL. In: Celso Hiroshi Iocohama; Sérgio Henriques Zandona Freitas. (Org.). XXVIII - Congresso Nacional do CONPEDI BELÉM - PA - Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça II. 1ed.Florianopolis: CONPEDI, 2019, v. 1, p. 137-156.

18.

SEIXAS, B. S.; BESSA, I. N. S. . Direito ao Esquecimento versus Direito à Informação : Análise das Principais Legislações brasileiras concernentes ao tema. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Tatiana Almeida Freire de Souza; Adriano Fernandes Ferreira. (Org.). Temas Contemporâneo de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas - V. III. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. III, p. 1-27.

19.

SEIXAS, B. S.; MENDES NETA, T. P. N. . Capacidade Sucessória do Nascitura Concebido por Inseminação artificial Post Mortem. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Tatiana Almeida Freire de Souza; Adriano Fernandes Ferreira. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas - Volume III. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. III, p. 535-556.

20.

SEIXAS, B. S.; MORAES, E. C. . Reflexos da Alienação Parental no Desenvolvimento Pleno do Menor. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 183-210.

21.

SEIXAS, B. S.; MATIAS, M. A. ; ARAUJO, M. G. P. . O Direito ao Esquecimento na Perspectiva da Herança Digital por Testamento. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 229-249.

22.

SEIXAS, B. S.; QUEIROZ, A. J. C. ; ARAUJO, M. G. P. .

Danos Morais e Materiais Decorrentes do Atraso de Entrega de Imóvel na Planta. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 375-394.

23.

SEIXAS, B. S.; TORRES, M. S. . O Caso Ximenes Lopes eo Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. IV, p. 457-477.

24.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, T. M. . Capacidade Civil, Curatela e Tomada de Decisão Apoiada. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. VI, p. 89-106.

25.

SEIXAS, B. S.; ROCHA, R. C. . Validade do Negócio Processual à Luz do Princípio do Devido Processo Legal. Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa Jurídica da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. VI, p. 201-217.

26.

SEIXAS, B. S.; POSSIDONIO, C. T. L. S. . A Capacidade Postulatória nos Juizados Especiais Cíveis : A Efetividade do Jus Postulandi. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Bernardo Silva de Seixas; Sebastião Marcelice Gomes. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 235-256.

27.

SEIXAS, B. S.; OLIVEIRA, L. A. . O Sistema de Precedentes : Garantia de Direitos Constitucionais. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Bernardo Silva de Seixas; Sebastião Marcelice Gomes. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 275-294.

28.

SEIXAS, B. S.; CAMPOS, C. C. . Concessão de Benefício Previdenciário em Decorrência do Óbito do Segurado Guardião à Criança ou Adolescentes sob Guarda. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Bernardo Silva de Seixas; Sebastião Marcelice Gomes. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. 1, p. 363-381.

29.

SEIXAS, B. S.; BORBA, J. E. . A Aplicação do Princípio Tuitivo ao Processo do Trabalho. In: Dorinethe dos Santos Bentes; Marina das Graças de Paula Araújo. (Org.). Temas Contemporâneos de Direito : Uma Contribuição à Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, v. II, p. 275-293.

30.

SEIXAS, B. S.. Constitucionalização do Direito Civil : Teorias Fundantes e Proteção ao Direito à Vida. In: André L. Costa-Corrêa; Solange Almeida Holanda Silvio. (Org.). Sociedade e Estado : Do Direito de Defesa às Garantias Fundamentais do Cidadão Frente ao Estado. 1ed.Porto Alegre: Paixão Editores, 2017, v. 1, p. 217-234.

31.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Fundamento de Legitimidade entre o Estado Democrático e a Jurisdição Constitucional. In: André L. Costa-Corrêa; Luiz Antonio Campos Corrêa; Solange Almeida Holanda Silvio. (Org.). O Poder Judiciário na Concretização de Direitos Fundamentais. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, v. 1, p. 1-288.

32.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. ; SILVIO, S. A. H. ; CORREA, A. L. C. ; SOUZA, C. A. R. ; RAMOS FILHO, C. A. M. ; MAIA, M. C. ; FONSECA, V. M. ; JUNQUEIRA, D. M. O. ; BRAGA, A. L. A. G. S. ; Aldryn Amaral de Souza . A Proteção Constitucional à Morte Digna. In: Côrrea, André Luiz Campos; Seixas, Bernardo Silva; Souza, Roberta Kelly Silva; Sílvio, Solange Almeida Holanda. (Org.). Direitos e Garantias Fundamentais : Novas Perspectivas. 1ed.Birigui: Boreal, 2015, v. 1, p. 72-85.

33.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O Controle Concentrado de Constitucionalidade por Omissão no Brasil e em

Portugal. In: CONPEDI; Uninove. (Org.). Processo e Jurisdição II. 1ed.Florianopólis: FUNJAB, 2014, v. 1, p. 8-31.

34.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O acesso à Justiça Constitucional pelo cidadão no Brasil . Uma necessidade de modificação da Constituição para evolução do Estado Democrático de Direito. In: Mônica Bonneti Couto; Maria dos Remédios Fontes Silva; Angela Araújo da Silveira Espíndola. (Org.). Acesso à Justiça I. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 349-378.

35.

SEIXAS, B. S.; BRAGA, A. L. A. G. S. . A omissão do legislador na regulamentação de políticas públicas de incentivo à adoção.. In: Rogério Luiz Nery da Silva; Marcelo Bennachio; Bartira Macedo de Miranda Santos. (Org.). Direitos sociais e políticas públicas IV. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 26-43.

36.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O acesso à Justiça através dos juizados itinerantes federais pelos 'ribeirinhos' do Amazonas. In: Orides Mezzaroba; Raymundo Juliano Rego Feitosa; Vladmir Oliveira da Silveira; Viviane Coêlho de Séllos-Knoerr. (Org.). Coleção CONPEDI/UNICURITIBA - ACESSO A JUSTIÇA I. 1ed.São Paulo: Clássica Editora, 2014, v. 1, p. 396-413.

37.

SEIXAS, B. S.. A Decisão Injuncional. In: Sérgio Tibiriçá Amaral; Bernardo Silva de Seixas. (Org.). Sistema Constitucional de Garantias : Ensaios e Reflexões. 1ed.Birigui: Boreal, 2014, v. 1, p. 59-83.

38.

SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O acesso à Justiça através dos juizados itinerantes federais pelos 'ribeirinhos' do Amazonas. In: Mônica Bonnetti Couto; Maria dos Remédios Fontes Silva; Miguel Kfouri Neto. (Org.). Acesso à Justiça I. 1ed.: , 2013, v. 1, p. 406-431.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1.

SEIXAS, B. S.; CHAVES, C. S. . AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INFANTOJUVENIS: UM ESTUDO JURÍDICO SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO MEIO DE MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL. In: CONPEDI, 2023, Florianópolis. VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI. Florianópolis: CONPEDI, 2023. v. 1. p. 98-117.

2.

SEIXAS, B. S.; MOTA, A. G. . O TRIBUNAL MULTIPORTAS E A (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA FAZENDA PÚBLICA. In: VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI, 2023, Florianópolis. VII ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI. Florianópolis: Conpedi, 2023. v. 1. p. 311-322.

3.

SEIXAS, B. S.; JACINTHO, E. A. L. . OS HOMOSSEXUAIS E A EXCLUSÃO DESTES NO SISTEMA DE HEMOTERAPIA: QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA OU DE DISCRIMINAÇÃO?. In: II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016, Manaus. II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016.

4.

SEIXAS, B. S.; RODRIGUES, N. F. . A INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA E A IDENTIDADE DE GÊNERO: A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DO BINARISMO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO. In: II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016, Manaus. II Seminário Internacional Sociedade e Cultura na Panamazônia, 2016.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1.

SEIXAS, B. S.; SOUSA, L. O. . O DISCURSO DE ÓDIO COMO ESTRATÉGIA À INSTABILIDADE DEMOCRÁTICA SOB O GOVERNO BOLSONARO. In: V Encontro do Nepecc ?O papel da extensão universitária: Eleições municipais e o exercício da cidadania política?, 2025, Franca. Anais do encontro do NEPECC "O papel da extensão universitária: eleições municipais e o exercício da cidadania política". São Paulo: Even3, 2024. v. 1. p. 1.

2.

SEIXAS, B. S.; SILVA, R. A. . A ATUAÇÃO DAS CORTES DE JUSTIÇA CONTRA O RETROCESSO: O CASO DA AMÉRICA LATINA. In: V Encontro do Nepecc ?O papel da extensão universitária: Eleições municipais e o exercício da cidadania política?, 2025, Franca. Anais do encontro do NEPECC "O papel da extensão universitária: eleições municipais e o exercício da cidadania política". São Paulo: Even3, 2024. v. 1. p. 1-1.

Resumos publicados em anais de congressos

1.

SEIXAS, B. S.; FEITOZA, F. J. R. ; VELOSO, T. L. C. . A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VICTOR(IA) DO STF COMO FERRAMENTA VOLTADA AO AUMENTO DE EFICIÊNCIA PROCESSUAL E OS DESAFIOS À PRÁTICA FORENSE. In: LawIN Summit 2.0, 2025, Manaus. LaWIN Summit 2.0 - O Direito e a Inovação a Partir da Transversalidade. São Paulo: Diáletica, 2024. v. 1. p. 442-447.

Apresentações de Trabalho

1.

SEIXAS, B. S.; LIMA, I. C. M. . O Estado Democrático de Direito e a Operação Acolhida : Análise acerca do acolhimentos dos refugiados venezuelanos no Estado de Rorraima. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

2.

SEIXAS, B. S.; FERREIRA, C. A. ; OLIVEIRA, C. S. . Quais os limites da Coisa Julgada. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

3.

SEIXAS, B. S.; RAMOS FILHO, C. A. M. . As Sentenças do Controle Abstrato de Constitucionalidade. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

4.

SEIXAS, B. S.; FONSECA, V. M. ; MAIA, M. C. . Precedentes e Ativismo Judicial. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

5.

SEIXAS, B. S.; BRAGA, A. L. A. G. S. . A omissão do legislador na regulamentação de políticas públicas de incentivo à adoção.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

6.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S. . O acesso à Justiça Constitucional pelo cidadão no Brasil . Uma necessidade de modificação da Constituição para evolução do Estado Democrático de Direito. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

7.

★ SOUZA, R. K. S. ; **SEIXAS, B. S.** . O acesso à justiça através dos Juizados Itinerantes Federais pelos 'ribeirinhos' do Amazonas. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

8.

★ **SEIXAS, B. S.**; SOUZA, R. K. S. . O controle concentrado de constitucionalidade por omissão no Brasil e em Portugal. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; LEAL, L. F. S.. Participação em banca de Henrique Abdul Nour Tiosso. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO ? ESTUDO CRÍTICO DOS ASPECTOS LEGAIS DO CONTRATO DE CONCESSÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM. 2025. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

2.

FERREIRA, A. F.; SILVA FILHO, E. C. E.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Nilda Maria Figueiredo Da Frota. DESAFIOS DO SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO AMAZONAS ? EFEITOS E QUESTÕES TRAZIDAS PELA REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO A LEI Nº14.026/2020. 2025. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

3.

SEIXAS, B. S.; ALMEIDA, C. V. G.; PIMENTA, R. B. C.. Participação em banca de Helaine Gleicy de Azevedo Borba. UMA ANÁLISE DOS INCIDENTES DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11ª REGIÃO SOB A PERSPECTIVA DO ACESSO À JUSTIÇA PELA VIA DOS DIREITOS SOCIAIS. 2025. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

4.

SEIXAS, B. S.; OLIVEIRA, A. F.; GALDINO, V. S.. Participação em banca de Renata Petreli Piaé. Amazônia e Energia : Desafios à Universalização do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para a População Amazônica após a Edição da Lei n. 14.182/2021. 2025. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

5.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; SOUZA, A. P.. Participação em banca de Lucyléa Thomé de Paiva. O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL E O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL: O CASO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA RESERV A DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

6.

RIBEIRO, G. M. A.; SOUZA, A. P.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Edvania Barbosa Oliveira Rage. REALIDADES, E PERSPECTIVAS SOBRE PLANO DE RESÍDUO SÓLIDOS NA CIDADE DE MANAUS. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

7.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, A. P.; RIBEIRO, G. M. A.. Participação em banca de Ana Flávia Monteiro Diógenes. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL : A

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO MEIO DE ESTRATÉGIA PARA CONSTRUÇÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

8.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K.; BATISTA, W. M.. Participação em banca de Giselly Prado Silva Cavalher. Processo e Arbitragem : Função Social e Acesso à Justiça. 2024. Dissertação (Mestrado em Função Social do Direito) - Faculdade Autônoma de Direito.

9.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; FERREIRA, P. F. A.. Participação em banca de Laíza Bezerra Maciel. O USO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA BALNEABILIDADE NO RIO TARUMÃ-AÇU: UMA ANÁLISE DOS FLUTUANTES RECREATIVOS PRÓXIMOS À CIDADE DE MANAUS. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

10.

SEIXAS, B. S.; BENTES, D. S.; PEREIRA, C. M. M.. Participação em banca de SÍLVIA CARLA MACEDO CARDOSO FURTAD. OUVINDO O SILÊNCIO: UM ESTUDO SOBRE A ESCUTA DE CRIANÇAS COMO PRÁTICA JURÍDICA NA DEFESA DOS DIREITOS SEXUAIS NA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS NA COMARCA DE MANAUS". 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

11.

SEIXAS, B. S.; THAMAY, R. F. K.; MORO, M. C. F.. Participação em banca de Kathleen dos Santos Gomes. CONTRATOS DE PLANO DE SAÚDE E NATUREZA DO ROL DA ANS QUANTO A COBERTURA: Uma análise à luz dos direitos fundamentais e da interpretação contratual. 2023 - Faculdade Autônoma de Direito.

12.

THAMAY, R. F. K.; CASTILHO, R. S.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Israel Cunha Ferreira. A LITIGIOSIDADE EM MASSA E A VINCULATIVIDADE DOS ACÓRDÃOS PROFERIDOS EM JULGAMENTO DE RECURSOS REPETITIVOS. 2022. Dissertação (Mestrado em Função Social do Direito) - Faculdade Autônoma de Direito.

Teses de doutorado

1.

SEIXAS, B. S.; FRANCA, A. C. L. M.; BRANDAO, F. H. V.; SOUTO, M. F. L. A. E.; SILVA, P. H. T., Participação em banca de WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA. "TELETRABALHO NO BRASIL E NA ARGENTINA: COMPATIBILIDADE COM O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.. 2023. Tese (Doutorado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba.

2.

SEIXAS, B. S.; CARNIO, H. G.; REGO, C. N. M.; MATSUSHITA, M. B. N.; CORREA, G. F.. Participação em banca de Bruno Carvalho Marques dos Santos. Análise do Instituto da Delação Premiada sob o Prima do Neoconstitucionalismo tendo como Princípio norteador a Dignidade da Pessoa Humana e sua Aplicação no Processo Judicial do Caso JBS. 2021. Tese (Doutorado em Função Social do Direito) - Faculdade Autônoma de Direito.

Qualificações de Mestrado

1.

SEIXAS, B. S.; RIBEIRO, G. M. A.; MARINHO, V. M. P. S. M.. Participação em banca de Afrânio Ribeiro da Silva Júnior. JUSTIÇA CLIMÁTICA E OS POVOS RIBEIRINHOS: UMA ANÁLISE FRENTE AS CONSTANTES SECAS NO AMAZONAS. 2025. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

2.

SEIXAS, B. S.; RIBEIRO, G. M. A.; SOUZA, A. P.. Participação em banca de Edvania Barbosa Oliveira Rage. (In)Eficácia da Política de Resíduos Sólidos na Cidade de Manaus. 2024 - Universidade do Estado do Amazonas.

3.

SEIXAS, B. S.; RAMOS FILHO, C. A.; TEIXEIRA, H. S.. Participação em banca de Álex Penha do Amaral. APLICAÇÃO DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO FISCAL DIANTE DA HIPÓTESE DE RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

4.

SEIXAS, B. S.; FERREIRA, A. F.; SILVA FILHO, E. C. E.. Participação em banca de Nilda Maria Figueiredo da Frota. NAVEGANDO PELOS DESAFIOS DO SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO AMAZONAS ? AVANÇOS E QUESTÕES TRAZIDAS PELA REGIONALIZAÇÃO SEGUNDO A LEI Nº 14.026/202. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

5.

SEIXAS, B. S.; MELO, S. N.; ALMEIDA, C. V. G.. Participação em banca de Helaine Gleicy de Azevedo Borba. Precedentes Judiciais Obrigatórios Trabalhista : Uma análise dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas do Tribunal Regional do Trabalho da 11 Região sob a Perspectiva do Acesso à Justiça pela via dos Direitos Sociais. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

6.

SEIXAS, B. S.; OLIVEIRA, A. F.. Participação em banca de Renata Petreli Piaé. AMAZÔNIA E ENERGIA ELÉTRICA: DESAFIOS À UNIVERSALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA MATRIZ ENERGÉTICA PARA AS COMUNIDADES AMAZÔNICAS APÓS A EDIÇÃO DA LEI 14.182/21. 2024 - Universidade Federal do Amazonas.

7.

RAMOS FILHO, C. A. M.; LEAO, E. A.; **SEIXAS, B. S.**. Participação em banca de Clarindo José Lúcio Gomes Júnior. Análise da (In)Constitucionalidade da Glosa de Créditos de ICMS nas Operações Interestaduais Com Insumos Oriundos da Zona Franca de Manaus. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

8.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; LEAL, L. F. S.. Participação em banca de Henrique Abdul Nour Tjosso. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO ESTUDO CRÍTICO DOS ASPECTOS LEGAIS DO CONTRATO DE CONCESSÃO NO MUNICÍPIO DE MANAUS/AM". 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

9.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; FERREIRA, P. F. A.. Participação em banca de Laíza Bezerra Maciel. O USO DE RECURSOS HÍDRICOS PARA BALNEABILIDADE NO RIO TARUMÃ-AÇU: UMA ANÁLISE DOS FLUTUANTES

TARUMÃ AÇU: UMA ANÁLISE DOS FLUTUANTES RECREATIVOS PRÓXIMOS À CIDADE DE MANAUS. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

10.

SEIXAS, B. S.; SILVA FILHO, E. C. E.; SOUZA, A. P.. Participação em banca de Lucyléa Thomé de Paiva. O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL E O ACESSO À ÁGUA POTÁVEL: O CASO DAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAMIRAUÁ. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas.

11.

SEIXAS, B. S.; MOTA, M. N. P. V.; DIAS, M. N. P.. Participação em banca de Fabíola de Carvalho Silva. Mecanismo de Resolução em Conflitos Penais e a Horizontalidade na Aplicação de Metodologias da Justiça Restaurativa na Execução de Medidas Socioeducativas. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

12.

SEIXAS, B. S.; CAVALCANTI, C. C. A. T.; AZEVEDO, T. A. G.. Participação em banca de Sílvia Carla Macedo Cardoso Furtado. O INSTITUTO DO INTERESSE MANIFESTO: as práticas do sistema de justiça quanto ao direito à escuta da criança na Comarca de Manaus. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Tatiana da Silva Almeida.O Jus Postulandi na Justiça do Trabalho e as implicações do Projeto de Lei 33/2013 : Limitações ao acesso à Justiça ou garantia do efetivo patrocínio dos interesses do trabalhador?. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

2.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Bárbara Brasil da Costa.A Jornada de atividade do estágio na lei 11.788/2008 e o estágio obrigatório do curso de

medicina.. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

3.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Rosana Nájala da Mota Lima.O controle de constitucionalidade abstrato de leis e atos normativos municipais em face da Constituição Federal por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

4.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Daniely Moraes Corrêa.Eficácia Horizontal dos Direitos Fundamentais nas relações trabalhistas no Brasil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

5.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Larissa Salazar Alencar Cavalcante.Trabalho Escravo Contemporâneo: um alerta à responsabilidade de combater esse mal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

6.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de Maria Noeme Tigresa de Souza Matos.A influência do Novo Código de Processo Civil no Direito de Família : A Contribuição da Mediação e da Conciliação em Matéria de Poder Familiar. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

7.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de Afonso Henrique Medina Alencar.A Violação do Art. 1.012 da Lei 13.105/2015 ao Direito Fundamental à Razoável Duração do Processo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

8.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de

Jorge Afonso da Silva Filho.A Repercussão da Responsabilidade Penal na Remuneração dos Servidores Públicos Estatutários. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

9.

SEIXAS, B. S.; MAIA, M. C.. Participação em banca de Denival Falcão da Hora Júnior.O Regime Diferenciado de Contratações Públicas - Lei 12.462 de 04 de Agosto de 2011 : Aspectos Controversos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

10.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Fabrício Ferreira de Medeiros.A Face Negativa dos Acordos individuais trabalhistas. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas.

11.

SEIXAS, B. S.; Marcos Evangelista; João wanderley. Participação em banca de Evelson da SIlva Santos.Parentesco Sociafetiva: Direito do Enteado e sua Caracterização. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

12.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Suzane Leite Costa.Responsabildiade Civil do Empregador para com o Empreado Lesionado em Acidente de Trabalho. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

13.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Ana Vera Farias do Canto Ribeiro.Breve considerações sobre os efeitos jurídicos da síndrome da alienação parental na atualidade brasileira. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

14.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Karina Darc de Sousa.A Culpabilidade nos Crimes Eleitorais. 2015.

Sousa.A Culpabilidade nos Crimes Eleitorais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

15.

SEIXAS, B. S.; VIEIRA, V. S.. Participação em banca de Daniel Pinto Brelaz.Termo de Comodato : Do Direito das Obrigações, regulado pelo Código Civil. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

16.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Thaís Figueira de Oliveira.Contrato de Estágio: a descaracterização do contrato de estágio e seus efeitos jurídicos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

17.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Jéssica Sthephane Otto Sabbá.Mediação nos conflitos familiares.. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

18.

SEIXAS, B. S.. Participação em banca de Flávia Bezerra da Costa Souza.Efeitos Jurídicos do Casamento Putativo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

19.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S.; Maria Suely Cruz de Almeida. Participação em banca de Sabriane Guedes da Silva.O princípio da Dignidade Humana e a Interrupção dos serviços públicos por inadimplência. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

20.

SEIXAS, B. S.; Ezelaide Viegas da Costa Almeida. Participação em banca de Waleska Holanda do Nascimento Ribeiro.Reprodução Assistida Post Mortem : O processo de Reconhecimento de Paternidade dos Filhos após a morte do genitor. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de

Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

21.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S.. Participação em banca de Rafaele Silva de Souza.Direito à Saúde : O Fornecimento de Medicamentos e Tratamentos Médicos não Padronizados pelo SUS. 2013 - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

22.

SEIXAS, B. S.; Ezelaide Viegas da Costa Almeida. Participação em banca de Francisco César Gonçalves Ayres da Silveira Júnior.Os Princípios Tributários como Garantia do Contribuinte no Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

23.

SEIXAS, B. S.; SOUZA, R. K. S.; José Rogério de Sousa Mendes Júnior. Participação em banca de Luiz Carlos Santos Júnior.A Atuação do Conselho Municipal de Assistência Social enquanto Instância de Controle da Política de Assistência Social no âmbito do Município de Manaus. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

24.

SEIXAS, B. S.; Cássio André Borges dos Santos. Participação em banca de Layanne de Souza Pedrosa.O Paradoxo entre o Estado Democrático de Direito e o Voto Obrigatório no Brasil. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

25.

SEIXAS, B. S.; Cássio André Borges dos Santos. Participação em banca de Cristiano Luiz Rodrigues Dantas.A Inconstitucionalidade na Existência de cotas raciais para acesso às faculdades públicas. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

Outras participações

1.

SEIXAS, B. S.; BENTES, D. S.. BANCA EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO REGIDO PELO EDITAL N. 47/2024/PROPESP-UFAM, DESTINADO AO INGRESSO DE NOVOS DISCENTES NO PRIMEIRO SEMESTRE LETIVO DE 2025. 2024.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

III Seminário entre a FGV Direito Rio e a UFAM. A Atuação Do Poder Judiciário Em Litígios Que Envolvam Agentes De Mercado Regulatório. 2025. (Congresso).

2.

LAWin Summit 2.0: O Direito e a Inovação a partir da transversalidade,. A APLICAÇÃO DO SISTEMA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL VICTORIA) DO STF COMO FERRAMENTA VOLTADA AO AUMENTO DE EFICIÊNCIA PROCESSUAL E OS DESAFIOS À PRÁTICA FORENSE. 2024. (Congresso).

3.

VI Simpósio Internacional de Derecho Consinter. Os Instrumentos de Criação de Precedentes no Código de Processo Civil. 2019. (Congresso).

4.

VI Simpósio Internacional de Derecho Consinter.A Genealogia da Delação Premiada. 2019. (Simpósio).

5.

XXIII Encontro Nacional do CONPEDI/UFSC: (Re)Pensando o direito: Desafios para a construção de novos paradigmas. 2014. (Encontro).

6.

Entre Hidra e Hércules: Princípios e Regras Constitucionais como diferença paradoxal do sistema Judiciário. 2013. (Outra).

7.

III Fórum de Direito Comparado: Brasil X Estados Unidos: Precedentes e Stare Decisis: Uma perspectiva comparativa entre o Brasil e o Estados Unidos. 2013. 2013. (Outra).

8.

Precedentes Obrigatórios e a função do STJ ministrada pelo Prof. Luiz Guilherme Marinoni. 2013. (Outra).

9.

XXII Congresso Nacional do CONPEDI/UNINOVE: Sociedade global e seus impactos sobre estudo e a efetividade do direito na contemporaneidade. 2013. (Congresso).

10.

XXII Encontro Nacional CONPEDI/UniCuritiba: 25 anos da Constituição Cidadã: Os Atores Sociais e a Concretização Sustentável dos Objetivos da República. 2013. (Encontro).

11.

A Nova Competência da Justiça do Trabalho: A Questão dos Servidores Públicos. 2008. (Seminário).

12.

I Conferência sobre Reforma Política. 2008. (Seminário).

13.

II Seminário de Direito Penal e Ciências Criminais. 2008. (Seminário).

14.

I WorkShop sobre Sistema Interamericano e Relações

I Workshop sobre Sistema Interamericano e Relações Internacionais. 2008. (Congresso).

15.

Seminário de Direito Penal e Direitos Humanos. 2008. (Seminário).

16.

Seminário de Vinte Anos da Constituição Federal brasiliera. 2008. (Seminário).

17.

Temas Polêmicos do Direito - A Influência das Recentes Reformas Legislativas. 2008. (Seminário).

18.

V Encontro de Operadores de Direito do Trabalho da 11ª Região e do III Seminário do Fórum de Prevenção e Combate à Discriminação do Amazonas - FCODAM. 2008. (Congresso).

19.

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas como Instrumento de Cidadania. 2007. (Seminário).

20.

IV Seminário PGE de Direito Público. 2007. (Seminário).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1.

Lucas Nonato Cardoso. As dificuldades de acesso à

avaliação social e perícia médica do sistema previdenciário enfrentadas pelos residentes do município de São Paulo de Olivença do Estado do Amazonas e a efetivação dos direitos sociais. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

2.

Paulo Gabriel Gil Batista Melgueiro. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia : Os limites de Um direito Fundamental. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

3.

Beatriz de Almeida do Carmo. DO DIREITO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC/LOAS) NO AMAZONAS: DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA PERÍCIA MÉDICA E SOCIAL. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

4.

Glaciene de Oliveira Feitosa. A efetivação de direitos indígenas no Amazonas: desafios no acesso ao sistema público de saúde. Início: 2024. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1.

Sílvia Carla Macedo Cardoso Furtado. O INSTITUTO DO INTERESSE MANIFESTO: as práticas do sistema de justiça quanto ao direito à escuta da criança na Comarca de Manaus. 2023. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - Universidade Federal do Amazonas, . Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Amanda Gonçalves Mota. O TRIBUNAL MULTIPORTAS E A (IN)DISPONIBILIDADE DO INTERESSE PÚBLICO PRIMÁRIO: UMA ANÁLISE ACERCA DOS MEIOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA FAZENDA PÚBLICA. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

2.

Camila da Silva Chaves. AS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS INFANTUJUVENIS: UM ESTUDO JURÍDICO SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL COMO MEIO DE MANUTENÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

3.

Breno Miranda Moreira. A EXPANSÃO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL A PARTIR DA PROMULGAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: QUANDO LIMITAR?. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

4.

Lucas de Oliveira Correia. A RECLAMAÇÃO COMO MEIO DE UNIFORMIZAÇÃO DE TESES FIRMADA EM RECURSOS REPETITIVOS EM TRIBUNAIS SUPERIORES: A DIVERGÊNCIA DE ENTENDIMENTOS ENTRE O STJ E STF. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

5.

Marçk Clark Moutinho. O DIREITO SUCESSÓRIO NA UNIÃO ESTÁVEL À LUZ DO ENTENDIMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

6.

Rívea Karina Martins Aragão. A responsabilidade e o dano moral em decorrência do abandono afetivo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

7.

Leandro Alves Negreiros Teixeira. ACESSO À JUSTIÇA ATRAVÉS DE TUTELAS DE URGÊNCIA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

8.

Adriana da Costa Sousa. Violência Obstétrica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

9.

BIANCA WZOREK. CONSEQUENCIAS JURIDICAS DA VIOLENCIA OBSTETRICA PARA A VITIMA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

10.

DOUGLAS MATHEUS LINS JENNINGS. REMESSA NECESSÁRIA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

11.

GABRIELA COSTA DE OLIVEIRA PAIVA. EXCEÇÃO DE PREEXECUTIVIDADE COMO INSTRUMENTO DE DEFESA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

12.

GIDDSON FERREIRA TELES MONTEIRO. RESTRIÇÃO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

13.

LAISA BARBOSA DE PINHO. Repartição de Fundo Partidário. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de

Seixas.

14.

NICOLE TAILAH GONZAGA LAHAN. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: VIABILIDADE OU NÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

15.

Mila Cardoso Sampaio. PRECEDENTES E A REPERCUSSÃO GERAL DA CORRETAGEM. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

16.

Mariana Rodrigues Picanço. O NOVO ESTATUTO DO ESTRANGEIRO E A IMIGRAÇÃO VENEZUELANA. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

17.

Bruno Vinícius de Oliveira Guerra. A Multiparentalidade e seus Efeitos Jurídicos no Direito de Herança. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

18.

Giovanna Menezes da Ponte Nascimento. Síndrome da Alienação Parental : Um Olhar Crítico sobre a Lei 12.318/2010. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

19.

Bárbara T Matos de Souza. Reprodução Assistida e o Direito Sucessório Post Mortem. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

20.

Adriano Cunha Cavalcante. Dano Moral no âmbito da Pessoa Jurídica. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

21.

Victoria Francisca Campelo Cavalcante. Legitimidade Ad Causam dos Agentes Públicos para Figurar no Polo Passivo de Ação Indenizatória que visa Reparar danos ocasionados a terceiros no exercício da função pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

22.

Bruno Matheus Pinheiro Silva. A Função Punitiva da Responsabilidade Civil na fixação do Dano Moral. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

23.

Iuri Azevedo Nogueira., INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA PARA DEPENDENTES QUÍMICOS DE CRACK E SIMILARES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Martha Falcão. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

24.

Cíntia de Almeida Negreiros. Direito constitucional do apenado: o trabalho como instrumento de redução de pena. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

25.

Ingrid Porto. A impossibilidade de reabilitação no sistema carcerário brasilerio. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

26.

Laísa Barbosa de Pinho. Estudo e Considerações Jurídicas

do Fundo de Participação dos Estados. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

27.

Nicole Tailah Gonzaga Lahan. Mitigações ao Princípio da Presunção de Inocência no Ordenamento Jurídico. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

28.

Lidiane de Almeida Alves. Inaplicabilidade do Art. 187 do CPM aos Militares Estaduais do Amazonas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

29.

Amanda Prado Lobato. A recorribilidade da decisão em IRDR que suspende a tramitação de processos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

30.

Carlos Miguel Palma Lima Asensi. A lei de anistia para crimes cometidos na ditadura militar. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

31.

Dayara Duarte Araújo. Responsabilidade Internacional do Estado face a CIDH, no caso da Fazenda Brasil Verde. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

32.

Gidson Ferreira Monteiro. As restrições à liberdade de Expressão no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas.

Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

33.

Laryssa Mayná Rocha. Violência Obstétrica: Uma relação aos direitos fundamentais da mulher. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

34.

Rebeca Lourenço Tavares. Atuação do Individuo nas Cortes Internacionais. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

35.

Mila Cardoso Sampaio. Precedentes e a repercussão geral da corretagem. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

36.

Mariana Picanço. Imigração Venezuelana. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIreito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

37.

Evelyn Conceição de Oliveira Braga. Abstrativização do controle difuso. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

38.

Maria Clara Correa Pinto. Dispensa de certidões negativas para empresas em processo de recuperação judicial nos procedimentos licitatórios. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

39.

Eloisa de Carvalho Montarroyos. A alternativa de gestão do sistema penitenciário brasileiro na realização do processo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

40.

Mayara Soares Torres. O Caso Ximenes Lopes e o Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

41.

Rodrigo Coimbra da Rocha. Validade do Negócio Processual à Luz do Princípio do Devido Processo Legal. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

42.

George Emilio Cunha. Direito de Propriedade na Era Digital. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

43.

Anderson Jared Canuto Queiroz. Danos Morais e Materiais Decorrentes do Atraso de Entrega de Imóvel na Planta. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

44.

Mayane Alencar Matias. O Direito ao Esquecimento nas Redes Sociais`. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

45.

Victor Braga Assayag. Os impactos negativos e positivos trazidos com a terceirização através do Projeto de Lei 4.330/04. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso.

(Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

46.

Ana Luisa Teles Farias. Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho e Emprego: Mitigação do princípio da legalidade para o fortalecimento da proteção do trabalhador. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

47.

Isadora Bessa. Direito ao Esquecimento versus Direito à informação : Análise dos principais precedentes brasilieros em esfera civil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

48.

Laura Macedo Coelho. A Inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho. A efetividade do art. 93 da Lei 8.213/91. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

49.

Tarcila Prado de Negreiros Mendes Neta. A capacidade sucessória do nascituro concebido por inseminação artificial post mortem. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

50.

Almeron Caminha. Precedentes Judiciais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

51.

Marcelo Travessa Guedes. Técnicas de Decisão da Suprema Corte em Sede de Controle Abstrato de Constitucionalidade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

52.

Leonardo da Penha Alves. Direitos Sociais e a Judicialização do Transporte Público. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

53.

Guilherme Shigueru de Almeida Hasimoto. Judicialização e a Adoção por Casais Homoafetivos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

54.

Dreyfus Oliveira Vieira. O Termo Inicial da Prescrição Trabalhista em caso de Acidentes de Trabalho. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

55.

Oseas Neves Grijó. Concessão de Benefício de Prestação Continuada para Estrangeiros. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas. Orientador: Bernardo Silva de Seixas.

Outras informações relevantes

Participante da Primeira Jornada de Direito Processual Civil do Conselho da Justiça Federal

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 28/08/2025 às 13:34:34

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NON DISCLOSURE AGREEMENT - NDA)

Instrumento Particular de Contrato que firmam entre si, de um lado, INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, neste ato representada por seu representante legal SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO, brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF nº 122.869.566-00, endereço eletrônico samuel@intelectual.com.br, residente e domiciliado na Rua Praça São Sebastião, nº 189, Apto 301, Bairro Azurita, na Cidade de Mateus Leme/MG, doravante denominada CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA; e, de outro lado, o SR. ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS, brasileiro, advogado, divorciado, portador do RG nº 25860154, SSP/SP e CPF nº 292.905.918-46, residente e domiciliado na R Dr Albuquerque Lins nº 606, BL 208 B, bairro Santa Cecilia, São Paulo/SP, CEP: 01230-000, doravante denominado CONTRATADO/PARTE RECEPTORA.

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si, justas e contratadas, as cláusulas e condições a seguir estipuladas, obrigando-se mutuamente, por si e seus sucessores, ao fiel e integral cumprimento deste Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados e Acordo de Confidencialidade (*Non Disclosure Agreement - NDA*).

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Parágrafo 1º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, atuando na execução de projetos e processos de alta complexidade técnica, cuja conclusão demanda a atuação de profissionais de excelência, altamente capacitados e com profundo conhecimento técnico, incorpora, a partir da assinatura deste contrato, conforme Cláusula Segunda, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA ao seu quadro fixo e corpo técnico permanente, para atuar no suporte e execução dos seus projetos internos e externos, bem como a processos de recuperação de créditos tributários junto a empresas privadas e entes públicos.

Parágrafo 2º. Para tanto, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exercerá a responsabilidade técnica pelos prestados em decorrência deste contrato, observando rigorosamente as Legislação tributária e fiscal, as normas de ética profissional e as Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA compromete-se a assegurar que a execução dos serviços técnicos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público, esteja em estrita conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo 4º. No exercício de suas funções, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA obriga-se a:

I – Assinar documentos técnicos, relatórios, pareceres ou quaisquer outros instrumentos que exijam a intervenção de profissional habilitado, desde que elaborados em conformidade com a legislação aplicável, as normas técnicas e os princípios éticos da profissão;

II – Comunicar formalmente ao CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA quaisquer irregularidades, não conformidades, impropriedades ou ilícitos identificados durante a execução de suas funções, que possam comprometer a responsabilidade técnica ou infringir normas éticas, administrativas ou legais.

Parágrafo 5º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA declara que atenderá integralmente às exigências regulamentares impostas pela OAB, especialmente no que diz respeito à manutenção de habilitação profissional regular e registros atualizados perante os órgãos competentes.

Parágrafo 6º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA compromete-se a fornecer ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA todas as informações, documentos, meios e condições necessárias para o pleno e regular exercício da responsabilidade técnica, inclusive aqueles destinados à fiscalização da conformidade regulatória e à adequada emissão de relatórios e documentos técnicos.

Parágrafo 7º. É vedado ao CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA realizar quaisquer atos que estejam em desacordo com as normas éticas ou legais aplicáveis, ficando limitada a responsabilidade do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exclusivamente às atividades técnicas efetivamente supervisionadas, orientadas ou executadas com sua ciência e anuência formal.

Parágrafo 8º. A prática, pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, de atos que contrariem as orientações técnicas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, que descumpram normas regulamentares ou que impeçam o regular exercício da responsabilidade técnica poderá ensejar a rescisão imediata deste contrato, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO

Parágrafo 1º. A partir da assinatura deste contrato e enquanto vigente, o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA integrará o quadro fixo de profissionais técnicos do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, compondo formalmente sua estrutura profissional perante órgãos públicos, conselhos de classe, clientes e terceiros interessados, para todos os fins legais e regulamentares.

Parágrafo 2º. A condição de integrante do quadro técnico permanecerá válida até a rescisão ou término deste contrato, ocasião em que cessará automaticamente qualquer vínculo de representação técnica perante o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, sem necessidade de aviso ou formalização adicional além da própria rescisão contratual.

Parágrafo 3º. Durante a vigência deste contrato, o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA poderá indicar o nome, a qualificação profissional, o registro em conselho de classe e demais informações técnicas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA para fins de comprovação de capacidade técnica em cadastros, certidões, licitações, inexigibilidades de licitação, processos administrativos, contratações públicas ou privadas, bem como para apresentação institucional.

Parágrafo 4º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA autoriza expressamente, de forma não exclusiva e limitada ao período de vigência deste instrumento, a utilização de seu currículo, atestados de capacidade técnica, registros profissionais, certificados e comprovantes de qualificação pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, única e exclusivamente para fins relacionados a processos de habilitação técnica, licitatórios ou administrativos, ou para demonstração da estrutura técnica do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA perante órgãos públicos, privados e conselhos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Parágrafo 1º. A remuneração devida ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA pela prestação dos serviços técnicos objeto deste contrato será variável, conforme a demanda de cada projeto, e estabelecida com base no valor da hora técnica de referência.

Parágrafo 2º. O valor da hora técnica de referência é fixado inicialmente em R$ 700,00 (setecentos reais) por hora trabalhada, conforme tabela da OAB/MG, podendo ser ajustado para cada contrato ou projeto mediante pactuação entre as partes.

Parágrafo 3º. A cada 12 (doze) meses as partes revisarão de comum acordo o valor da hora técnica, mediante aplicação do índice IPCA correspondente ao período, ou outro índice que vier a substituí-lo

Parágrafo 3º. Para cada novo contrato, serviço adicional ou atividade específica, será elaborado Termo Aditivo definindo os honorários, as condições de execução e o prazo de pagamento.

Parágrafo 4º. Será observada cobrança mínima de 2 (duas) horas técnicas por atendimento ou evento de atuação, salvo pactuação diversa formalizada em aditivo.

Parágrafo 5º. Nos casos em que o CONTRATADO/PARTE RECEPTORA/PARTE RECEPTORA for solicitado para atender demandas urgentes, extraordinárias ou fora do horário comercial, poderá ser aplicado acréscimo de honorários, a ser ajustado previamente entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

Parágrafo 1º. O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA compromete-se a:

I – Disponibilizar ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA todas as informações, documentos, dados, registros e demais elementos necessários para o pleno e correto exercício das atividades de responsabilidade técnica, de forma precisa, tempestiva e completa, garantindo a adequada execução dos serviços contratados;

II – Cumprir integralmente as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis às atividades desenvolvidas, observando rigorosamente as orientações técnicas, recomendações e pareceres emitidos pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA no âmbito deste contrato;

III – Abster-se de utilizar o nome, assinatura, registro profissional, número de inscrição ou qualquer referência pessoal ou técnica do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em atos, documentos, declarações ou operações que não tenham sido formalmente autorizados, supervisionados ou efetivamente realizados pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, ou ainda que estejam em desacordo com as disposições deste instrumento.

Parágrafo 2º. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do presente contrato, independentemente de aviso prévio, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, e da responsabilidade exclusiva do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA perante terceiros, autoridades administrativas, fiscais e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo 1º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, na qualidade de responsável técnico, responderá exclusivamente pelas atividades técnicas a ele atribuídas no âmbito deste contrato, em estrita observância às normas profissionais, técnicas e legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA não será responsabilizado por atos, omissões, decisões administrativas, financeiras, comerciais, operacionais ou de gestão interna praticados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, seus prepostos, empregados, representantes ou terceiros, ainda que tais atos venham a repercutir no âmbito das atividades técnicas.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA igualmente não responderá por quaisquer atos praticados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que:

I – Contrariem suas orientações, recomendações ou pareceres técnicos formalmente emitidos;
II – Sejam realizados sem seu conhecimento ou fora do escopo de supervisão direta estabelecido neste contrato;
III – Estejam em desconformidade com as normas contábeis, legais ou éticas vigentes.

Parágrafo 4º. A responsabilidade do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA restringe-se exclusivamente às ações que sejam diretamente ligadas ao exercício da responsabilidade técnica para a qual foi CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, não se estendendo a outras áreas de atuação do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ou a fatos alheios à sua intervenção técnica.

Parágrafo 5º. Eventuais responsabilidades atribuídas ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA somente poderão decorrer de comprovada atuação dolosa ou culposa, diretamente relacionada aos serviços efetivamente prestados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA AUTONOMIA TÉCNICA E DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Parágrafo 1º. O presente contrato tem natureza estritamente civil, não gerando entre as partes qualquer vínculo de natureza empregatícia, societária, associativa ou de

subordinação hierárquica, direta ou indireta.

Parágrafo 2º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA exercerá suas funções com plena autonomia técnica, observando as normas contábeis e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe a tomada de decisões e a emissão de pareceres, laudos e orientações no âmbito de sua responsabilidade técnica, sem qualquer ingerência do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA nas avaliações e conclusões de ordem técnica.

Parágrafo 3º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA não estará sujeito a controle de jornada, hierarquia funcional, cumprimento de ordens de serviço típicas de relação de emprego, nem a quaisquer obrigações inerentes a empregados, ficando sua atuação limitada às responsabilidades técnicas descritas neste contrato e nos respectivos termos aditivos.

Parágrafo 4º. Eventuais pagamentos realizados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão da prestação dos serviços técnicos ora contratados não possuem natureza salarial, nem geram direitos trabalhistas, previdenciários ou fundiários de qualquer espécie, cabendo ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA a integral responsabilidade pelo recolhimento de tributos e encargos que incidirem sobre sua remuneração.

Parágrafo 5º. A eventual indicação do nome do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA como integrante do quadro técnico do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA junto a órgãos públicos, conselhos de classe ou terceiros não caracteriza, por si só, qualquer vínculo empregatício ou subordinação, tratando-se de mero atendimento às exigências normativas para o exercício da responsabilidade técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NDA)

Considerando que o CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA fornecerá ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA informações extremamente confidenciais em relação às suas atividades e negócios;
Considerando que as informações disponibilizadas possuem caráter sigiloso e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados;

As partes, doravante denominadas conjuntamente como "PARTES", estabelecem o presente compromisso de confidencialidade, nos seguintes termos:

Parágrafo 1º. O presente compromisso de confidencialidade tem por objeto a disponibilização de informações de caráter confidencial pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, informações estas que, sob nenhuma hipótese, poderão ser compartilhadas com terceiros não expressamente autorizados pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA.

Parágrafo 2º. Para os fins desta cláusula, consideram-se "informações de caráter confidencial" todas as informações fornecidas pelo CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que não poderão ser divulgadas pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA, incluindo, mas não se limitando a:

a) Processos internos, modelos e estratégias de negócios;
b) Segredos industriais, comerciais e operacionais;
c) Documentos internos como contratos, memorandos, regimentos, regulamentos, termos, ofícios e seus anexos;
d) Processos administrativos, técnicos e/ou operacionais;
e) Planos de negócios;
f) Bases cadastrais e documentos de clientes, contratantes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;
g) Pesquisas de mercado;
h) Operações financeiras ou bancárias;
i) Pareceres, estudos, análises e documentos correlatos;
j) Relatórios de auditoria, análises e conclusões;
k) Códigos-fonte, elementos de programação, imagens ou gravações de sistemas
l) Dados pessoais de leads, prospects e novos clientes, mantidos pelo CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão do contrato;
m) Dados de contratos individuais de trabalho de colaboradores internos e externos.

Parágrafo 3º. As informações de caráter confidencial relativas a dados pessoais serão também regidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo 4º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA obriga-se a:

a) Cumprir integralmente esta cláusula;
b) Armazenar de forma segura as informações recebidas;
c) Manter total sigilo e confidencialidade das informações;
d) Não divulgar, compartilhar, publicar, copiar ou reproduzir as informações a terceiros não autorizados, nem utilizá-las para obtenção de vantagem própria;
e) Não firmar compromissos em nome do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA sem consentimento expresso;
f) Não compartilhar códigos-fonte ou informações confidenciais;
g) Adotar medidas de segurança para proteção dos dados sob sua guarda;
h) Utilizar as informações exclusivamente nos negócios envolvendo as PARTES.

Parágrafo 5º. Este compromisso de confidencialidade não se aplica às informações comprovadamente:

a) De domínio público;
b) De conhecimento notório;
c) Já conhecidas do CONTRATADO/PARTE RECEPTORA antes do recebimento da PARTE DIVULGADORA;
d) Cuja divulgação seja exigida por lei ou ordem judicial.

Parágrafo 6º. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA somente poderá repassar informações confidenciais a seus representantes mediante autorização expressa do CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA, estendendo-se a estes todas as obrigações previstas nesta cláusula. O CONTRATADO/PARTE RECEPTORA responderá integralmente por eventuais violações cometidas por seus representantes.

Parágrafo 7º. Nas hipóteses de violação deste Acordo de Confidencialidade, a PARTE RECEPTORA estará sujeita ao pagamento de multa no importe de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo 8º. A aplicação do Parágrafo 1º desta Cláusula não afasta eventual responsabilização administrativa, civil e criminal da PARTE RECEPTORA e seus representantes.

Parágrafo 9º. A PARTE RECEPTORA renuncia, expressamente, a qualquer benefício de ordem que, porventura, tenha.

Parágrafo 10º. As obrigações assumidas pela PARTE RECEPTORA permanecerão vigentes mesmo após o término deste Acordo de Confidencialidade e do contrato de prestação de serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, respondendo a PARTE RECEPTORA em casos de violações deste Acordo de Confidencialidade por si e/ou seus Representantes.

Parágrafo 11º. Durante o mesmo período previsto nos Parágrafos 3º e 4º desta Cláusula, a PARTE RECEPTORA não poderá estabelecer de concorrência com a PARTE DIVULGADORA, no tocante a serviços semelhantes ou correlatos àqueles prestados pela PARTE DIVULGADORA, nem prestar serviços a concorrentes que atuem no mesmo ramo e mercado de atuação desta.

Parágrafo 11º. A PARTE RECEPTORA reconhece e declara que NÃO POSSUI propriedade e/ou posse sobre qualquer licença, códigos fontes, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direito de patente, direito de imagem, direito de marca, sendo a PARTE DIVULGADORA A ÚNICA PROPRIETÁRIA E DETENTORA LEGÍTIMA dos direitos tratados no presente Acordo de Confidencialidade.

Parágrafo 12º. Em razão do disposto no Parágrafo 11º desta Cláusula, o presente instrumento NÃO CONCEDE, NEM TRANSMITE qualquer licença ou direito de uso de direito patenteável; direito autoral; direito sobre marca registrada ou qualquer outro meio de propriedade exclusiva.

Parágrafo 13º. Este acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga todas as PARTES.

Parágrafo 14º. A assinatura e aceite do presente Acordo de Confidencialidade NÃO CONFERE à PARTE RECEPTORA nenhum direito a pagamento ou remuneração além daquele já acordado no contrato originário de prestação de serviços.

Parágrafo 15º. Todas as INFORMAÇÕES DE CARÁTER CONFIDENCIAL trocadas entre as PARTES deverão ser devolvidas para à PARTE DIVULGADORA ou comprovadamente destruídas pela PARTE RECEPTORA, imediatamente após a extinção deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

Parágrafo 1º. O presente contrato é celebrado por prazo indeterminado, iniciando-se na data de sua assinatura.

Parágrafo 2º. Qualquer das partes poderá rescindir este contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que tal rescisão gere direito à indenização de qualquer natureza, ressalvados os valores já devidos em razão dos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento.

Parágrafo 3º. Durante o período previsto no *Parágrafo 2º retro*, as partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, salvo se houver convenção expressa em contrário.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Parágrafo 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG como o competente para dirimir quaisquer lides decorrentes deste Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

ASSINATURA DIGITAL: As partes reconhecem e concordam que a formalização deste contrato será efetivada mediante assinatura digital. Esta prática não apenas assegura a integridade, autenticidade e validade jurídica do presente instrumento, como também reflete o compromisso da PARTE DIVULGADORA com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. A adoção da assinatura digital é uma manifestação direta desse engajamento, contribuindo para a diminuição do consumo de papel e, consequentemente, a redução do impacto ambiental. Além disso, a PARTE DIVULGADORA evidencia seu constante investimento em tecnologia, buscando soluções contemporâneas que otimizem os processos e fortaleçam a relação com seus colaboradores e parceiros.

Belo Horizonte/MG, 30 de abril de 2025.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ 37.782.587/0001-48
CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

gov.br Documento assinado digitalmente
ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS
Data: 01/05/2025 08:10:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS
CPF nº 292.905.918-46
CONTRATADO/PARTE RECEPTORA

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de Doutorado,
no Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito,
em 20 de fevereiro de 2024, confere o título de

PUC-SP

Doutor a

Adriano Luiz Batista Messias

nacionalidade brasileira, natural do Estado de São Paulo, nascido em 02 de março de 1982,
portador do Documento de Identificação n.º 25.860.154-1-SSP/SP

e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 26 de abril de 2024.

Cardeal Odilo Pedro Scherer
Grão-Chanceler

Prof. Dr. Márcio Alves da Fonseca
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Profa. Dra. Maria Amália Pie Abib Andery
Reitora

Adriano Luiz Batista Messias
Diplomado

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

RECREDENCIADA PELA PORTARIA N.º 622, DE 17/05/2012, PUBLICADA NO D.O.U. N.º 96, SEÇÃO 01, PÁG. 23, DE 18/05/2012

MANTIDA PELA FUNDAÇÃO SÃO PAULO
CNPJ: 60.990.751/0001-24

Reconhecido pela Portaria MEC Nº 543/20, publicada no D.O.U. Nº 114/ Seção 1/Pág. 58 em 17/06/2020

Diploma registrado sob n.º 110745, Livro 06, Folha 1601, Processo n.º 20241601, nos termos do Artigo 48 da Lei 9.394/1996, de 23/12/1996 e do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017

São Paulo, 29 de maio de 2024

Magüina Rocha Brandt
Coordenadora da Secretaria
de Administração Escolar - SAE

016245

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Recredenciada pela Portaria do MEC Nº622 de 17 de maio de 2012, DOU de 18/05/2012.
Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação

PUC-SP

ATA DE DEFESA: TESE DE DOUTORADO DO(A) ALUNO(A)

Adriano Luiz Batista Messias

Ao(s) vinte dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e quatro realizou-se no ambiente semipresencial a sessão pública de defesa da(o) Tese intitulada "FUNDAMENTOS DA FENOMENOLOGIA DA INCIDÊNCIA DAS NORMAS JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS À LUZ DO CONSTRUCTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO" apresentada pelo(a) aluno(a) Adriano Luiz Batista Messias, MESTRE EM DIREITO pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - SÃO PAULO-SP, que concluiu os créditos exigidos para obtenção do título de "DOUTOR(A) EM Direito - Efetividade do Direito", segundo encaminhamento do(a) PROF(A). DR(A).Robson Maia Lins, Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação. Os trabalhos foram instalados pelo(a) PROF(A). DR(A).Fabiana Del Padre Tome, Presidente(a) da Banca Examinadora, que foi constituída pelos seguintes Professores Doutores: Bianor Arruda Bezerra Neto, Doutor(a) em Filosofia do Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; Clarice Von Oertzen de Araujo, Livre Docência em Direito pelo(a) UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO; Paulo Ayres Barreto, Doutor(a) em Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO ; Paulo de Barros Carvalho, Livre Docência em Direito pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO; Fabiana Del Padre Tome, Doutor(a) em Direito Tributário pelo(a) PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, sendo o(a) Orientador(a) do(a) candidato(a). A Banca Examinadora, tendo decidido aceitar a(o) Tese, passou à arguição pública do candidato. Encerrados os trabalhos de arguição, os examinadores deram o parecer final sobre a(o) Tese.

Excepcionalmente esta defesa foi realizada na modalidade semipresencial.

O(A) candidato(a) foi (X) aprovado(a) ( ) reprovado(a)

Aprovado com distinção.

Proclamados os resultados pelo(a) PROF(A) DR(A) Fabiana Del Padre Tome, Presidente(a) da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e a Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação lavrou a presente Ata, que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora e por essa Secretaria.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2024

BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO:JU154

Assinado de forma digital por BIANOR ARRUDA BEZERRA NETO:JU154
Dados: 2024.02.26 16:11:44 -03'00'

Prof(a) Dr(a) Bianor Arruda Bezerra Neto

Clarice von Oertzen de Araujo

Prof(a) Dr(a) Clarice Von Oertzen de Araujo

Prof(a) Dr(a) Paulo Ayres Barreto

Prof(a) Dr(a) Paulo de Barros Carvalho

Prof(a) Dr(a) Fabiana Del Padre Tome
Presidente(a) da Banca Examinadora

Secretaria de Administração Escolar de Pós-Graduação

Scanned with CamScanner

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

A Reitora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de Mestrado,
no Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito,
em 04 de dezembro de 2019, confere o título de

PUC-SP

Mestre a

Adriano Luiz Batista Messias

nacionalidade brasileira, natural do Estado de São Paulo, nascido em 02 de março de 1982,
portador do Documento de Identificação RG n.º 25.860.154-1 - SSP/SP

e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 06 de janeiro de 2020.

+ Odilo Card. Scherer

Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer
Grão Chanceler

Profa. Dra. Maria Amalia Pie Abib Andery
Reitora

M. Fonseca

Prof. Dr. Márcio Alves da Fonseca
Pró-Reitor de Pós-Graduação

Adriano Luiz Batista Messias
Diplomado

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

RECREDENCIADA PELA PORTARIA N.º 622, DE 17/05/2012, PUBLICADA NO D.O.U. N.º 96, SEÇÃO 01, PÁG 23, DE 18/05/2012.

MANTIDA PELA FUNDAÇÃO SÃO PAULO
CNPJ: 60.990.751/0001-24

Reconhecido pela Portaria MEC n.º 656/17, publicada no D.O.U. n.º 97 - Seção 1 - Pág. 14 em 23/05/2017. Republicada no D.O.U. n.º 143 - Seção 1 - Pág. 20 em 27/07/2017.

Diploma registrado sob n.º 95450, Livro 2, Folha 96, Processo n.º 202096, nos termos do Artigo 48 da Lei 9.394/1996 de 23/12/1996 e do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017

São Paulo, 30 de janeiro de 2020.

Magdina Rocha Brandt
Coordenadora da Secretaria
de Administração Escolar - SAE

Fls.
001690

Certificado

IBET

Curso de

PROCESSO TRIBUTÁRIO ANALÍTICO

Adriano Luiz Batista Messias

concluiu o curso com *65 horas/aula* no *2º semestre de 2016.*

São Paulo, 8 de fevereiro de 2017

IBET
Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

Paulo Cesar Conrado
Coordenador

Paulo de Barros Carvalho
Presidente

PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CERTIFICADO

A Pró-Reitora de Educação Continuada, no uso de suas atribuições, tendo em vista a conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu, **Especialização em Direito Tributário**, realizado no período de 27/08/2013 a 10/12/2015, com carga horária total de 484 horas, promovido pela Faculdade de Direito, confere o presente certificado a

Adriano Luiz Batista Messias

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido em 02/03/1982, RG n.º 25.860.154-1 – SP, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 31 de maio de 2016.

Profa. Dra. ALEXANDRA FOGLI SERPA GERALDINI
Pró-Reitora de Educação Continuada

Universidade São Judas Tadeu

O Reitor da Universidade São Judas Tadeu, no uso de suas atribuições
e tendo em vista a conclusão do Curso de Direito,
em 10 de janeiro de 2005, confere o título de

Bacharel em Direito a

Adriano Luiz Batista Messias,

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 02 de março de 1982,
R. G. n.º 25.800.154-1 - SP
e outorga-lhe o presente Diploma,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

São Paulo, 17 de dezembro de 2007

Diretor

Diplomado

Reitor

Diretor de Registro Acadêmico

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS

93590

O DIRETOR DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL "PROFESSOR CAMARGO ARANHA"

CONFERE A ADRIANO LUIZ B. MESSIAS , RG 25.860.154-1 , DE NACIONALIDADE Brasileira ,

NATURAL DE São Paulo , ESTADO DE São Paulo , NASCID o EM 07 DE Março DE 1982 ,

O PRESENTE **Diploma** POR HAVER CONCLUÍDO EM 20 DE Dezembro DE 1999 a HABILITAÇÃO

PROFISSIONAL PLENA DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE DO ENSINO de 2º Grau .

TÍTULO PROFISSIONAL CONFERIDO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 16 da Lei n.º 5.692/71, Parecer C F E. n.º 45/72 e Ato 231 de 31/07/68, reautorizado pela Resolução S.E. n.º 11, publicada no D.O.E de 27/01/78.

Selo de Autenticidade
CEETEPS
BB042327

São Paulo, 03 DE Julho DE 2001

DIRETOR

SECRETÁRIO

CEETEPS

NOME: Marilda Ap. Simomi Britto

RG: 13.400.869-8

NOME: Simone Rodrigues

RG: 18.280.707

TITULAR DO DIPLOMA CERTIFICADO

Espaço reservado para registro, apostila das habilit)es e órgão de fiscalização profissional)

CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA "PAULA SOUZA"
Coordenadoria de Ensino Técnico
Núcleo Regional de Supervisão Escolar de São Paulo
Resolução S.E. n.º 210/93

Registrado às folhas 091V do Livro 25 nos termos do artigo 16 da Lei n.º 5.692/71, do Convênio MEC/SE publicado no D.O.E. de 18/02/82 e da Resolução S.E. n.º 82/82
Conclusão de curso publicada no Suplemento do D.O.E. de 11/11/2000
Volume: 110 - N.º 217 - página 847

São Paulo, 03 de Julho de 2001

Simone Rodrigues
R.G. 18.280.707
ATD. I para Assuntos Acadêmicos

Marilda Ap. Simoni Britto
R.G. 13.400.869-8
Diretora

Observações gerais:

Escola Técnica ESTADUAL "PROFESSOR CAMARGO ARANHA"

End.: Rua Marcial n.º 25 - Mooca - São Paulo - SP - CEP 03169-040

Autorização: Lei n.º 8.293 de 04/09/64 Instalada pelo Ato n.º 231 de 31/07/68, publicado no D.O.E. de 01/08/68 da Secretaria de Estado da Educação

OAB SÃO PAULO | Subseção Tatuapé

CERTIFICADO

A 101ª Subseção - Tatuapé da Ordem dos Advogados do Brasil, confere a

ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS

A presente DIPLOMAÇÃO na função de **Membro**
Da **COMISSÃO DE DIREITO TRIBUTÁRIO**
presidida pela dra Dayane Cavalcante Teixeira Cipriano,
no Triênio 2022/2024 Conforme portaria 046/2022
São Paulo, 26 de Maio de 2022

Dr. Thiago Massicano
Presidente da OAB - Tatuapé

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SÃO PAULO

CERTIFICADO

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo,

por sua Comissão de Cultura e Eventos,

certifica que o

DR. ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS

proferiu palestra sobre o tema

A PROVA NO PROCESSO JUDICIAL E ADMINISTRATIVO

realizada nesta data, na Casa da Advocacia e da Cidadania de Penha de França.
São Paulo, 12 de novembro de 2019.

Dr. Caio Augusto Silva dos Santos
Presidente da OAB SP

Dr. Marcelo Paiva
Presidente da 94ª Subseção

Dr. Alexandre Luis Mendonça Rollo
Presidente da Comissão de Cultura e Eventos da OAB SP

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Certificado

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, por sua Secretaria Cultural, certifica que

Adriano Messias

proferiu palestra sobre o tema

Você Tributarista

realizada nesta data, na OAB Tatuapé

São Paulo, 13 de abril de 2024.

Patricia Vanzolini
Presidente da OAB SP

Thiago Massicano
Presidente da 101ª Subseção

OAB SÃO PAULO Cultural

XVI CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS TRIBUTÁRIOS

CERTIFICADO

O IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários certifica que

Adriano Luiz Batista Messias

participou do XVI Congresso Nacional de Estudos Tributários - Constructivismo Lógico-Semântico e os Diálogos Entre Teoria e Prática, realizado nos dias 11, 12 e 13 de dezembro de 2019, com carga de 24 horas, no Hotel Renaissance - São Paulo (SP), na qualidade de

congressista.

Paulo de Barros Carvalho
Presidente

Priscila de Souza
Coordenadora

IBET
Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

CERTIFICADO

O IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários certifica que

Adriano Luiz Batista Messias

participou do **XIX Congresso Nacional de Estudos Tributários - As Conquistas Comunicacionais no Direito Tributário Atual**, realizado nos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2022, com carga de 24 horas, no Hotel Renaissance - São Paulo (SP), na qualidade de

congressista

Paulo de Barros Carvalho
Presidente

Priscila de Souza
Coordenadora

IBET
Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

XX Congresso Nacional de Estudos Tributários

CERTIFICADO

O IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários certifica que

Adriano Luiz Batista Messias

participou do **XX Congresso Nacional de Estudos Tributários - Direito Tributário: Fundamentos Jurídicos da Incidência**, realizado nos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2023, com carga de 24 horas, no Hotel Renaissance - São Paulo (SP), na qualidade de

congressista

Paulo de Barros Carvalho
Presidente

Priscila de Souza
Coordenadora

IBET
Instituto Brasileiro de Estudos Tributários



TEORIA GERAL DO DIREITO

Certificado

O IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e a Universidade de Bolonha certificam que

Adriano Luiz Batista Messias

Participou do II Seminário de Teoria Geral do Direito, realizado nos dias 10, 11 e 12 de outubro de 2018, com carga de 20 horas, em Bolonha, Itália, na qualidade de Seminarista.

Paulo de Barros Carvalho Thiago Matsushita Lucio Pegoraro Giorgia Pavani

CENTRO STUDI SULL'AMERICA LATINA
DIPARTIMENTO DI SCIENZE POLITICHE E SOCIALI

IBET
Instituto Brasileiro de Estudos Tributários



Adriano Luiz Batista Messias

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/4073892418990622
ID Lattes: **4073892418990622**
Ultima atualização do currículo em 14/05/2024

Advogado. Possui graduação em Direito pela Universidade São Judas Tadeu (2004). Especialização em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015). Extensão em Processo Tributário Analítico pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (2016). Doutor (2024) e Mestre (2019) em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor assistente de mestrado, seminarista e orientador de monografias na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e no Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Professor de graduação nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Tributário, Empresarial e Trabalhista. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/SP - Subseção Tatuapé. Membro do Grupo de Estudos do IBET São Paulo e Florianópolis. Coordenador do Grupo de Estudos do IBET Natal. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil. Bolsista CAPES. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Adriano Luiz Batista Messias

Nome em citações bibliográficas

MESSIAS, A. L. B.;MESSIAS, ADRIANO LUIZ BATISTA

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/4073892418990622

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2020 - 2023

Doutorado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: Fundamentos da fenomenologia da incidência das normas jurídicas tributárias à luz do Constructivismo Lógico-Semântico, Ano de obtenção: 2024.
Orientador: Fabiana Del Padre Tomé.
Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
Palavras-chave: Fundamentos da fenomenologia; Constructivismo Lógico-Semântico; Linguagem; Interpretação da

norma jurídica; Incidência e concretização.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Filosofia do Direito.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Lógica Jurídica.
Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico; Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria.

2017 - 2019

Mestrado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: Interpretação concretizadora da norma jurídica e as relações tributárias , Ano de Obtenção: 2019.
Orientador: Fabiana Del Padre Tomé.
Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.
Palavras-chave: Lógica; Linguagem; Interpretação da norma jurídica; Concretização.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito / Especialidade: Filosofia do Direito.
Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico; Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria.

2013 - 2015

Especialização em Pós-graduação em Direito Tributário. (Carga Horária: 484h).
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: O percurso gerador de sentido e a interpretação concretizadora da norma jurídica: o Plano S5.
Orientador: Daniela de Andrade Braghetta.

2016 - 2016

Aperfeiçoamento em Processo Tributário Analítico. (Carga Horária: 65h).
IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET, Brasil.
Título: não há. Ano de finalização: 2016.
Orientador: Paulo Cesar Conrado.

2000 - 2004

Graduação em Direito.
Universidade São Judas Tadeu, USJT, Brasil.
Título: A Imunidade Tributária das Entidades de Previdência Privada.
Orientador: Paulo Roberto de Oliveira Schmidt.

Formação Complementar

2021 - 2021

Extensão universitária em Extensão em Teoria Geral do Direito. (Carga horária: 38h). IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET, Brasil.

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Assistente de Mestrado, Carga horária: 4

Outras informações

Professor Assistente de Mestrado no crédito de "Teoria Geral do Direito: norma jurídica e teoria da prova na aplicação do direito". Professora titular: Fabiana Del Padre Tomé

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Autônomo, Enquadramento Funcional: Professor Orientador, Carga horária: 4

Outras informações

Professor Orientador de Monografias no curso de Especialização em Direito da COGEAE-PUC de São Paulo.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Prestador de Serviços, Enquadramento Funcional: Professor Pós-Graduação Direito Tributário, Carga horária: 4

Outras informações

Professor Seminarista no Curso de Especialização em Direito Tributário na COGEAE-PUC de São Paulo.

IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, IBET, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Autônomo, Enquadramento Funcional: Professor Seminarista, Carga horária: 4

Outras informações

Professor Seminarista no Curso de Especialização em Direito Tributário no IBET - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários de São Paulo.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Assistente de Mestrado, Carga horária: 4

Outras informações

Professor Assistente de Mestrado no crédito de "Fenomenologia da Incidência e Aplicação das Normas Jurídicas Tributárias". Professora titular: Fabiana Del Padre Tomé

Vínculo institucional

2019 - Atual

Vínculo: Autônomo, Enquadramento Funcional: Professor Orientador, Carga horária: 4

Outras informações

Professor orientador de monografias

Universidade Anhanguera de São Paulo, UNIAN/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2020

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 15

Outras informações

Professor de graduação nas áreas de Direito do Trabalho, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Processual Civil e Direito Processual do Trabalho.

FACULDADE FOCUS, FFOCUS, Brasil.

Vínculo institucional

2024 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Visitante

Revisor de periódico

2021 - Atual

Periódico: REVISTA JURÍDICA CESUMAR. MESTRADO

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Tributário.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito do Trabalho.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Civil.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito/Especialidade: Filosofia do Direito.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Teoria do Direito/Especialidade: Lógica Jurídica.

6.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.

Espanhol

Compreende Pouco, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica

1.

MESSIAS, A. L. B.; MEDEIROS, B. M. H. . O papel do Convênio de ICMS dentro do ordenamento jurídico para instituição do ICMS-ST Extraterritorial. REVISTA TRIBUTÁRIA E DE FINANÇAS PÚBLICAS, v. 156, p. 11-32, 2023.

2.

DEL PADRE TOMÉ, FABIANA ; **MESSIAS, ADRIANO LUIZ BATISTA** . Construtivismo Lógico-Semântico como Metódica para Estudo do Direito. REVISTA JURÍDICA CESUMAR. MESTRADO, v. 22, p. 27-45, 2022.

3.

GUIMARAES, A. M. C. ; **MESSIAS, A. L. B.** ; NETTO, C. C. A. L. . Bitributação das empresas transnacionais e seus impactos na competitividade para acepção de investimentos estrangeiros no Brasil. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 1, p. 305-327, 2022.

4.

GUIMARAES, A. M. C. ; **MESSIAS, A. L. B.** ; NETTO, C. C. A. L. . A Resolução 954/2021 e as vantagens, desvantagens e desafios para o desenvolvimento de usinas híbridas e associadas no Brasil. Relações Internacionais no Mundo Atual, v. 2, p. 121-146, 2022.

5.

MESSIAS, A. L. B.. Da teoria da norma jurídica à interpretação: o percurso gerador de sentido. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 22, p. 51-68, 2022.

6.

MESSIAS, A. L. B.; SOUSA JUNIOR, E. R. . Segurança jurídica e confiabilidade nos incentivos fiscais automotivos do Inovar-Auto e Rota 2030. REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO, v. 34, p. 29-53, 2022.

7.

MESSIAS, A. L. B.; TOME, F. P. ; NETTO, C. C. A. L. . Requerimento de falência pela Fazenda Pública e o princípio da preservação da empresa. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DO SUL DE MINAS, v. 38, p. 247-264, 2022.

8.

MESSIAS, A. L. B.. Princípio da seletividade aplicável ao ICMS sobre energia elétrica e telecomunicações. REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO TRIBUTÁRIO E FINANÇAS PÚBLICAS, v. 87, p. 79-94, 2021.

9.

MESSIAS, A. L. B.; SUKAR, R. G. D. A. . Contradição no sistema do direito positivo: considerações acerca da solução de antinomias no direito tributário. REVISTA DE DIREITO TRIBUTÁRIO CONTEMPORÂNEO, v. 31, p. 163-188, 2021.

10.

MESSIAS, A. L. B.. Preços de transferência no planejamento tributário internacional ? perspectiva sob a ótica da teoria das provas. Revista de Direito Tributário Internacional Atual, v. 9, p. 36-70, 2021.

11.

MESSIAS, A. L. B.. A importância dos atos de fala do enunciatário para construção das normas jurídicas. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, v. 19, p. 35-58, 2019.

12.

MESSIAS, A. L. B.; LUCCI, Leonardo . (Re)Classificação de bens entre ativo não circulante e ativo circulante e a tributação sobre a renda no caso de venda. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, v. 20/2019, p. 87-115, 2019.

13.

MESSIAS, A. L. B.; SANTOS, Ana Luiza Vieira . Multas qualificadas devido a negócios jurídicos simulados em planejamento tributário. Jus Navigandi (Online), v. 23, p. 1, 2018.

14.

★ **MESSIAS, A. L. B.**. A estrutura da norma jurídica que institui contribuições para Seguridade Social. Revista de Direito Tributário Contemporâneo, v. 3, p. 135-169, 2018.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

MESSIAS, A. L. B.; PEDRINI, T. F. (Org.) . Filosofia, Teoria Geral e Direito Tributário: estudos em homenagem a Bruce Bastos Martins. 1. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2023. v. 1. 288p .

2.

MESSIAS, A. L. B.; ROSA, I. V. S. (Org.) . Questões contemporâneas da execução fiscal. 1. ed. São Paulo: Dialética Editora, 2022. v. 1. 248p .

3.

★ **MESSIAS, A. L. B.**. Teoria da norma jurídica: interpretação concretizadora e as relações tributárias. 1. ed. São Paulo: Noeses, 2020. v. 1. 348p .

Capítulos de livros publicados

1.

MESSIAS, A. L. B.; MARTINS, B. B. ; FERREIRA, R. L. R. A. . Relações diádica e triádica na construção de signos e a interpretação das normas jurídicas. In: MESSIAS, Adriano Luiz Batista; PEDRINI, Tainá Fernanda. (Org.). Filosofia, Teoria Geral e Direito Tributário: estudos em homenagem a Bruce Bastos Martins. 1ed.São Paulo: Editora Dialética, 2023, v. 1, p. 9-30.

2.

TOME, F. P. ; **MESSIAS, A. L. B.** . Reflexões acerca da guerra fiscal no ICMS. In: DOUGLAS, William; MORAIS JUNIOR, Kaiser Motta Lúcio de; PORTO, José Roberto Mello. (Org.). Direito, economia e filosofia: uma homenagem ao jurista Ives Granda Martins. 1ed.Indaiatuba: Editora Foco, 2023, v. 1, p. 93-104.

3.

TOME, F. P. ; **MESSIAS, A. L. B.** . Produção da prova no processo tributário exacional: a vedação da prova obtida por meio ilícito. In: Adriano Luiz Batista Messias; Íris Vânia Santos Rosa. (Org.). Questões contemporâneas da execução fiscal. 1ed.São Paulo: Dialética Editora, 2022, v. 1, p. 123-141.

4.

ROSA, I. V. S. ; **MESSIAS, A. L. B.** . Execução fiscal e a responsabilidade de terceiros. In: Adriano Luiz Batista Messias; Íris Vânia Santos Rosa. (Org.). Questões contemporâneas da execução fiscal. 1ed.São Paulo: Dialética Editora, 2022, v. 1, p. 161-173.

5.

MESSIAS, A. L. B.; SUKAR, R. G. D. A. . Dimensionamento da penalidade tributária. In: Robson Maia Lins. (Org.). Direito Tributário Sancionatório. 1ed.São Paulo: Editora Noeses, 2021, v. 1, p. 41-66.

6.

MESSIAS, A. L. B.. Tributação de novas tecnologias: análise à luz da proceduralização jurídica. In: LEITE, Luiza; SCHWARTZ, Rodrigo; FEIGELSON, Bruno. (Org.). Tax 4.0: tributação na realidade exponencial. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 437-454.

7.

TOME, F. P. ; **MESSIAS, A. L. B.** . Da liberdade negocial ao planejamento tributário. In: Paulo de Barros Carvalho. (Org.). Texto e contexto no direito tributário. 1ed.São Paulo: Noeses, 2020, v. 1, p. 377-402.

8.

MESSIAS, A. L. B.; FIGUEIREDO, M. V. ; U. F., Antonio ; NEJM, P. B. H. ; MCNAUGHTON, C. W. ; MARQUES, R. E. S. R. ; LINS, R. M. ; BARRETO, P. A. ; VITA, J. B. ; GAMA, T. L. ; MOUSSALLEM, T. M. ; BRAZ, J. M. C. U. ; SILVA, D. M. S. D. ; SANTOS, Ana Luiza Vieira . Da Zetética à Dogmática: interpretação da norma jurídica à luz dos pressupostos do Constructivismo Lógico-Semântico. In: Paulo de Barros Carvalho; Jacqueline Mayer da Costa Ude Braz. (Org.). Constructivismo Lógico-Semântico: homenagem aos 35 anos do Grupo de Estudos de Paulo de Barros Carvalho. 1ed.São Paulo: Noeses, 2020, v. 1, p. 57-102.

Apresentações de Trabalho

1.

MESSIAS, A. L. B.. Importância dos atos de fala do enunciatário para construção da norma jurídica. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

CARVALHO, P. B.; BRITTO, L. G.; CAVALCANTE, M. C.; FIGUEIREDO, M. V.; **MESSIAS, A. L. B.**. Participação em banca de Jackeline Oliveira Muller Silva Galera Mari. Juridicização do tempo na cobrança do tributo: estudo sobre a definição, classificação e

relação entre as normas de prescrição e prescrição intercorrente. 2024. Dissertação (Mestrado em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

LUCCI, Leonardo; **MESSIAS, A. L. B.**; BRAGHETTA, D. A.. Participação em banca de Leticia Nascimento Rodrigues. Tributação Digital: uma análise da (in)constitucionalidade da cobrança de ICMS e/ou ISS nas plataformas de streaming. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2.

LUCCI, Leonardo; BRAGHETTA, D. A.; **MESSIAS, A. L. B.**. Participação em banca de Graziele Bronzerre Rodilha. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e o crédito tributário. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3.

LUCCI, Leonardo; BRAGHETTA, D. A.; **MESSIAS, A. L. B.**. Participação em banca de Richard Gurfinkel. A responsabilidade tributária de integrantes de grupos econômicos, à luz do artigo 124, I, CTN. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

4.

LUCCI, Leonardo; **MESSIAS, A. L. B.**; NEJM, P. B. H.. Participação em banca de Bruna Sthefany Braga Martins. O impacto do regime de substituição tributária no preço de venda ao consumidor final. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

5.

LUCCI, Leonardo; **MESSIAS, A. L. B.**; SILVEIRA, V. L. B.. Participação em banca de Bruno Coquillard Guerrieri Rezende. Tributação sobre software como serviço. 2020. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

MESSIAS, A. L. B.; TASCA, E. C.. Participação em banca de Adriana Tristão da Silva.Compliance trabalhista: a importância do

compliance trabalhista para as empresas. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Anhanguera de São Paulo.

2.

MESSIAS, A. L. B.; TASCA, E. C.. Participação em banca de Cristiano Guadanhi Oliveira.Arbitragem no direito empresarial. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Anhanguera de São Paulo.

3.

MESSIAS, A. L. B.; TASCA, E. C.. Participação em banca de Flávia Coelho Silva.Eutanásia e suicídio medicamente assistido: do direito à vida ou morte digna. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Anhanguera de São Paulo.

4.

MESSIAS, A. L. B.; TASCA, E. C.. Participação em banca de Jussara Jesus dos Anjos.Aposentadoria híbrida no contexto da previdência social: as dificuldades na concessão administrativa. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Anhanguera de São Paulo.

5.

MESSIAS, A. L. B.; TASCA, E. C.. Participação em banca de Lucas Souza Saraiva.Limitações constitucionais ao poder de tributar ? imunidades: imunidade dos templos de qualquer culto. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Anhanguera de São Paulo.

6.

MESSIAS, A. L. B.; TASCA, E. C.. Participação em banca de Leilane Clara Munari Barros.Uso da pejotização após a reforma trabalhista. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Anhanguera de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Você Tributarista OAB Tatuapé.Você Tributarista. 2024. (Oficina).

2.

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Bruna Ziwich Bianchi. Legalidade tributária e indeterminação no direito: uma análise acerca da delegação normativa indireta e seus limites. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

2.

Ednaldo Silva Ferreira Júnior. A aplicação do artigo 24 da LINDB no Direito Tributário: um novo paradigma para a teoria do precedente tributário. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

3.

Gustavo Pereira da Costa. A pragmática como fundamento da manutenção da interpretação literal do artigo 111 do Código Tributário Nacional. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

4.

Leandro da Luz Neto. Essência e forma da norma jurídica tributária.. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

5.

Lorena Barreto Atem. A aplicação do princípio da seletividade e a essencialidade na tributação, por meio do ICMS, dos combustíveis fósseis. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

6.

Luiz Arthur Medeiros Miguel. A súmula vinculante 169 do CARF à luz da teoria da norma jurídica: pressupostos e efeitos. 2023.

Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

7.

Matheus Hetterich Fernandes. Do fato à norma, pressupostos de aplicação do instituto da revogação em matéria tributária. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

8.

Pedro Henrique Vicente Reis. A tributação diferenciada do PIS e da COFINS na importação: uma análise da cláusula de tratamento nacional prevista no acordo geral sobre tarifas e comércio (GATT). 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

9.

Gabriela Tartuce Roriz. A PROVA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO: LIMITAÇÕES DOS MEIOS DE PROVA EM FACE AO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO. 2022. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

10.

Leonardo Bruno de Souza. Repartição das receitas tributárias e a simplificação da carga tributária. 2022. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

11.

Lucas Gabriel Braz e Silva. O CONSEQUENCIALISMO COMO CRITÉRIO DECISÓRIO EM MODULAÇÕES DE EFEITOS NO STF: ANÁLISE A LUZ DO CONSTRUCTIVISMO LÓGICO- SEMÂNTICO. 2022. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

12.

Natasha de Cassia Iaet. A importância da prova no imposto tributário. 2022. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

13.

Carolina Oliveira Rigon. COMPETÊNCIA DOS ESTADOS P/ INSTITUIR RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA DO CREDOR FIDUCIÁRIO QUANTO AO IPVA. 2022. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

14.

Ana Paula Fernandes da Silva. Direito tributário, conceito de "tributo", espécies tributárias e regra-matriz de incidência. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

15.

Anderson Diego Marinho da Silva. Tributação ambiental de energias renováveis: perspectivas à racionalidade e efetividade do desenvolvimento econômico regional. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

16.

Andreza de Araújo Novato. O primado da busca da verdade material no bojo do processo administrativo tributário e o direito de defesa do contribuinte de boa-fé. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

17.

Bárbara Júlia Souza Viana. Possíveis implicações do IGF no cenário Brasileiro. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

18.

Bruna Nascimento Rodrigues dos Santos. Direito tributário e o regime brasileiro de tributação. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

19.

Carolina Dorta Cardoso. Precedentes judiciais e norma geral e abstrata: implicações na relação jurídica tributária continuada. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

20. Christian Rodrigues Galli. Devedor contumaz e criminalização: definição e delimitação jurisprudencial. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

21. Ítalo Delani Lopez Silva. ADI - RFB nº 02/2019 como fonte do direito tributário análise de inconstitucionalidade e legalidade. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

22. Janaina Santos Castro. Tributação como instrumento de redução das desigualdades sociais no Brasil. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

23. Jonny Cleuter Simões Mendonça. Os incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e os reflexos da sua constitucionalização. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

24. Julia Botelho Xavier. Eficácia dos conceitos tributários nos novos modelos de negócios. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

25. Mariana Gomes de Oliveira. Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS - Uma análise do julgamento do RE nº 574.706 e seus efeitos. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

26. Marina Rodrigues Goulart. Tributação do software: uma análise a partir da evolução do conceito constitucional das mercadorias e serviços. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

27.

Ester da Costa Siebra. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS e sua aplicação no Estado de Mato Grosso - MT. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

28.

Laíssa Shimabucoro Furilli. A alteração do critério quantitativo da regra-matriz de incidência tributária e a necessidade de novo lançamento. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

29.

Leonardo Ribeiro Silva. A definição do conceito de insumo para fins de aproveitamento de crédito de PIS Cofins ? regime não cumulativo. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

30.

Thiago Luis Bernardes. Do conceito de receita bruta para fins de incidência das contribuições sociais. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

31.

Patricia Maria Torres Teotônio Ferreira. Taxa e o Princípio da Referibilidade. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

32.

Nazir Tarek Tarraf. Materialidade do ICMS e ISSQN e a comercialização de licença de software padrão à luz da legislação e jurisprudência tributária. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

33.

Maria Eduarda Maiello Maistrello. A constituição federal e a imunidade tributária dos templos religiosos, patrimônio, renda e serviços. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

34.

Ana Clara Fernandes Fochesato. Imposto sobre a renda das pessoas jurídicas: incentivo fiscal do programa de alimentação do trabalhador (PAT) e o princípio da legalidade. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

35.

Angelica Cristina de Oliveira Giraldi. A regra-matriz do direito ao crédito de ICMS. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

36.

Fernando Ribeiro Alves. Prescrição intercorrente em execução fiscal ? aspectos relevantes à luz do Recurso Especial Repetitivo nº 1.340.553/RS. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

37.

Jonas Fernando Guabiraba Melo. Análise da constitucionalidade da regra-matriz de incidência tributária da contribuição para o custeio da iluminação pública do município de Arapiraca/AL. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

38.

Bárbara Mariana Oliveira Souza Albán. Da possibilidade de apropriação de créditos de PIS e Cofins sobre o ICMS-ST das aquisições. Uma análise à luz da doutrina e jurisprudência. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

39.

Vitor Costa Figueirêdo. Presunção, realidade e construção da verdade na autuação fiscal. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

40.

Francisco de Assis Gallucci de Carvalho. A autonomia dos Estados, Distrito Federal e Municípios no federalismo fiscal. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Tributário) - IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Orientador: Adriano Luiz Batista Messias.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 26/07/2024 às 13:44:12

Imprimir currículo

214

Adriano Luiz Batista Messias
Íris Vânia Santos Rosa

QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS DA EXECUÇÃO FISCAL



DIALÉTICA
EDITORA

Todos os direitos autorais reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser utilizada ou reproduzida – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, incluindo fotocópia, gravação ou armazenamento em banco de dados, sem autorização por escrito, exceto em breves citações com indicação da fonte.

Copyright © 2022 by Editora Dialética Ltda.
Copyright © 2022 by Adriano Luiz Batista Messias, Íris Vânia Santos Rosa (Coord.)

DIALÉTICA
EDITORA

/editoradialetica
@editoradialetica
www.editoradialetica.com

EQUIPE EDITORIAL

Editores-chefes
Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira
Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável
Daniela Malacco

Produtora Editorial
Yasmim Amador

Controle de Qualidade
Marina Itano

Capa
Thômaz Souza

Diagramação
Camila Somera

Preparação de Texto
Lucas Ben
Suzana Itano

Revisão
Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais
Jean Farias
Letícia Machado
Ludmila Vieira

Estagiárias
Georgia Oliveira
Larissa Teixeira
Laís Silva Cordeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q5c Questões Contemporâneas da Execução Fiscal / coordenação Adriano Luiz Batista Messias, Íris Vânia Santos Rosa. – São Paulo : Editora Dialética, 2022. 248 p.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-252-2257-8

1. Execução Fiscal. 2. Direito Tributário. 3. Direito Processual Tributário. I. Coordenadores. II. Título.

CDD 341.39
CDU 347.96

Ficha catalográfica elaborada por Mariana Brandão Silva CRB -1/3150

APRE

A
cebida dos
sobre o ten
Stricto Sen
de Estudos
Pontificia
As
culminou
ticipação
cas, que e
A ideia foi
mente mil
que instig
A
damentos
-se posiçõ
pre atenta
C
teóricos,
uso da va
incursões
tributária
F
que este
trazer te
danças n
esta obra

EXECUÇÃO FISCAL E A RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS

Íris Vânia Santos Rosa[138]
Adriano Luiz Batista Messias[139]

INTRODUÇÃO

A qualidade do desenvolvimento de determinada sociedade sofre influência decisiva da tributação, que fomenta comportamentos cooperativos e inibe determinadas atividades ao talante valorativo da Administração Pública, impingindo-lhes, quando oportuno, maior carga exacional. As questões-chave do Estado são sustentadas pela tributação, não sendo esta indiferente, pois se volta a funções socioeconômicas e ambientais tuteladas pelo interesse público, em que pese a missão arrecadatória soar como um fim em si mesmo, à primeira vista.

Restou demonstrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em estudo realizado no mês de Julho de 2011 intitulado "A Execução Fiscal no Brasil e o Impacto no Judiciário" que a judicialização da cobrança da Dívida Ativa com aplicação da Lei nº 6.830/1980 resulta em

138 Advogada, Mestre e Doutora em Direito Tributário pela PUC/SP, especialista em Direito Tributário pelo IBET/SP e especialista em Processo Tributário pela PUC/SP, Sócia do escritório SAAD, Santos Rosa, Behling e Munhoz, Professora do Mestrado do IBET, de Direito Tributário e Processo Tributário do Curso de Graduação do Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA); Professora dos Cursos de Especialização do COGEAE-PUC/SP e do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET).

139 Advogado, Mestre e Doutorando em Direito Tributário pela PUC/SP, especialista em Direito Tributário pela PUC/SP, Professor Assistente de Mestrado e dos Cursos de Especialização do COGEAE-PUC/SP e do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET), Sócio do escritório Martins Paes & Messias Advogados.

217

Este texto foi publicado no Jus no endereço *https://jus.com.br/artigos/68294*
Para ver outras publicações como esta, acesse *https://jus.com.br*

Multas qualificadas devido a negócios jurídicos simulados em planejamento tributário

Multas qualificadas devido a negócios jurídicos simulados em planejamento tributário

Ana Luiza Vieira Santos| Adriano Luiz Batista Messias

Publicado em 08/2018. Elaborado em 07/2018.

Uma empresa pode criar artificialmente novas empresas, no mesmo endereço, visando a modificação da forma de apuração do imposto de renda?

Resumo: As operações empresariais de planejamento tributário estão cada vez mais frequentes, com intuito de redução da carga tributária. Entretanto, existem as transações lícitas, como elisão fiscal e transações ilícitas como a elusão e evasão fiscal. A Administração Pública irá analisar a licitude das operações na apuração da atividade empresarial da empresa e pelos impostos. Caso a empresa tenha cometido um ato ilícito, além do imposto devido, terá aplicação da multa qualificada. Neste artigo, será explicado e exemplificado esse processo da Administração Pública, partindo do fato da empresa até a aplicação da multa qualificada.

Palavras-chave: Multa Qualificada; Evasão Fiscal; Elisão Fiscal; Planejamento Tributário

I- INTRODUÇÃO

Diversas empresas utilizam instrumentos tributários como elisão, elusão e evasão com o intuito de redução da carga tributária. Dessa forma, o assunto está em discussão constante do ponto de vista empresarial e, também no ponto de vista da Administração Pública, que analisará as transações de planejamento tributário para verificação a existência ou não de atos ilícitos.

218

[6] CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**, 25ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

[7] TÔRRES, Heleno Taveira, **"Direito Tributário e Direito Privado: autonomia privada: simulação: elusão tributária"**, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, página 182.

Autores



Ana Luiza Vieira Santos



Adriano Luiz Batista Messias

Mestrando em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Especialista em Direito Tributário pelo COGEAE/PUC de São Paulo, Advogado. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, Brasil.

Informações sobre o texto

Como citar este texto (NBR 6023:2018 ABNT)

SANTOS, Ana Luiza Vieira; MESSIAS, Adriano Luiz Batista. Multas qualificadas devido a negócios jurídicos simulados em planejamento tributário. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5522, 14 ago. 2018. Disponível em: https://jus.com.br/artigos/68294. Acesso em: 24 jan. 2022.

O papel do Convênio de ICMS dentro do ordenamento jurídico para instituição do ICMS-ST Extraterritorial

The role of the ICMS Agreement in the legal ordinance for the institution of Extraterritorial ICMS-ST

Adriano Luiz Batista Messias
Doutorando e Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP. Especialista em Direito Tributário pela COGEAE-PUC. Professor Assistente de Mestrado, Orientador de Monografias e Seminarista da PUC-SP e do IBET. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-SP - Subseção Tatuapé e do Grupo de Estudos do IBET-SP e IBET-Florianópolis. Autor e coordenador de obras jurídicas. Advogado.
adriano.messias1@hotmail.com

Bruno Magno Herculano Medeiros
Mestrando em Direito Constitucional e Processual Tributário na PUC-SP. Especialista em Direito Tributário pelo IBET. Professor assistente da graduação em Direito da PUC-SP. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-SP - Subseção Tatuapé. Advogado.
bruno@brunomagnoadvogados.com-

Resumo: Ao instituírem a substituição tributária do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal (exceto intramunicipal) e de Comunicação (ICMS-ST) com efeitos extraterritoriais, as legislações estaduais e distrital devem se fundamentar não somente na competência tributária prevista na Constituição Federal, mas, também, nos limites prescritos na Lei Complementar Nº 87/1996 e nos Convênios CONFAZ, os quais autorizam a instituição do ICMS-ST com efeitos extraterritoriais, visto que essas normas jurídicas – como instrumentos essencialmente federalistas que são – fundamentam a validade das legislações estaduais e distrital a fim de que a instituição desse tributo produza efeitos além de suas fronteiras. Assim, será feita uma análise sistemática do direito tributário positivo a partir de uma revisão bibliográfica e jurisprudencial sobre o tema a fim de demonstrar que os atos normativos do CONFAZ também são normas que fundamentam a instituição do ICMS-ST.

Palavras-chaves: direito tributário; lei complementar; CONFAZ. ICMS-ST; efeitos extraterritoriais.

Abstract: When instituting the Tax Replacement of the Tax on the Circulation of Goods and on the Provision of Transport Services (except inside city) and Communication (ICMS-ST) with extraterritorial effects, States and Federal District legislation must be based not only on the expected tax jurisdiction in the Federal Constitution, but also within the limits prescribed in Complementary Law Nº 87/1996 and in the CONFAZ Agreements, which authorize the institution of the ICMS-ST with extraterritorial effects, since these legal norms – as essentially federalist instruments that they are – are the basis the validity of state and district legislation so that the institution of this tax produces effects beyond its borders. Thus, a systematic analysis of positive tax law will be made from a bibliographical and jurisprudential review on the subject in order to demonstrate that the normative acts of CONFAZ are also norms that underlie the institution of ICMS-ST.

Keywords: tax law; complementary law; CONFAZ; ICMS-ST; extraterritorial effects.

220

Revista Jurídica

OAB SÃO PAULO Tatuapé

TRIBUTAÇÃO DE PIS E COFINS CIGARROS - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA BASE PRESUMIDA X BASE EFETIVA – TEMA 228 – STF

TAXATION OF PIS AND COFINS CIGARETTES - TAX REPLACEMENT PRESUMED BASIS X EFFECTIVE BASIS – TOPIC 228 - STF

Adriano Luiz Batista Messias

Advogado. Sócio do escritório Martins Paes & Messias Advogados. Mestre e Doutorando em Direito Tributário na PUC – SP. Professor de Direito Tributário na COGEAE PUC e IBET. Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário Analítico pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Graduado em Direito pela Universidade São Judas Tadeu. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-SP – Subseção Tatuapé. E-mail: adriano.messias1@hotmail.com. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4073892418990622.

Raphaela Sandrinne Marques Sanches

Advogada. Sócia do escritório Sanches & Sandrinne Sociedade de Advogados. Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – COEGAE – PUC-SP. Graduada em Direito pela Faculdade Autônoma de Direito – FADISP. Membro da Comissão de Direito Tributário da OAB-SP – Subseção Tatuapé. E-mail: raphaelasandrinne.adv@gmail.com.Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/9960052412877004

Resumo: O presente artigo se dedica a analisar a aplicabilidade ou não da decisão do Supremo Tribunal Federal (Tema 228) nas operações de cigarros. O referido tema 228 trata da base de cálculo presumida e efetiva na incidência do PIS e COFINS – Substituição Tributária e a possibilidade de restituição dos valores recolhidos a maior quando verificado que a base de cálculo efetiva é menor que a base de cálculo presumida. Neste artigo são abordadas questões relacionadas a substituição tributária, o histórico do entendimento do STF em relação ao referido mecanismo de tributação, a outorga constitucional e os seus fundamentos. São objeto de análise as previsões legais que regulam a substituição tributária nas operações de comercialização dos cigarros, bem como o argumento do Fisco pela suposta extrafiscalidade.

Palavras-chave: Pis; Cofins; Substituição Tributária; Cigarros; Tema 228 do Supremo Tribunal Federal.

Abstract: This article is dedicated to analyzing the applicability or not of the decision of the Federal Supreme Court (Topic 228) in cigarette operations. Topic 228 deals with the presumed and effective calculation basis in the incidence of PIS and COFINS – Tax Substitution and the possibility of refunding the amounts overpaid when it is verified that the effective calculation basis is lower than the presumed calculation basis. This article addresses issues related to tax substitution, the history of the STF's understanding in relation to the aforementioned taxation mechanism, the constitutional grant and its foundations. The legal provisions that regulate the tax substitution in the sale of cigarettes are the object of analysis, as well as the argument of the Tax Authorities for the alleged extra-taxation.

Keywords: Pis; Cofins; Tax Replacement; Cigarettes; Theme 228 of the Supremo Tribunal Federal.

Preços de Transferência no Planejamento Tributário Internacional – Perspectiva sob a Ótica da Teoria das Provas

Transfer Prices in International Tax Planning – Perspective under the Optics of the Theory of Evidence

Adriano Luiz Batista Messias

Doutorando e Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor assistente de Mestrado e Orientador de monografias na PUC/SP e no Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Professor de Pós-graduação em Direito Tributário na COGEAE-PUC. Advogado. São Paulo. *E-mail*: adriano.messias1@hotmail.com.

Recebido em: 4-6-2020
Aprovado em: 17-9-2021

Resumo

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a necessidade de planejamento tributário internacional para as corporações que desejam competir no mercado em escala global, como os impactos da legislação tributária favorecida são tratados pelo ordenamento jurídico brasileiro, e, ainda, como se dá a constituição de fatos jurídicos através da linguagem probatória, especialmente quanto aos preços de transferência de empresas multinacionais.
Palavras-chave: tributação internacional, planejamento tributário, preços de transferência, prova.

Abstract

The purpose of this article is to demonstrate the need for international tax planning for corporations wishing to compete in the global market, as the impacts of favored tax legislation are dealt with in the Brazilian legal system, and also how the constitution of legal facts through probative language, especially regarding the transfer pricing of multinational companies.
Keywords: international taxation, tax planning, transfer prices, proof.

1. Introdução

A construção normativa consubstancia-se num processo dialeticamente complexo, condicionada por (e condicionante de) vários fatores, dentre estes, a experiência do indivíduo, formada pelas situações vivenciadas em sua existência, conformadas em sua essência. Tais experiências têm como substrato o próprio sistema social no qual está inserido o indivíduo. Considerações desse jaez nos permitem afirmar que, como o sistema jurídico é subsistema social, ou seja, inse-

87

JUL/AGO 2021

223

Coordenadores
Direito Tributário
Hugo de Brito Machado
Humberto Ávila
Ives Gandra da Silva Martins

Finanças Públicas
Francisco Pedro Jucá
Regis Fernandes de Oliveira

Conselho Editorial
André L. Costa-Corrêa
Antonio Carlos Rodrigues do Amaral
Antonio Jorge Pereira Jr.
Carlos Mário da Silva Velloso
Castro Meira
Claudia Fonseca Morato Pavan
Cláudio S. Lembo
Edison Carlos Fernandes
Edvaldo Pereira de Brito
Eliana Calmon
Fátima Fernandes R. de Souza
Francisco Rezek
Gilmar Mendes
Hugo de Brito Machado Segundo
José Augusto Delgado
José Maurício Conti
Kiyoshi Harada
Marcos Sacristán Represa
Marcus Abraham
Marilene Talarico M. Rodrigues
Misabel Abreu Machado Derzi
Monica Herman Salem Caggiano
Nelson Jobim
Newton De Lucca
Pedro José Carrasco Parrilla
Regina Helena Costa
Rogério Vidal Gandra da Silva Martins
Ronaldo Chadid
Roque Antonio Carrazza
Sacha Calmon Navarro Coêlho
Sepúlveda Pertence
Thaís Folgosi Françoso

Revista Brasileira de

Direito Tributário e Finanças Públicas

LEX MAGISTER
PRODUTOS JURÍDICOS

CEU LAW SCHOOL

www.iics.org.br

ISSN 1981-2221

Revista Brasileira de Direito Tributário e Finanças Públicas

Ano XV – Nº 87

Jul-Ago 2021

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 64/2008

Classificação Qualis/Capes: B4

Editores

Fábio Paixão
Pilar Jiménez Tello

Coordenadores

Hugo de Brito Machado – Humberto Ávila – Ives Gandra da Silva Martins
Francisco Pedro Jucá – Regis Fernandes de Oliveira

Conselho Editorial

André L. Costa-Corrêa – Antonio Carlos Rodrigues do Amaral
Antonio Jorge Pereira Jr. – Carlos Mário da Silva Velloso – Castro Meira
Claudia Fonseca Morato Pavan – Cláudio S. Lembo – Edison Carlos Fernandes
Edvaldo Pereira de Brito – Eliana Calmon – Fátima Fernandes R. de Souza
Francisco Rezek – Gilmar Mendes – Hugo de Brito Machado Segundo
José Augusto Delgado – José Maurício Conti – Kiyoshi Harada
Marcos Sacristán Represa – Marcus Abraham – Marilene Talarico M. Rodrigues
Misabel Abreu Machado Derzi – Monica Herman Salem Caggiano – Nelson Jobim
Newton De Lucca – Pedro José Carrasco Parrilla – Regina Helena Costa
Rogério Vidal Gandra da Silva Martins – Ronaldo Chadid
Roque Antonio Carrazza – Sacha Calmon Navarro Coêlho
Sepúlveda Pertence – Thaís Folgosi Françoso

Autores colaboradores deste Volume

Adriano Luiz Batista Messias – Blader Henrique de Lira Soares
Camila Freire Ribeiro – Danilo Henrique Nunes – Ianca Lavine Beserra Lima
Izabelle Carvalho Lima – Jacqueline Mayer da Costa Ude Braz – Kiyoshi Harada
Lucas de Souza Lehfeld – Marcos Cintra – Mickael Ferreira Alves
Raphael Magno Resende Santos – Renata Flório de Oliveira Ducci
Sergio Fernandes Marques – Sérgio Pinto Martins

Princípio da Seletividade Aplicável ao ICMS sobre Energia Elétrica e Telecomunicações

ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS

Doutorando e Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP; Especialista em Direito Tributário pela COGEAE-PUC-SP; Professor de Especialização em Direito Tributário da COGEAE-PUC-SP; Professor Assistente do Mestrado e Orientador de Monografias da PUC-SP e do IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários; Membro do Grupo de Estudos do Professor Paulo de Barros Carvalho e do IBET Florianópolis/SC; Advogado; Sócio do Escritório Martins Paes & Messias Advogados; e-mail: adriano.messias1@hotmail.com.

RESUMO: O direito positivo consiste em um conjunto de normas jurídicas válidas dentro de determinados âmbitos de tempo e espaço, que tem como objetivo regular as condutas intersubjetivas. Para tanto, utiliza a linguagem prescritiva modalizando os comportamentos em proibidos, permitidos ou obrigatórios, cuja interpretação sistemática demanda análise do conjunto de preferências valorativas sintaticamente postas como princípios no ordenamento. Nesse contexto, o presente trabalho visa elucidar a questão sobre a aplicabilidade do princípio da seletividade ao ICMS sobre as específicas materialidades de fornecimento de energia elétrica e prestação de serviços de telecomunicações, considerando sua essencialidade prevista constitucionalmente. O presente artigo se mostra atual e indispensável para compreensão de aplicabilidade do primado da seletividade e seus efeitos em relação ao ICMS. Utiliza, para tanto, os métodos empírico-dialético e hermenêutico-analítico, por meio de pesquisa bibliográfica baseada em obras correlatas, legislações e doutrinas especializadas, além de demonstrar o atual panorama jurisprudencial acerca do tema.

PALAVRAS-CHAVE: ICMS. Princípio da Seletividade. Essencialidade das Mercadorias e dos Serviços.

SUMÁRIO: Introdução. 1 Direito Positivo como Regulador de Condutas Intersubjetivas. 2 Princípios como Normas Válidas no Sistema do Direito Positivo. 3 Incursões Lógicas Acerca do Princípio da Seletividade Aplicável ao ICMS. 4 Relação entre o Princípio da Seletividade em Função da Essencialidade Presente no ICMS e os Princípios da Isonomia e da Capacidade Contributiva. 5 Panorama do Tema no Supremo Tribunal Federal. Proposições Conclusivas. Referências.

Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas

REQUERIMENTO DE FALÊNCIA PELA FAZENDA PÚBLICA E O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

APPLICATION FOR BANKRUPTCY BY THE PUBLIC FARMER AND THE PRINCIPLE OF COMPANY PRESERVATION

Adriano Luiz Batista Messias[*]
Fabiana Del Padre Tomé[**]
Caio César Alvares Loro Netto[***]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo demonstrar a dicotomia entre a previsão legal do pleito falimentar pela Fazenda Pública em detrimento da aplicação jurisprudencial do princípio da preservação da empresa. Através de necessárias incisões próprias do labor científico, pretende-se conhecer o objeto através dos métodos empírico-dialético e bibliográfico, com vistas à demonstração da posição da Fazenda Pública no processo falimentar e correlatos requisitos legais para seu implemento, bem como o atual entendimento jurisprudencial acerca do tema, considerando as diretrizes próprias à preservação da função social da empresa em detrimento do modal permissivo ao pleito falimentar, cujo resultado observado, e correlata conclusão, é a de que a execução promovida pela Fazenda Pública que não se sujeita ao concurso de credores inviabiliza o plano de recuperação judicial.

Palavras-chave: Falência. Fazenda Pública. Função social da empresa.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the dichotomy between the legal provision of bankruptcy by the Public Treasury to the detriment of the jurisprudential application of the principle of company preservation. Through necessary incisions specific to scientific work, it is intended to know the object through empirical-dialectical and bibliographic methods, with a view to demonstrating the position of the Public Treasury in the bankruptcy process and related legal requirements for its implementation, as well as the current jurisprudential understanding on the subject, considering the guidelines for the preservation of

[*] Doutorando e Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica - SP, Professor Assistente de Mestrado em Direito e Professor Orientador de Monografias na PUC/SP e no IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, Professor de Especialização na COGEAE/PUC. Sócio do Escritório Martins Paes & Messias Advogados. Advogado. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4073892418990622. E-mail: adriano.messias1@hotmail.com.

[**] Mestre e Doutora em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Vice Coordenadora e Professora e do curso de especialização em Direito Tributário da PUC/SP, Professora de especialização e mestrado no Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET, Professora de mestrado e doutorado da PUC/SP. Advogada. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1303506818563139. E-mail: fabianadelpadretome@gmail.com.

[***] Advogado – Carmona Maya Martins e Medeiros Advogados. Doutorando em Direito das Relações Econômicas Internacionais (PUC-SP). Mestre em Direito Econômico Internacional (UNISANTOS). Pós-Graduado em Direito Empresarial (FGV-SP). Professor de Graduação e Pós-Graduação (UNINOVE e outras). Lattes: http://lattes.cnpq.br/4969734692551039. E-mail: caiocesarloro@gmail.com.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO MUNDO ATUAL

CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA - UNICURITIBA - VOLUME 2 - NÚMERO 35/2022 CURITIBA/PARANÁ/BRASIL - PÁGINAS 121 A 146 - ISSN: 2316-2880

A RESOLUÇÃO 954/2021 E AS VANTAGENS, DESVANTAGENS E DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE USINAS HIBRIDAS E ASSOCIADAS NO BRASIL

RESOLUTION 954/2021 AND THE ADVANTAGES, DISADVANTAGES AND CHALLENGES FOR THE DEVELOPMENT OF HYBRID AND ASSOCIATED PLANTS IN BRAZIL

RISOLUZIONE 954/2021 E I VANTAGGI, SVANTAGGI E SFIDE PER LO SVILUPPO DI IMPIANTI IBRIDI E ASSOCIATI IN BRASILE

ANTÔNIO MÁRCIO DA CUNHA GUIMARÃES
Doutor e Mestre em Direito Internacional pela PUC/SP, Professor da Faculdade de Direito da PUC/SP desde 1991 (Bacharelado), desde 2007 (Mestrado/Doutorado); Visiting Professor/Researcher on King´s College University of London; Visiting Professor/Researcher na Università Degli Studi di Milano; Advogado e Consultor Jurídico desde 1986 - OAB/SP: 82.984; Líder do Grupo de Pesquisa da PUC/SP junto ao CNPq - DIGE Direito Internacional e Globalização Econômica; Autor de Obras Jurídicas. Endereço eletrônico: guimaraes@pucsp.br.

ADRIANO LUIZ BATISTA MESSIAS
Advogado. Doutorando e Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica - SP, Professor Assistente de Mestrado em Direito e Professor Orientador de Monografias na PUC/SP e no IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários, Professor de Especialização na COGEAE/PUC. Sócio do Escritório Martins Paes & Messias Advogados. Endereço eletrônico: adriano.messias1@hotmail.com.

CAIO CÉSAR ALVARES LORO NETTO
Advogado. Doutorando em Direito das Relações Econômicas Internacionais (PUC-SP). Mestre em Direito Econômico Internacional (UNISANTOS). Pós-Graduado em Direito Empresarial (FGV-SP). Professor de Graduação e Pós-Graduação (UNINOVE e outras). Associado do escritório Carmona Maya Martins e Medeiros Advogados. Membro da Comissão de Relações Internacionais da OAB/Santos. Endereço eletrônico: caiocesarloro@gmail.com.

SUMÁRIO: *1 Introdução; 2 Contexto da transição das fontes de energia; 2.1 – Transição de energia global em razão das mudanças climáticas e do Acordo de Paris; 2.2 – Transição energética no Brasil e as Usinas Híbridas 3 Cenário global da implantação das usinas híbridas; 4 A resolução 954/21 e suas alterações legais acerca das usinas híbridas; 4.1 – Principais inovações trazidas na Resolução 954/2021 da ANEEL; 4.2 -*

Revista Relações Internacionais do Mundo Atual Unicuritiba.
[Received/Recebido: Março 30, 2022; Accepted/Aceito Maio 20, 2022]
Este obra está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

Revista Jurídica

OAB SÃO PAULO Tatuapé

EDIÇÃO I 2022

Revisa Jurídica OAB Tatuapé V. 1 N. 2 2022. 2

TEMPORALIDADE JURÍDICA DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO E APLICABILIDADE DA DECADÊNCIA

LEGAL TIMELINE OF TAX ASSESSMENT AND APPLICABILITY OF DECADENCE

João Emílio Galinari Bertolucci
Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP. Vice-Presidente da Comissão de Direito Tributário da OAB/SP - Subseção Tatuapé. Advogado.
joao@bcfr.com.br
http://lattes.cnpq.br/5063975725526866

Adriano Luiz Batista Messias
Mestre e doutorando em Direito Tributário pela PUC/SP. Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP. Professor de especialização em Direito Tributário da COGEAE-PUC/SP. Professor assistente de mestrado e orientador de monografias na PUC/SP e no IBET – Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Membro do grupo de estudos do Professor Paulo de Barros Carvalho e do IBET Florianópolis, SC, e da Comissão Comissão de Direito Tributário da OAB/SP - Subseção Tatuapé. Advogado.
adriano.messias1@hotmail.com
http://lattes.cnpq.br/4073892418990622

Resumo: A realidade jurídica é constituída pela língua jurídica. O Direito se trata de objeto cultural linguístico que constrói a sua própria realidade, dentro de fundamentos que compõem a unidade do sistema, criando obrigações, proibições e permissões voltadas à regulação da conduta humana. Neste contexto, e adotando-se ao recorte metodológico do ramo didaticamente autônomo do Direito Tributário, o direito prescreve como devem ser a constituição do crédito tributário, os elementos da obrigação tributária e, ainda, quais são as causas que acarretam a extinção do laço obrigacional. Considerações desse jaez nos permite a incursão em um modo específico de extinção das obrigações tributárias: a decadência. Utilizando-se do método empírico-dialético, por meio de pesquisas bibliográficas, o presente artigo tem como missão desvelar a relação entre os aspectos da decadência e os modos de lançamentos tributários, explanando como se opera o instituto em cada caso.

Palavras-chave: Decadência; Obrigação tributária; Lançamento.

Abstract: The legal reality is constituted by the legal language. Law is a linguistic cultural object that builds its own reality, within foundations that make up the unity of the system, creating obligations, prohibitions and permissions aimed at regulating human conduct. In this context, and adopting the methodological outline of the didactically autonomous branch of Tax Law, the law prescribes how the constitution of the tax credit should be, the elements of the tax obligation and, also, what are the causes that lead to the extinction of the obligational bond . Considerations of this nature allow us to incur in a specific way of extinguishing tax obligations: decay. Using the empirical-dialectical method, through bibliographical research, this article has the mission to reveal the relationship between the aspects of decadence and the modes of tax assessments, explaining how the institute operates in each case.

Keywords: Decadence; Tax obligation; Tax release.

DA TEORIA DA NORMA JURÍDICA À INTERPRETAÇÃO: O PERCURSO GERADOR DE SENTIDO

From the theory of legal norm to interpretation: the meaning-generating path
Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura | vol. 22/2022 | p. 51 - 68 | Jul - Set / 2022
DTR\2022\10575

Adriano Luiz Batista Messias
Doutorando e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP. Professor assistente de mestrado e orientador de monografias na Pontifícia Universidade Católica e no Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. Professor do curso de pós-graduação na COGEAE-PUC. Membro do Grupo de Estudos em Direito do IBET São Paulo (Paulo de Barros Carvalho) e Florianópolis. Advogado. ORCID: [https://orcid.org/0000-0002-1845-6298_]. adriano.messias1@hotmail.com

Área do Direito: Fundamentos do Direito
Resumo: O presente artigo busca demonstrar que o conhecimento do direito depende da interpretação, mas, para se chegar ao produto da compreensão dos enunciados prescritivos, o intérprete é dependente de sua pré-compreensão, formadora de juízos estruturados logicamente. Tais considerações dão azo à percepção de que a norma jurídica, em sua acepção estrita, não é previamente dada pelos textos jurídicos, mas são dependentes da construção pelo intérprete, em percurso que lhe adjudica sentido. Nesses termos, utilizando-se os métodos de pesquisa bibliográfica e hermenêutico-analítica, concretizados pelo movimento empírico-dialético, busca-se explicar a interferência da interpretação da norma jurídica nas relações jurídicas correlatas ao âmbito do Direito Administrativo.

Palavras-chave: Teoria da norma jurídica – Interpretação – Direito Administrativo
Abstract: This article seeks to demonstrate that knowledge of law depends on interpretation, but to arrive at the product of understanding prescriptive statements, the interpreter is dependent on his pre-understanding, that forms logically structured judgments. Such considerations give rise to the perception that the legal norm, in its strict sense, is not previously given by legal texts, but is dependent on the construction by the interpreter, in a path that grants it meaning. In these terms, using the methods of bibliographical and hermeneutic-analytic research, concretized by the empirical-dialectical movement, we seek to explain the interference of the interpretation of the legal norm in the legal relations related to the scope of Administrative Law.

Keywords: Legal norm theory – Interpretation – Administrative Law
Sumário:

1. Introdução - 2. Definição do conceito de norma jurídica - 3. Estrutura lógica da norma jurídica - 4. Construção de signos jurídicos - 5. Norma jurídica e interpretação - 6. Percurso gerador de sentido - 7. Interpretação da norma jurídica e pressupostos ontológicos do Direito Administrativo - 8. Proposições conclusivas - 9. Referências

1. Introdução

O homem apreende os objetos por meio da linguagem. A mera percepção de mundo encontra-se guiada pela compreensão do universo linguístico. Somente por meio da linguagem é possível o conhecimento como algo objetivado, criando aquilo que é real e capaz, igualmente, de desconstituir o real, criando novas realidades. Daquilo que ocorre no mundo social, o Direito se consubstancia em setor que opera como plataforma de proposições construídas cognoscitivamente e voltadas à regulação da conduta humana.

Como objeto cultural linguístico que constrói a sua própria realidade dentro de fundamentos que compõem a unidade do sistema, o Direito existe como linguagem. Por meio da linguagem, ele cria sua realidade, diferenciando-se de outros sistemas. Tal construção é permeada pela língua jurídica, que não é uma estrutura por meio da qual compreendemos o mundo, mas uma atividade mental estruturante do mundo, ou seja, cada língua cria uma realidade. A língua, enquanto sistema convencional de signos, está representada pela linguagem, participando do mundo físico, fisiológico e psíquico, da índole pessoal de cada um e do seu contorno social.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NON DISCLOSURE AGREEMENT - NDA)

Instrumento Particular de Contrato que firmam entre si, de um lado, **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.782.587/0001-48, com sede na Avenida João Pinheiro, no 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183, neste ato representada por seu representante legal **SAMUEL HENRIQUE GOMES CÂNDIDO,** brasileiro, solteiro, contador, inscrito no CPF nº 122.869.566-00, endereço eletrônico samuel@intelectual.com.br, residente e domiciliado na Rua Praça São Sebastião, nº 189, Apto 301, Bairro Azurita, na Cidade de Mateus Leme/MG, doravante denominada **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA;** e, de outro lado, o **SR. ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA MATOS**, brasileiro, advogado, casado, portador do RG nº 13553678, SSP/MG e CPF nº 064.579.256-00, com endereço profissional da Av. Dom Pedro II, 521, Sala 12, Centro, Curvelo/MG, CEP: 35790-273, doravante denominado **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**.

Os signatários deste instrumento, devidamente qualificados, têm entre si, justas e contratadas, as cláusulas e condições a seguir estipuladas, obrigando-se mutuamente, por si e seus sucessores, ao fiel e integral cumprimento deste Contrato de Prestação de Serviços Técnicos Especializados e Acordo de Confidencialidade (*Non Disclosure Agreement - NDA*).

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Parágrafo 1º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, atuando na execução de projetos e processos de alta complexidade técnica, cuja conclusão demanda a atuação de profissionais de excelência, altamente capacitados e com profundo conhecimento técnico, incorpora, a partir da assinatura deste contrato, conforme Cláusula Segunda, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** ao seu quadro fixo e corpo técnico permanente, para atuar no suporte e execução dos seus projetos internos e externos, bem como a processos de recuperação de créditos tributários junto a empresas privadas e entes públicos.

Parágrafo 2º. Para tanto, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exercerá a responsabilidade técnica pelos serviços prestados em decorrência deste contrato, observando rigorosamente as Legislação administrativa, tributária e fiscal, as normas de ética profissional e as Resoluções da Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** compromete-se a assegurar que a execução dos serviços técnicos, tanto no âmbito privado quanto no âmbito público,

esteja em estrita conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo 4º. No exercício de suas funções, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** obriga-se a:

I – Assinar documentos técnicos, relatórios, pareceres ou quaisquer outros instrumentos que exijam a intervenção de profissional habilitado, desde que elaborados em conformidade com a legislação aplicável, as normas técnicas e os princípios éticos da profissão;
II – Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** quaisquer irregularidades, não conformidades, impropriedades ou ilícitos identificados durante a execução de suas funções, que possam comprometer a responsabilidade técnica ou infringir normas éticas, administrativas ou legais.

Parágrafo 5º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** declara que atenderá integralmente às exigências regulamentares impostas pela OAB, especialmente no que diz respeito à manutenção de habilitação profissional regular e registros atualizados perante os órgãos competentes.

Parágrafo 6º. O **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** compromete-se a fornecer ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** todas as informações, documentos, meios e condições necessárias para o pleno e regular exercício da responsabilidade técnica, inclusive aqueles destinados à fiscalização da conformidade regulatória e à adequada emissão de relatórios e documentos técnicos.

Parágrafo 7º. É vedado ao **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** realizar quaisquer atos que estejam em desacordo com as normas éticas ou legais aplicáveis, ficando limitada a responsabilidade do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exclusivamente às atividades técnicas efetivamente supervisionadas, orientadas ou executadas com sua ciência e anuência formal.

Parágrafo 8º. A prática, pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, de atos que contrariem as orientações técnicas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, que descumpram normas regulamentares ou que impeçam o regular exercício da responsabilidade técnica poderá ensejar a rescisão imediata deste contrato, sem prejuízo da apuração de eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA INTEGRAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO

Parágrafo 1º. A partir da assinatura deste contrato e enquanto vigente, o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** integrará o quadro fixo de profissionais técnicos do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, compondo formalmente sua estrutura profissional perante órgãos públicos, conselhos de classe, clientes e terceiros

interessados, para todos os fins legais e regulamentares.

Parágrafo 2º. A condição de integrante do quadro técnico permanecerá válida até a rescisão ou término deste contrato, ocasião em que cessará automaticamente qualquer vínculo de representação técnica perante o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, sem necessidade de aviso ou formalização adicional além da própria rescisão contratual.

Parágrafo 3º. Durante a vigência deste contrato, o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** poderá indicar o nome, a qualificação profissional, o registro em conselho de classe e demais informações técnicas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** para fins de comprovação de capacidade técnica em cadastros, certidões, licitações, inexigibilidades de licitação, processos administrativos, contratações públicas ou privadas, bem como para apresentação institucional.

Parágrafo 4º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** autoriza expressamente, de forma não exclusiva e limitada ao período de vigência deste instrumento, a utilização de seu currículo, atestados de capacidade técnica, registros profissionais, certificados e comprovantes de qualificação pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, única e exclusivamente para fins relacionados a processos de habilitação técnica, licitatórios ou administrativos, ou para demonstração da estrutura técnica do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** perante órgãos públicos, privados e conselhos profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO

Parágrafo 1º. A remuneração devida ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** pela prestação dos serviços técnicos objeto deste contrato será variável, conforme a demanda de cada projeto, e estabelecida com base no valor da hora técnica de referência.

Parágrafo 2º. O valor da hora técnica de referência é fixado inicialmente em R$ 700,00 (setecentos reais) por hora trabalhada, conforme tabela da OAB/MG, podendo ser ajustado para cada contrato ou projeto mediante pactuação entre as partes.

Parágrafo 3º. A cada 12 (doze) meses as partes revisarão de comum acordo o valor da hora técnica, mediante aplicação do índice IPCA correspondente ao período, ou outro índice que vier a substituí-lo

Parágrafo 3º. Para cada novo contrato, serviço adicional ou atividade específica, será elaborado Termo Aditivo definindo os honorários, as condições de execução e o prazo de pagamento.

Parágrafo 4º. Será observada cobrança mínima de 2 (duas) horas técnicas por atendimento ou evento de atuação, salvo pactuação diversa formalizada em aditivo.

Parágrafo 5º. Nos casos em que o **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA/PARTE RECEPTORA** for solicitado para atender demandas urgentes, extraordinárias ou fora do horário comercial, poderá ser aplicado acréscimo de honorários, a ser ajustado previamente entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA

***Parágrafo 1º.* O CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** compromete-se a:

I – Disponibilizar ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** todas as informações, documentos, dados, registros e demais elementos necessários para o pleno e correto exercício das atividades de responsabilidade técnica, de forma precisa, tempestiva e completa, garantindo a adequada execução dos serviços contratados;

II – Cumprir integralmente as normas técnicas, legais e regulamentares aplicáveis às atividades desenvolvidas, observando rigorosamente as orientações técnicas, recomendações e pareceres emitidos pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** no âmbito deste contrato;

III – Abster-se de utilizar o nome, assinatura, registro profissional, número de inscrição ou qualquer referência pessoal ou técnica do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** em atos, documentos, declarações ou operações que não tenham sido formalmente autorizados, supervisionados ou efetivamente realizados pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, ou ainda que estejam em desacordo com as disposições deste instrumento.

Parágrafo 2º. O descumprimento de quaisquer das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a rescisão imediata do presente contrato, independentemente de aviso prévio, sem prejuízo da apuração de perdas e danos, e da responsabilidade exclusiva do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** perante terceiros, autoridades administrativas, fiscais e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUINTA – DA LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Parágrafo 1º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, na qualidade de responsável técnico, responderá exclusivamente pelas atividades técnicas a ele atribuídas no âmbito deste contrato, em estrita observância às normas profissionais, técnicas e legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** não será responsabilizado por atos, omissões, decisões administrativas, financeiras, comerciais, operacionais ou de gestão interna praticados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, seus prepostos,

empregados, representantes ou terceiros, ainda que tais atos venham a repercutir no âmbito das atividades técnicas.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** igualmente não responderá por quaisquer atos praticados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA que:**

I - Contrariem suas orientações, recomendações ou pareceres técnicos formalmente emitidos;
II - Sejam realizados sem seu conhecimento ou fora do escopo de supervisão direta estabelecido neste contrato;
III - Estejam em desconformidade com as normas contábeis, legais ou éticas vigentes.

Parágrafo 4º. A responsabilidade do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** restringe-se exclusivamente às ações que sejam diretamente ligadas ao exercício da responsabilidade técnica para a qual foi **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, não se estendendo a outras áreas de atuação do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** ou a fatos alheios à sua intervenção técnica.

Parágrafo 5º. Eventuais responsabilidades atribuídas ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** somente poderão decorrer de comprovada atuação dolosa ou culposa, diretamente relacionada aos serviços efetivamente prestados no âmbito deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA AUTONOMIA TÉCNICA E DA INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO TRABALHISTA

Parágrafo 1º. O presente contrato tem natureza estritamente civil, não gerando entre as partes qualquer vínculo de natureza empregatícia, societária, associativa ou de subordinação hierárquica, direta ou indireta.

Parágrafo 2º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** exercerá suas funções com plena autonomia técnica, observando as normas contábeis e regulamentares aplicáveis, cabendo-lhe a tomada de decisões e a emissão de pareceres, laudos e orientações no âmbito de sua responsabilidade técnica, sem qualquer ingerência do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** nas avaliações e conclusões de ordem técnica.

Parágrafo 3º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** não estará sujeito a controle de jornada, hierarquia funcional, cumprimento de ordens de serviço típicas de relação de emprego, nem a quaisquer obrigações inerentes a empregados, ficando sua atuação limitada às responsabilidades técnicas descritas neste contrato e nos respectivos termos aditivos.

Parágrafo 4º. Eventuais pagamentos realizados pelo **CONTRATANTE/PARTE**

DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA em razão da prestação dos serviços técnicos ora contratados não possuem natureza salarial, nem geram direitos trabalhistas, previdenciários ou fundiários de qualquer espécie, cabendo ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** a integral responsabilidade pelo recolhimento de tributos e encargos que incidirem sobre sua remuneração.

Parágrafo 5º. A eventual indicação do nome do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** como integrante do quadro técnico do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** junto a órgãos públicos, conselhos de classe ou terceiros não caracteriza, por si só, qualquer vínculo empregatício ou subordinação, tratando-se de mero atendimento às exigências normativas para o exercício da responsabilidade técnica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE (NDA)

Considerando que o **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** fornecerá ao **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** informações extremamente confidenciais em relação às suas atividades e negócios;
Considerando que as informações disponibilizadas possuem caráter sigiloso e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados;

As partes, doravante denominadas conjuntamente como "PARTES", estabelecem o presente compromisso de confidencialidade, nos seguintes termos:

Parágrafo 1º. O presente compromisso de confidencialidade tem por objeto a disponibilização de informações de caráter confidencial pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA ao CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, informações estas que, sob nenhuma hipótese, poderão ser compartilhadas com terceiros não expressamente autorizados pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA.**

Parágrafo 2º. Para os fins desta cláusula, consideram-se "informações de caráter confidencial" todas as informações fornecidas pelo **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** que não poderão ser divulgadas pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA**, incluindo, mas não se limitando a:

a) Processos internos, modelos e estratégias de negócios;
b) Segredos industriais, comerciais e operacionais;
c) Documentos internos como contratos, memorandos, regimentos, regulamentos, termos, ofícios e seus anexos;
d) Processos administrativos, técnicos e/ou operacionais;
e) Planos de negócios;
f) Bases cadastrais e documentos de clientes, contratantes, fornecedores, prestadores de serviços e parceiros;
g) Pesquisas de mercado;
h) Operações financeiras ou bancárias;

i) Pareceres, estudos, análises e documentos correlatos;
j) Relatórios de auditoria, análises e conclusões;
k) Códigos-fonte, elementos de programação, imagens ou gravações de sistemas

l) Dados pessoais de leads, prospects e novos clientes, mantidos pelo **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** em razão do contrato;
m) Dados de contratos individuais de trabalho de colaboradores internos e externos.

Parágrafo 3º. As informações de caráter confidencial relativas a dados pessoais serão também regidas pela Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Parágrafo 4º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** obriga-se a:

a) Cumprir integralmente esta cláusula;
b) Armazenar de forma segura as informações recebidas;
c) Manter total sigilo e confidencialidade das informações;
d) Não divulgar, compartilhar, publicar, copiar ou reproduzir as informações a terceiros não autorizados, nem utilizá-las para obtenção de vantagem própria;
e) Não firmar compromissos em nome do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA** sem consentimento expresso;
f) Não compartilhar códigos-fonte ou informações confidenciais;
g) Adotar medidas de segurança para proteção dos dados sob sua guarda;
h) Utilizar as informações exclusivamente nos negócios envolvendo as PARTES.

Parágrafo 5º. Este compromisso de confidencialidade não se aplica às informações comprovadamente:

a) De domínio público;
b) De conhecimento notório;
c) Já conhecidas do **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** antes do recebimento da PARTE DIVULGADORA;
d) Cuja divulgação seja exigida por lei ou ordem judicial.

Parágrafo 6º. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** somente poderá repassar informações confidenciais a seus representantes mediante autorização expressa do **CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA**, estendendo-se a estes todas as obrigações previstas nesta cláusula. O **CONTRATADO/PARTE RECEPTORA** responderá integralmente por eventuais violações cometidas por seus representantes.

Parágrafo 7º. Nas hipóteses de violação deste Acordo de Confidencialidade, a PARTE RECEPTORA estará sujeita ao pagamento de multa no importe de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Parágrafo 8º. A aplicação do Parágrafo 1º desta Cláusula não afasta eventual responsabilização administrativa, civil e criminal da PARTE RECEPTORA e seus representantes.

Parágrafo 9º. A PARTE RECEPTORA renuncia, expressamente, a qualquer benefício de ordem que, porventura, tenha.

Parágrafo 10º. As obrigações assumidas pela PARTE RECEPTORA permanecerão vigentes mesmo após o término deste Acordo de Confidencialidade e do contrato de prestação de serviços, pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, respondendo a PARTE RECEPTORA em casos de violações deste Acordo de Confidencialidade por si e/ou seus Representantes.

Parágrafo 11º. Durante o mesmo período previsto nos Parágrafos 3º e 4º desta Cláusula, a PARTE RECEPTORA não poderá estabelecer de concorrência com a PARTE DIVULGADORA, no tocante a serviços semelhantes ou correlatos àqueles prestados pela PARTE DIVULGADORA, nem prestar serviços a concorrentes que atuem no mesmo ramo e mercado de atuação desta.

Parágrafo 11º. A PARTE RECEPTORA reconhece e declara que NÃO POSSUI propriedade e/ou posse sobre qualquer licença, códigos fontes, direitos autorais, direitos de propriedade intelectual, direito de patente, direito de imagem, direito de marca, sendo a PARTE DIVULGADORA A ÚNICA PROPRIETÁRIA E DETENTORA LEGÍTIMA dos direitos tratados no presente Acordo de Confidencialidade.

Parágrafo 12º. Em razão do disposto no Parágrafo 11º desta Cláusula, o presente instrumento NÃO CONCEDE, NEM TRANSMITE qualquer licença ou direito de uso de direito patenteável; direito autoral; direito sobre marca registrada ou qualquer outro meio de propriedade exclusiva.

Parágrafo 13º. Este acordo é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e obriga todas as PARTES.

Parágrafo 14º. A assinatura e aceite do presente Acordo de Confidencialidade NÃO CONFERE à PARTE RECEPTORA nenhum direito a pagamento ou remuneração além daquele já acordado no contrato originário de prestação de serviços.

Parágrafo 15º. Todas as INFORMAÇÕES DE CARÁTER CONFIDENCIAL trocadas entre as PARTES deverão ser devolvidas para à PARTE DIVULGADORA ou comprovadamente destruídas pela PARTE RECEPTORA, imediatamente após a extinção deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO

Parágrafo 1º. O presente contrato é celebrado por prazo indeterminado, iniciando-se na data de sua assinatura.

Parágrafo 2º. Qualquer das partes poderá rescindir este contrato, a qualquer tempo, mediante comunicação escrita à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem que tal rescisão gere direito à indenização de qualquer natureza, ressalvados os valores já devidos em razão dos serviços efetivamente prestados até a data de encerramento.

Parágrafo 3º. Durante o período previsto no *Parágrafo 2º retro*, as partes obrigam-se a manter a prestação dos serviços e o cumprimento das obrigações contratuais, salvo se houver convenção expressa em contrário.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Parágrafo 1º. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG como o competente para dirimir quaisquer lides decorrentes deste Contrato.

E por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas, para que surta os seus efeitos jurídicos e legais.

ASSINATURA DIGITAL: As partes reconhecem e concordam que a formalização deste contrato será efetivada mediante assinatura digital, garantida pela plataforma Clicksign. Esta prática não apenas assegura a integridade, autenticidade e validade jurídica do presente instrumento, como também reflete o compromisso da PARTE DIVULGADORA com a sustentabilidade e a proteção do meio ambiente. A adoção da assinatura digital é uma manifestação direta desse engajamento, contribuindo para a diminuição do consumo de papel e, consequentemente, a redução do impacto ambiental. Além disso, a PARTE DIVULGADORA evidencia seu constante investimento em tecnologia, buscando soluções contemporâneas que otimizem os processos e fortaleçam a relação com seus colaboradores e parceiros.

Belo Horizonte/MG, 28 de abril de 2025.

CONTRATANTE/PARTE DIVULGADORA:

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600 Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

INTELECTUAL LTDA:07943729000140 Assinado de forma digital por INTELECTUAL LTDA:07943729000140

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

CNPJ 37.782.587/0001-48

Samuel Henrique Gomes Cândido

Sócio-Administrador

CONTRATADO/PARTE RECEPTORA:

ESTEVAO AUGUSTO VERCOSA MATOS:06457925600 Assinado de forma digital por ESTEVAO AUGUSTO VERCOSA MATOS:06457925600

Estevão Augusto Verçosa Matos

CPF nº 064.579.256-00



Estevão Augusto Verçosa Matos

Endereço para acessar este CV: http://lattes.cnpq.br/9322207659783359
ID Lattes: **9322207659783359**
Última atualização do currículo em 24/03/2025

Graduado em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Possui especialização lato sensu em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho. Aprovado em 1 Lugar para o Cargo de Procurador Municipal no Concurso 01/15, do Município de Curvelo. Procurador Municipal do Município de Curvelo, vinculado aos Departamentos de Ações Contenciosas na Área da Saúde, Licitações e Contratos e Processos Administrativos. Advogado atuante nas áreas de Direito Previdenciário, Direito Administrativo e Direito do Consumidor. Monitor de Cursos Preparatorios para Concursos. Professor em Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Cursos Preparatórios para Concursos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Estevão Augusto Verçosa Matos

Nome em citações bibliográficas

MATOS, Estevão

Lattes iD

http://lattes.cnpq.br/9322207659783359

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2024

Especialização em andamento em Especialização em Governança Pública. (Carga Horária: 361h).
Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.

2024 - 2025

Especialização em Especialização em Controladoria Pública. (Carga Horária: 361h).
Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.
Título: -.

2023 - 2024

Especialização em Especialização em Docência do Ensino Superior. (Carga Horária: 360h).
Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.
Título: -.

2023 - 2024

Especialização em Especialização em Direito Processual Civil. (Carga Horária: 360h).
Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.
Título: -.

2023 - 2024

Especialização em Especialização em Direito Administrativo. (Carga Horária: 360h).
Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.
Título: A Garantia do Direito à Estabilidade Provisória da Gestante e Adotante às Servidoras Ocupantes de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas.

2016 - 2017

Especialização em Especialização em Direito e Processo do Trabalho. (Carga Horária: 360h).
Universidade Estácio de Sá, UNESA, Brasil.
Título: Honorários Advocatícios no Processo Trabalhista à Luz do Novo CPC.

2011 - 2015

Graduação em Direito.
Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.
Título: A aplicação da Lei 6.830/80 e o Processo Constitucional Democrático.
Orientador: Vinícius Lott Thibau.

2000 - 2010

Ensino Médio (2º grau).
Colégio Maximus, MAXIMUS, Brasil.

Formação Complementar

2017 - 2017

Imposto Sobre Serviços. (Carga horária: 14h).
Menezes Consultores e Advogados Associados, MCAA, Brasil.

2017 - 2017

Curso de Processo Administrativo Tributário. (Carga horária: 14h).
Menezes Consultores e Advogados Associados, MCAA, Brasil.

2013 - 2013

Espaço da Universidade na Sociedade. (Carga horária: 5h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2013 - 2013

Gestão do Poder Judiciário. (Carga horária: 10h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Ética Empresarial. (Carga horária: 15h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Aspectos Gerais da Arbitragem. (Carga horária: 5h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Intermediação em Investimentos Financeiros. (Carga horária: 5h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Qualidade em Serviços. (Carga horária: 15h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Argumentação Jurídica. (Carga horária: 5h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Relevancia das questões ambientais. (Carga horária: 5h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2012 - 2012

Direitos Políticos. (Carga horária: 18h).
Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.

2011 - 2011

Latim I. (Carga horária: 18h).
Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.

2011 - 2011

Direito Constitucional Intensivo. (Carga horária: 18h).
Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.

2007 - 2011

Inglês. (Carga horária: 400h).
NUmber ONe Idiomas, NUMBER ONE, Brasil.

Atuação Profissional

Procuradoria Geral do Município de Curvelo, PGM - CURVELO, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Municipal, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

12/2020 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Municipal de Contribuintes.

Cargo ou função
Procurador Municipal junto ao Conselho Municipal de Contribuintes.

05/2017 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Procuradoria-Geral do Município de Curvelo.

Linhas de pesquisa
Direito Administrativo
Direito à Saude
Licitações e Contratos
Direito Constitucional

01/2021 - 06/2022

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Cargo ou função
Membro-Titular.

Centro Mineiro de Ensino Superior Promove, PROMOVE, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2023

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Docente do Ensino Superior, Carga horária: 16

Outras informações

Disciplinas: Direito Administrativo I e II, e Direito do Trabalho.

Gran Centro Universitário, GRAN, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Contratual, Enquadramento Funcional: Professor Conteudista, Carga horária: 7

Ênfase - Cursos Jurídicos, CURSO ÊNFASE, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2022

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Monitor Acadêmico, Carga horária: 20

Governo do Estado de Minas Gerais, GOVERNO/MG, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - 2023

Vínculo: Professor Designado, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 5

Outras informações

Professor Curso Técnico em Serviços Públicos - Matéria: Licitações

Defensoria do Brasil, DB, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - 2022

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor Pós Graduação, Carga horária: 40

Atividades

01/2021 - Atual

Outras atividades técnico-científicas , Defensoria do Brasil, Defensoria do Brasil.

Atividade realizada
Professor - Pós Graduação - Curso: MBA em Direito Público e do Terceiro Setor.

Direito Descomplicado para Leigos,, DDPL, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Titular, Enquadramento Funcional: Autor e Revisor, Carga horária: 20

Companhia Energética de Minas Gerais, CEMIG, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2017

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Técnico de Gestão, Regime: Dedicação exclusiva.

Cartório do Segundo Ofício de Notas de Belo Horizonte, CARTÓRIO DE NOTA, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2012

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Auxiliar de Cartório, Carga horária: 23

Atividades

11/2011 - 11/2012

Estágios , Cartório do Segundo Ofício de Notas de Belo Horizonte.

Estágio realizado
Auxiliar de Cartório.

Escola Superior Dom Helder Câmara, ESDHC, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2015

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Monitor Acadêmico, Carga horária: 30

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Estagiário, Enquadramento Funcional: Auxiliar de Pesquisa, Carga horária: 30

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Pesquisador Grupo de Pesquisa, Carga horária: 12

Atividades

03/2013 - 02/2014

Estágios , Escola Superior Dom Helder Câmara.

Estágio realizado
Auxiliar de Pesquisa.

04/2013 - 12/2013

Pesquisa e desenvolvimento, Escola Superior Dom Helder Câmara.

Linhas de pesquisa
Famílias na Constituição

The Walt Disney Company, DISNEY, Estados Unidos.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: Intercambista, Enquadramento Funcional: Intercambista, Carga horária: 45, Regime: Dedicação exclusiva.

Atividades

11/2012 - 01/2013

Extensão universitária , The Walt Disney Company.

Atividade de extensão realizada Intercâmbio Universitário.

Linhas de pesquisa

1.

Famílias na Constituição

2.

Direito Administrativo

3.

Direito à Saude

4.

Licitações e Contratos

5.

Direito Constitucional

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Financeiro.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Tributário.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Constitucional.

6.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Previdenciário.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Produções

Produção bibliográfica

Livros publicados/organizados ou edições

1.

MATOS, Estevão; LOPES, Ana Carolina Brito . Direitos do Consumidor no E-Commerc - Dicas e Orientações para Empresas. 1. ed. Belo Horizonte: , 2020. v. 1. 80p .

Apresentações de Trabalho

1.

MATOS, Estevão. Os 15 Anos da Lei Maria da Penha: Histórico, Importância e Medidas de Proteção.. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1.

MATOS, Estevão. Lei n. 13.019/2014 - O Marco Regulatório das OSC. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

2.

MATOS, Estevão. Lei n. 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

3.

MATOS, Estevão. Decreto n. 10.024/2019 - Regulamentação do Pregão Eletrônico na Administração Federal. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

4.

MATOS, Estevão. Decreto nº 11.878/2024 - Regulamentação do Procedimento Auxiliar de Credenciamento na Administração Federal. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

5.

MATOS, Estevão. Governança nas Contratações Públicas e Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

6.

MATOS, Estevão. Pesquisa de Preços e Orç. de Obras e Serv. de Eng.. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

7.

MATOS, Estevão. IN/SEGES/ME nº 73/22 - Licit. Menor preço ou Maior Desconto - Eletronico. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

8.

MATOS, Estevão. Lei Federal nº 9.966/2000 - Lei do Óleo. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

9.

MATOS, Estevão. Lei Federal nº 11.428/2006 - Lei de Utilização e Proteção do Bioma Mata Atlântica. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

10.

MATOS, Estevão. Lei n. 11.959/2009 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

11.

MATOS, Estevão. Decreto n. 2.519/1998 - Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

12.

MATOS, Estevão. Decreto nº 9.470/18 - Convenção de Minamata. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

13.

MATOS, Estevão. Lei Federal 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) artigos 1º ao 11º. Brasília: Gran Concursos, 2025 (Livro de Estudo para Concursos).

14.

MATOS, Estevão. Lei n. 10.233/2001 - Lei de Reestruturação dos Transportes Aquaviário e Terrestre. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

15.

MATOS, Estevão. Decreto 9.319/18 - Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

16.

MATOS, Estevão. Lei n. 9.427/1996 ? Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica ? ANEEL. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

17.

MATOS, Estevão. Lei n. 12.783/2013 ? Concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

18.

MATOS, Estevão. Introdução às Contratações Públicas. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

19.

MATOS, Estevão. Decreto n. 11.462/2023 ? Sistema de Registro de Preços. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

20.

MATOS, Estevão. Lei Federal 9.790/99 - Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

21.

MATOS, Estevão. Elementos ou Requisitos dos Atos Administrativos. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

22.

MATOS, Estevão. Terceirização na Administração Pública. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

23.

MATOS, Estevão. Regime Jurídico Único - Polícia Penal RJ. Brasília: Gran Concursos, 2024 (Livro de Estudo para Concursos).

24.

MATOS, Estevão. Atribuições Econômicas do Estado. Brasília: Gran Concurso, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

25.

MATOS, Estevão. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. Brasília: Gran Concursos, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

26.

MATOS, Estevão. Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia. Brasília: Gran Concursos, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

27.

MATOS, Estevão. Evolução Histórica do Direito Administrativo Brasileiro. Brasília: Gran Concursos, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

28.

MATOS, Estevão. Lei n. 9.491/1997 ? Programa Nacional de Desestatização. Brasília: Gran Concursos, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

29.

MATOS, Estevão. LC 715/22 - Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte. Brasília: Gran Concursos, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

30.

MATOS, Estevão. LC 643/18 - Divisão e a Organização Judiciárias do Estado do Rio Grande do Norte. Brasília: Gran Concursos, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

31.

MATOS, Estevão. Lei n. 7.652/88 ? Lei sobre Registro de Propriedade Marítima. Brasília: Gran Concursos, 2023 (Livro de Estudo para Concursos).

Produção técnica

Redes sociais, websites e blogs

1.

MATOS, Ana Carolina Brito Lopes ; **MATOS, Estevão** . Direito Descomplicado para Leigos. 2020; Tema: Direito. (Rede social).

2.

MATOS, Ana Carolina Brito Lopes ; **MATOS, Estevão** . Direito Descomplicado para Leigos. 2020; Tema: Direito. (Site).

Demais tipos de produção técnica

1.

MATOS, Estevão. Atividade Interpretativa na Ampliação do Alcance do Art. 24, §4º, da Lei 8.666/93, à Luz dos Princípio da Juridicidade, Publicidade, Isonomia e Transparência. 2023. (Parecer Jurídico).

2.

MATOS, Estevão. Definição do Tombamento e Aplicação da Isenção de IPTU. 2021. (Parecer Jurídico).

3.

MATOS, Estevão. Os Direitos dos ACS e ACE Frente à Legislação Municipal. 2021. (Parecer Jurídico).

4.

MATOS, Estevão. Pagamentos a Servidores e o Novo FUNDEB. 2021. (Parecer Jurídico).

5.

MATOS, Estevão. Parâmetros Legais para o Cálculo das Férias de Servidores. 2021. (Parecer Jurídico).

6.

MATOS, Estevão. Impossibilidade Doação de Materiais Adquiridos com Recursos Vinculados. 2021. (Parecer Jurídico).

7.

MATOS, Estevão. Possibilidade Jurídica e Requisitos para Contração Via Art. 24, XIII, da Lei 8.666/93. 2021. (Parecer Jurídico).

8.

MATOS, Estevão. Direitos da Servidora Gestante e Prerrogativas da Administração, Aspectos Relevantes Para Garantia do Direito Constitucional. 2021. (Parecer Jurídico).

9.

MATOS, Estevão. Impossibilidade de Apostilamento Após a EC 19/98, Não Recepção da Legislação Municipal. 2021. (Parecer Jurídico).

10.

MATOS, Estevão. Alteração Contratual, Teoria da Aparência e Responsabilidade. 2021. (Parecer Jurídico).

11.

MATOS, Estevão. Impossibilidade de Conversão de Licitação Exclusiva em Ampla Concorrência Durante o Andamento do Certame. 2020. (Parecer Jurídico).

Bancas

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 003/2021. 2021. Município de Curvelo.

2.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 002/2021. 2021. Município de Curvelo.

3.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021. 2021. Município de Curvelo.

4.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 004/2021. 2021. Município de Curvelo.

5.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 005/2021. 2021. Município de Curvelo.

6.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 006/2021. 2021. Município de Curvelo.

7.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 007/2021. 2021. Município de Curvelo.

8.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 008/2021. 2021. Município de Curvelo.

9.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 009/2021. 2021. Município de Curvelo.

10.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 010/2021. 2021. Município de Curvelo.

11.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; COSTA, R. A.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.. Processo Seletivo Simplificado nº 011/2021. 2021. Município de Curvelo.

12.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 012/2021. 2021. Município de Curvelo.

13.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 013/2021. 2021. Município de Curvelo.

14.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 014/2021. 2021. Município de Curvelo.

15.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 015/2021. 2021. Município de Curvelo.

16.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 016/2021. 2021. Município de Curvelo.

17.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 017/2021. 2021. Município de Curvelo.

18.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 018/2021. 2021. Município de Curvelo.

19.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 019/2021. 2021. Município de Curvelo.

20.

MATOS, Estevão; FERNANDES, A. S. A.; TRINDADE, A. S.; SILVA, D. M.; SENA, J. S.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 020/2021. 2021. Município de Curvelo.

21.

MATOS, Estevão; CORREA, A. M. F.; COSTA, R. A.. Processo Seletivo nº 001/2020. 2020. Município de Curvelo.

22.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 001/2020. 2020. Município de Curvelo.

23.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020. 2020. Município de Curvelo.

24.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 003/2020. 2020. Município de Curvelo.

25.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 004/2020. 2020. Município de Curvelo.

26.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 005/2020. 2020. Município de Curvelo.

27.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 006/2020. 2020. Município de Curvelo.

28.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 007/2020. 2020. Município de Curvelo.

29.

MATOS, Estevão; COSTA, R. A.; FERNANDES, A. S. A.. Processo Seletivo Simplificado nº 008/2020. 2020. Município de Curvelo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

I Seminário - Agosto Lilás do Município de Curvelo.Os 15 Anos da Lei Maria da Penha: Histórico, Importância e Medidas de Proteção. 2021. (Seminário).

2.

I Seminário Mineiro de Judicialização da Saúde. 2018. (Seminário).

3.

II Congresso Internacional de Direito Ambiental. 2013. (Congresso).

4.

Prevenção e combate à corrupção. 2011. (Seminário).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 23/04/2025 às 19:04:57

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
Configuração de privacidade na Plataforma Lattes

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO SECCIONAL DE MINAS GERAIS
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO 171916

NOME
ESTEVAO AUGUSTO VERCOSA MATOS

FILIAÇÃO
WALTER AUGUSTO DE MATOS
GIANE RAIMUNDA VERCOSA MATOS

NATURALIDADE
BELO HORIZONTE-MG

DATA DE NASCIMENTO
16/11/1992

RG
MG-13.553.678 - PC/MG

CPF
064.579.256-00

DOADOR DE ÓRGÃOS E TECIDOS
NÃO

VIA 01 EXPEDIDO EM 01/07/2016

ANTONIO FABRICIO DE MATOS GONCALVES
PRESIDENTE

TEM FÉ PÚBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 13474249

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei nº 8.906/94)



OAB

ASSINATURA DO PORTADOR

OBSERVAÇÕES
ART. 30, INC. I, L. 8906/94

Escola Superior Dom Helder Câmara

O Reitor da Escola Superior Dom Helder Câmara, no uso de suas atribuições e tendo em vista a colação de grau do curso de **Direito**, em 04/02/2016 confere o título de **Bacharel** a

Estevão Augusto Verçosa Matos,
de nacionalidade Brasileira, natural de Minas Gerais, nascido em 16/11/1992,
RG MG-13.553.678/MG

e outorga-lhe o presente Diploma, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2016.

Prof. Paulo Umberto Stumpf, SJ
Reitor

Diplomado

Profa. Anacélia Santos Rocha,
Pró-Reitora de Ensino

Escola Superior Dom Helder Câmara
Mantida Pela Fundação Movimento Direito e Cidadania
Reconhecimento: Portaria nº 388, de 8/5/2007 - MEC - D.O.U. Seção I - Nº 88, 9/5/2007
Curso: Direito - Bacharelado

Conclusão		Registro			Assinaturas	
Ano	Semestre	Registro nº	Livro	Folha	Reitor	Pró Reitora de Ensino
2015	2º	957	1	478		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Registro efetuado nos termos da
Lei nº 9.394/96 de 20/12/1996 – Artigo 48 – Parágrafo
Número 4899 Livro RD.2017/1
Proc. Nº 2017/03.01338
Belo Horizonte, 22 MARÇO 2017
Diretora da Divisão de Registro de Diplomas
Diretora do Departamento de Registro e Controle Acadêmico

001600

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CERTIFICADO

Certificamos que ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA MATOS

concluiu o Curso de ESPECIALISTA EM DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

realizado no período de 13 *de* Outubro *de* 2015 *a* 30 *de* Setembro *de* 2017

com carga horária total de 361 *horas.*

Rio de Janeiro - RJ, 07 *de* Fevereiro *de* 2019

Reitor(a)

Estácio

Vice-Reitor(a)

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

Credenciada pela Portaria Nº 592, de 29/11/1988, publicada no D.O.U. de 30/11/1988 e Recredenciada pela Portaria MEC Nº 1095, de 31/08/2012, publicada no D.O.U. de 04/09/2012. Credenciada pela Portaria MEC Nº 442, de 11/05/2009, publicada no D.O.U. de 12/05/2009. O curso foi realizado em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1 da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, Publicada no D.O.U em 08/06/2007.

Área de Conhecimento : DIREITO

Reitor(a): HUDSON MELLO JUNIOR

Vice-Reitor(a): RAFAEL MARIO IORIO FILHO

573187

Certificado registrado sob o n° 0030218

em 07/02/2019.

Adriana Araujo

Secretário(a) da S.R.D

PG 82310

GRAN
FACULDADE

O Reitor do Gran Centro Universitário, no uso de suas atribuições, confere o título de Especialista a

ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA MATOS

nacionalidade Brasileiro, natural de Belo Horizonte - MG, portador(a) do R.G. nº MG13553678 e do CPF nº 064.579.256-00, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **Direito Administrativo**, integralizado no período de 30/05/2023 a 17/06/2024, em conformidade com as disposições previstas na Resolução CNE/ CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43, outorgando-lhe o presente CERTIFICADO, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 17 de junho de 2024

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
Secretária Geral

Aluno(a)

Gabriel Vinícius Carvalho Granjeiro
Reitor

Clicksign 3fcb705e-2c43-4c56-9d74-5ff51a871bdb

Histórico escolar de curso de pós-graduação lato sensu em **Direito Administrativo**
Área de conhecimento do curso: **DIREITO**

CARGA HORÁRIA TOTAL: 400 horas/aula

Gran Centro Universitário

Credenciado pela Portaria MEC Nº 402 de 03 de junho de 2022, D.O.U. Seção 1, pág. 141, Edição 106, 06 de junho de 2022.

Certificado expedido e registrado de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43.

Registro nº 60219

Livro nº 3 Folha n.º 2

Curitiba, 17 de junho de 2024.

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
Secretária Acadêmica

Disciplina	CH	Frequência	Nota	Corpo Docente	Titulação
Fundamentos Iniciais do Direito Administrativo	25	100%	100	Gustavo Scatolino	Especialista
Organização do Estado e dos Poderes	45	100%	90	Aragonê Fernandes	Especialista
Licitações e Contratos Governamentais	35	100%	90	Vandré Amorim	Especialista
Gestão Orçamentária e Financeira	45	100%	100	Anderson Ferreira	Especialista
Controle na Administração – Interno e Externo	30	100%	100	Ellen Verri	Especialista
Administração Pública	25	100%	90	Weskley Rodrigues	Especialista
Previdência do Servidor Público	20	100%	80	Fernando Maciel	Mestre
Direito Administrativo Sancionador I	25	100%	70	Renato Machado	Doutor
Direito Administrativo Sancionador II	10	100%	90	Gustavo Scatolino	Especialista
Direito Constitucional Econômico	10	100%	100	Renato Borelli	Especialista
Responsabilidade Civil do Estado	10	100%	80	Daniel Carnacchioni	Mestre
Regime jurídico das Empresas Estatais	8	100%	90	Leonardo Bocorny	Especialista
Crimes contra a Administração Pública	5	100%	80	Luana Davico	Especialista
Serviços Públicos e Parcerias do Poder Público	30	100%	90	Nilton Carlos	Doutor
Tópicos Avançados de Direito Administrativo	20	100%	90	Valter Shuenquener	Doutor
Legislação sobre servidores públicos – Lei nº 8112/90	15	100%	80	Rodrigo Cardoso	Especialista
Fazenda Pública em Juízo	15	100%	100	Raquel Bueno	Mestre

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo científico): A Garantia do Direito à Estabilidade Provisória da Gestante e Adotante às Servidoras Ocupantes de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Nota: 7.5

CH: 40

GRAN FACULDADE

932

Clicksign 3fcb706e-2c43-4c56-9d74-5ff51a871bdb

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 17 de junho de 2024. Versão v1.40.0.

20240617171426-certificate.pdf

Documento número #3fcb706e-2c43-4c56-9d74-5ff51a871bdb
Hash do documento original (SHA256): 2be46e1704c4a08e00ad92101f2d8d3ddb35b1707670725163473d05c03c436e

Assinaturas

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
CPF: 267.048.738-64
Assinou em 17 jun 2024 às 17:14:28

Alexandre Antunes Parreiras Bastos
CPF: 799.223.686-68
Assinou em 17 jun 2024 às 17:14:28

Log

17 jun 2024, 17:14:27	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa criou este documento número 3fcb706e-2c43-4c56-9d74-5ff51a871bdb. Data limite para assinatura do documento: 17 de julho de 2024 (17:14). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
17 jun 2024, 17:14:28	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa adicionou à Lista de Assinatura: ana.teixeira@grancursosonline.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Senha; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ana Carolina Cavalcante Teixeira e CPF 267.048.738-64.
17 jun 2024, 17:14:28	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa adicionou à Lista de Assinatura: alexandre.bastos@grancursosonline.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Senha; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandre Antunes Parreiras Bastos e CPF 799.223.686-68.
17 jun 2024, 17:14:28	Ana Carolina Cavalcante Teixeira assinou. Pontos de autenticação: senha com hash prefixo ba5e07(...). CPF informado: 267.048.738-64. E-mail informado: ana.teixeira@grancursosonline.com.br. IP: 15.229.20.119. Interface de assinatura versão 1.887.0 disponibilizado via API.
17 jun 2024, 17:14:29	Alexandre Antunes Parreiras Bastos assinou. Pontos de autenticação: senha com hash prefixo a2f7a7(...). CPF informado: 799.223.686-68. E-mail informado: alexandre.bastos@grancursosonline.com.br. IP: 15.229.20.119. Interface de assinatura versão 1.887.0 disponibilizado via API.

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 17 de junho de 2024. Versão v1.40.0.

17 jun 2024, 17:14:29 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 3fcb706e-2c43-4c56-9d74-5ff51a871bdb.

ICP Brasil

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://www.clicksign.com/validador e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 3fcb706e-2c43-4c56-9d74-5ff51a871bdb, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

GRAN
FACULDADE

O Reitor do Gran Centro Universitário, no uso de suas atribuições, confere o título de Especialista a

ESTEVAO AUGUSTO VERCOSA MATOS

nacionalidade Brasileiro, natural de Belo Horizonte - MG, portador(a) do R.G. nº MG13553678 e do CPF nº 064.579.256-00, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **Direito Civil e Processo Civil**, integralizado no período de 30/05/2023 a 03/04/2024, em conformidade com as disposições previstas na Resolução CNE/ CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43, outorgando-lhe o presente CERTIFICADO, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 30 de abril de 2024

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
Secretária Geral

Aluno(a)

Gabriel Vinícius Carvalho Granjeiro
Reitor

6332

Clicksign 8b4626cb-822c-4782-b35d-b0244db586d5

Histórico escolar de curso de pós-graduação lato sensu em **Direito Civil e Processo Civil**
Área de conhecimento do curso: **DIREITO**

CARGA HORÁRIA TOTAL: 374 horas/aula

Disciplina	CH	Frequência	Nota	Corpo Docente	Titulação
Jurisdição e Normas Fundamentais de Processo Civil	13	100%	100	Lídia Marangon	Especialista
Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas	20	100%	100	Roberta Queiroz	Mestre
Teoria Geral do Processo Constitucional e Ações Constitucionais Coletivas II	30	100%	100	Nilton Carlos	Doutor
Teoria Geral do Direito Civil e Direito Civil Constitucional	30	100%	90	Daniel Carnacchioni	Mestre
Teoria Geral Das Obrigações	22	100%	100	Carlos Elias	Mestre
Teoria Geral Dos Contratos	25	100%	90	Carlos Elias	Mestre
Responsabilidade Civil	15	100%	100	Carlos Elias	Mestre
Direitos Reais	14	100%	80	Roberta Queiroz	Mestre
Procedimento Comum e Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	57	100%	70	Renato Castro	Mestre
Autocomposição, Procedimentos De Jurisdição Voluntária E Gratuidade Judiciária	8	100%	100	Renato Castro	Mestre
Direito Civil das Famílias	36	100%	100	Roberta Queiroz	Mestre
Direito Civil das Sucessões	20	100%	70	Daniel Carnacchioni	Mestre
Procedimentos Especiais	12	100%	90	Gustavo Alves	Especialista
Teoria da Execução	15	100%	100	Gustavo Alves	Especialista
Teoria dos Recursos, Recursos em Espécie e Ação Rescisória	15	100%	100	Mozart Borba	Especialista
Precedentes Judiciais	5	100%	100	Jaylton Lopes Jr.	Especialista
Liquidação e cumprimento de sentença	12	100%	100	Mozart Borba	Especialista
Fazenda Pública em Juízo	15	100%	90	Raquel Bueno	Mestre
PJE	10	100%	90	Antônio Augusto Martins	Especialista

Aluno(a) dispensado(a) do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme a Resolução nº 1, de 6 abril de 2018, emitida pelo Conselho Nacional da Educação (CNE/CE).

Gran Centro Universitário

Credenciado pela Portaria MEC Nº 402 de 03 de junho de 2022, D.O.U. Seção 1, pág. 141, Edição 106, 06 de junho de 2022.

Certificado expedido e registrado de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43.

Registro nº 57171

Livro nº 3 Folha n.º 2

Curitiba, 30 de abril de 2024.

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
Secretária Acadêmica

GRAN FACULDADE

042

Clicksign 8b4626cb-822c-4782-b35d-b0244db586d5

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasília
Log gerado em 30 de abril de 2024. Versão v1.37.0.

20240430172110-certificate.pdf

Documento número #8b4626cb-822c-4782-b35d-b0244db586d5
Hash do documento original (SHA256): ddec330a3d8f99fe53d9b8b8dda977c5224f0f9f61f56cb98be40e4e640b55f1

Assinaturas

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
CPF: 267.048.738-64
Assinou em 30 abr 2024 às 17:21:12

Alexandre Antunes Parreiras Bastos
CPF: 799.223.686-68
Assinou em 30 abr 2024 às 17:21:13

Log

30 abr 2024, 17:21:11	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa criou este documento número 8b4626cb-822c-4782-b35d-b0244db586d5. Data limite para assinatura do documento: 30 de maio de 2024 (17:21). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
30 abr 2024, 17:21:12	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa adicionou à Lista de Assinatura: ana.teixeira@grancursosonline.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Senha; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ana Carolina Cavalcante Teixeira e CPF 267.048.738-64.
30 abr 2024, 17:21:12	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa adicionou à Lista de Assinatura: alexandre.bastos@grancursosonline.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Senha; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandre Antunes Parreiras Bastos e CPF 799.223.686-68.
30 abr 2024, 17:21:12	Ana Carolina Cavalcante Teixeira assinou. Pontos de autenticação: senha com hash prefixo a967d1(...). CPF informado: 267.048.738-64. E-mail informado: ana.teixeira@grancursosonline.com.br. IP: 54.233.246.64. Interface de assinatura versão 1.841.1 disponibilizado via API.
30 abr 2024, 17:21:13	Alexandre Antunes Parreiras Bastos assinou. Pontos de autenticação: senha com hash prefixo 9924d4(...). CPF informado: 799.223.686-68. E-mail informado: alexandre.bastos@grancursosonline.com.br. IP: 54.233.246.64. Interface de assinatura versão 1.841.1 disponibilizado via API.

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 30 de abril de 2024. Versão v1.37.0.

30 abr 2024, 17:21:13 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 8b4626cb-822c-4782-b35d-b0244db586d5.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 8b4626cb-822c-4782-b35d-b0244db586d5, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

GRAN
FACULDADE

O Reitor do Gran Centro Universitário, no uso de suas atribuições, confere o título de Especialista a

ESTEVAO AUGUSTO VERCOSA MATOS

nacionalidade Brasileiro, natural de Belo Horizonte - MG, portador(a) do R.G. nº MG13553678 e do CPF nº 064.579.256-00, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **Docência do Ensino Superior**, integralizado no período de 09/09/2023 a 20/03/2024, em conformidade com as disposições previstas na Resolução CNE/ CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43, outorgando-lhe o presente CERTIFICADO, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 30 de abril de 2024

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
Secretária Geral

Aluno(a)

Gabriel Vinícius Carvalho Granjeiro
Reitor

Clicksign effcfdcf-161e-41b7-a2e3-13141221fc9e

Histórico escolar de curso de pós-graduação lato sensu em **Docência do Ensino Superior**
Área de conhecimento do curso: **EDUCAÇÃO**

CARGA HORÁRIA TOTAL: 415 horas/aula

Disciplina	CH	Frequência	Nota	Corpo Docente	Titulação
Legislação Educacional	30	100%	70	Carlinhos Costa	Especialista
Organização e Gestão Escolar	40	100%	90	Carlinhos Costa	Especialista
Organização do Trabalho Pedagógico e Institucional	65	100%	100	William Dornela	Especialista
Tecnologias da Informação e Comunicação	30	100%	100	Guilherme Augusto	Mestre
História e Política do Ensino Superior	25	100%	100	Guilherme Augusto	Mestre
Currículo e Legislação no Ensino Superior	25	100%	80	Guilherme Augusto	Mestre
Didática do Ensino Superior	30	100%	100	Fernando Sousa	Mestre
Métodos e Técnicas no Ensino para Adultos	25	100%	100	Janaína Vieira	Mestre
O Plano de Trabalho Docente no Ensino Superior	20	100%	90	Janaína Vieira	Mestre
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem para Adultos	30	100%	90	Jussara Ribeiro	Especialista
Pesquisa e Avaliação no Ensino Superior	30	100%	100	Fernando Sousa	Mestre
Tecnologias da Informação e da Comunicação Aplicadas à Educação Superior Presencial e EAD	20	100%	100	Guilherme Augusto	Mestre
Educação Inclusiva no Ensino Superior	25	100%	90	Viviane Carrijo	Doutor
Metodologias Ativas no Ensino Superior	20	100%	100	Janaína Vieira	Mestre

Aluno(a) dispensado(a) do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme a Resolução nº 1, de 6 abril de 2018, emitida pelo Conselho Nacional da Educação (CNE/CE).

Gran Centro Universitário

Credenciado pela Portaria MEC Nº 402 de 03 de junho de 2022, D.O.U. Seção 1, pág. 141, Edição 106, 06 de junho de 2022.

Certificado expedido e registrado de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43.

Registro nº 57147

Livro nº 3 Folha n.º 2

Curitiba, 30 de abril de 2024.

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
Secretária Acadêmica

GRAN FACULDADE

Clicksign effcfdcf-161e-41b7-a2e3-13141221fc9e

20240430171511-certificate.pdf

Documento número #effcfdcf-161e-41b7-a2e3-13141221fc9e

Hash do documento original (SHA256): 1356ee9010b96261ae61c1999f6520ed9a6eee449a77fe108cc208ce4c65533f

Assinaturas

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
CPF: 267.048.738-64
Assinou em 30 abr 2024 às 17:15:14

Alexandre Antunes Parreiras Bastos
CPF: 799.223.686-68
Assinou em 30 abr 2024 às 17:15:14

Log

30 abr 2024, 17:15:13	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa criou este documento número effcfdcf-161e-41b7-a2e3-13141221fc9e. Data limite para assinatura do documento: 30 de maio de 2024 (17:15). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
30 abr 2024, 17:15:13	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa adicionou à Lista de Assinatura: ana.teixeira@grancursosonline.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Senha; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Ana Carolina Cavalcante Teixeira e CPF 267.048.738-64.
30 abr 2024, 17:15:14	Operador com email andre.correa@grancursosonline.com.br na Conta c8bac28d-9e1d-483f-846f-948212b72efa adicionou à Lista de Assinatura: alexandre.bastos@grancursosonline.com.br para assinar, via E-mail, com os pontos de autenticação: Senha; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Alexandre Antunes Parreiras Bastos e CPF 799.223.686-68.
30 abr 2024, 17:15:14	Ana Carolina Cavalcante Teixeira assinou. Pontos de autenticação: senha com hash prefixo 5e84ae(...). CPF informado: 267.048.738-64. E-mail informado: ana.teixeira@grancursosonline.com.br. IP: 54.233.246.64. Interface de assinatura versão 1.841.1 disponibilizado via API.
30 abr 2024, 17:15:14	Alexandre Antunes Parreiras Bastos assinou. Pontos de autenticação: senha com hash prefixo 1ceb25(...). CPF informado: 799.223.686-68. E-mail informado: alexandre.bastos@grancursosonline.com.br. IP: 54.233.246.64. Interface de assinatura versão 1.841.1 disponibilizado via API.

Clicksign

Datas e horários em GMT -03:00 Brasilia
Log gerado em 30 de abril de 2024. Versão v1.37.0.

30 abr 2024, 17:15:15 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número effcfdcf-161e-41b7-a2e3-13141221fc9e.

Documento assinado com validade jurídica.
Para conferir a validade, acesse https://validador.clicksign.com e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.
As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº effcfdcf-161e-41b7-a2e3-13141221fc9e, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.

GRAN
FACULDADE

O Reitor e o Chanceler do Gran Centro Universitário, no uso de suas atribuições, conferem o título de Especialista a

ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA MATOS

nacionalidade brasileiro, natural de Belo Horizonte - MG, portador(a) do R.G. nº MG-13.553.678 e do CPF nº 064.579.256-00, tendo em vista a conclusão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em **Controladoria Pública**, integralizado no período de 21/06/2024 a 17/03/2025, em conformidade com as disposições previstas na Resolução CNE/ CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43, outorgando-lhe o presente CERTIFICADO, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Curitiba, 10 de abril de 2025

Rodrigo Teles Calado
CHANCELER

Gabriel Vinícius Carvalho Granjeiro
REITOR

272

Histórico escolar de curso de pós-graduação lato sensu em **Controladoria Pública**
Área de conhecimento do curso: **CONTROLE**

CARGA HORÁRIA TOTAL: 480 horas/aula

Gran Centro Universitário

CNPJ: 32.163.997/0001- 97

Credenciado pela Portaria MEC Nº 402 de 03 de junho de 2022, D.O.U. Seção 1, pág. 141, Edição 106, 06 de junho de 2022.

Certificado expedido e registrado de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 06/04/2018, publicada no D.O.U. de 09/04/2018, seção 1, página 43.

Registro nº 72239

Livro nº 3 Folha n.º 2

Curitiba, 10 de abril de 2025.

Ana Carolina Cavalcante Teixeira
Secretária Acadêmica

Disciplina	CH	Frequência	Nota	Corpo Docente	Titulação
Direito Constitucional	32	100%	100	Aragonê Fernandes	Especialista
Gestão de Contratos e Compras Governamentais	52	100%	80	Vandré Amorim	Especialista
Administração Pública	30	100%	90	Weskley Rodrigues	Mestre
Controle na Administração – Interno e Externo	47	100%	90	Ellen Verri	Especialista
Língua Portuguesa	30	100%	80	Fernando Moura	Mestre
Contabilidade Geral	47	100%	70	Egbert Buarque	Mestre
Administração Financeira e Orçamentária-AFO	37	100%	90	Anderson Ferreira	Especialista
Lei de Responsabilidade Fiscal	22	100%	90	Anderson Ferreira	Especialista
Finanças Públicas	20	100%	100	Amanda Aires	Doutor
Raciocínio Lógico	22	100%	100	Sérgio Carvalho	Especialista
Tecnologia da Informação com Foco em Auditoria	22	100%	90	Maurício Franceschini	Especialista
Contabilidade Pública	45	100%	80	Rodrigo Machado	Mestre
Estatística	22	100%	90	Sérgio Carvalho	Especialista
Auditoria Governamental	52	100%	80	Ellen Verri	Especialista

Aluno(a) dispensado(a) do Trabalho de Conclusão de Curso, conforme a Resolução nº 1, de 6 abril de 2018, emitida pelo Conselho Nacional da Educação (CNE/CE).

Assinado digitalmente por: ANA CAROLINA CAVALCANTE TEIXEIRA : XXX.048.738-XX
Date: 10/04/2025 08:40:15 -03:00

Assinado digitalmente por: ALEXANDRE ANTUNES PARREIRAS BASTOS : XXX.223.686-XX
Date: 10/04/2025 10:27:42 -03:00

GRAN FACULDADE

90 42

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Declaramos, para os devidos fins, que ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA MATOS, CPF 06457925600, concluiu com êxito o curso de Pós-Graduação em Governança no Setor Público, com carga horária de 361h/aula, ministrado e certificado pelo GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO, CNPJ 32.163.997/0001-97. O início foi em 21/06/2024 e o término em 22/04/2025. O certificado será entregue no prazo de até 60 (sessenta) dias. O curso atendeu às normas da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), do Conselho Nacional de Educação (CNE) e cumpriu todas as disposições da Resolução CNE/CES nº 01, de 6 de abril de 2018.

Histórico

Avaliação	Data de Resolução	Nota
Módulo I		
Organização do Estado e dos Poderes	19/04/2025	90
Fundamentos Iniciais do Direito Administrativo	23/08/2023	100
Gestão por Processos	19/04/2025	80
Gestão Estratégica Corporativa	19/04/2025	100
Módulo II		
Gestão Orçamentária e Financeira	19/04/2025	70
Gestão da Informação	19/04/2025	90
Gestão de Riscos e Integridade nas Contratações Públicas	19/04/2025	100
Gestão de Contratos e Compras Governamentais	20/04/2025	90
Módulo III		
Governança e Setor Público	22/04/2025	90
Compliance no Setor Público	22/04/2025	80

**Disciplina avaliada em sua última parte respectiva.*

GRAN FACULDADE

Aluno(a) Dispensado (a) do Trabalho de Conclusão de Curso de acordo com a Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, emitida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE/CE).

Curitiba, 22 de abril de 2025.

André Barbosa Corrêa
Diretor Acadêmico

282

DICAS E ORIENTAÇÕES PARA EMPRESAS

DIREITOS DO CONSUMIDOR NO E-COMMERCE

DIREITO DESCOMPLICADO PARA LEIGOS

ANA CAROLINA MATOS

ESTEVÃO MATOS



DICAS E ORIENTAÇÕES PARA EMPRESAS

DIREITOS DO CONSUMIDOR NO E-COMMERCE

DIREITO DESCOMPLICADO PARA LEIGOS

ANA CAROLINA MATOS

ESTEVÃO MATOS

1ª EDIÇÃO

REVISTA,ATUALIZADA E AMPLIADA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. NOS TERMOS DA LEI QUE RESGUARDA OS DIREITOS AUTORAIS, É PROIBIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DE QUALQUER FORMA OU POR QUALQUER MEIO, ELETRÔNICO OU MECÂNICO, INCLUSIVE ATRAVÉS DE PROCESSOS XEROGRÁFICOS, FOTOCÓPIA E GRAVAÇÃO, SEM PERMISSÃO POR ESCRITO DO AUTOR E DO EDITOR.

O TITULAR CUJA OBRA SEJA FRAUDULENTAMENTE REPRODUZIDA, DIVULGADA OU DE QUALQUER FORMA UTILIZADA PODERÁ REQUERER A APREENSÃO DOS EXEMPLARES REPRODUZIDOS OU A SUSPENSÃO DA DIVULGAÇÃO, SEM PREJUÍZO DA INDENIZAÇÃO CABÍVEL (ART. 102 DA LEI N. 9.610, DE 19.02.1998).

QUEM VENDER, EXPUSER À VENDA, OCULTAR, ADQUIRIR, DISTRIBUIR, TIVER EM DEPÓSITO OU UTILIZAR OBRA OU FONOGRAMA REPRODUZIDOS COM FRAUDE, COM A FINALIDADE DE VENDER, OBTER GANHO, VANTAGEM, PROVEITO, LUCRO DIRETO OU INDIRETO, PARA SI OU PARA OUTREM, SERÁ SOLIDARIAMENTE RESPONSÁVEL COM O CONTRAFATOR, NOS TERMOS DOS ARTIGOS PRECEDENTES, RESPONDENDO COMO CONTRAFATORES O IMPORTADOR E O DISTRIBUIDOR EM CASO DE REPRODUÇÃO NO EXTERIOR (ART. 104 DA LEI N. 9.610/98).

FECHAMENTO DESTA EDIÇÃO: 30.10.2020

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
FICHA CATALOGRÁFICA FEITA PELO AUTOR

M433D	MATOS, ANA CAROLINA BRITO LOPES, MATOS, ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA. DIREITOS DO CONSUMIDOR NO *E-COMMERCE* – DICAS E ORIENTAÇÕES PARA EMPRESAS/ ANA CAROLINA BRITO LOPES, ESTEVÃO AUGUSTO VERÇOSA MATOS. – 1. ED. REV., ATUAL. E AMPL. – BELO HORIZONTE: EDIÇÃO DO AUTOR,2020. 63P ISBN: 1. DIREITO DO CONSUMIDOR. 2. DIREITO CONSUMIDOR NO *E-COMMERCE*. I. TÍTULO. CDD: 343.071 CDU: 339.5

HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, ECONÔMICO-FINANCEIRA E TRABALHISTA

286

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.782.587/0001-48 MATRIZ		20/07/2020

NOME EMPRESARIAL
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
MEU CONTADOR	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
32.40-0-01 - Fabricação de jogos eletrônicos
59.11-1-99 - Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente
62.01-5-01 - Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
62.01-5-02 - Web design
62.02-3-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
62.03-1-00 - Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
62.04-0-00 - Consultoria em tecnologia da informação
62.09-1-00 - Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
63.11-9-00 - Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
69.11-7-03 - Agente de propriedade industrial
69.20-6-01 - Atividades de contabilidade
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica
73.11-4-00 - Agências de publicidade
73.19-0-02 - Promoção de vendas
73.19-0-99 - Outras atividades de publicidade não especificadas anteriormente
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOAO PINHEIRO	313	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
30.130-183	BOA VIAGEM	BELO HORIZONTE	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INTELECTUAL.COM.BR	(31) 3535-1313

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	20/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/11/2025** às **12:37:49** (data e hora de Brasília). Página: **1/2**

287

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
37.782.587/0001-48 MATRIZ		20/07/2020

NOME EMPRESARIAL
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.99-7-99 - Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente
85.41-4-00 - Educação profissional de nível técnico
85.92-9-99 - Ensino de arte e cultura não especificado anteriormente
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV JOAO PINHEIRO	313	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
30.130-183	BOA VIAGEM	BELO HORIZONTE	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
CONTATO@INTELECTUAL.COM.BR	(31) 3535-1313

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	20/07/2020

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **28/11/2025** às **12:37:49** (data e hora de Brasília). Página: **2/2**

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
37.782.587/0001-48
NOME EMPRESARIAL:
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CAPITAL SOCIAL:
R$50.000,00 (Cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
Qualificação:
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **28/11/2025** às **12:39** (data e hora de Brasília).

289

Serviços Web

Você está em: Portal de Serviços / (/Portal/)Serviços Web (/certidaoweb)

Selecione os atos

Atos disponíveis

CONTRATO + Adicionar

Data de Aprovação:20/07/2020 - **Número:**31211764260
Evento(s): ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

ALTERACAO + Adicionar

Data de Aprovação:28/05/2021 - **Número:**8554434
Evento(s): ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

ALTERACAO + Adicionar

Data de Aprovação:25/06/2021 - **Número:**8631024
Evento(s): ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR

ALTERACAO + Adicionar

Data de Aprovação:09/02/2023 - **Número:**10042046
Evento(s): ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

ALTERACAO + Adicionar 290

Data de Aprovação:24/04/2025 - **Número:**12675045
Evento(s): ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
ALTERACAO DE ENDERECO ENTRE MUNICIPIOS DENTRO DO MESMO ESTADO
ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL
ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

1

Selecionados

Atos Adicionados: (0) **Imagem:** (0)

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)
291

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31211764260	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2500359615

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		021	1	ALTERACAO DE DADOS (EXCETO NOME EMPRESARIAL)
		023	1	ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE
		2221	1	ALTERACAO DO TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
		2015	1	ALTERACAO DE OBJETO SOCIAL

BELO HORIZONTE
Local

16 ABRIL 2025
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

☐ SIM
_____
_____
_____
_____
_____

☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____
Data

_____ _____ _____
Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/258.786-3	MGP2500359615	16/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO, nacionalidade brasileira, Contador, inscrito no CRC/MG sob o nº 119647/O-8, Solteiro(a), data de nascimento 27/05/1994, nº do CPF 122.869.566-00, documento de identidade 15348696, SSP, MG, residente e domiciliado na PRACA SAO SEBASTIAO, número 189, APT 301, bairro AZURITA, Município MATEUS LEME - MINAS GERAIS, CEP 35.672-000,

na qualidade de sócio administrador, resolve, neste ato, alterar o CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ 37.782.587/0001-48, NIRE nº 31211764260, localizada na Rua Prefeito Alcides Cunha, no 62, Sala 201 A, Bairro Centro, Mateus Leme/MG, CEP 35.670-000, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

PARTE I – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DA SEDE

A sede da sociedade passa a ser na Avenida João Pinheiro, nº 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSTITUIÇÃO DE FILIAL

Fica constituída uma filial da sociedade, localizada na Rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, sala 201, bairro Centro, município de Mateus Leme, estado de Minas Gerais, CEP 35.670-000.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

O objeto social da sociedade passa a abranger as seguintes atividades:

CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA, CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, CONSULTORIAS TECNICAS ESPECIFICAS E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. SERVICOS DE CONTABILIDADE. DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, CUSTOMIZAVEIS E NAO CUSTOMIZAVEIS, ALEM DE SERVICOS DE WEB DESIGN, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO. PRESTA SERVICOS DE TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET. REALIZA A FABRICACAO DE JOGOS ELETRONICOS. EXECUTA SERVICOS DE CAPACITACAO E ASSESSORIA PARA CAPTACAO DE RECURSOS DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA E INVESTIMENTOS JUNTO A ENTES PUBLICOS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

E PRIVADOS. ATUA TAMBEM NA CAPACITACAO E GESTAO DE RECURSOS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTOS PARA PROJETOS DE PESQUISA EM PARCERIA COM ORGAOS PUBLICOS, BEM COMO NA ELABORACAO DE RELATORIOS DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS CELEBRADOS COM ORGANIZACOES PUBLICAS E PRIVADAS. REALIZA CURSOS DE FORMACAO PROFISSIONAL, CURSOS PROFISSIONALIZANTES E QUALIFICACAO EM DIVERSAS AREAS, OFERECIDOS NAS MODALIDADES PRESENCIAIS, SEMIPRESENCIAIS E A DISTANCIA, POR MEIO DE PLATAFORMAS DE ENSINO VIRTUAL, VIDEOAULAS, APLICATIVOS DIVERSOS PARA DISPOSITIVOS MOVEIS, TRANSMISSOES POR VIDEOCONFERENCIA, ELABORACAO DE CONTEUDOS PEDAGOGICOS, JOGOS INTERATIVOS E ANIMACOES. DESENVOLVE PROJETOS E CONDUZ ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONOMICA E ASSISTENCIAL, ALEM DE OFERECER CONSULTORIA ESPECIALIZADA. ELABORA E IMPLEMENTA PROJETOS DE PESQUISA NAS AREAS DE CIENCIA E TECNOLOGIA, INCLUINDO A ORGANIZACAO DE OFICINAS, REUNIOES TECNICAS E EVENTOS VOLTADOS A DISSEMINACAO DE CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO, ASSIM COMO A DIVULGACAO DOS RESULTADOS DESTES PROJETOS. PRESTA SERVICOS DE ELABORACAO, PLANEJAMENTO, GESTAO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS, CONCESSOES E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NAS AREAS DE EDUCACAO, SAUDE, MEIO AMBIENTE, SEGURANCA, ENTRE OUTROS. NO AMBITO DA EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, A EMPRESA OFERECE SERVICOS DE QUALIFICACAO, REQUALIFICACAO E GESTAO DE SERVICOS DE EXTENSAO E PESQUISAS NAS AREAS TECNICAS E ADMINISTRATIVAS, ABRANGENDO OS CAMPOS DE CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO. PROMOVE O ENSINO DE ARTE E CULTURA, ALEM DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL. ATUA COMO AGENTE DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, REALIZANDO SERVICOS DE ASSESSORIA E INTERMEDIACAO NO REGISTRO DE MARCAS E PATENTES. PRESTA SERVICOS COMO AGENCIA DE PUBLICIDADE, ENVOLVENDO A CRIACAO, PLANEJAMENTO, ESTRATEGIAS DE COMUNICACAO E PROMOCAO DE CAMPANHAS PUBLICITARIAS, E EXECUTA PROMOCAO DE VENDAS. NA ESFERA CULTURAL E ARTISTICA, A EMPRESA ORGANIZA E REALIZA EVENTOS ARTISTICOS, MUSICAIS, CURSOS, SEMINARIOS, CONFERENCIAS, CONGRESSOS E FEIRAS, PROMOVENDO AINDA ATIVIDADES RELACIONADAS A ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES. ATUA TAMBEM NA IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES. PRODUCAO E EDICAO AUDIOVISUAL. ADICIONALMENTE, A EMPRESA OFERECE SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, BEM COMO INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS, EXCETO IMOBILIARIOS. REALIZA SERVICOS DE PREPARACAO DE DOCUMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO, INCLUINDO ATIVIDADES DE DESPACHANTE JUNTO AO FISCO.

CLÁUSULA QUARTA – CONSOLIDAÇÃO

À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o CONTRATO SOCIAL, com a seguinte redação:

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Cláusula Primeira – DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade adotará o nome empresarial de INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA.

Parágrafo Único: A sociedade tem como nome fantasia INTELECTUAL.

Cláusula Segunda – DO OBJETO SOCIAL

O objeto social será CONSULTORIA E AUDITORIA CONTABIL E TRIBUTARIA, CONSULTORIA EM GESTAO EMPRESARIAL, CONSULTORIAS TECNICAS ESPECIFICAS E CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO. SERVICOS DE CONTABILIDADE. DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR SOB ENCOMENDA, CUSTOMIZAVEIS E NAO CUSTOMIZAVEIS, ALEM DE SERVICOS DE WEB DESIGN, SUPORTE TECNICO, MANUTENCAO E OUTROS SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO. PRESTA SERVICOS DE TRATAMENTO DE DADOS, PROVEDORES DE SERVICOS DE APLICACAO E SERVICOS DE HOSPEDAGEM NA INTERNET. REALIZA A FABRICACAO DE JOGOS ELETRONICOS. EXECUTA SERVICOS DE CAPACITACAO E ASSESSORIA PARA CAPTACAO DE RECURSOS DESTINADOS AO FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE PESQUISA E INVESTIMENTOS JUNTO A ENTES PUBLICOS E PRIVADOS. ATUA TAMBEM NA CAPACITACAO E GESTAO DE RECURSOS PROVENIENTES DE FINANCIAMENTOS PARA PROJETOS DE PESQUISA EM PARCERIA COM ORGAOS PUBLICOS, BEM COMO NA ELABORACAO DE RELATORIOS DE PRESTACAO DE CONTAS DE CONVENIOS CELEBRADOS COM ORGANIZACOES PUBLICAS E PRIVADAS. REALIZA CURSOS DE FORMACAO PROFISSIONAL, CURSOS PROFISSIONALIZANTES E QUALIFICACAO EM DIVERSAS AREAS, OFERECIDOS NAS MODALIDADES PRESENCIAIS, SEMIPRESENCIAIS E A DISTANCIA, POR MEIO DE PLATAFORMAS DE ENSINO VIRTUAL, VIDEOAULAS, APLICATIVOS DIVERSOS PARA DISPOSITIVOS MOVEIS, TRANSMISSOES POR VIDEOCONFERENCIA, ELABORACAO DE CONTEUDOS PEDAGOGICOS, JOGOS INTERATIVOS E ANIMACOES. DESENVOLVE PROJETOS E CONDUZ ESTUDOS DE VIABILIDADE ECONOMICA E ASSISTENCIAL, ALEM DE OFERECER CONSULTORIA ESPECIALIZADA. ELABORA E IMPLEMENTA PROJETOS DE PESQUISA NAS AREAS DE CIENCIA E TECNOLOGIA, INCLUINDO A ORGANIZACAO DE OFICINAS, REUNIOES TECNICAS E EVENTOS VOLTADOS A DISSEMINACAO DE CONHECIMENTO CIENTIFICO E TECNOLOGICO, ASSIM COMO A DIVULGACAO DOS RESULTADOS DESTES PROJETOS. PRESTA SERVICOS DE ELABORACAO, PLANEJAMENTO, GESTAO E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS, CONCESSOES E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NAS AREAS DE EDUCACAO, SAUDE, MEIO AMBIENTE, SEGURANCA, ENTRE OUTROS. NO AMBITO DA EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL, A EMPRESA OFERECE SERVICOS DE QUALIFICACAO, REQUALIFICACAO E GESTAO DE SERVICOS DE EXTENSAO E PESQUISAS NAS AREAS TECNICAS E ADMINISTRATIVAS, ABRANGENDO OS CAMPOS DE CIENCIA, TECNOLOGIA E EDUCACAO. PROMOVE O ENSINO DE ARTE E CULTURA, ALEM DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL. ATUA COMO AGENTE DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, REALIZANDO SERVICOS DE ASSESSORIA E INTERMEDIACAO NO REGISTRO DE MARCAS E PATENTES. PRESTA SERVICOS COMO AGENCIA DE PUBLICIDADE, ENVOLVENDO A CRIACAO, PLANEJAMENTO, ESTRATEGIAS DE COMUNICACAO E PROMOCAO DE CAMPANHAS

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

PUBLICITARIAS, E EXECUTA PROMOCAO DE VENDAS. NA ESFERA CULTURAL E ARTISTICA, A EMPRESA ORGANIZA E REALIZA EVENTOS ARTISTICOS, MUSICAIS, CURSOS, SEMINARIOS, CONFERENCIAS, CONGRESSOS E FEIRAS, PROMOVENDO AINDA ATIVIDADES RELACIONADAS A ARTISTAS PLASTICOS, JORNALISTAS INDEPENDENTES E ESCRITORES. ATUA TAMBEM NA IMPRESSAO DE LIVROS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICACOES. PRODUCAO E EDICAO AUDIOVISUAL. ADICIONALMENTE, A EMPRESA OFERECE SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO, BEM COMO INTERMEDIACAO E AGENCIAMENTO DE SERVICOS E NEGOCIOS, EXCETO IMOBILIARIOS. REALIZA SERVICOS DE PREPARACAO DE DOCUMENTOS E APOIO ADMINISTRATIVO ESPECIALIZADO, INCLUINDO ATIVIDADES DE DESPACHANTE JUNTO AO FISCO.

Cláusula Terceira – DA SEDE

A sede da sociedade é na Avenida João Pinheiro, nº 313, bairro Boa Viagem, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30130-183.

Parágrafo único: A sociedade mantém uma filial localizada na Rua Prefeito Alcides Cunha, nº 62, Sala 201, Bairro Centro, Município de Mateus Leme, Estado de Minas Gerais, CEP 35.670-000.

Cláusula Quarta – DO INICIO DAS ATIVIDADES

A sociedade iniciará suas atividades em 20/07/2020 e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula Quinta – DO CAPITAL SOCIAL

O capital social é R$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL reais) dividido em 50.000 quotas no valor nominal R$ 1,00 (UM real), integralizadas, neste ato em moeda corrente do País, pelos sócios:

NOME	Nº DE QUOTAS	VALOR (R$)
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO	50.000	R$ 50.000,00
TOTAIS	50.000	R$ 50.000,00

Cláusula Sexta- DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo sócio SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO, com plenos poderes e atribuições para representar a empresa ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, desde que sempre no interesse da sociedade.

Parágrafo Primeira: Em eventual ausência de um do sócio, por quaisquer motivos (férias, afastamentos pessoais, tratamentos médicos, entre outros), poderá ser constituído procurador para finalidades específicas ou para a prática de todos os atos relativos à administração do negócio, por período determinado. Para tanto, deverá ser formalizada procuração pública com fé pública e prazo de vigência definido.

Parágrafo Segunda: As procurações outorgadas em nome da sociedade deverão conter poderes específicos e terão, salvo para finalidades judiciais, prazo de validade máximo de 01

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

(um) ano. Cabe ao sócio administrador definir as atribuições dos procuradores e prepostos, sendo vedado o substabelecimento, exceto nas procurações destinadas a fins judiciais. O instrumento de procuração deverá especificar os atos a serem praticados pelo procurador, conforme o disposto no artigo 1.018 do Código Civil de 2002.

Cláusula Sétima - DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E CONFORMIDADE REGULAMENTAR

O sócio SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO, brasileiro, contador, registrado no CRC MG sob o nº 119647/O-8, será responsável pela execução dos serviços profissionais contábeis prestados pela sociedade, em conformidade com o objeto social, as disposições do art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/1946, e as normas técnicas e regulamentares emanadas pelo Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais (CRC MG) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Parágrafo Segundo: A sociedade, por se dedicar a atividades contábeis, cumpre as exigências regulamentares do CRC e do CFC, em especial aqueles referentes à composição do capital social, conforme determina a Resolução CFC nº 1.555/2018 e demais normativos aplicáveis.

Parágrafo Terceiro: A sociedade compromete-se a manter permanente conformidade com as normas do CFC e CRC MG, assegurando o cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares, incluindo a atualização de registros, o atendimento às normas de ética profissional e a observância das regras específicas para sociedades com atividades contábeis.

Parágrafo Quarto: Fica expressamente vedada qualquer prática que desatenda às normas éticas, técnicas e legais estabelecidas pelos órgãos reguladores da profissão contábil, sendo responsabilidade dos sócios assegurar que todas as atividades da sociedade estejam em conformidade com tais preceitos.

Cláusula Oitava – DO USO DA MARCA E LOGOTIPO

A marca INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL, registrada no Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI sob o processo nº 931398037, bem como o respectivo logotipo também registrado, são de titularidade exclusiva do sócio administrador SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO.

O titular cede à sociedade, a título gratuito, o direito de uso da referida marca e logotipo por prazo indeterminado, exclusivamente para fins comerciais, institucionais e de representação da sociedade, enquanto esta atuar sob tal identidade.

Parágrafo único. A presente cessão de uso não implica transferência de propriedade intelectual e não integra o patrimônio da sociedade, de modo que, em caso de entrada de novo sócio, alteração do quadro societário, cisão, incorporação, venda da sociedade ou qualquer outra forma de reorganização societária, a titularidade da marca e do logotipo

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

permanecerá exclusivamente com seu titular, Samuel Henrique Gomes Candido, não se confundindo com os bens, direitos ou obrigações da sociedade.

Cláusula Nona – DAS DISPOSIÇÕES E DECLARAÇÕES GERAIS

Os sócios e administradores da sociedade declaram, sob as penas da lei, que estão em conformidade com todas as disposições legais que regulam a constituição, administração e operação de sociedades empresariais.

Parágrafo Primeiro: Os administradores, para os fins do artigo 1.011 do Código Civil, declaram que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade empresária, seja por disposições legais especiais, por condenação criminal com pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crimes de natureza falimentar, prevaricação, corrupção, suborno, concussão, peculato, ou crimes contra a economia popular, o Sistema Financeiro Nacional, normas de defesa da concorrência, relações de consumo, fé pública ou propriedade.

Parágrafo Segundo: Todos os sócios e administradores declaram, individualmente, que não incorrem em impedimentos previstos na Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, ou em quaisquer outras disposições legais que regulem sua participação na sociedade.

Parágrafo Terceiro: - O(s) signatário(s) do presente ato declara(m) que o movimento da receita bruta anual da empresa não excederá o limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra(m) em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

Parágrafo Quarto: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

Parágrafo Quinto: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

Cláusula Décima – DA ABERTURA E FECHAMENTO DE FILIAIS

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual deliberada na forma da lei.

Cláusula Décima Primeira – DO FORO

Fica eleito o foro de BELO HORIZONTE - MG para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Belo Horizonte/MG, 15 de abril de 2025.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CRC/MG sob o nº 119647/O-8
Sócio Administrador

Intelectual®
Fale conosco!
31 3535-1313
www.intelectual.com.br
@intelectual.br

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
25/258.786-3	MGP2500359615	16/04/2025

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Relatório de Filiais Abertas

Informamos que, do processo 25/258.786-3 arquivado nesta Junta Comercial sob o número 12675045 em 24/04/2025 da empresa 3121176426-0 INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, consta a abertura da(s) seguinte(s) filial(ais):

NIRE	CNPJ	ENDEREÇO
3190309717-1	37.782.587/0002-29	RUA PREFEITO ALCIDES CUNHA 62 SALA 201 - BAIRRO CENTRO CEP 35670-000 - MATEUS LEME/MG

24 de abr de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, de NIRE 3121176426-0 e protocolado sob o número 25/258.786-3 em 16/04/2025, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 12675045, em 24/04/2025. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Edineia Maria de Souza.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
122.869.566-00	SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Belo Horizonte. quinta-feira, 24 de abril de 2025

Documento assinado eletrônicamente por Edineia Maria de Souza, Servidor(a) Público(a), em 24/04/2025, às 14:54 conforme horário oficial de Brasília.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 25/258.786-3.

Página 1 de 1

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

o ato foi deferido pelo decisor singular/turma e chancelado mediante certificado digital pelo(a) Secretário(a)-Geral:

Identificação do(s) Assinante(s)
Nome
MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 24 de abril de 2025

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 12675045 em 24/04/2025 da Empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, Nire 31211764260 e protocolo 252587863 - 16/04/2025. Efeitos do registro: 15/04/2025. Autenticação: 4003474B128C9270AADF6F8DBB5A1A56BF6D. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 25/258.786-3 e o código de segurança gsVU Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 24/04/2025 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

304

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2508457757

2 e 1 NOME E SOBRENOME: SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
1ª HABILITAÇÃO: 29/10/2012
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 27/05/1994, MATEUS LEME, MG
4a DATA EMISSÃO: 28/10/2022
4b VALIDADE: 26/10/2032
ACC
D
4C DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: MG15348696 SSP MG
4d CPF: 122.869.566-00
5 Nº REGISTRO: 05630002935
9 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO(A)
FILIAÇÃO: JOSE RAIMUNDO CANDIDO
MARLI HONORATA CANDIDO
7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		26/10/2032	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
53219145971
MG627260390

2508457757

MINAS GERAIS

2. e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade – Órgão emissor / Identity Document – Issuing Authority / Documento de Identificación – Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones – Local / Place / Lugar

I<BRA0563000293353<<<<<<<<<<<<
9405273M3210260BRA<<<<<<<<<<<2
SAMUEL<<HENRIQUE<GOMES<CANDIDO

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

37.782.587/0001-48

Relatório Gerencial

Balanço Patrimonial

Demonstração do Resultado do Exercício

01/01/2024 à 31/12/2024

Contador Responsável: **Intelectual S C B LTDA**

CRC: **015523/O-7**

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Indicadores do Contábil e Faturamento:

- Balanço
- DRE
- Balancete
- Faturamento
- Liquidez Corrente
- Liquidez Imediata
- Liquidez Seca
- Liquidez Geral
- Imobilização do Capital Próprio
- Garantia Capital de Terceiros
- Capital Circulante Líquido
- Índice Solvência Geral
- índice de Endividamento Total
- Resultado do Exercício
- Análise Analítica do Balancete
- Receitas e Despesas
- Compra e Venda

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Balanço

Conta	S/A	Código	Histórico	D/C	Saldo Anterior	Saldo Atual
1.0.0.00.000	S	1	ATIVO	D	354.473,90	505.582,13
1.1.0.00.000	S	2	ATIVO CIRCULANTE	D	354.473,90	505.582,13
1.1.2.00.000	S	3	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	D	354.438,66	505.545,88
1.1.2.02.000	S	4	NUMERÁRIOS	D	354.438,66	505.545,88
1.1.2.02.001	A	5	Caixa geral	D	354.438,66	505.545,88
1.1.4.00.000	S	10	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	D	3,18	4,19
1.1.4.10.000	S	316	ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	D	3,18	4,19
1.1.4.10.003	A	457	Adiantamentos de 13º salário	D	(0,31)	(0,81)
1.1.4.10.002	A	524	Arredondamentos da folha	D	3,49	5,00
1.1.6.00.000	S	21	ENTRADAS	D	32,06	32,06
1.1.6.02.000	S	22	ESTOQUES DE MERCADORIAS	D	32,06	32,06
1.1.6.02.002	A	588	Bonificações	D	32,06	32,06
2.0.0.00.000	S	117	PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	C	354.473,90	505.582,13
2.1.0.00.000	S	118	PASSIVO CIRCULANTE	C	24.261,31	87.827,52
2.1.1.00.000	S	119	OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	C	24.261,31	87.827,52
2.1.1.06.000	S	138	IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDERAIS	C	12.860,45	36.812,56
2.1.1.06.016	A	607	DCTFWeb a recolher	C	1.712,35	11.851,19
2.1.1.06.020	A	59	Simples a recolher	C	11.148,10	24.961,37
2.1.1.15.000	S	325	IMPOSTOS E TRIBUTOS TRABALHISTAS	C	2.337,02	19.909,21
2.1.1.15.001	A	140	FGTS a recolher	C	1.349,43	19.909,21
2.1.1.15.004	A	139	INSS a recolher	C	987,59	0,00
2.1.1.21.000	S	147	OBRIGAÇÕES COM FUNCIONÁRIOS	C	9.063,84	31.105,75
2.1.1.21.005	A	158	Férias a pagar	C	3.603,84	18.856,75
2.1.1.21.004	A	148	Salários a pagar	C	5.460,00	12.249,00
2.3.0.00.000	S	167	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	C	330.212,59	417.754,61
2.3.1.00.000	S	168	CAPITAL SOCIAL	C	50.000,00	50.000,00
2.3.1.01.000	S	169	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	C	50.000,00	50.000,00
2.3.1.01.001	A	170	Capital social subscrito e integralizado	C	50.000,00	50.000,00
2.3.3.00.000	S	171	RESULTADOS	C	280.212,59	367.754,61
2.3.3.02.000	S	303	RESULTADOS	C	280.212,59	367.754,61
2.3.3.02.002	A	180	(-) Prejuízos	D	(18.330,02)	(18.330,02)
2.3.3.02.001	A	178	Lucros	C	261.882,57	349.424,59

32 registro(s)

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

DRE

Conta	S/A	Cód.	Histórico	Valor	% Vr.	Resultado	% Res.	D/C
3.0.0.00.000	S	187	RECEITAS	273.567,30	100,6299	0,00	0,0000	C
3.1.0.00.000	S	188	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	291.774,60	107,3273	0,00	0,0000	C
3.1.2.00.000	S	363	RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	291.774,60	107,3273	0,00	0,0000	C
3.1.2.04.000	S	192	RECEITA DE SERVIÇOS PRESTADOS	291.774,60	107,3273	0,00	0,0000	C
3.1.2.04.001	A	193	Serviços prestados a vista	291.774,60	107,3273	291.774,60	107,3273	C
3.2.0.00.000	S	225	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19.919,65	7,3273	0,00	0,0000	D
3.2.1.00.000	S	191	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	19.919,65	7,3273	0,00	0,0000	D
3.2.1.01.000	S	217	(-) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	19.919,65	7,3273	0,00	0,0000	D
3.2.1.01.006	A	66	(-) Simples sobre faturamento	19.919,65	7,3273	271.854,95	100,0000	D
	S	20	RECEITA LÍQUIDA	271.854,95	100,0000	0,00	0,0000	
5.0.0.00.000	S	367	CUSTOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.0.00.000	S	271	CUSTOS COM SERVIÇOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.1.00.000	S	272	CUSTOS COM SERVIÇOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.1.01.000	S	273	CUSTOS COM SERVIÇOS	164.027,80	60,3365	0,00	0,0000	D
5.4.1.01.001	A	274	Custo dos produtos utilizados na prestação de serviços	1.714,00	0,6305	270.140,95	99,3695	D
5.4.1.01.002	A	488	Salários e adicionais de salários dos serviços	136.350,47	50,1556	133.790,48	49,2139	D
5.4.1.01.003	A	289	Férias e adicionais de férias dos serviços	15.252,91	5,6107	118.537,57	43,6032	D
5.4.1.01.004	A	179	13º salário e adicionais dos serviços	10.710,42	3,9398	107.827,15	39,6635	D
	S	30	RESULTADO BRUTO OPERACIONAL	107.827,15	39,6635	0,00	0,0000	
4.0.0.00.000	S	214	DESPESAS	21.997,48	8,0916	0,00	0,0000	D
4.1.0.00.000	S	230	DESPESAS OPERACIONAIS	21.997,48	8,0916	0,00	0,0000	D
4.1.1.00.000	S	231	DESPESAS OPERACIONAIS	20.585,48	7,5722	0,00	0,0000	D
4.1.1.02.000	S	239	DESPESAS TRABALHISTAS	20.585,48	7,5722	0,00	0,0000	D
4.1.1.02.008	A	425	FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	18.559,78	6,8271	89.267,37	32,8364	D
4.1.1.02.010	A	244	Vale transporte	2.025,70	0,7451	87.241,67	32,0913	D
4.1.4.00.000	S	260	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.412,00	0,5194	0,00	0,0000	D
4.1.4.02.000	S	611	DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS	1.412,00	0,5194	0,00	0,0000	D
4.1.4.02.015	A	86	Serviços tomados de terceiros	1.412,00	0,5194	85.829,67	31,5719	D

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

DRE

Conta	S/A	Cód.	Histórico	Valor	% Vr.	Resultado	% Res.	D/C
	S	60	RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL	85.829,67	31,5719	0,00	0,0000	
3.3.0.00.000	S	202	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	1.712,35	0,6299	0,00	0,0000	C
3.3.2.00.000	S	206	RECUPERAÇÕES	1.712,35	0,6299	0,00	0,0000	C
3.3.2.01.000	S	207	RECUPERAÇÕES	1.712,35	0,6299	0,00	0,0000	C
3.3.2.01.001	A	208	Reversão de provisões	1.712,35	0,6299	87.542,02	32,2017	C
6.0.0.00.000	S	293	RESULTADO do EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.0.00.000	S	294	RESULTADO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.00.000	S	295	RESULTADO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.01.000	S	296	RESULTADO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.01.001	A	297	Resultado do exercício	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
6.1.1.01.002	A	405	Implantação de Saldo	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	D
	S	100	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	87.542,02	32,2017	0,00	0,0000	

40 registro(s)

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Balancete

Conta	S/A	Cód.	Histórico	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual	D/C
1.0.0.00.000	S	1	A T I V O	354.473,90	300.043,80	148.935,57	505.582,13	D
1.1.0.00.000	S	2	ATIVO CIRCULANTE	354.473,90	300.043,80	148.935,57	505.582,13	D
1.1.2.00.000	S	3	CAIXA E EQUIVALENTES DE	354.438,66	291.774,60	140.667,38	505.545,88	D
1.1.2.02.000	S	4	NUMERÁRIOS	354.438,66	291.774,60	140.667,38	505.545,88	D
1.1.2.02.001	A	5	Caixa geral	354.438,66	291.774,60	140.667,38	505.545,88	D
1.1.4.00.000	S	10	CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3,18	6.555,20	6.554,19	4,19	D
1.1.4.10.000	S	316	ADIANTAMENTO A EMPREGA	3,18	6.555,20	6.554,19	4,19	D
1.1.4.10.001	A	317	Adiantamentos de salár	0,00	1.150,00	1.150,00	0,00	D
.1.4.10.002	A	524	Arredondamentos da fol	3,49	10,70	9,19	5,00	D
1.1.4.10.003	A	457	Adiantamentos de 13º s	-0,31	5.394,50	5.395,00	(0,81)	D
1.1.6.00.000	S	21	ENTRADAS	32,06	1.714,00	1.714,00	32,06	D
1.1.6.02.000	S	22	ESTOQUES DE MERCADORIA	32,06	0,00	0,00	32,06	D
1.1.6.02.002	A	588	Bonificações	32,06	0,00	0,00	32,06	D
1.1.6.04.000	S	40	ESTOQUES DE INSUMOS NA	0,00	1.714,00	1.714,00	0,00	D
1.1.6.04.001	A	41	Mercadorias para uso n	0,00	1.714,00	1.714,00	0,00	D
2.0.0.00.000	S	117	P A S S I V O e P A T R I M Ô	354.473,90	151.397,02	302.505,25	505.582,13	C
2.1.0.00.000	S	118	PASSIVO CIRCULANTE	24.261,31	151.397,02	214.963,23	87.827,52	C
2.1.1.00.000	S	119	OBRIGAÇÕES A CURTO PRA	24.261,31	151.397,02	214.963,23	87.827,52	C
2.1.1.06.000	S	138	IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDE	12.860,45	7.079,30	31.031,41	36.812,56	C
2.1.1.06.016	A	607	DCTFWeb a recolher	1.712,35	972,92	11.111,76	11.851,19	C
2.1.1.06.020	A	59	Simples a recolher	11.148,10	6.106,38	19.919,65	24.961,37	C
2.1.1.15.000	S	325	IMPOSTOS E TRIBUTOS TRAB	2.337,02	987,59	18.559,78	19.909,21	C
2.1.1.15.001	A	140	FGTS a recolher	1.349,43	0,00	18.559,78	19.909,21	C
2.1.1.15.004	A	139	INSS a recolher	987,59	987,59	0,00	0,00	C
2.1.1.21.000	S	147	OBRIGAÇÕES COM FUNCIO	9.063,84	143.330,13	165.372,04	31.105,75	C
2.1.1.21.001	A	154	13º salário a pagar	0,00	11.484,10	11.484,10	0,00	C
2.1.1.21.004	A	148	Salários a pagar	5.460,00	131.846,03	138.635,03	12.249,00	C
2.1.1.21.005	A	158	Férias a pagar	3.603,84	0,00	15.252,91	18.856,75	C
2.3.0.00.000	S	167	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	330.212,59	0,00	87.542,02	417.754,61	C
2.3.1.00.000	S	168	CAPITAL SOCIAL	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	C
2.3.1.01.000	S	169	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	C
2.3.1.01.001	A	170	Capital social subscrito	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	C
2.3.3.00.000	S	171	RESULTADOS	280.212,59	0,00	87.542,02	367.754,61	C
2.3.3.02.000	S	303	RESULTADOS	280.212,59	0,00	87.542,02	367.754,61	C

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

2.3.3.02.001	A	178	Lucros	261.882,57	0,00	87.542,02	349.424,59	C
2.3.3.02.002	A	180	(-) Prejuízos	-18.330,02	0,00	0,00	(18.330,02)	D
3.0.0.00.000	S	187	RECEITAS	0,00	313.406,60	313.406,60	0,00	C
3.1.0.00.000	S	188	RECEITA OPERACIONAL BRU	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.1.2.00.000	S	363	RECEITA DE SERVIÇOS PRES	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.1.2.04.000	S	192	RECEITA DE SERVIÇOS PRES	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.1.2.04.001	A	193	Serviços prestados a vis	0,00	291.774,60	291.774,60	0,00	C
3.2.0.00.000	S	225	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.2.1.00.000	S	191	(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.2.1.01.000	S	217	(-) IMPOSTOS, TAXAS E CO	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.2.1.01.006	A	66	(-) Simples sobre fatura	0,00	19.919,65	19.919,65	0,00	D
3.3.0.00.000	S	202	OUTRAS RECEITAS OPERACI	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
3.3.2.00.000	S	206	RECUPERAÇÕES	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
3.3.2.01.000	S	207	RECUPERAÇÕES	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
3.3.2.01.001	A	208	Reversão de provisões	0,00	1.712,35	1.712,35	0,00	C
4.0.0.00.000	S	214	DESPESAS	0,00	21.997,48	21.997,48	0,00	D
4.1.0.00.000	S	230	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	21.997,48	21.997,48	0,00	D
4.1.1.00.000	S	231	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00	20.585,48	20.585,48	0,00	D
4.1.1.02.000	S	239	DESPESAS TRABALHISTAS	0,00	20.585,48	20.585,48	0,00	D
4.1.1.02.008	A	425	FGTS - Fundo de Garanti	0,00	18.559,78	18.559,78	0,00	D
4.1.1.02.010	A	244	Vale transporte	0,00	2.025,70	2.025,70	0,00	D
4.1.4.00.000	S	260	DESPESAS ADMINISTRATIVA	0,00	1.412,00	1.412,00	0,00	D
4.1.4.02.000	S	611	DESPESAS ADMINISTRATIVA	0,00	1.412,00	1.412,00	0,00	D
4.1.4.02.015	A	86	Serviços tomados de ter	0,00	1.412,00	1.412,00	0,00	D
5.0.0.00.000	S	367	CUSTOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.0.00.000	S	271	CUSTOS COM SERVIÇOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.1.00.000	S	272	CUSTOS COM SERVIÇOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.1.01.000	S	273	CUSTOS COM SERVIÇOS	0,00	164.801,48	164.801,48	0,00	D
5.4.1.01.001	A	274	Custo dos produtos utiliz	0,00	1.714,00	1.714,00	0,00	D
5.4.1.01.002	A	488	Salários e adicionais de	0,00	136.350,47	136.350,47	0,00	D
5.4.1.01.003	A	289	Férias e adicionais de fé	0,00	15.252,91	15.252,91	0,00	D
5.4.1.01.004	A	179	13º salário e adicionais d	0,00	11.484,10	11.484,10	0,00	D
6.0.0.00.000	S	293	RESULTADO do EXER	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D
6.1.0.00.000	S	294	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D
6.1.1.00.000	S	295	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D
6.1.1.01.000	S	296	RESULTADO DO EXERCÍCIO	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00	D

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

6.1.1.01.001	A	297	Resultado do exercício	0,00	293.486,95	293.486,95	0,00 D

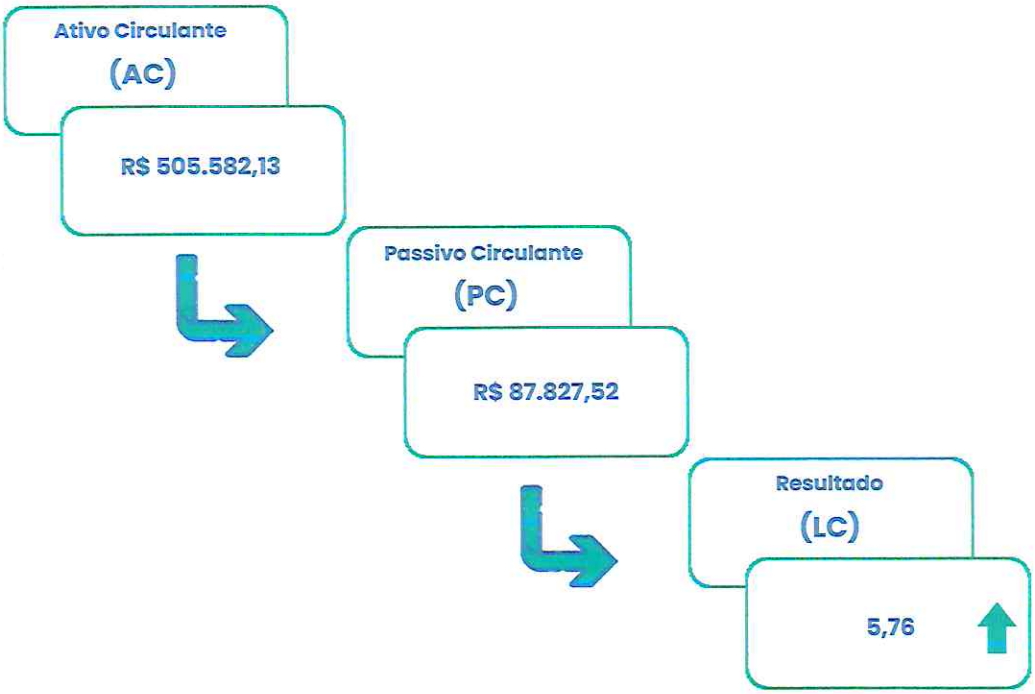
71 registro(s)

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Liquidez Corrente





Descrição do Indicador:

Representa a capacidade de saldar compromissos de curto prazo.

Quanto maior o resultado deste índice, melhor, visto demonstrar disponibilidade de recursos para a empresa. O resultado obtido superior a 1 é considerado bom resultado para a empresa.

Quando evidenciado baixo resultado, a busca pela melhoria deste indicador deve começar pela observação dos os saldos das contas do Ativo Circulante, principalmente Caixa/Banco, Clientes a Receber, Estoques.

No Passivo Circulante, as contas de Fornecedores, Empréstimos/Financiamentos, Salários /Encargos.

Fórmula:

Liquidez Corrente (LC) = AC /PC

AC --> Ativo Circulante

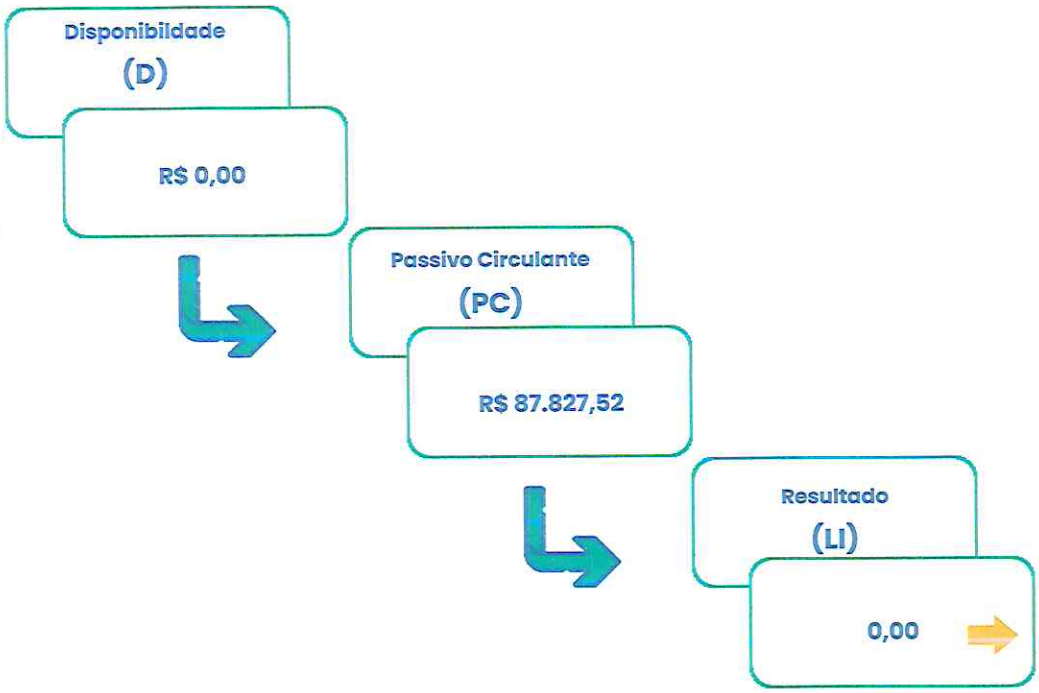
PC --> Passivo Circulante

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Liquidez Imediata





Descrição do Indicador:

Representa a capacidade de uma organização cumprir com suas obrigações e realizar os pagamentos imediatamente.

Uma aplicação de liquidez imediata é aquela cujo resgate dos valores aportados e rendimentos acontece em tempo real, ou seja, sem que haja a necessidade de aguardar dias ou meses para o saque.

Fórmula:

Liquidez imediata (LI)= D/PC

D --> Disponibilidade

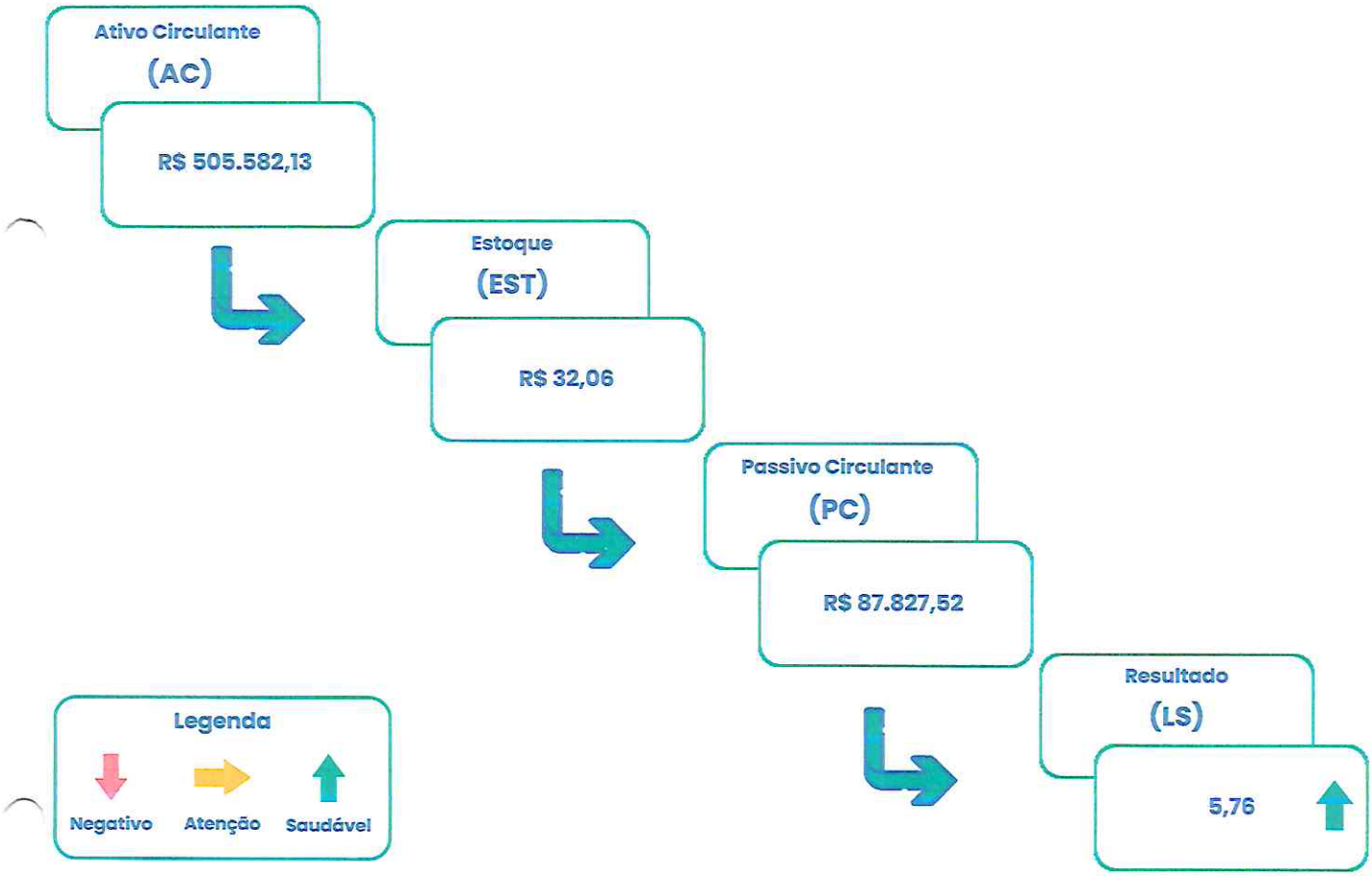
PC --> Passivo Circulante

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Liquidez Seca



Descrição do Indicador:

Representa a avalição e saúde financeira das empresas. Também é um indicador mais conservador do que a liquidez corrente.

Fórmula:

Liquidez Seca (LS) = (AC- EST) / PC

AC --> Ativo Circulante

EST --> Estoque

PC --> Passivo Circulante

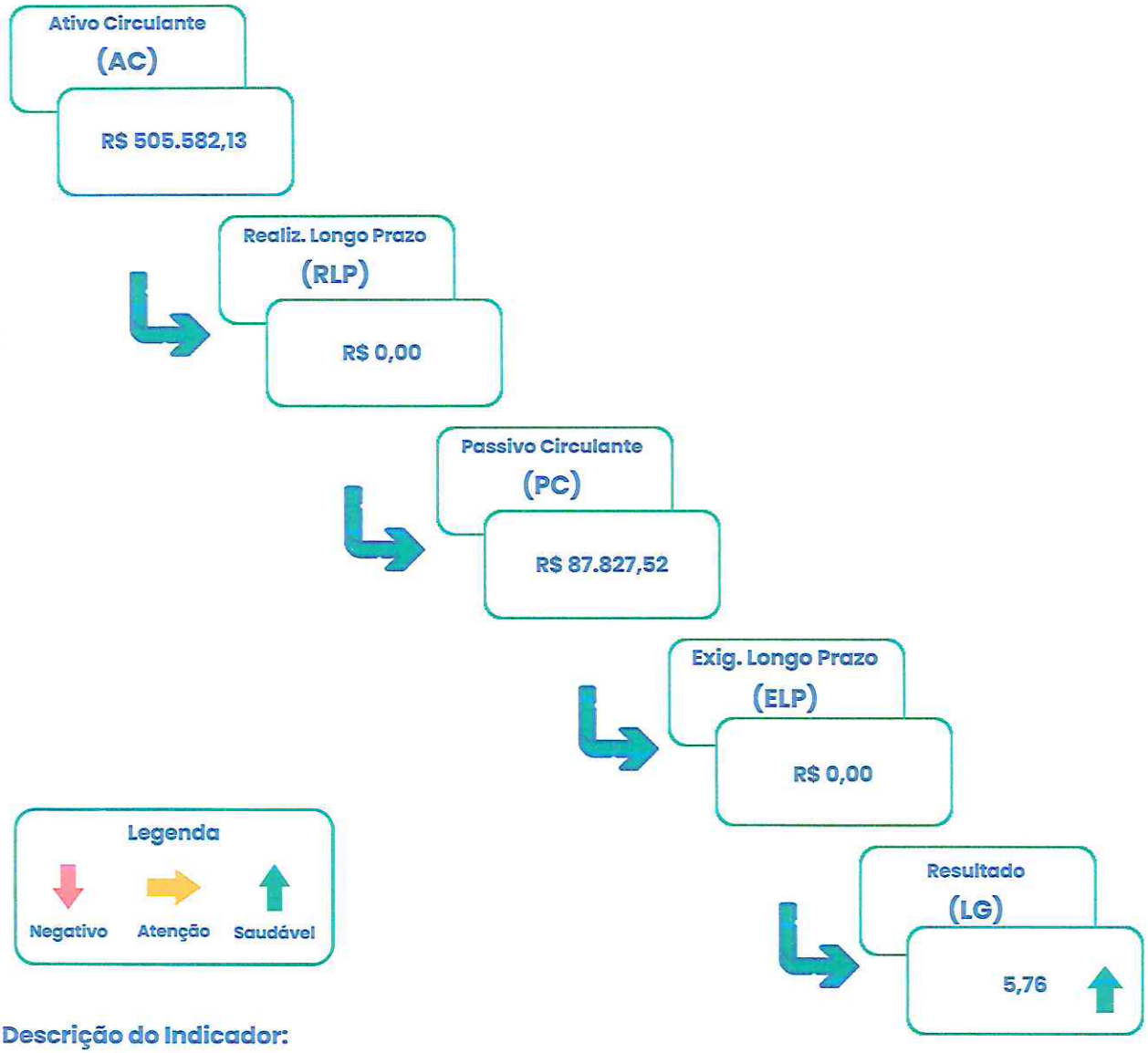
Observação: O estoque busca através do **PG 479** (Grupo Total das Contas de Estoques.)

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Liquidez Geral



Descrição do Indicador:

Representa a capacidade que uma empresa tem de honrar com as suas obrigações de curto e longo prazo.
A partir de um cenário de encerramento das atividades e liquidação de todos os bens, a liquidez geral é calculada.

Fórmula:

Liquidez Geral (LG) = (AC + RLP) / (PC + ELP)

AC --> Ativo Circulante

RLP --> Realizável a Longo Prazo

PC --> Passivo Circulante

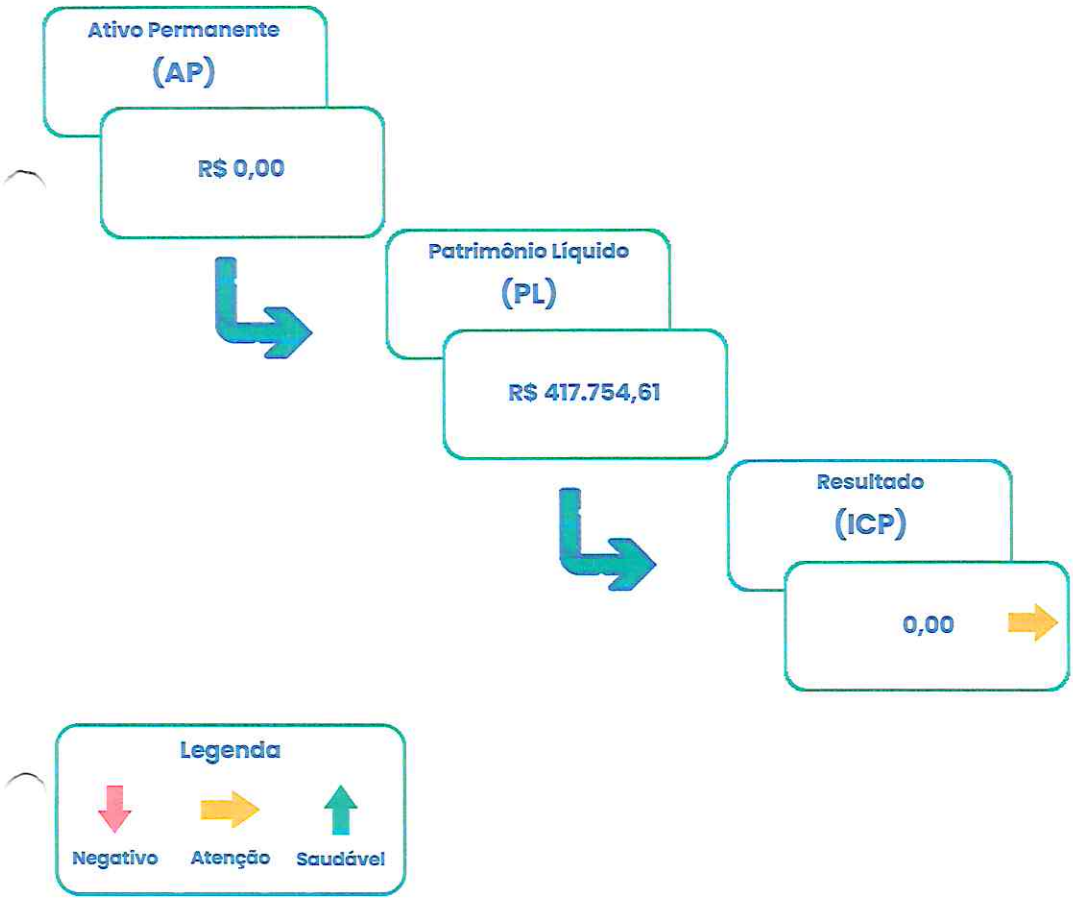
ELP --> Exigível a Longo Prazo

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Imobilização do Capital Próprio



Descrição do Indicador:

Representa a porcentagem do Patrimônio Líquido que está alocado em um Ativo Permanente. Ou seja em bens não líquidos, como investimentos em edificações, terrenos, máquinas pesadas etc.

Fórmula:

Imobilização do Capital Próprio (ICP) = AP / PL

AP --> Ativo Permanente

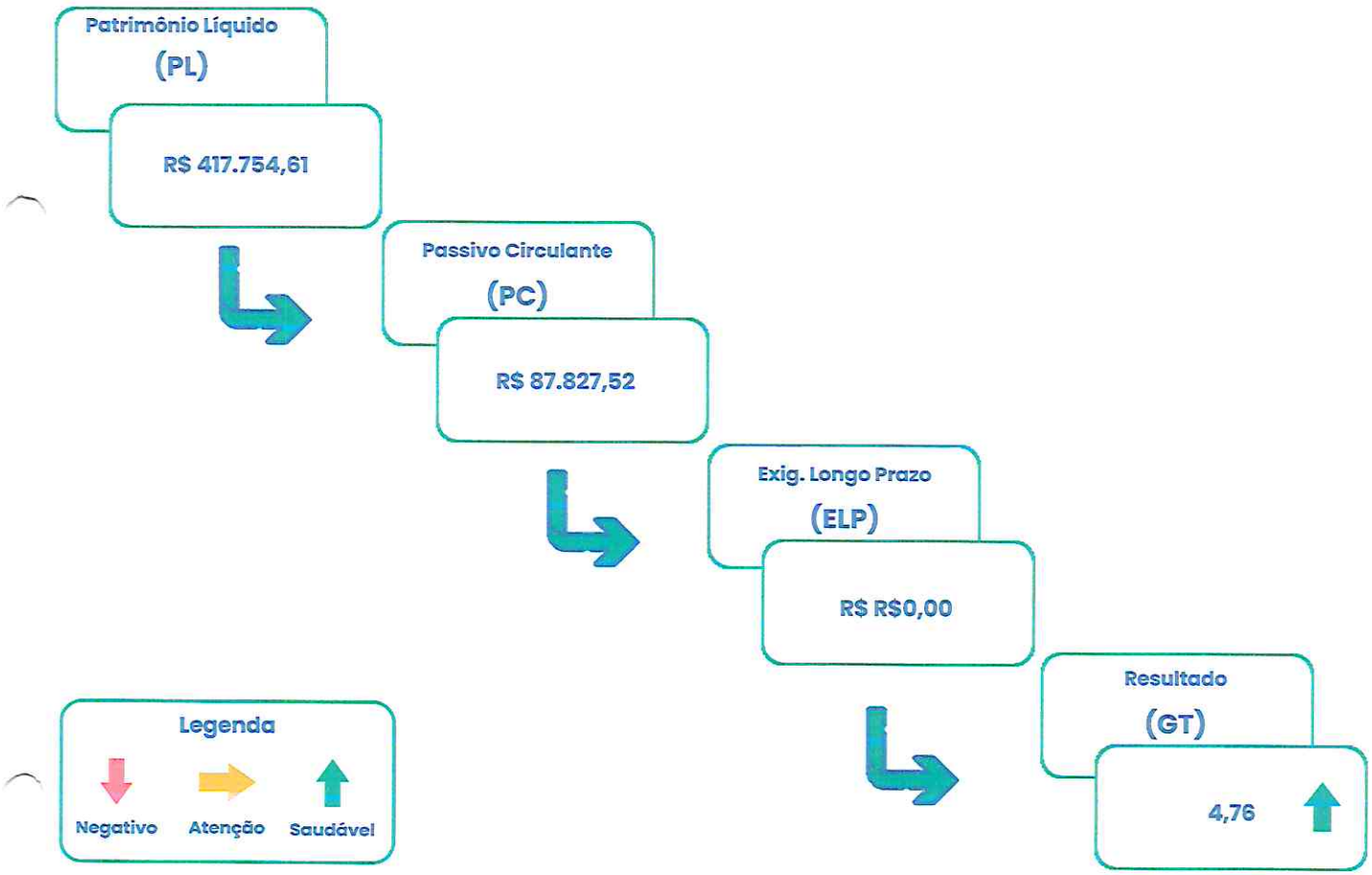
PL --> Patrimônio Líquido

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Garantia Capital de Terceiros



Descrição do Indicador:

Representa a porcentagem de Capitais Alheios que a empresa possui em relação ao seu Capital Próprio.

Fórmula:

Garantia Capital de Terceiros (GT) = PL / (PC + ELP)

PL --> Patrimônio Líquido

PC --> Passivo Circulante

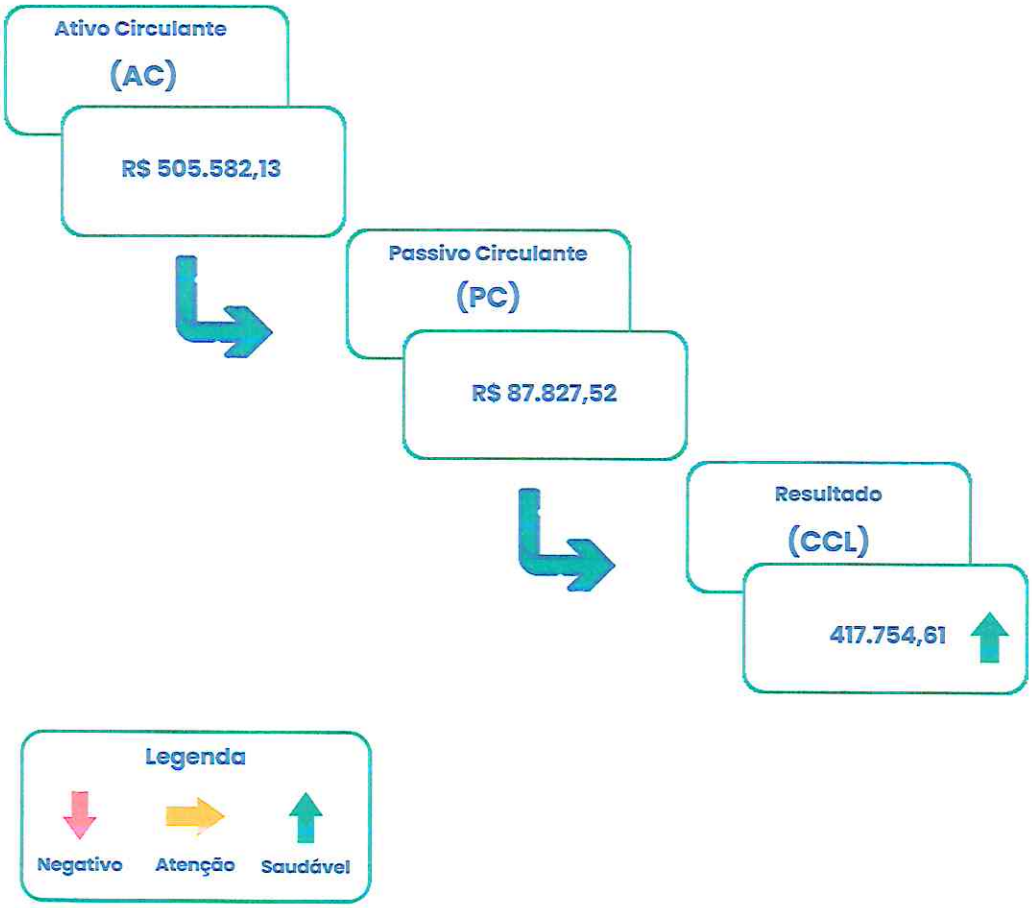
ELP --> Exigível a Longo Prazo

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Capital Circulante Líquido



Descrição do Indicador:

Representa a todos os recursos ou bens que possuem maior liquidez, ou seja, podem ser rapidamente consumidos ou convertidos em dinheiro.

Fórmula:

Capital Circulante Líquido (CCL) = AC - PC

AC --> Ativo Circulante

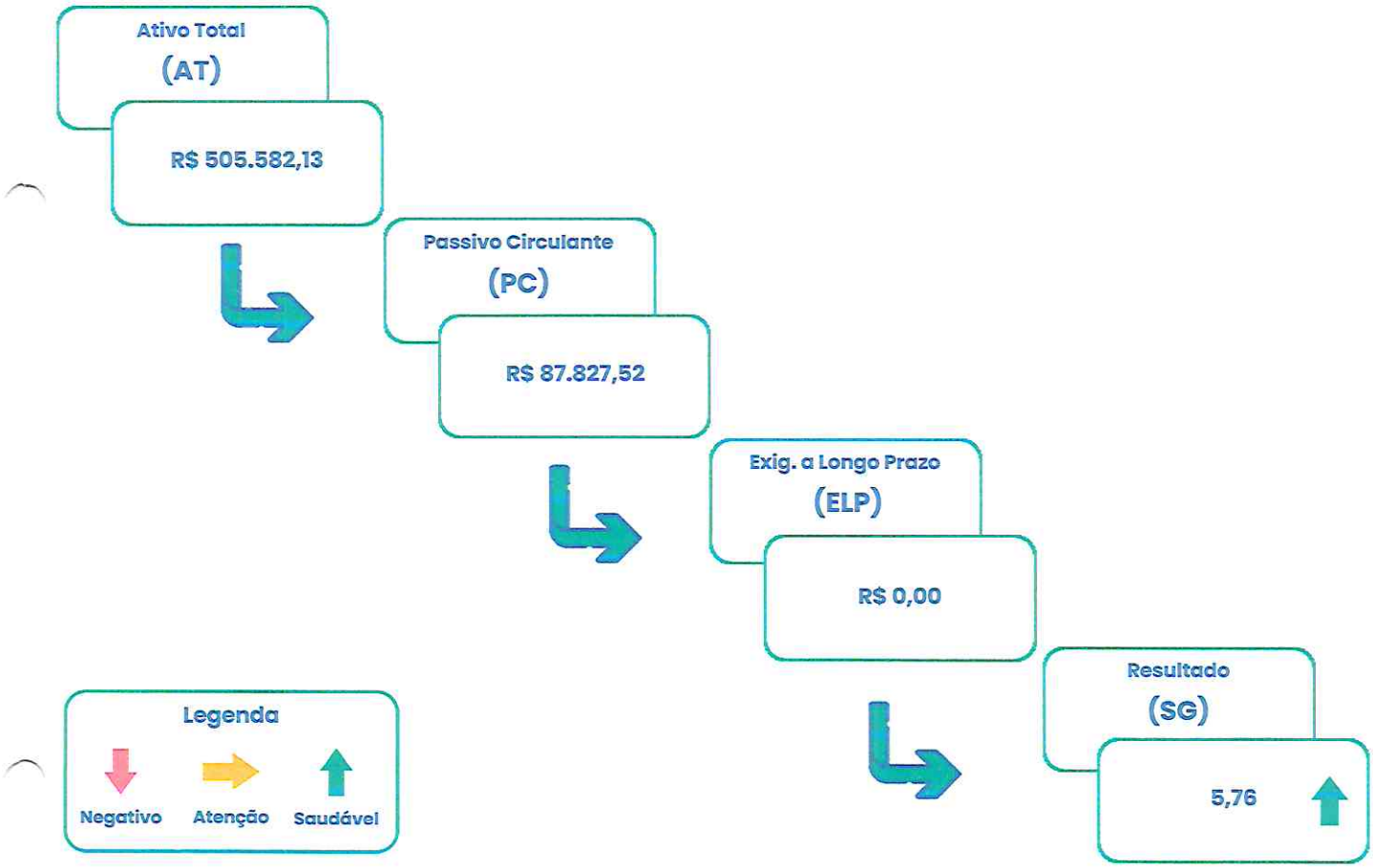
PC --> Passivo Circulante

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Índice de Solvência Geral



Descrição do Indicador:

Representação o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Fórmula:

Índice de Solvência Geral (SG) = AT / (PC + ELP)

AT --> Ativo Total

PC --> Passivo Circulante

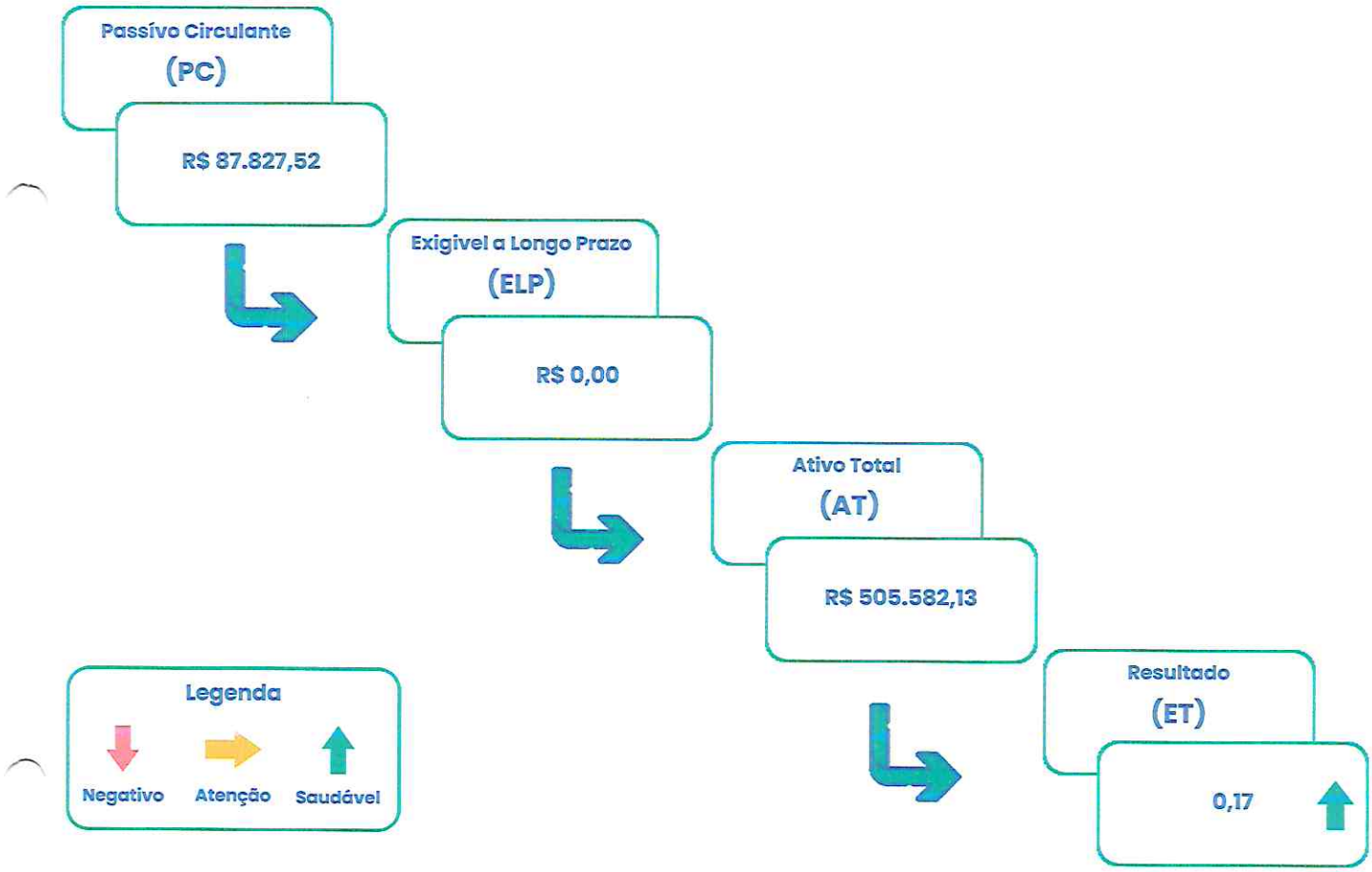
ELP --> Exigível a Longo Prazo

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Índice de Endividamento Total



Descrição do Indicador:

Representação o grau de alavancagem financeira da empresa, ou seja, o quanto ela está dependente de empréstimos para financiar seus ativos.

Fórmula:

Índice de Endividamento Total (ET) = PC + ELP / AT

PC --> Passivo Circulante

ELP --> Exigível a Longo Prazo

AT --> Ativo Total

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

Relatório Gerencial

01/01/2024 à 31/12/2024

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2024.

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148
Assinado de forma digital por INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148

Contabilidade: Intelectual S C B LTDA

CNPJ: 37.782.587/0001-48

CRC 015523/O-7

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Samuel Henrique Gomes Candido
CRC 119.647/O-8
Contador Responsável

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA

CNPJ/CPF: 37782587000148

Balanço Patrimonial

Empresa: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Endereço: Avenida João Pinheiro, 313 , Boa Viagem, Belo Horizonte - MG 30130-183
CNPJ: 37782587000148 **Inscr. Estadual:** 0052198820030 **NIRE:** 31211764260 **EM:** 20/07/2020
Balanço Realizado em: 31/12/2023

ATIVO

Histórico	Saldo Atual
ATIVO	354.473,90
ATIVO CIRCULANTE	354.473,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	354.438,66
NUMERÁRIOS	354.438,66
Caixa geral	354.438,66
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	3,18
ADIANTAMENTO A EMPREGADOS	3,18
Adiantamentos de 13º salário	-0,31
Arredondamentos da folha	3,49
ENTRADAS	32,06
ESTOQUES DE MERCADORIAS	32,06
Bonificações	32,06

PASSIVO

Histórico	Saldo Atual
PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	354.473,90
PASSIVO CIRCULANTE	24.261,31
OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	24.261,31
IMPOSTOS E TRIBUTOS FEDERAIS	12.860,45
DCTFWeb a recolher	1.712,35
Simples a recolher	11.148,10
IMPOSTOS E TRIBUTOS TRABALHISTAS	2.337,02
FGTS a recolher	1.349,43
INSS a recolher	987,59
OBRIGAÇÕES COM FUNCIONÁRIOS	9.063,84
Férias a pagar	3.603,84
Salários a pagar	5.460,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	330.212,59
CAPITAL SOCIAL	50.000,00
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	50.000,00
Capital social subscrito e integralizado	50.000,00
RESULTADOS	280.212,59
RESULTADOS	280.212,59
(-) Prejuízos	-18.330,02
Lucros	261.882,57

Balanço Patrimonial

Empresa: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Endereço: Avenida João Pinheiro, 313 , Boa Viagem, Belo Horizonte - MG 30130-183
CNPJ: 37782587000148 **Inscr. Estadual:** 0052198820030 **NIRE:** 31211764260 **EM:** 20/07/2020
Balanço Realizado em: 31/12/2023

TERMOS DE DECLARAÇÃO:

Em cumprimento ao que determina o parágrafo 2º do Artigo 1.184 do Código Civil Brasileiro, Lei 10.406 de 10/01/2002, em conformidade com a NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC 1.255/09, assinamos o presente termo de responsabilidade relativo à fidelidade e a realidade dos saldos das contas aqui lavradas, consoante às exigências do Art.1.188 do mesmo código. Os registros do exercício foram realizados com amparo em documentação competente, repassada ao profissional encarregado da escrita contábil, este na qualidade de preposto dos sócios da empresa. O Inventário físico dos elementos patrimoniais (qualitativo e quantitativo) e o inventário de mercadorias e suas pertinentes avaliações, foram sob direta responsabilidade do empresário signatário deste termo.

RESPONSABILIDADES DO PROFISSIONAL CONTÁBIL:

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas refletem a documentação que me foi entregue, que são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

RESPONSABILIDADES DO EMPRESÁRIO:

"Declaro, sob as penas da lei, que as informações aqui contidas são verdadeiras e me responsabilizo por todas elas."

Belo Horizonte - MG, 31 de dezembro de 2023.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2025.09.25 08:41:40 -03'00'

Empresa: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Sócio Administrador: SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CPF: 122.869.566-00

INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148
Assinado de forma digital por INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA:37782587000148
Dados: 2025.09.25 08:40:49 -03'00'

Contabilidade: Intelectual Softwares e Contabilidade Br
CNPJ: 37.782.587/0001-48
CRC 015523/O-7

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 01:35:36 do dia 05/11/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/05/2026.
Código de controle da certidão: **0C43.79DA.B500.D9C8**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BELO HORIZONTE

CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 28 de Novembro de 2025 às 13:10

BELO HORIZONTE, 28 de Novembro de 2025 às 13:10

Código de Autenticação: 2511-2813-1054-0846-1428

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

327

CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO DE EMPRESA

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que a Organização Contábil identificada no presente documento encontra-se habilitada para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

DENOMINAÇÃO.... :	INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
NOME FANTASIA.. :	INTELECTUAL
REGISTRO..... :	MG-015523/O-7
CATEGORIA..... :	SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU)
CNPJ..... :	37.782.587/0001-48

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 23/10/2025 as 11:40:22.
Válido até: 21/01/2026.
Código de Controle: 2319047.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

328

CRCMG
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
REGISTRO..... : MG-119647/O-8
CATEGORIA..... : CONTADOR
CPF..... : ***.869.566-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 31/10/2025 as 10:56:37.
Válido até: 29/01/2026.
Código de Controle: 5112861.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Categoria
CONTADOR

Nº Registro
MG-119647/O-8

Nome
SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO

Nascimento
27/05/1994

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
MATEUS LEME-MG



Assinatura do Profissional

Filiação
JOSE RAIMUNDO CANDIDO
MARLI HONORATA CANDIDO

CPF
122.869.566-00

Documento de Identificação
MG-15.348.696 PC-MG

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei n.º 9.295/46, c/c art. 1º da Lei n.º 6.206/75.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Data de Registro
08/08/2017

Validado eletronicamente pelo
Conselho Federal de Contabilidade
Código de Validação: **B47E29D315D8**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Aproxime um leitor de QR Code para validar ou acesse o endereço:
https://sistemas.cfc.org.br/validacao/profissional/codigo/B47E29D315D8

330

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **ABKDEKPKKJ**
Documento/Certidão nº **34.140.138** Exercício: **2025**
Emissão em: **18/11/2025** Requerimento em: **17:28:55** Validade: **18/12/2025**

Nome: **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**
CNPJ: **37.782.587.0001.48**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

331

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 37.782.587/0001-48
Razão Social: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
Endereço: AV JOAO PINHEIRO 313 / BOA VIAGEM / BELO HORIZONTE / MG / 30130-183

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:22/11/2025 a 21/12/2025

Certificação Número: 2025112202205503703287

Informação obtida em 29/11/2025 19:28:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 37.782.587/0001-48
Certidão nº: 72809474/2025
Expedição: 29/11/2025, às 23:56:51
Validade: 28/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **37.782.587/0001-48**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

333

Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO GRATUITO - http://cndonline.siatu.pbh.gov.br

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITACAO PLENA PESSOA JURIDICA

REGISTROS DE ACESSO
Codigo de Controle: **ABKDEKPKKJ**
Documento/Certidão nº **34.140.138** Exercício: **2025**
Emissão em: **18/11/2025** Requerimento em: **17:28:55** Validade: **18/12/2025**

Nome: **INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA**
CNPJ: **37.782.587.0001.48**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar debitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobranca e Divida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Publica Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em divida ativa.

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

334

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 18/11/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 16/02/2026

NOME/NOME EMPRESARIAL: INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 005219882.00-30	CNPJ/CPF: 37.782.587/0001-48	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: AV JOAO PINHEIRO		NÚMERO: 313
COMPLEMENTO:	BAIRRO: BOA VIAGEM	CEP: 30130183
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000937369835

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Razão Social: Intelectual Software e Contabilidade Brasil LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48
Endereço: Avenida João Pinheiro, nº 313
Cidade: Belo Horizonte/MG
Bairro: Boa Viagem
CEP: 30130-183
Telefone: (31) 3535-1313
E-mail: contato@intelectual.com.br

O Representante Legal da Intelectual Software e Contabilidade Brasil LTDA, sob as penas da Lei:

a) DECLARA A INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO , em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

b) DECLARA TER RECEBIDO O EDITAL , e, que conhece as condições locais para execução do objeto tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a Contratante.

c) DECLARA ATENDER AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO e, está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

d) DECLARA, para os devidos fins, que a empresa ora qualificada não pratica e nem permite que pratiquem, sob sua esfera de atuação, atos contrários às leis, normas, regras e regulamentos vigentes no ordenamento jurídico brasileiro, que importem lesão à Administração Pública Nacional ou Estrangeira, nos termos do art. 5º da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 - Lei Anticorrupção. Outrossim, declaro que a empresa envida os melhores esforços para prevenir, mitigar e erradicar condutas inadequadas da sua

atuação, pautando suas atividades nas melhores práticas do mercado, no que se refere ao combate de desvios éticos e de integridade.

e) DECLARA, CIÊNCIA DA DAS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

f) DECLARA QUE NÃO POSSUI, EM SUA CADEIA PRODUTIVA, EMPREGADOS EXECUTANDO TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO , observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) DECLARA que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

h) DECLARA, para fins do disposto no inc. VI do art. nº 68 da lei nº 14.133/2021, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, inclusive na condição de aprendiz.

Belo Horizonte, 10 de novembro de 2025.

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600

Assinado de forma digital por SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO:12286956600
Dados: 2025.11.10 11:41:02 -03'00'

SAMUEL HENRIQUE GOMES CANDIDO
CRC/MG 119647
Contador / Diretor
INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA
CNPJ: 37.782.587/0001-48
CRC MG 015523

337

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

Solicitação de Compra Nº 552/2025

CONTRATACAO DE EMPRESA PARA SERVICO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA

Solicitante: ARLINDA GONÇALVES COELHO **Data da Solicitação:** 29/10/2025

Organograma: 2300100000 - ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEMAD

Local de Entrega: SEDE DO MUNICIPIO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Justificativa: A PRESENTE CONTRATAÇÃO ALINHA-SE ÀS DIRETRIZES ESTRATÉGICAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA, CUJA PRIORIDADE É O CONSTANTE APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA, EM ESPECIAL NO QUE TANGE À EFICIÊNCIA ARRECADATÓRIA, À RACIONALIZAÇÃO DE DESPESAS TRIBUTÁRIAS E À AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO PÚBLICO, COM VISTAS À MELHORIA DOS SERVIÇOS PRESTADOS À POPULAÇÃO.

Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,000	SV	CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP), - CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP),	11.830.729,0000	11.830.729,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado

Preço Total Itens: 11.830.729,00

Mariana, 29 de Outubro de 2025.

ARLINDA GONÇALVES COELHO

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/21. Sendo assim, sugerimos o uso do procedimento de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 23 00104 122 1 2421 339039 Fonte 1500 Ficha 559

Valor Estimado: R$ 2.129.531,00 (dois milhões cento e vinte e nove mil quinhentos e trinta e um reais)

Mariana, 01 de dezembro de 2025

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

Arlinda Gonçalves Coelho
Secretário Municipal de Administração

Termo de Abertura/autuação

Aos 01° dia do mês de dezembro do Ano de **2025**, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 183/2025**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

PREFEITURA DE MARIANA

Coordenadoria Geral de Compras

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 163/2025

PROCESSO: 183/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Patrimônio Cultura, Turismo e Lazer, com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 163/2025, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO as justificativas trazidas pela Secretaria de Administração para contratação dos serviços em tela;

CONSIDERANDO presente contratação alinha-se às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública;

6

PREFEITURA DE MARIANA

Coordenadoria Geral de Compras

CONSIDERANDO contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle fiscal, otimização da despesa pública e recuperação de créditos tributários que possam ter sido indevidamente recolhidos ou deixados de ser aproveitados pela Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO assessoria especializada tem por finalidade promover a verificação detalhada da regularidade das obrigações tributárias acessórias e principais, com potencial de gerar economia, recuperar valores e corrigir distorções, contribuindo diretamente para o equilíbrio das contas públicas;

CONSIDERANDO que a complexidade envolvida na análise e recuperação de créditos tributários exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

CONSIDERANDO que os valores ofertados para prestação de serviço estão compatíveis com o valor de mercado, conforme justificativa de preço apresentada no processo;

Frise-se que não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, havendo pareceres favoráveis à legalidade e regularidade da contratação fronte as questões ora tratadas, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74, inciso III alínea C, entendemos que o caso em tela se enquadra nas possibilidades de **INEXIGIBILIDADE** de licitação prevista em lei.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente procedimento à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município para que estas manifestem-se pela regularidade do feito, sob os mais diversos aspectos que abrangem suas competências e atribuições legais.

É o parecer, salvo melhor apreciação

Mariana, 01 de dezembro de 2025

Érika Alves Quirino
Coordenadoria Geral de Compras

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

INEXIGIBILIDADE Nº. 163/2025
PROCESSO Nº. 183/2025

EMENTA: PARECER – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – INVIABILIDADE DE DISPUTA POR NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação de assessoria e consultoria técnica especializada visando a recuperação de créditos apurados, abrangendo as retenções de imposto de renda retido na fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, contribuições previdenciárias, cotas patronais e funcionais, parcelamentos e demais recolhimentos passíveis de revisão, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência. Todo processo será formalizado e conduzido junto à Receita Federal, por meio de processos administrativos de restituição ou compensação, ou declaração eletrônica de compensação (PER/DCOMP), em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Administração.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU nº 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do

Brasil de 1988, bem como o artigo 2°, § 3°, da Lei Federal n° 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei nº 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

De mesmo modo, ao analisar casos semelhantes, o STJ já indicou que a contratação de escritórios de advocacia é hipótese de inexigibilidade de licitação, veja-se:

> "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. ART. 17 DA LIA. ART. 295, V DO CPC. ART. 178 DO CC/16. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ARTS. 13 E 25 DA LEI 8.666/93. REQUISITOS DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. SINGULARIDADE DO SERVIÇO. INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO. NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE DO ADMINISTRADOR NA ESCOLHA DO MELHOR PROFISSIONAL, DESDE QUE PRESENTE O INTERESSE PÚBLICO E INOCORRENTE O DESVIO DE PODER, AFILHADISMO OU COMPADRIO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (....) 3. Depreende-se, da leitura dos arts. 13 e 25 da Lei 8.666/93 que, para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 13, com inexigibilidade de licitação, imprescindível a presença dos requisitos de natureza singular do serviço prestado, inviabilidade de competição e notória especialização. 4. É impossível aferir, mediante processo licitatório, o trabalho intelectual do Advogado, pois trata-se de prestação de serviços de natureza personalíssima e

> singular, mostrando-se patente a inviabilidade de competição. 5. A singularidade dos serviços prestados pelo Advogado consiste em seus conhecimentos individuais, estando ligada à sua capacitação profissional sendo, dessa forma, inviável escolher o melhor profissional, para prestar serviço de natureza intelectual, por meio de licitação, pois tal mensuração não se funda em critérios objetivos (como o menor preço).6. Diante da natureza intelectual e singular dos serviços de assessoria jurídica, fincados, principalmente, na relação de confiança, é lícito ao administrador, desde que movido pelo interesse público, utilizar da discricionariedade, que lhe foi conferida pela lei, para a escolha do melhor profissional. 7. Recurso Especial a que se dá provimento para julgar improcedentes os pedidos da inicial, em razão da inexistência de improbidade administrativa". (Resp. 1192332/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 19/12/2013) (Grifos Apostos).

Diante do exposto, o artigo 74, inciso III, alínea "c", estabelece que a contratação de serviços de notória especialização, incluídas as assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias, enseja hipótese que inviabiliza a competição. Ficam afastados, dessa maneira, não apenas os atos de improbidade administrativa da Lei Federal nº 8.429/92 como também as condutas típicas de índole criminal, a exemplo daquelas previstas no Capítulo II-B da Lei Federal nº 14.133/21.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria especializadas em recuperação de receitas tributárias e de transferências constitucionais, com fulcro no o inciso III, letra "c", do art. 74 c/c parágrafos 3º e 4º do mesmo artigo (74), da Lei Federal nº14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

Diante do caso concreto, deve-se analisar o pressuposto para a inexigibilidade de licitação, que é a caracterização da inviabilidade de competição, que pode ser absoluta ou relativa. A inviabilidade absoluta é configurada pela inexistência de competidores, ou seja, quando apenas uma pessoa pode executar o objeto pretendido pela Administração. E será inviabilidade relativa quando, apesar de existir mais de uma pessoa capaz de executar o objeto pretendido, não houver meios e critérios objetivos para seleção da proposta mais vantajosa.

No caso *sub examine*, há inviabilidade de competição, considerando que as empresas de assessorias ou consultorias técnicas são restritas. E ainda, não se busca na contratação o menor preço para realização dos serviços, e sim, do resultado da atuação da mesma. É o resultado e a forma ágil de consegui-lo que caracterizam, também, a inviabilidade da contratação da entidade pretendida.

No presente caso a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 74, inciso III, alínea "c", trouxe a possibilidade de contratação de serviços técnicos especializados de natureza

predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação, por meio de inexigibilidade de licitação.

No Estudo Técnico Preliminar de fls. 007/022, a secretária ordenadora de despesas solicitou documentos para comprovação da habilitação jurídica, fiscal/trabalhista, técnica e econômico-financeira, a qual foi juntada às fls. 285/336.

A razão da escolha do contratado pode ser observada pelos Atestados de Capacidade Técnica juntados (fls. 093/113), bem como pelo vasto currículo dos sócios (fls. 114/284).

Ademais, observa-se a justificativa da contratação às fls. 050/053 elaborada pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Arlinda Gonçalves Coelho,

Considerando o disposto no inciso III, letra "e", do art. 74 e parágrafos 3° e 4°, da Lei Federal n° 14.133/21, a notória especialização se caracteriza como qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

Atente-se que o requisito da notória especialização exigido na Lei não é a especialização comum, mas a especialização notória, ou seja, diferenciada, dotada de qualidade mais reconhecida, consagrada no respectivo ramo da atuação, o que acarreta a necessidade de demonstrar experiência, credibilidade e confiança na prestação dos serviços contratados, motivo pelo qual não se verifica viável a competição.

A notória especialização não se trata de característica exclusiva da empresa, nem tampouco há necessidade de exposição pública da entidade prestadora do serviço. Tal característica é principalmente do corpo técnico, não devendo se confundir fama com notória especialização.

Os serviços previstos na lei podem ser prestados por vários especialistas, ou seja, não se faz necessário que somente uma pessoa disponha da técnica pretendida pela Administração Pública, outros também podem dominá-la; no entanto, todos eles a realizam com traço eminentemente subjetivo, em razão do que, repita-se, a inexigibilidade tem lugar pela falta de critérios objetivos para cotejá-los.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei Federal n° 14.133/2021.

Logo, a interpretação do artigo 74, da Lei Federal n° 14.133/21, permite concluir que é inexigível a licitação para a contratação de assessoria e consultoria técnica especializada em recuperação de créditos apurados, desde que detenham notória especialização ou ainda se houver inviabilidade de competição.

Quanto a necessidade de se demonstrar a singularidade trazemos a decisão da Câmara Nacional de Licitações e Contratos Administrativos da Advocacia-Geral da União – AGU, através do Parecer n.° 00001/2023/CNLCA/CGU/AGU, que entendeu pela

342

"*desnecessidade da singularidade para contratação do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*", cuja ementa transcreve-se abaixo:

> LEI 14.133, DE 2021. ART. 74, III. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. REQUISITOS. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE SINGULARIDADE DO SERVIÇO CONTRATADO.

Não se fala, em singularidade do serviço na medida que tantos outros profissionais poderiam prestá-lo, mas na exigência de comprovação de que, por força da confiança depositada em determinado prestador de serviço, apenas ele está apto a atender os anseios do ente público.

Não obstante o entendimento acima, o qual nos filiamos, é importante destacar que a empresa contratada preenche as seguintes circunstâncias:

> **a)** Os serviços são específicos e possuem peculiaridades quanto à maneira e o modo de prestação, somente podendo ser realizados com confiabilidade por pessoas habilitadas e capacitadas;
> **b)** Os serviços apresentam complexidade técnica e devem ser feitos sob encomenda por um terceiro, devendo este reunir um conjunto de atributos que não podem ser mensurados por critérios objetivos;
> **c)** Os serviços não devem ser padronizados, básicos e convencionais.

Analisada a possibilidade jurídica do processo, é imperioso verificar a regularidade do procedimento, conforme as determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista que a notória especialização restou comprovada, considerando a documentação juntada aliada ao requisito da confiabilidade do gestor na empresa sob análise.

III.3 – DA REGULARIDADE DO PROCEDIMENTO

O artigo 72 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III – Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII – Justificativa de preço;
> VIII – Autorização da autoridade competente.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda (fls. 001/006) Estudo Técnico Preliminar (fls. 007/022), Termo de Referência (fls. 023/046). Presente a assinatura da autoridade competente, qual seja,

342

Arlinda Gonçalves Coelho, Secretária Municipal de Administração, em todos os documentos supramencionados.

Presente a justificativa da razão da escolha do contratado (fls. 050/053), a fim de demonstrar que a contratação da empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, é indispensável para satisfação adequada dos interesses da Administração.

A estimativa prévia de preço da contratação, perfaz o valor de **R$11.830.729,00 (onze milhões, oitocentos e trinta mil, setecentos e vinte e nove reais)**, com base nos valores das contribuições realizadas pelo Município de Mariana. (fls 018).

Além disso, dos documentos que compõem os autos, depreende-se que foi fixado o percentual de remuneração de R$0,18 (dezoito centavos) para cada R$1,00 (um real) efetivamente recuperado ou compensado.

Trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado.

Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A RAZOABILIDADE DO VALOR DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PODERÁ SER AFERIDA POR MEIO DA COMPARAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA COM OS PREÇOS PRATICADOS PELA FUTURA CONTRATADA JUNTO A OUTROS ENTES PÚBLICOS E/OU PRIVADOS, OU OUTROS MEIOS IGUALMENTE IDÔNEOS.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei Federal n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (....) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

No presente caso, encontra-se presente a apresentação de contratação similar realizada pela administração pública, praticada menos de um ano da data da pesquisa, no que se refere à comprovação do percentual sob o êxito aplicado (fls. 063/092).

Tratando-se de contratação com pagamento mediante êxito, não houve necessidade de bloqueio orçamentário.

Os autos foram instruídos com documentos de regularidade de habilitação da empresa, conforme solicitado no Termo de Referência.

Nos termos do artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratada deverá manter durante a contratação, todas as condições de habilitação e qualificação que foram exigidas na licitação, ou nos atos preparatórios que antecederam a contratação direta, por dispensa ou por inexigibilidade. Tais quesitos, segundo os incisos do art. 62 da mesma Lei, englobam habilitação jurídica, técnica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira.

O artigo 72, VIII, da Lei Federal n.º 14.133/2021 prevê a necessidade de autorização pela autoridade competente, assim feito. (fls.188)

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

Desse modo, com a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado ao cumprimento dos requisitos elaborados e elencados pela Procuradoria Geral do Município, restarão cumpridos os requisitos do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria-Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de serviços técnicos especializados a ser realizado pela empresa INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA.

Remetam- se os autos para análise do Controle Interno.

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 02 de dezembro de 2025.

Roberta Castro Lana Menezes
Procuradora Jurídica
OAB/MG 186.768

Ao setor de compras / Planejamento;

Favor elaborar o bloqueios orçamentários no 2.129.531.00, sendo o valor máximo estimado pela Procuradoria.

Danilo Brito das Dores
Gestor Geral

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Diversificação Econômica, Tecnologia e Inovação

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo supracitado, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e Consultoria visando a recuperação de créditos apurados retido na fonte (IRRF), pessoas Jurídicas e Físicas.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 0183/2025.
Inexigibilidade de licitação nº: 0163/2025.

Dispositivo legal: Art. 74, inciso III, alínea "c" da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 177/2018, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

No artigo 169, §3°, a Lei n° 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei n° 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal n° 11.813/2024 e do Decreto municipal n° 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal n° 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação 105 folhas reunidas em I volume(s). Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos

---

[1] **Lei n° 14.133/21 - art. 169, § 3°** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3°, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2] **Decreto municipal n° 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto municipal n° 11.833/2024** regulamenta o sistema de registro de preços. **Decreto Municipal n° 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3] **Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1°.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2°.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – **fls. 001 a 006**, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável (eis) pela elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – **fls. 007 a 022**, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável (eis) pela análise e elaboração, aprovado pelo (a) ordenador (a) de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021.

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

3. Consta a análise mapa de riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2° e §3°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável(eis) pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas**, fls 047 a 049.**

4. Consta o Termo de Referência – **fls. 023 a 046**. conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2°, 3°, 4° e 6° do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/2024, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica responsável(eis) pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6°, inciso XXIII c/c art. 40, §1°, ambos da Lei 14.133/21.

5. Consta a proposta da futura contratada, estabelece o valor R$ 0,18 (dezoito centavos) para R$ 1,00 (um real) efetivamente restituído ou compensado. Dessa forma estimou-se, com base nos valores das contribuições realizadas pelo município de Mariana, R$ 11.830.729,00 (onze milhões, oitocentos e trinta mil, setecentos e vinte e nove reais). **Fls, 054 a 062.**

6. Consta manifestação do ordenador de despesas *ou* encarregado de planejamento da contratação explicitando a razão da escolha da futura contratada, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei n° 14.133/2021. – **fls. 050 a 053.**

7. Para a justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso I do art. 74, da Lei n° 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal n° 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: **- fls. 093 a 284.**

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

8. Consta nos autos a comprovação de que a INTELECTUAL SOFTWARE E CONTABILIDADE BRASIL LTDA, sob CNPJ: 37.782.587/0001-48, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira com seus prazos de validades vigentes; contrato social; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; atestado de qualificação técnica - **fls. 285 a 335.**

9. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados – fls. 102 a 103, em relação a justificativa de preços. Segue copias das notas fiscais/contrato, – **fls. 050 a 053.**

9.1. Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores de *EX:* contratações de objetos idênticos *ou* de mesma natureza comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública.

9.2. Em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, trata-se agora da verificação quanto a existência de demonstração da compatibilidade do preço a ser contratado com o valor de mercado, bem como da vantagem econômica.

10. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado e autorizado pelo Ordenador de despesas – **fls. 338 e 339.**

11. Consta a indicação da ficha orçamentária da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente (23.00104.122.1.2421 3.3..9039 - ficha 559), (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000). Fls. 338.

---

[5]A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

12. Consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação – fls 006.

13. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - **fls. 340 a 341,** em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

14. Consta o parecer jurídico - **fls. 342 a 349**, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

15. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo,*

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: ___/___/2024 às ___h__min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis".

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal n° 11.812/2024, ***desde que:***

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais n° 11.812/2024 e n° 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em conformidade com o §1° do art. 14, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei n° 14.133/2021.

✓ Confeccionar o empenho da despesa, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à(s) contratação(ões)**. Tal orientação é consentânea com o acordão do TCU, n° 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei n° 4.320/1964".

✓ Confeccionar o empenho, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à realização da despesa**. Nesse ponto, a

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1°.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2°.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I** - Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Controladoria Geral, recomenda que seja realizado após a homologação do presente processo e **antes da assinatura do contrato**. Além disso, **recomenda-se** que seja indicado no instrumento contratual, por tratar-se de garantia do particular quanto ao pagamento futuro e por ser um dos requisitos que devem ser analisados pelo gestor para a liquidação da despesa. Tal recomendação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 03 de dezembro de 2025.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral do Município

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Comunicação Interna SEPLAF nº 355 / 2025

De: Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança - SEPLAF

Área: Assessoria Técnica em Planejamento e Execução Orçamentária

Destino: Coordenadoria de Licitações

Assunto: Manifestação na Inexigibilidade 169/2025 – Processo 183/2025, Objeto: Contratação de assessoria e consultoria técnica especializada para recuperação de créditos a serem apurados sobre as retenções de IRRF.

Após análise do objeto da prestação do serviço a ser contratado, trata-se de assessoria/consultoria na recuperação de possíveis créditos a serem apurados junto à Receita Federal referente às retenções de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF.

Os serviços prestados estão condicionados ao êxito, onde 18% (dezoito por cento) de todo montante da possível recuperação de crédito será destinado à sua remuneração.

A possível arrecadação extra vai depender da execução exitosa dos serviços objeto da referida contratação. Uma vez confirmada a recuperação de créditos, a receita municipal será incrementada, receita esta que não consta estimada na Lei Orçamentária para 2025 e nas peças de planejamento posteriores.

Considerando o exposto acima, quando há arrecadação no ente público de receita extra e não prevista no orçamento vigente – e posteriores – surge a possibilidade técnica do município realizar o lançamento de despesas orçamentárias por meio de abertura de crédito adicional suplementar no orçamento, utilizando o instituto orçamentário do 'Excesso de Arrecadação', conforme consta previsto no art. 43, II, da Lei nº 4.320/64 c/c artigo 41, I, do mesmo diploma legal.

Por todo exposto, em síntese, uma vez que a natureza da remuneração dos serviços está condicionada ao êxito, logo, quando houver a confirmação da recuperação do crédito, este gera excesso de arrecadação no orçamento vigente e consequentemente possibilita a abertura de crédito adicional suplementar por meio do instituto 'excesso de arrecadação', momento em que se efetiva a confecção do empenho da despesa referente ao resultado por êxito (18%) definido na contratação.

Sendo assim, conclui-se que não há necessidade de onerar o orçamento municipal vigente para bloqueio orçamentário neste momento.

Atenciosamente,

Mariana, 05 de Dezembro de 2025.

Anderson Lopes Coelho Stoppa
Assessor Técnico em Planejamento e Execução Orçamentária

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 163/2025

PROCESSO: 183/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA E CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA VISANDO A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS APURADOS, ABRANGENDO AS RETENÇÕES DE IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE (IRRF) DE PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS, CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COTAS PATRONAIS E FUNCIONAIS, PARCELAMENTOS E DEMAIS RECOLHIMENTOS PASSÍVEIS DE REVISÃO. TODO O TRABALHO SERÁ FORMALIZADO E CONDUZIDO JUNTO À RECEITA FEDERAL, SEJA POR MEIO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE RESTITUIÇÃO OU COMPENSAÇÃO, SEJA POR MEIO DE DECLARAÇÕES ELETRÔNICAS DE COMPENSAÇÃO (PER/DCOMP), EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

CONSIDERANDO o interesse da administração pública em contratar serviços técnicos que se alinha às diretrizes estratégicas da Prefeitura Municipal de Mariana, cuja prioridade é o constante aprimoramento da gestão pública;

CONSIDERANDO a contratação justifica-se pela necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle fiscal, otimização da despesa pública e recuperação de créditos

CONSIDERANDO que a complexidade envolvida na análise e recuperação de créditos tributários exige conhecimento técnico específico, ferramentas adequadas e equipe qualificada, recursos que, atualmente, não estão disponíveis no quadro funcional do Município.

CONSIDERANDO que os valores ofertados para prestação de serviço estão compatíveis com o valor de mercado, conforme justificativa de preço apresentada no processo;

CONSIDERANDO os pareceres favoráveis à ratificação do presente procedimento de inexigibilidade de licitação, pautados na legalidade do mesmo, e exarados pela Coordenadoria de Compras, pela Procuradoria Geral do Município e pela Controladoria Interna do Município.

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 05 de dezembro de 2025

Assinado de forma digital por ARLINDA GONCALVES COELHO:04353176609
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Certificado Digital PF A3, ou=Presencial, ou=25309277000121, ou=AC SyngularID Multipla, cn=ARLINDA GONCALVES COELHO:04353176609

ARLINDA GONÇALVES COELHO

Secretário Municipal de Administração